



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Luiza Maria Martins Chaves


**Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias:
tensões e perspectivas**

Duque de Caxias

2011

Luiza Maria Martins Chaves

**Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias:
tensões e perspectivas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação e Comunicação.

Orientadora: Prof^a Dra Dinair Leal da Hora

Duque de Caxias

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

C512 Chaves, Luiza Maria Martins.
Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de
Caxias: tensões e perspectivas / Luiza Maria Martins Chaves. - 2011
242 f.

Orientadora: Dinair Leal da Hora.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Conselhos de educação – Teses. 2. Avaliação educacional -
Teses. I. Hora, Dinair Leal da. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37.014.63

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação.

Assinatura

Data

Luiza Maria Martins Chaves

**Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias:
tensões e perspectivas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação e Comunicação.

Aprovada em 9 de Agosto de 2011.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra Dinair Leal da Hora (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof^a. Dra Sônia Regina Mendes dos Santos
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof^a. Dra Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Pará – UFPA

Duque de Caxias

2011

DEDICATÓRIA

À Moysés Martins (*in memorian*) e Maria do Carmo. Que me deram a vida e o alimento, tanto para meu corpo como para minha'lma. À Tamara, filha querida que, dentre muitas coisas, ensina-me a cada dia ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

A André Luiz, meu companheiro, que sempre acreditou em mim, mais do que eu mesma acredito.

As minhas sogras Heloisa, Eliana e Tânia (*in memoriam*), por sermos hoje uma família.

Ao Professor Zacarias Jaegger Gama, meu eterno “chefe”, que me recebeu e orientou no exercício do magistério no Ensino Superior.

À Professora Maria Emília Barcellos da Silva pela revisão e olhar crítico, imprescindíveis para a finalização do árduo trabalho de escrita.

À minha querida amiga Socorrinho, pelo carinho de sua amizade.

Aos familiares e amigos não citados, mas não esquecidos, na trajetória de minha vida.

À Professora Dinair Leal da Hora, pela orientação, acompanhamento e sua orientação certa nas horas incertas.

À Banca Examinadora, que contribuiu sobremaneira para o crescimento do trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, que fortalecem a consciência de que a escola da Baixada Fluminense deve se articular com a cultura local para construir uma ação pedagógica de qualidade.

Aos colegas do Programa, pela contribuição de suas experiências e, em especial, ao Quarteto Fantástico que, de fantástico mesmo é o fato de a distância não ser problema para unir Ouro Preto-Caxias-Leme-Madureira.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

À Escola Municipal Barro Branco e a toda sua comunidade, pela contribuição espontânea e apoio constantes para a realização da pesquisa.

À coordenação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, no MEC, pela transparência e acesso às informações que embasaram a pesquisa.

À coordenação do Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, pela acolhida e prontidão que tanto favoreceram a composição da pesquisa.

Uma das coisas mais inteligentes que um homem e uma mulher podem saber é saber que não sabem. Aliás, só é possível caminhar em direção à excelência se você souber que não sabe algumas coisas. Porque há pessoas que, em vez de ter humildade para saber que não sabem, fingem que sabem. Pior do que não saber é fingir que sabe. Quando você finge que sabe, impede um planejamento adequado, impede uma ação coletiva eficaz. Por isso, a expressão “não sei” é um sinal de absoluta inteligência.

Mário Sérgio Cortella (2008)

RESUMO

CHAVES, Luiza Maria Martins. **Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias: tensões e perspectivas**. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2011.

A pesquisa objetivou investigar a formação dos conselheiros escolares nas Escolas Municipais de Duque de Caxias a partir da adesão do Município ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Como o exame das ações do Programa e a identificação das mesmas no referido município perpassam pelos níveis macro, meso e micro do sistema educacional, a metodologia constituiu-se de pesquisa bibliográfica, análise de documentos, construção e retrospectiva histórica em torno do princípio da gestão democrática e dos conselhos escolares; de entrevistas no MEC, na Secretaria Municipal de Educação, com os diretores de duas escolas da rede de ensino e grupo focal com o Conselho Escolar, além da observação nas escolas. Tendo como base o princípio da democracia e a construção da prática democrática nas escolas, por meio da gestão, percebem-se os conselhos escolares como segmentos representativos, tanto da possibilidade de transformação como de manutenção dos processos que envolvem a transparência, a autonomia e a participação da comunidade escolar na gestão das escolas. A verificação das ações de um Programa governamental em escala nacional, envolvendo a colaboração entre os entes federados, permite desmistificar o distanciamento entre as esferas dos sistemas de ensino neste processo que envolve a capacitação dos conselheiros escolares. A pesquisa revelou que, embora o Município de Duque de Caxias tenha aderido ao Programa, ainda não promoveu ações no sentido de formação de seus Conselheiros Escolares. Não obstante, uma das escolas observadas no estudo promove uma dinâmica articulada, em seu funcionamento, no que se refere à participação da comunidade escolar e local na gestão da escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Conselhos Escolares. Formação de Conselheiros Escolares. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

ABSTRACT

This present study aims to investigate the preparation of school council members at Duque de Caxias's Municipal Schools derived from the city's affiliation to the National Program for School Councils Enhancement, coordinated by the Department of Basic Education from the Ministry of Education. Since the examination of the Program's actions and their identification pass by the macro, meso and micro levels of the educational system, the methodology comprised a bibliographical research, analysis of documents, construction and historical retrospective of the democratic management principle and the School Council principle; interviews carried out at MEC and at the Municipal Department of Education, interview with the principals of two schools of the Municipal sphere and a focus group with the School Council, besides observation in the schools. Based on the principle of democracy and the construction of the democratic practice in schools, by means of participative management, School Councils were considered representative segments as they are able to transform and maintain processes involving transparency, autonomy and the participation of the school community in its management. The verification of the Government Program actions on a national basis involving the cooperation among federal entities, enables the demythification of the distance among the spheres of the educational systems in this process including the capacitation of school counselors. The research revealed that, although Duque de Caxias's City has acceded to the Program, they haven't promoted any actions towards the preparation of their schools council members. Despite that, one of the observed schools in the study promotes an articulated dynamic in it's operation in relation to school and local and schoolcommunity participation in school management.

Keywords: Democratic management. School councils. Preparation of school counselors. National Program for of School Councils Enhancement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública	27
Figura 2 – Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania	27
Figura 3 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola	28
Figura 4 – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da Comunidade.....	29
Figura 5 – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico	30
Figura 6 – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor	31
Figura 7 – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação	32
Figura 8 – Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil	33
Figura 9 – Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação	34
Figura 10 – Conselho Escolar e a educação do campo	35
Figura 11 – Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social	36
Figura 12 – Conselho Escolar e os Direitos Humanos	37
Figura 13 – Conselho Escolar e a sua organização em Fórum	39
Figura 14 – Indicadores da Qualidade na Educação	40
Figura 15 – Indicadores da Qualidade na Educação – Dimensão Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita – Ensino Fundamental ...	41
Figura 16 – Aprova Brasil – O Direito de Aprender	42
Figura 17 – Esquema: Participação	60
Figura 18 – Mapa do Município de Duque de Caxias	89
Figura 19 – Fotografia da Prefeitura de Duque de Caxias	90
Figura 20 – Fotografia da Secretaria Municipal de Educação	90
Figura 21 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação	92
Figura 22 – Indicadores do Programa Mais Educação – MEC	95
Figura 23 – Recursos do PDE – Escola – MEC	95
Figura 24 – Fluxograma do Conselho Escolar	97

Figura 25 – Fluxograma dos Segmentos do Conselho Escolar	97
Figura 26 – Fotografia da Escola Municipal Barro Branco	103
Figura 27 – Planta da Escola Municipal Barro Branco	104
Figura 28 – Planta da Escola do 1º Distrito	105
Figura 29 – Encontro de pais e responsáveis dos alunos da rede municipal de ensino de Duque de Caxias	118
Figura 30 – Cartaz de escola participante do Encontro de pais e responsáveis da rede de ensino de Duque de Caxias	118
Figura 31 – Organograma do Ministério da Educação.....	120
Figura 32 – Cartilha: Conselho Escolar	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Encontros Presenciais de Formação do PNFCE	46
Quadro 2 – Cursos de Extensão à Distância de Formação do PNFCE	48
Quadro 3 – Metas de Gestão do PNE	71
Quadro 4 – Programas implementados pelo MEC	78
Quadro 5 – Secretaria Municipal de Educação	87
Quadro 6 – Escolas	87
Quadro 7 – Ministério da Educação	88
Quadro 8 – Programas desenvolvidos: MEC/SME	94
Quadro 9 – Condição para a existência de suplentes nas escolas	99
Quadro 10 – Composição do Conselho Escolar por quantidade de turmas nas escolas	99
Quadro 11 – Conselheiros – percentual de representatividade por segmento	100
Quadro 12 – Formação Acadêmica – Legenda	111
Quadro 13 – Formação Acadêmica – Legenda	111
Quadro 14 – Plano Municipal de Educação: Eixos Temáticos	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BM	Banco Mundial
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EMBB	Escola Municipal Barro Branco
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Funda Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GRUPESE	Grupo Piaget de Estudos em Educação
Ideb	Índice de desenvolvimento da educação básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MEC	Ministério da Educação
NACE	Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Programa Dinheiro na Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNFCE	Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pró-Conselho	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais

	de Educação
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEB	Secretaria de Educação Básica
SDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SME	Secretaria Municipal de Educação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEXs	Unidades Executoras
UFRJ	Federal do Rio de Janeiro
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Universidade
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES	21
1.1	Os cadernos	25
1.1.2	<u>Breve descrição e comentários dos cadernos e outras publicações do Programa</u>	26
1.2	Outras Publicações	40
1.3	Análise	43
2	O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CENTRALIDADE DOS CONSELHOS ESCOLARES NO INTERIOR DAS ESCOLAS ...	51
2.1	A democracia	53
2.2	A gestão democrática	57
2.3	A democracia de fato e de direito no contexto da Gestão Escolar	62
2.4	A prática da gestão democrática no Brasil: a construção de uma agenda para a gestão democrática nas escolas	72
2.5	Os conselhos escolares e a gestão democrática das unidades de ensino	79
3	A PESQUISA	85
3.1	A abordagem	85
3.2	Duque de Caxias	88
3.3	A Secretaria Municipal de Educação	90
3.4	As escolas	101
3.5	O Ministério da Educação	119
3.6	O PNFCE e a Formação dos Conselheiros Escolares do Município de Duque de Caxias: Impressões a partir dos documentos e da fala	121
3.7	Tensões e Perspectivas	127
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista: Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias	139

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.....	140
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista – Ministério da Educação	141
APÊNDICE D - Roteiro: grupo focal – Conselhos Escolares	142
ANEXO A – Atribuições do NACE	143
ANEXO B – Resolução Nº 2.813/95	144
ANEXO C – Cartilha do conselho escolar – SME	145
ANEXO D – Entrevista: Secretaria Municipal de Educação – Duque de Caxias	150
ANEXO E – Entrevista: Escola Municipal Barro Branco	177
ANEXO F – Entrevista: Escola Municipal localizada no 1º Distrito	194
ANEXO G – Entrevista: Coordenação do PNFCE/MEC	202
ANEXO H – Grupo Focal: Conselho Escolar/EMBB	231
ANEXO I – Planejamento: Grupo de Estudos/EMBB	242

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um percurso de vida tanto pessoal como profissional, no qual foram experienciados variados recursos, dentre os adquiridos como discente em uma escola pública, como docente em um curso de ensino superior e como estudante no programa de Mestrado da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ).

Há alguns anos, especialmente nas escolas públicas, o Diretor era a figura máxima e, portanto, estabelecia uma dinâmica baseada em ordens e obediência a elas, na qual as relações eram “hierárquicas de mando e submissão” (Paro, 2004, p.100). Conseqüentemente, gerava-se um clima de medo e subserviência não só entre os funcionários, mas também entre os alunos e, principalmente, entre os seus familiares que só entravam na escola quando convocados para participar das reuniões de pais: do contrário, o portão era o limite.

Passado o tempo, ainda hoje observam-se mudanças nas relações entre os atores escolares, conquanto, em muitos aspectos, ainda persista a lógica de há alguns anos. Essas impressões foram construídas por meio de sensações pessoais, que ganharam certa robustez por meio de ações mais diretas, resultantes das práticas pedagógicas tanto docentes, à frente da disciplina Gestão Democrática da Educação¹, como discentes, nos cursos de pós-graduação².

Foi então que, ao pensar na associação das ações articuladas na escola por meio da integração das comunidades escolar e local e também das instâncias do poder público, em prol, não só de uma educação de qualidade, mas também de uma formação cidadã, a gestão democrática da educação pública ganhou forma, como temática de estudos e pesquisas. Assim, ainda como uma tese ampla, surgiu o desejo de investigar os fundamentos teóricos e metodológicos para confirmar, refutar, aprofundar ou, até mesmo, negar essa possibilidade de articulação.

Um movimento inicial com vista a melhor delimitar o campo de abrangência dessa tese, consistiu em um levantamento bibliográfico para a verificação do “estado da arte” da Gestão Educacional. Esse levantamento desvelou a existência dos Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A leitura desse

¹ Esta disciplina integra a grade curricular do curso de Pedagogia da UERJ.

² Os cursos referidos são a Especialização em Docência Superior, na Universidade Estácio de Sá, e Mestrado em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas, na FEBF/UERJ.

material de formação, produzido pelo Ministério da Educação (MEC), fez com que uma série de reflexões e indagações começasse a vir à tona, como, por exemplo, a necessidade de verificar qual a importância e o aproveitamento de sua constituição por parte das comunidades escolar e local.

Essa necessidade implicou uma primeira pesquisa, realizada como uma das atividades do trabalho de avaliação dos alunos do curso de Pedagogia, na UERJ, em 2007. Tal atividade, em linhas gerais, consistiu na leitura dos cadernos elaborados pelo MEC, na construção de questionário com foco principal no conteúdo de cada um deles com vista a verificar se a escola havia desenvolvido seu Projeto Político Pedagógico e participava do Programa promovido pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. A finalização dessa atividade era uma comunicação que constava da disseminação do conteúdo de cada Caderno, das impressões acerca do questionário realizado em uma ou duas escolas públicas de municípios do Estado do Rio de Janeiro e de uma síntese do grupo versando sobre a consonância da realidade escolar concernente à Gestão Participativa.

Esse trabalho revelou algumas situações peculiares como, por exemplo, a reticência do corpo de profissionais das escolas, tanto municipais como estaduais, especialmente de seus diretores, em permitir a realização das entrevistas, ou ainda, a quase completa falta de incorporação do Projeto Político Pedagógico à rotina escolar. De modo geral, ficou evidente, de uma forma praticamente unânime, o fato de os entrevistados não só desconhecerem os Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, como também ficarem surpresos com tal iniciativa do Governo Federal. Ademais, a concepção de participação da comunidade foi quase exclusivamente fundada na integração do Colégio Eleitoral por meio do qual se escolhem os diretores das escolas.

Em tese, as mazelas identificadas ficariam resolvidas com o estabelecimento e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, os quais, em resumo, têm como atribuição deliberar sobre as questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, além de expressarem o pensamento da comunidade nas diversas questões do dia-a-dia, nos espaços escolares e comunitários.

Destarte, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, as definições das prioridades para o gasto da verba pública e o acompanhamento da prestação de contas constituem o cerne das relações do Conselho Escolar e da Direção, mas não se restringe a esses aspectos uma vez que outras questões, como o rendimento

escolar, a violência urbana e suas consequências no interior da escola, a alimentação escolar, a cidadania, por exemplo, são imprescindíveis para a construção de um cotidiano escolar que seja identificado pela comunidade como seu projeto de escola.

A SEB, que compõe o quadro de secretarias do MEC, mantém como objetivo assegurar a formação basilar aos cidadãos, para que estes posteriormente tenham condições de prosseguir em seus estudos. Ela indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Plano Nacional de Educação (PNE), ambos em consonância com a Constituição Federal de 1998, como os documentos norteadores desse processo. Dessa forma, é possível depreender que há um estímulo em promover a parceria dos sistemas de ensino estadual e municipal com o MEC, o qual auxilia financeiramente os programas e projetos que os respectivos sistemas vierem a executar.

Atualmente, dentre vários outros programas, o MEC incentiva o fortalecimento dos sistemas de ensino pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), que dissemina a necessidade e a importância da implementação dos Conselhos Escolares.

Esse conjunto de informações, adquirido de maneira meio errática, serviu de base para a estruturação de uma proposta de projeto de pesquisa orientado por algumas questões referenciais, o qual foi apresentado como um dos requisitos para o ingresso no Programa de Mestrado da FEBF/UERJ.

A escolha da Gestão Democrática da Educação, via Conselhos Escolares como fonte de investigação e análise, justifica-se pela própria importância que a sociedade assume em ter, na escola, o instrumento de superação de sua condição social e de se libertar das amarras da perpetuação do *status quo* e da corrente ideológica vigente nas políticas públicas educacionais.

Em linhas gerais, uma vez que os Conselhos Escolares têm de existir, por força da lei, este estudo objetivou investigar a formação dos seus integrantes para exercerem de maneira efetiva suas variadas atribuições. Para tal, buscou-se elencar elementos, considerados basilares, para analisar essa formação por meio da estruturação dos conselhos escolares para esta pesquisa, verificando as ações realizadas para a implantação do PNFCE nas Escolas Municipais de Duque de Caxias, identificando também as consequências dessa implantação e examinando

as relações estabelecidas entre os órgãos dos sistemas de ensino, a partir da execução desse programa.

Assim, as questões que orientaram a pesquisa foram:

Como se deu o processo de organização e implantação dos Conselhos Escolares no Sistema de Ensino de Duque de Caxias?

Quais foram as ações realizadas para realizar a formação dos Conselheiros Escolares?

Como se estabeleceram as relações entre os sistemas de ensino, Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares?

De que modo as escolas de Duque de Caxias se apropriaram do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares?

Quais as conseqüências percebidas em relação à adesão ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares pelo Município de Duque de Caxias?

A metodologia que viabilizou essa investigação buscou a compreensão de subsídios legais que constituem o discurso oficial, divulgado pelos documentos e órgãos dirigentes da Educação. A presença dos autores que tratam da gestão democrática da educação, juntamente com os aportes que permitem a contextualização histórico-política e sociológica da Educação, permitiu a construção do cenário no qual o objeto de pesquisa vem se estabelecendo, dando-se a partir da edificação do planejamento da disciplina Gestão Democrática da Educação e do manuseio dos Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Por isso, foi necessário dialogar com várias particularidades como, por exemplo, a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e, também, as análises das políticas públicas em Educação nas esferas municipal, estadual e federal.

As temáticas: Democracia, democratização da Educação, gestão democrática, conselhos escolares, participação, cidadania, descentralização e transparência na política educacional no Brasil foram examinadas com o intuito de embasarem o esforço interpretativo das observações e análises. Para tal, foram privilegiados autores como Aguiar (2008); Bobbio (1992, 2007); Bonavides (2005); Cunha (2009); Dahl (2001); Fávero (2002); Ferreira (2006); Hora (2007); Libâneo (2004); Paro (2004); Pinsky (2008); Saviani (1998) dentre outros, além de

documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as portarias e resoluções que tratam da implantação dos Conselhos no Município de Duque de Caxias, o Plano Nacional da Educação – PNE e, também, os programas do Ministério da Educação, que, direta ou indiretamente, estabelecem vínculo com a formação dos Conselheiros Escolares e a prática da gestão democrática da educação.

A observação da prática da gestão escolar e da dinâmica que envolve os Conselheiros Escolares no dia a dia da escola foi realizada em duas escolas municipais do Município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. O foco dessa observação foi estabelecido em torno das formas de participação da comunidade escolar no processo educativo e a maneira utilizada para a delimitação das prioridades que norteiam as atividades pedagógicas, o planejamento e a utilização dos recursos financeiros, além do papel do Conselho escolar neste processo.

A realização de entrevistas semiestruturadas nas escolas, na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, junto ao Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares (NACE) e, no MEC, com a Coordenação do PNFCE, tiveram o intuito de reunir elementos que constituem ou circundam a realidade em torno da implantação dos Conselhos Escolares nas escolas do Município em questão e a verificação das ações para a formação dos Conselheiros nas Escolas na Rede Municipal de Ensino de Caxias.

Como o objeto da pesquisa foi a formação dos integrantes dos Conselhos Escolares nas escolas, foi essencial o acompanhamento das reuniões e de suas ações no dia a dia das mesmas. Assim, aos procedimentos inicialmente previstos no projeto, foi incorporada uma técnica que propiciou um contato mais direto que permitisse maior aproximação com a fala do grupo, permitindo assim a obtenção de informações e percepções diretas dos conselheiros. Essa técnica foi o grupo focal da pesquisa, pois em conformidade com Gomes e Barbosa (1999), por meio dela, se podem revelar as percepções dos participantes, o que foi fundamental para que, de forma descontraída, fossem obtidas as impressões dos Conselheiros.

Neste trabalho, no capítulo 1, é apresentado o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, desde a estrutura organizacional, seus objetivos e também suas principais ações a partir de sua implantação em 2004. Além disso, há uma descrição do conteúdo dos Cadernos e outras publicações do

Programa, uma breve análise de suas principais ações e o exame de autores que já contribuíram com suas observações, não somente do PNFCE, mas também do cenário político, além do processo de construção da gestão democrática, que está vinculada à origem da Democracia e, também, a outros componentes de variadas áreas do saber.

No capítulo 2, intitulado “O princípio da gestão democrática e a centralidade dos conselhos escolares no interior das escolas”, é exposto de forma contextualizada o desenvolvimento da Democracia e da gestão democrática ao longo das últimas décadas no País, além de verificar a constituição da agenda do MEC na consolidação desse processo.

No capítulo 3, trata-se especificamente da pesquisa de campo, na qual são apresentados os dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, nas duas unidades escolares da rede municipal de ensino e na Coordenação do PNFCE.

Ao final, a título de conclusão, são propostas algumas considerações em processo que representam o desvelar de possibilidades de futuras intervenções, estudos e pesquisas.

1 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

A Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC criou o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) pela Portaria Ministerial Nº 2.896/2004, que definiu o Conselho Escolar como órgão responsável pela execução e a manutenção da escola. O PNFCE não só compreende a necessidade de incentivar a implantação de Conselhos Escolares nas escolas de educação básica da rede pública de ensino, como, ao mesmo tempo, incentiva tanto o fortalecimento dos Conselhos existentes, quanto a formação dos Conselheiros.

Este capítulo tem o propósito de delinear o funcionamento do Programa em tela, sua proposta de atuação e metodologia implementada como estratégia para atingir os objetivos propostos pela Coordenação do referido programa, que são elementos fundamentais para construção da investigação empreendida nesta pesquisa - a formação dos Conselheiros no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Traz também uma breve descrição das publicações, a saber: um Caderno Instrucional voltado para os dirigentes e técnicos das Secretarias de Educação dos Municípios e Estados, que, hoje, totalizam 12 Cadernos voltados para a formação dos Conselheiros Escolares e outras publicações complementares, cujas temáticas abordam a qualidade em Educação, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, além de uma publicação que apresenta o resultado de experiências bem-sucedidas em práticas educativas a partir do resultado da Prova Brasil.

A SEB, que compõe o quadro de secretarias do MEC, tem como objetivo precípuo, assegurar a formação básica aos cidadãos, para que estes, posteriormente, possam viver em condições plenas de exercer a cidadania³. A Constituição Federal de 1998 é um dos principais documentos norteadores desse processo e, dessa forma, é possível subentender que há um estímulo em promover a parceria dos sistemas de ensino estadual e municipal com o MEC; além disso, auxilia financeiramente os programas e projetos que os respectivos sistemas ou executam ou vierem a executar.

³ Disponível no Portal MEC.

Desde 1995, com a implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), vêm ocorrendo mudanças estruturais na gestão e políticas da Educação. Naquela época, a necessidade de Unidades Executoras (UEXs) tinha como atribuição o recebimento e a administração dos recursos do programa. Santos (2007, p.5) indica uma associação dos termos autonomia e descentralização “à ideia de gerenciamento de recursos, racionalização e desburocratização do aparelho estatal”⁴, o que coloca, tanto Municípios como Estados, em uma posição de gerente e de supervisor em relação às escolas que, nesse novo cenário, atua como administradora, planejando, organizando e controlando a utilização das verbas recebidas.

Em 2004, a SEB incentiva o fortalecimento dos sistemas de ensino pelo PNFCE que dissemina a necessidade e a importância da implementação dos Conselhos Escolares, bem como formação de seus Conselheiros Escolares, lançando aí a perspectiva de que os Conselhos possam contribuir, não só como UEXs, mas também como o local no qual se efetiva a participação dos cidadãos para compartilharem a gestão da escola. Os objetivos do Programa são

Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2010).

Com vista a sua consecução, são realizadas ações voltadas para a capacitação dos Conselheiros escolares com a utilização de material didático – 12 Cadernos Instrucionais, dentre estes, um que se destina aos dirigentes e técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e, os demais, aos Conselheiros escolares, além de um Caderno de Consulta com indicadores de qualidade na Educação.

A SEB do MEC frisa que esse material não é instrucional no sentido de ser seguido à risca, mas sim um aporte que pode contribuir e suscitar elementos necessários para a discussão e a consequente necessidade de rever a constituição

⁴ p. 5 do texto mimeografado fornecido pela autora. O referido texto foi publicado em uma revista portuguesa e consta da Referência da pesquisa.

e atuação dos conselhos existentes, ou até mesmo a sua implantação no caso de ainda não existirem.

O PNFCE foi elaborado a partir de parceria com órgãos e organismos nacionais e internacionais como o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Dourado (2007) aponta um descompasso e uma desarticulação existentes entre o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e os demais Programas e políticas do MEC. Enquanto aquele luta para se manter frente aos Programas estruturados sob a égide gerencial, os demais adotam as diretrizes dos organismos internacionais e, por isso, não se comprometem com a realidade brasileira e também não possibilitam a integração dos sistemas de ensino, já que seguem as diretrizes desses órgãos. Pode-se, então, concluir que se trata de um Programa *genuinamente brasileiro* e que o seu compromisso é interno, ou seja, com o próprio MEC.

A crise financeira e a redemocratização ocorridas nos anos 80 marcaram tanto o desajuste quanto a edificação de mudanças estruturais nos âmbitos político e econômico do. Em relação à gestão pública, foi implementado um modelo que Santos (2007, p.2) esclarece como “uma nova concepção de administração pública centrada em resultados [...] nos moldes empresarias do tipo Toyotista, de qualidade total para a satisfação dos clientes - consumidores dos serviços públicos”. Isso, certamente, associado às recomendações de órgãos internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) dentre outros, incrementou o planejamento e a organização política da Educação nacional de forma mais explícita, a partir dos anos 70, embora já se fizesse presente nos anos 40 implementando projetos econômicos (FONSECA, 1998).⁵

⁵ Em 1995 foi realizado na PUC/SP um Seminário que contou com educadores de vários estados do país produzindo suas compreensões acerca da participação do Banco Mundial nas política educacional em nosso país – O Banco Mundial e as Políticas de Educação no Brasil – o qual gerou uma publicação em parceria entre a Editora Cortez, a PUC-SP e a Ação Educativa.

A formação e a capacitação dos profissionais da Educação constituem um dos eixos resultantes dessa trajetória e passam pela necessidade de imprimir a qualidade na Educação, a qual implica ajustes e desempenhos eficazes do professor, do gestor e do pessoal administrativo da escola, garante-se assim a execução dos projetos e programas de forma a atingir as metas estabelecidas nos planos e legislações da Educação. Ciente dessas questões, assoma o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares no cenário educacional.

A preocupação inicial do Programa, segundo seu Coordenador⁶, estava voltada para a realização de Seminários Estaduais e Municipais de formação e de um Seminário Internacional de Gestão, além de promover a oferta de curso à distância para a formação de Conselheiros.

Também foram organizadas duas publicações: Indicadores da Qualidade na Educação e Conselhos Escolares: uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública, para os dirigentes e técnicos das Secretarias de Educação.

Posteriormente foram publicados cinco Cadernos contemplando os seguintes eixos: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania; Conselho Escolar e a aprendizagem na escola; Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade; Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico e o Conselho Escolar, gestão democrática da Educação e escolha do Diretor. Além desses, o Caderno Indicadores de Qualidade na Educação também destina-se aos conselheiros escolares.

A partir de 2006, foi ampliada a publicação por meio da abordagem das seguintes temáticas: Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação; Conselho Escolar e o financiamento do da educação no Brasil; Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação; Conselho Escolar e a educação do campo; Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social; Conselho Escolar e Direitos Humanos e Conselho Escolar e sua organização em Fórum. Tem-se assim a totalização de doze Cadernos Instrucionais

Merece destaque, no que diz respeito às publicações, a composição do elenco de profissionais envolvidos na elaboração dos Cadernos, com a participação de Genuíno Bordignon, Lauro Carlos Wittmann, Luiz Fernandes Dourado, Márcia Ângela da Silva Aguiar, dentre outros – profissionais que contribuíram com

⁶ A entrevista completa consta dos Anexos.

pesquisas e produção acadêmica acerca do tema de políticas públicas e gestão e analisaram o cenário político e pedagógico dessas temáticas antes de compor a equipe responsável pela elaboração de material do Programa.

O Programa, por meio do material produzido e de sua coordenação, deixa claro que não é seu objetivo utilizar o material publicado como modelo proposto, mas sim, cooperar com o debate e o estudo do princípio da gestão democrática da Educação. Para isso, são vinculados os aspectos da legislação educacional, além das dimensões teóricas, ampliando-os para temas, como a participação da comunidade, os aspectos pedagógicos, a gestão, a criação e a formação dos Conselhos Escolares.

1.1 Os cadernos

A partir de 2004, foi publicado o Caderno instrucional “Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública” para a capacitação dos dirigentes e técnicos das Secretarias municipais e estaduais de Educação. Ao mesmo tempo, publicaram mais seis Cadernos instrucionais destinados aos Conselheiros escolares. São eles: Caderno 1 – Conselheiros Escolares: democratização da escola e construção da cidadania; Caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola; Caderno 3 – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade; Caderno 4 – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico; Caderno 5 – O Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor e um Caderno de Consulta – Indicadores da Qualidade na Educação.

A partir de 2006, novos Cadernos foram publicados: Caderno 6 – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação; Caderno 7 – Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil; Caderno 8 – Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação em educação; Caderno 9 – Conselho Escolar e a educação do campo; Caderno 10 – Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social; Caderno 11 – Conselho Escolar e Direitos Humanos; Caderno 12 – Conselho Escolar e a sua organização em fórum.

1.1.2 Breve descrição e comentários dos Cadernos e outras publicações do programa

Figura: 1
Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública



São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses Conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2004, p. 16).

Esse caderno foi preparado para subsidiar gestores educacionais nas Secretarias Estaduais e Municipais, visando à compreensão, à importância e ao sentido dos Conselhos na gestão da Educação, com o objetivo maior de suscitar a discussão em torno da implantação da gestão democrática como princípio das ações públicas.

Além de informações e de exemplos sobre as experiências bem-sucedidas em torno dessa temática, a obra ainda situa historicamente os Conselhos, analisa leis e levanta questionamentos a partir das experiências existentes em termos de estratégias de gestão democrática e da utilização dos Conselhos Escolares como uma possibilidade de ferramenta estratégica nesse sentido. Dito de outra forma, a promoção da participação e da representação das comunidades escolar e local é o cerne desse processo.

Na primeira parte, trata-se dos Conselhos na Gestão da Educação; na segunda, dos Conselhos Escolares nos Sistemas de Ensino e, na terceira, há algumas questões para discussão como, por exemplo, a democratização do sistema

de ensino, os processos participativos e o significado da representação, dentre outros temas.

Caderno 1

Figura: 2

Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania



Os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade (BRASIL, 2004, p. 34).

Esse caderno está dividido em duas partes. Uma delas trata da realidade brasileira, evidenciando a desigualdade socioeconômica e cultural existente no País, além de situá-la diante da estrutura mundial que posiciona o Brasil como uma nação em desenvolvimento, mas ainda dependente dos países que lideram a economia mundial. Aborda também a questão da função social da escola pública em todos os seus níveis de ensino, ressaltando a sua responsabilidade social na construção, não só do conhecimento, mas também da cidadania e da democracia participativa por meio da gestão democrática na escola. Além disso, traça um panorama estrutural da atuação dos Conselhos nos diversos níveis organizacionais da administração da Educação, favorecendo assim a compreensão da realidade na qual o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares atuará, tendo por base a legislação educacional, incluindo o significado do Programa, seus objetivos, limites e possibilidades.

Na segunda parte, os autores tratam dos Conselhos Escolares, suas funções, dimensões e funcionamento. A partir da compreensão da composição dos Conselhos e de suas atribuições, não só no espaço escolar mas também no da

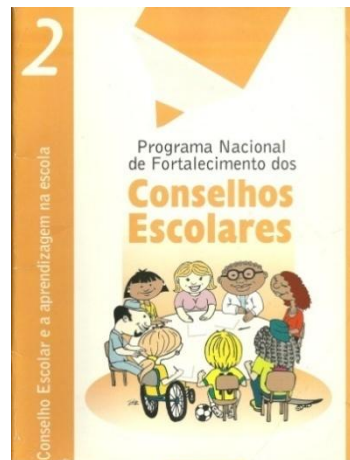
comunidade local, os autores convidam todos a perceberem que é o envolvimento coletivo o grande responsável pela busca e construção de um espaço escolar que corresponda às necessidades e, a partir da cooperação e participação, criarão as ferramentas para a superação dos problemas sociais.

Também orientam como se deve estabelecer a criação dos Conselhos escolares, além de caracterizarem os critérios a serem considerados na escolha dos respectivos membros. Finaliza exemplificando uma série de atribuições do órgão. Enfim, a ideia central tratada nesse Caderno é a de que a parceria das comunidades local e escolar é essencial para a construção da escola, de modo correspondente às necessidades dos alunos.

Caderno 2

Figura: 3

Conselho Escolar e a aprendizagem na escola



É preciso romper com a lógica massificadora da escola, que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas dos atores sociais que agem no seu interior. É preciso respeitar e criar condições para o desenvolvimento das potencialidades e para o atendimento das necessidades específicas dos estudantes. Assim, o respeito ao pluralismo torna-se garantia de um ambiente efetivamente democrático na escola (BRASIL, 2004, p. 24).

Esse Caderno tem por objetivo principal guiar o Conselho Escolar a instrumento capaz de promover a prática da “gestão democrática colegiada”, inclusive no acompanhamento da prática educativa que se desenvolve na escola. Primeiro, há um resgate dos conceitos do Caderno 1 para, então, fazer o encaminhamento de reflexões acerca do que segue.

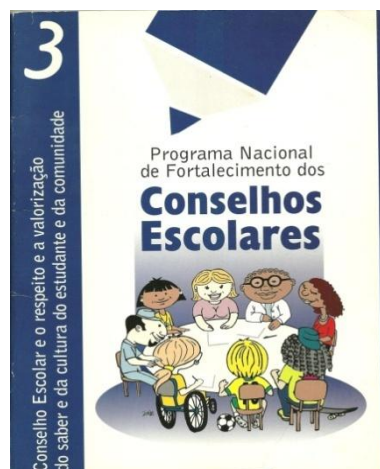
Qual é a principal função do Conselho Escolar?, Como garantir a unidade da prática social da Educação?, Como lidar com as diferenças que marcam os sujeitos que participam do processo educativo?, Na prática educativa, quem ensina e quem aprende?, Que qualidade é própria de uma educação emancipadora?, O que avaliar na prática educativa?, Que dimensões e aspectos podem ser parâmetros para esse acompanhamento? e Como tornar transparente as ações da escola? (BRASIL, 2004, p. 12).

A partir dessa proposta reflexiva, desenvolve-se a temática sobre a função político-pedagógica do Conselho Escolar – o respeito às diferenças, a unidade do trabalho escolar, o sentido de qualidade da educação, aprendizagem, avaliação, dimensões do processo educativo –, e a maneira de se construir a transparência das ações do Conselho Escolar.

Caderno 3

Figura: 4

Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade



A cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são parte integrante e indispensável do currículo de uma escola que contribui para a formação humana das crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2004, p. 11).

O Conselho Escolar agrega todos os segmentos da escola além de reuni-los à comunidade local. Por isso, esse Caderno integra ao seu conteúdo a valorização e a integração do saber do estudante ao patrimônio cultural local e situa a responsabilidade do Conselho nessa empreitada; está dividido em 3 partes: formação humana e os desafios a superar no âmbito da escola, a pedagogia da emancipação na escola e o encontro dos saberes.

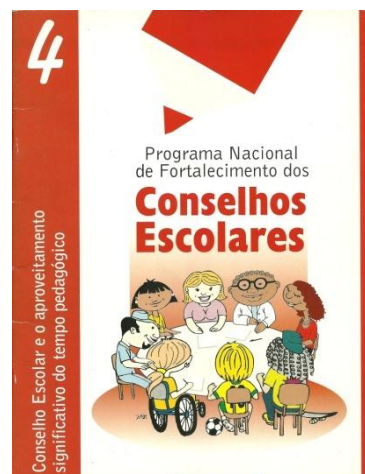
Parte da compreensão da Educação produzida historicamente ao longo da existência humana enfatizando que o respeito é a base para reunir e valorizar a cultura local e o saber do estudante, a fim de possibilitar oportunidades para ampliar o conhecimento, a convivência com as diferenças de forma a superar a exclusão e a discriminação. Apresenta também uma reflexão significativa acerca da inclusão, a partir do entendimento de que a Educação é um processo mais amplo e não se restringe ao espaço escolar, desenvolvendo o questionamento sobre qual seja a função da escola na formação das pessoas na medida em que ela não é a única responsável por essa formação, mas é o espaço em que, essencialmente, se promove a aprendizagem. Finaliza com a demonstração da importância dos aspectos anteriores, trazendo o questionamento sobre como é que se aprende, indicando uma reflexão em torno do que é conhecimento, sua socialização e relação com o cotidiano, Indica também que é necessária a promoção de situações para que os estudantes tenham condições de confrontar os diferentes saberes.

Esse Caderno assume a compreensão de que o mais importante é o processo de construção que, conseqüentemente, acarretará a aprendizagem, e o papel do Conselho Escolar é cuidar para que este processo ocorra tornando-se co-responsável por meio de ações e de parcerias de respeito e construção coletiva.

Caderno 4

Figura: 5

Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico



À escola é atribuída a tarefa imensa de favorecer aos estudantes a compreensão do movimento dialético que impregna as relações entre o homem, a natureza e a cultura no continuum do tempo (BRASIL, 2004, p. 44).

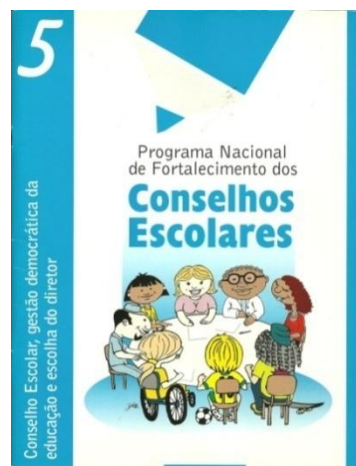
A ideia principal desse exemplar é a de contribuir, por meio de problematizações e exemplos que permitam “ouvir a escola”, para que se promovam discussões e práticas do Conselho Escolar voltadas para o exercício democrático. O conteúdo escolhido para tal exercício não poderia ser mais pertinente, a cidadania, com a compreensão de que a escola é um espaço de exercício do direito a ela.

Esse Caderno também se dedica à organização da escola e do tempo pedagógico e à participação do Conselho Escolar nesse processo. É necessário ter atenção voltada para vários aspectos do cotidiano do ano letivo, em nível macro, nos sistemas de ensino e, em nível micro, nas escolas. Ao longo do ano letivo, vários aspectos constituem o “tempo pedagógico”, como o currículo, a avaliação de vários aspectos do processo ensino-aprendizagem, das ações pedagógicas, das finalidades do Projeto Político-Pedagógico, dentre outros.

Caderno 5

Figura: 6

Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor



Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior. Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir: infra-estrutura adequada, quadro de pessoal qualificado, apoio estudantil.

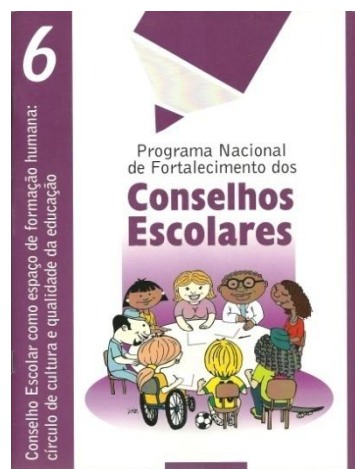
Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal (BRASIL, 2004, p. 15).

“Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de democratização da escola, em especial do Conselho Escolar e dos processos de escolha de diretores por meio da análise dos desafios, limites e possibilidades da gestão democrática” (Caderno 5 do PNFCE, 2004, p. 11) constitui o principal objetivo desse Caderno, que, a partir da compreensão de que a gestão é "um ato pedagógico", analisa a “*Gestão Democrática: a participação cidadã na escola*” em que trabalha a questão legal como base da gestão democrática e o papel social da Educação e da escola; a “*Gestão democrática: aprendizagem e exercício da participação*” apresentando a gestão democrática como resultante da participação oriunda dos processos coletivos de tomada de decisão e de luta política dos movimentos sociais; a “*Gestão democrática e a escolha dos Diretores*” expõe as formas de provimento ao cargo de diretor, os mecanismos que promovem a participação e o papel dos Conselhos Escolares na promoção da gestão democrática e, finalizando, a “*Gestão democrática e a autonomia da escola*” na qual dinamiza a participação do Conselho Escolar na escolha dos dirigentes da escola, na implementação da gestão democrática e na articulação entre ambos, Conselho e Diretor da escola.

Caderno 6

Figura: 7

Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação



A formação dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores não docentes, assim como dos agentes da comunidade local, em especial dos membros do Conselho Escolar, se dá:

* Na ATUAÇÃO COLETIVA como membros participantes co-responsáveis pelo trabalho educativo escolar, e

* em MOMENTOS ESPECÍFICOS DE FORMAÇÃO, para os quais sugerimos a metodologia dos Círculos de Cultura (BRASIL, 2006, p. 19).

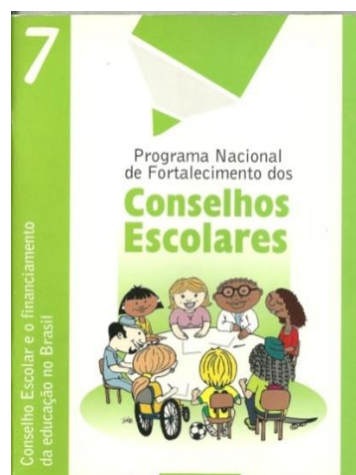
A principal proposta desse exemplar é promover a reflexão e a formação contínua dos Conselheiros Escolares, partindo do pressuposto de que todos devem ter “o direito de e o dever de contribuir para ampliar e garantir a qualidade da prática educativa escolar e a inclusão universal” (BRASIL, 2006, p. 11).

Além disso, aprofunda um pouco mais a questão da gestão da Educação e a formação continuada dos agentes sociais, enfatizando a necessidade de formação contínua dos Conselheiros, apresentando um passo a passo da metodologia científica da pesquisa (Problematização: diagnóstico e investigação, Tematização: reflexão e estudo e Intervenção: programação e prática), não com o objetivo de normatizar os procedimentos, mas como a oportunidade de conhecer os procedimentos a fim de se tornarem pilares para a construção da autonomia do grupo.

Caderno 7

Figura: 8

Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil



É indispensável a participação da comunidade no acompanhamento e fiscalização dos recursos que são destinados à educação e, particularmente, à manutenção e desenvolvimento no ensino (BRASIL, 2006, p. 42).

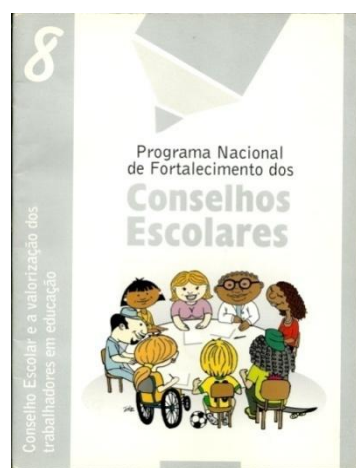
Esse Caderno traz para os membros do Conselho Escolar, esclarecimentos básicos sobre o financiamento da educação básica no Brasil, situando a importância de seu papel na promoção do direito à Educação como uma de suas atribuições e conquistas.

O caderno está dividido em quatro unidades: a primeira mostra a organização e a estrutura do ensino brasileiro em seus níveis de ensino, alguns aspectos da LDB/96, além da organização e responsabilidades dos entes federados (Municípios, Estados e União); a segunda trata do financiamento da educação básica, seus limites e possibilidades a partir da articulação da CF/88, da LDB/96 e de um resgate histórico da “Educação como um direito” e do “Financiamento da educação no Brasil”, do esclarecimento do processo orçamentário, de como é executado e a precedência existente da colaboração entre os entes federados na promoção de parceria com vista à Educação e à administração dos recursos destinados a esse fim; a terceira fomenta a análise conjunta dos diferentes segmentos da escola, mais especificamente com os Conselheiros escolares, as questões relativas ao planejamento participativo e à prestação de contas dos Programas e projetos governamentais. Já a quarta e última unidade, promove a discussão sobre o planejamento e a gestão financeira, a gestão democrática e a transparência na utilização dos recursos financeiros, além do estabelecimento das prioridades da escola.

Caderno 8

Figura: 9

Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação



Valorizar o trabalho escolar unificado é valorizar professores, especialistas e funcionários como SUJEITOS DA AÇÃO EDUCACIONAL. É construir uma escola cidadã, em que todos – pais, professores, funcionários e estudantes – se conscientizem do seu papel e da sua contribuição para as mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dela (BRASIL, 2006, p. 44).

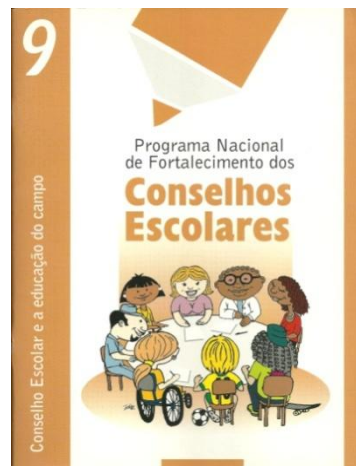
Esse exemplar trata especificamente do papel e da importância dos Conselhos Escolares. Mostra, ainda, a necessidade da sua ação reflexiva em torno da trajetória histórica e das atuais circunstâncias dos profissionais da Educação. A proposta desafiadora desse Caderno é promover a discussão coletiva em toda a comunidade escolar, difundindo as questões críticas dos profissionais do magistério e as perspectivas que poderão modificar e propiciar a construção democrática, não só do espaço educacional mas em toda a sociedade.

O Caderno relaciona trabalhadores da educação básica, traz a evolução histórica da desvalorização/valorização dos trabalhadores desse nível de Educação, apresenta a legislação - CF/88, a LDB/96 e Projetos de Lei -, e finaliza com o papel dos Conselhos Escolares na promoção do debate e aprofundamento da compreensão acerca do processo de valorização por meio da participação e da integração da comunidade escolar.

Caderno 9

Figura: 10

Conselho Escolar e a educação do campo



A função de mobilização da comunidade escolar e local é também fundamental para o envolvimento de todos os segmentos, tanto na indicação de prioridades quanto na construção das condições para a execução das ações deliberadas (BRASIL, 2006, p. 52).

O principal objetivo desse Caderno é instrumentalizar o Conselho Escolar para sua atuação na promoção da gestão democrática nas escolas rurais. Para alcançar essa finalidade, a organização reflexiva do material está consubstanciada

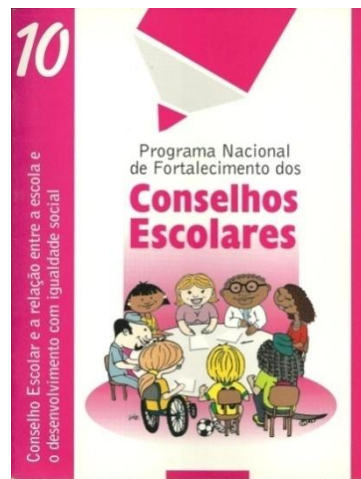
em três blocos, a saber: “O campo e a educação do campo”, “Gestão democrática e Conselho Escolar” e “O Conselho Escolar e o acompanhamento pedagógico”.

O primeiro bloco delimita a concepção de campo adotada pelo Caderno, apresenta a realidade social, a concepção de Educação e as estatísticas recentes e as atuais políticas para a Educação no Campo. O segundo aborda a compreensão da democratização da Educação, o que constitui a gestão democrática, seus mecanismos e como poderia ser a composição e as funções do Conselho Escolar na Escola do Campo. Já, o terceiro bloco, contempla o sentido de qualidade na Escola do Campo e como ela se organiza de uma forma diferente das escolas urbanas; como o Conselho Escolar atua na construção, na reflexão sobre conteúdos e metodologias no PPP e como são encaminhadas questões da sala de aula e a abrangência da avaliação no referido documento.

Caderno 10

Figura: 11

Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social



Muito embora o Brasil, nas últimas décadas, tenha avançado no tocante à garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, há certamente um longo caminho a percorrer para que sua aplicabilidade seja universal (BRASIL, 2006, p. 19).

A Igualdade é o tema central desse Caderno. A abordagem desse tema se dá a partir do resgate histórico na evolução da sociedade e da sua compreensão nos dias atuais, de aspectos da legislação brasileira e da análise, não só do caso brasileiro, mas também do de outros países.

O estudo objetiva propiciar a reversão da desigualdade social por meio da participação no “desenvolvimento de políticas públicas que visem à superação das desigualdades que se manifestam em todos os setores” (BRASIL, 2006, p. 11).

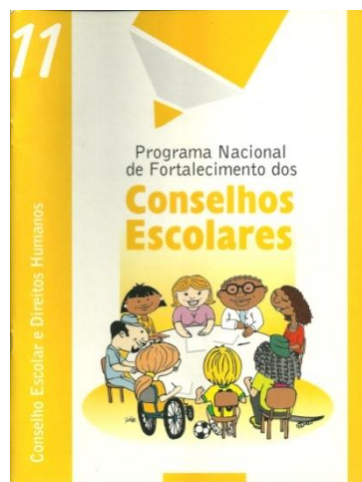
A função dos Conselhos Escolares na promoção da Igualdade gira em torno da promoção de debates junto à comunidade escolar e do reconhecimento desse espaço como mecanismo de reprodução das desigualdades, o que o torna capaz de agir no sentido de superá-las e enfrentá-las.

A organização das discussões está distribuída em três temas: “Desenvolvimento com igualdade social: de que estamos falando?”, “A garantia do acesso a uma escola de qualidade” e “O Conselho Escolar: incentivador da articulação escola/sociedade”, com a compreensão de que a escola é o espaço no qual são vivenciadas e reproduzidas as contradições sociais, tornando-se efetivamente capaz de enfrentar o desafio de questionar o senso comum e de desenvolver o projeto institucional com a perspectiva de superar as desigualdades sociais.

Caderno 11

Figura: 12

Conselho Escolar e Direitos humanos



A cidadania, por sua vez, para ser exercida plenamente, de forma ativa, precisa da garantia de espaços de participação democráticos, como também da conscientização de seus cidadãos e cidadãs para atuarem como sujeitos de direitos. A promoção dos Direitos Humanos, portanto, contribui para o exercício da cidadania ativa (BRASIL, 2008, p. 19).

Esse Caderno, diferentemente dos demais, foi resultado de parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

A abordagem do tema justifica-se pelo importante papel exercido pela escola tanto na construção e formação do cidadão como na consagração, cada vez mais presente, dos direitos humanos, marcadamente como um direito universal. A presença de organismos internacionais e o fenômeno da globalização possibilitam a internacionalização dos direitos humanos, que se sobrepõem aos direitos individuais das nações. Dessa forma, as questões deixam de ser restritas a um determinado país ou Governo, passando a universais.

O papel dos Conselhos Escolares na promoção dos direitos humanos é tarefa intrínseca por seus princípios de participação, de Democracia, da ética e do respeito à pessoa humana, além de estabelecer as ações e práticas escolares voltadas para a construção e articulação dos diferentes interesses presentes na escola. O Conselho é o órgão vigilante que deve denunciar as violações dos direitos humanos e promover a educação em e para os direitos humanos.

O Caderno está organizado em três partes: a primeira trata dos “Direitos Humanos e a Educação”, partindo de um resgate histórico do desenvolvimento dos direitos humanos e da importância de sua aproximação com a Educação. A segunda aborda a Educação em Direitos Humanos, seus princípios e aspectos conceituais e metodológicos da Educação em direitos humanos no espaço escolar. A terceira parte desenvolve o papel do Conselho Escolar na promoção dos direitos humanos, retomando conceitos como cidadania, participação e Democracia, o espaço escolar como espaço de construção da cidadania e promoção da Educação como um direito humano, além de estabelecer o Conselho Escolar como instância essencial para concretização do mesmo.

Caderno 12

Figura: 13

Conselho Escolar e sua organização em Fórum



Não iremos muito longe se não passarmos a pensar historicamente. Pensar historicamente implica pensar coletivamente. Essa perspectiva nos sugere pensar em construir uma equipe que crie raízes em torno de um projeto político de educação (BRASIL, 2009, p. 23)⁷.

Esse Caderno apresenta um mapa para a mobilização e a organização de um Fórum que promove a participação e a troca de experiências em torno dos Conselhos Escolares. Segundo os autores, não é uma tentativa de sistematizar uma receita para criação dos Conselhos, mas, sim, a divulgação de possibilidades, de sugestões e experiências que possam promover o diálogo com o objetivo de colaborar com as escolas e redes de ensino que ainda não criaram o Conselho Escolar.

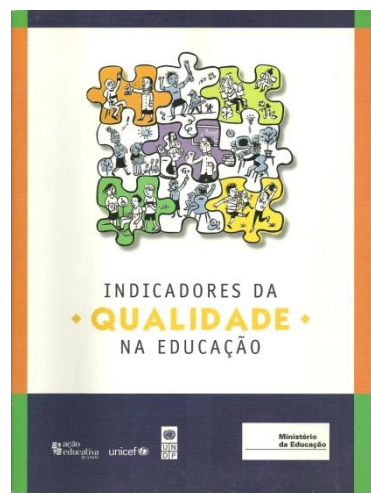
A organização desse volume está dividida em duas partes: A primeira, denominada “Raízes e processos de criação e movimentação do Conselho Escolar”, ressalta a importância do cuidado na construção do Conselho Escolar, do papel do gestor e de seu vice como organizadores do Grupo Articulador; traz ainda reflexões acerca da relação entre Conselho Escolar e Unidade Executora. A segunda parte, intitulada “Raízes e processos de criação e movimentação do Fórum de Conselhos Escolares, apresenta a concepção política e educacional dos Conselhos Escolares, o papel dos Fóruns como agente mediador entre a comunidade escolar e local com

⁷ Só está disponível no Portal MEC.

o Governo, a importância dos Fóruns, além de compartilhar algumas experiências e caminhos já trilhados para sua construção.

1.2 Outras Publicações

Figura: 14
Indicadores da Qualidade na Educação



Essa publicação foi resultado de uma parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Ministério da Educação – Inep/MEC – e a Ação Educativa. A revista traz esclarecimentos básicos e conceituais sobre o que é qualidade, o que é qualidade em educação, o que são indicadores e a importância da participação da comunidade escolar na definição sobre a qualidade na escola. Apresenta também esclarecimentos para que todos aprendam a usar os Indicadores de Qualidade em sete dimensões: Ambiente educativo, Prática pedagógica, Avaliação, Gestão Escolar Democrática, Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, Ambiente físico escolar e Acesso, permanência e sucesso na escola. A parte final contém uma sugestão metodológica para trazer de volta alunos que abandonaram a escola, exemplo de tabulação de questionário, informações e endereços sobre onde as escolas podem encontrar informações sobre a própria escola e rede de ensino, além da bibliografia utilizada para composição da referida revista.

Figura: 15
Indicadores de Qualidade na Educação
Dimensão: Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita – Ensino Fundamental



Partindo da compreensão de que saber ler e escrever são habilidades essenciais para as pessoas, essa publicação compreende os indicadores e perguntas que permitem traçar o perfil da organização institucional em suas várias instâncias e, com isso, apontar as ações adequadas à proposta pedagógica da escola, de forma comprometida com os estudantes, suas famílias e com a equipe escolar, tanto pedagógica como a de gestão.

O Conselho Escolar, por sua natureza, viabiliza a promoção da participação e é, portanto, um grande aliado em todas as etapas e atividades que visam à concretização da proposta pedagógica construída no espaço escolar e, conseqüentemente, estará presente também na promoção da melhoria de condições, sejam elas de natureza física, pedagógica ou administrativa.

Figura: 16
Aprova Brasil - O direito de aprender
Boas práticas em escolas públicas avaliada pelo Prova Brasil



Resultado da parceria entre o Ministério da Educação e o UNICEF, foi promovido o estudo intitulado *Aprova Brasil, o direito de aprender*, que selecionou trinta e três escolas em todo o País, a partir do resultado obtido no Prova Brasil, que apresentaram práticas que auxiliam as crianças em seu desenvolvimento.

O objetivo do estudo foi o de “identificar aspectos relacionados à gestão, à organização e ao funcionamento de escolas que possam ter contribuído para a melhor aprendizagem dos alunos” (Relatório do Estudo, 2006, p. 6.)⁸, nas escolas selecionadas. A principal busca foi a dos fatores comuns que promoveram os bons resultados nessas instituições. A escolha das escolas não ficou exclusivamente atrelada ao resultado final do exame nacional, mas também ao cruzamento das informações socioeconômicas dos alunos, do Município onde está localizada a escola, dos alunos e desempenho médio dela que, juntos, conferem o IEE. A partir destes critérios, a pesquisa foi implementada nas escolas que obtiveram o IEE positivo a partir das sete dimensões: o ambiente educativo, a proposta pedagógica, as formas de avaliação, as formas de gestão, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola, o ambiente físico da escola e as condições de acesso, sucesso e permanência nas escolas.

⁸ Disponível no Portal MEC: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/aprobr.pdf

Acreditar na capacidade do outro, ter um corpo docente capacitado e buscar o aprimoramento por meio de práticas pedagógicas inovadoras associadas ao gostar do que os alunos desenvolvem pelo espaço escolar são alguns dos fatores e aspectos apontados para sucesso nas escolas que participaram do estudo.

O resultado da pesquisa elenca três aspectos fundamentais para o sucesso das escolas: o papel basilar do professor no projeto político pedagógico da escola, que inclui projetos especiais vinculados aos interesses e realidades dos alunos; a participação, o envolvimento e o empenho dos estudantes e o envolvimento ativo dos pais numa efetiva relação de troca e parceria com a comunidade.

1.3 Análise

De maneira geral, as temáticas tratadas nos Cadernos do PNFCE são pertinentes e relevantes, favorecem a reflexão e o aprofundamento de conhecimentos, tanto para a implantação de Conselhos quanto para os já existentes, incentivando a busca dos conceitos e estimulando ações em parceria que permitem a integração de toda a comunidade escolar.

O primeiro bloco publicado, Cadernos 1 ao 5, continha informações básicas e conceituais necessárias para a formação inicial. A partir do sexto Caderno, percebe-se que a escolha dos temas surgiram a partir da experiência em exercício do Programa em relação à demanda nacional dos Conselhos Escolares. A pertinência dos temas tratados até agora tem sido a tônica desse programa que evidencia a importância da prática da gestão democrática, estimulando a participação no cotidiano escolar, trazendo a reflexão e ressaltando o indivíduo cidadão e as práticas de construção da cidadania numa participação coletiva no processo de construção do projeto político pedagógico da escola.

A linguagem dos Cadernos é um dos aspectos favoráveis à sua utilização, pois são de fácil acesso e compreensão, tornando agradável o seu manuseio.

Tanto os autores que participaram da escrita dos Cadernos como as referências utilizadas por eles, constituem com propriedade seus estudos e produção acadêmica na área de educação e políticas públicas da educação, o que favorece não só a profundidade mas também a construção do Estado da Arte em torno dos Conselhos Escolares.

O Programa não se atém somente aos Cadernos, aliás, a partir das observações da Pesquisa, averiguou-se que as escolas que compuseram a observação, não possuíam os referidos Cadernos e, somente, uma tinha conhecimento de sua existência.

Os encontros para capacitação de Conselheiros, tanto na forma presencial como à distância, acontecem desde 2005. Nesses encontros, que ocorrem por meio de visitas aos Municípios e Estados e também por convocação do MEC, para treinamento em Brasília, os profissionais deste Ministério fazem o treinamento dos técnicos das Secretarias de Educação.

Aguiar (2008) produziu um texto publicado em Curitiba, no qual fez o exame do PNFCE, considerando-o como uma ação incentivadora e promotora da inserção da gestão democrática na agenda das Secretarias estaduais e municipais e escolas do País. Enfatizou a abrangência da política, que se deu em nível nacional, o incentivo a realização de parcerias entre os sistemas de ensino e a importância de viabilizar a formação dos respectivos Conselheiros.

Para a autora, a participação e o envolvimento de diversos segmentos permitiram que o programa obtivesse respostas das demandas advindas dos movimentos sociais das últimas décadas.

[...] as ações desenvolvidas pelo Programa visavam responder às demandas históricas dos movimentos sociais e dos educadores, em prol de uma efetiva gestão democrática das escolas, em especial no tocante à concepção de gestão participativa (AGUIAR, 2008, p. 140).

Não só os objetivos declarados do Programa, mas suas ações, foram considerados pela autora, como inovadores: seu processo de implantação, constituído por diferentes atores e instâncias da sociedade civil e dos sistemas de ensino, corroborou, com seu caráter estratégico, em prol da participação da construção do material do Programa para a divulgação, visando à adesão das Secretarias e das escolas em todo o País. Segundo ela, o Programa favoreceu a compreensão de que

O Conselho Escolar pode ser construído de forma coletiva, como um lugar de participação e decisão de caráter pedagógico e político, como um espaço de debate e negociações em torno das necessidades e prioridades da escola e como um canal de democratização da gestão escolar (AGUIAR, 2008, p. 141).

A conclusão da autora, com base nos indicadores e dados no sítio do Programa, é de que se tratou de uma ação pública de relevância para ampliar a discussão em torno da gestão democrática, da qualidade da educação e da formação cidadã. Além disso, apontou que estudos poderiam acontecer a partir do impacto dessa política do Governo, propiciando subsídios para ampliar e dar continuidade ao processo de democratização não só da escola pública, mas de toda a sociedade e das demais políticas educacionais.

Os Encontros Presenciais para a formação de Conselhos, desde 2006, vem sendo realizados nos Estados e Municípios. A formação presencial consiste na visita de um técnico do MEC ou de um Professor que compõem o Núcleo de Produção dos Cadernos ou divulgação dos mesmos com a incumbência de realizar a formação dos Técnicos e/ou Conselheiros convidados pela Secretaria atendida, municipal ou estadual.

O quadro 1 na página seguinte, sintetiza a organização anual dos Encontros Presenciais promovidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, por período, localização e número de participantes em cada um deles. Traz também a relação dos Encontros de Formação que acontecem desde 2005 em diversos Estados e Universidades Federais.

Quadro 1
Encontros Presenciais de Formação do PNFCE

Ano	Mês	Datas	Local	Número de Participantes	Evento	Público Alvo
2006	Maio	30, 31 e 01	PI	277	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Junho	08, 09 e 10	AL	163	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Julho	04, 05 e 06	PR	490	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Julho	13, 14 e 15	PB	250	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Julho	25, 26 e 27	BA	150	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Agosto	10, 11 e 12	RO	199	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Agosto	22, 23 e 24	PA	340	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Setembro	21, 22 e 23	RN	420	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Outubro	25, 26 e 27	PE	198	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Novembro	07, 08 e 09	TO	186	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
Total de capacitados em 2006				2.873		
2008	Fevereiro	15, 16 e 17	CE	210	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Março	15, 16 e 17	MT	180	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Abril	11, 12 e 13	MA	230	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Maio	08, 09 e 10	SE	180	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Junho	05, 06 e 07	GO	164	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Outubro	24, 25 e 26	Fortaleza - CE	848	Encontro Municipal de Formação para Conselheiros Escolares (cadernos 1 a 5)	Conselheiros
	Novembro	20, 21 e 22	RJ	90	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
Total de capacitados em 2008				1.902		
2007	Maio	04 e 05	Vila Velha - ES	400	Encontro Municipal de Formação para Conselheiros Escolares (cadernos 1 a 5)	Conselheiros
	Agosto	06, 07 e 08	MS	150	Encontro Estadual de Formação (Cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Agosto	30, 31 e 01	Belo Horizonte - MG	200	Encontro Municipal de Formação para Conselheiros Escolares (cadernos 1 a 5)	Conselheiros
	Novembro	07, 08 e 09	Fortaleza - CE	1300	Encontro Municipal de Formação para Conselheiros Escolares (cadernos 6 a 10)	Conselheiros
	Novembro	26, 27 e 28	AL	400	Encontro Estadual de Formação para Conselheiros Escolares (Cadernos 6 a 10)	Conselheiros
Total de capacitados em 2007				2.460		
2008	Junho	18, 19 e 20	AM	255	I Encontro de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (cadernos 1 a 5)	Técnicos
	Julho	3, 4 e 5	RN	251	Oficina de Elaboração de Projetos de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Escolares	Técnicos
	Julho	10, 11 e 12	BA	393	Oficina de Elaboração de Projetos de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Escolares	Técnicos
	Agosto	4, 5 e 6	PA	211	Oficina de Elaboração de Projetos de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Escolares	Técnicos
	Agosto	18 e 19	Maceió - AL	1200	Encontro de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Municipais de Maceió/AL	Conselheiros
	Agosto	27, 28 e 29	PI	216	Oficina de Elaboração de Projetos de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Escolares	Técnicos
	Novembro	3 e 4	DF	3.072	I Encontro de Capacitação de Conselheiros Escolares do DF	Conselheiros
	Novembro	26, 27 e 28	Fortaleza - CE	1.400	III Encontro de Formação de Conselheiros Escolares de Fortaleza/CE	Conselheiros
	Dezembro	9	Mata de São João - BA	200	I Encontro de Formação de Conselheiros Escolares de Mata de São João/BA	Conselheiros
Total de capacitados em 2008				7.188		
2009	Abril	24 e 25	Igrejinha - RS	235	Encontro Intermunicipal de Capacitação de Conselheiros Escolares	Conselheiros
	Junho	2, 3, 4 e 5	Brasília - DF	189	I Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Técnicos
	Agosto	26, 27 e 28	PB	159	Oficina de Elaboração de Projetos de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Escolares	Técnicos
	Novembro	24, 25 e 26	ES	113	I Encontro Estadual de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Técnicos
	Novembro	27	Vila Velha - ES	127	II Seminário de Estudos dos Conselhos de Escola	Conselheiros
	Novembro	27 e 28	Vitória - ES	306	IV Encontro de Conselheiros Escolares de Vitória	Conselheiros
Total de capacitados em 2009				1.281		
2010	Junho	8, 9, 10 e 11	Brasília - DF	233	II Encontro Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar	Técnicos
	Agosto	20 e 21	Itaboraí - RJ	260	I Encontro do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares de Itaboraí/RJ	Conselheiros
	Agosto	26 e 27	Fortaleza - CE	1712	IV Encontro de Formação de Conselheiros Escolares de Fortaleza/CE	Conselheiros
	Novembro	3, 4 e 5	CE	181	I Encontro Estadual de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ceará	Téc./Cons.
	Novembro	10, 11 e 12	Juazeiro - BA	285	1º Encontro Interestadual de Fortalecimento do Conselho Escolar (BA, PE e PI)	Téc./Cons.
	Novembro	19	Nova Iguaçu - RJ	225	I Fórum dos Conselhos Escolares da Baixada Fluminense	Téc./Cons.
	Novembro	22 e 23	Manaus - AM	371	I Encontro Municipal de Fortalecimento dos Conselhos Escolares de Manaus/AM	Conselheiros
Total de capacitados em 2010				3.267		
2011	Fevereiro	24 e 25	Garanhuns/GO	62	I Encontro de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Agreste Meridional de Pernambuco	Técnicos
	Março	15	Bauru/SP			Conselheiros
	Março	30	Cabo Frio/RJ	167	Fórum de Fortalecimento dos Conselhos Escolares da Região dos Lagos	Téc./Cons.
	Maio	31	Masaé/RJ			Téc./Cons.
Total de capacitados em 2011				229		
TOTAL GERAL DE CAPACITADOS				18.781		

Fonte: Portal MEC⁹

⁹ Os Quadros 1 e 2 estão disponíveis em:

<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=14805&Itemid=1054>>. Acesso em 10/06/2011.

Como mostra o quadro 1, vinte e quatro estados já participaram da formação presencial do PNFCE e vem acontecendo desde 2006 na Universidade de Brasília. Já a ampliação para outras instituições e estados foi a partir de 2009. A Coordenação do Programa se pronunciou a esse respeito:

[...] esses são os encontros presenciais e a gente rodou o país – a gente não conseguiu fazer todos os Estados, porque o programa, nesses encontros presenciais, demanda muito tempo, a equipe do programa no Ministério é reduzida e agente faz parceria com as pessoas das universidades.

No 1º ano, os elaboradores dos Cadernos é que faziam, é que participavam desses encontros presenciais. Isso deu um gás grande para o Programa né! E depois, aos poucos, por problema de agenda e as outras ocupações, a gente foi substituindo esse pessoal. Mas a gente também tem um Programa no Ministério, o Programa de Ações Articuladas – o PAR – e, a gente vem atendendo a demanda dos Municípios, principalmente com foco nesse plano de ações articuladas.

Então, já houve caso da gente retornar a um Estado mais de uma vez, no caso, duas vezes e, alguns Estados que a gente não conseguiu realizar nenhum encontro. Até porque isso é uma marca desde o início do Programa. Todos esses encontros são realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Educação com a UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais de Educação né, ou seja, sempre em parceria com os Estados e Municípios. A gente parte do princípio que é necessário isso para a coisa caminhar bem, né!¹⁰

Nestes cursos, cujos temas e profissionais responsáveis pela exposição estavam vinculados a produção dos Cadernos do PNFCE promovia-se à Capacitação dos Técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Já em relação a parceria entre os órgãos e sistemas, não ficou muito clara as especificidades da mesma, como por exemplo, em relação as medidas necessárias para receber o Professor que oferece a formação aos técnicos. O Programa custeava o transporte, a estadia e o pró-labore professor mas não fica clara a contrapartida necessária por parte das Secretarias. Não foi possível detectar o tipo de parceria existente entre os sistemas, uma vez que não há compromisso formal de que os técnicos habilitados venham a fazer a formação dos Conselheiros Escolares em seus sistemas de ensino.

Já o quadro 2 a seguir, Cursos de Extensão à Distância de Formação do PNFCE, mostra que a primeira fase de formação à distância durou de 2005 a 2008, tendo a Universidade de Brasília como única instituição de formação e que, também em 2008, deu-se início a segunda fase na mesma instituição.

¹⁰ Trecho da entrevista concedida pelo Coordenador do PNFCE, em Brasília, no dia 07/12/2010.

Quadro 2
 Cursos de Extensão à Distância de Formação do PNFCE

Ano	Mês Inicial	IFES	Fase	Data Início	Data Término	Número de Matriculados	Público Alvo
2005	Setembro	UNB	Fase I	19/09/2005	07/12/2005	3584	Técnicos de Secretarias de Educação
Total de capacitados em 2005			Fase I				
			TOTAL			3584	
2006	Agosto	UNB	Fase I	14/08/2006	20/11/2006	3148	Técnicos de Secretarias de Educação
Total de capacitados em 2006			Fase I				
			TOTAL			3148	
2007	Março	UNB	Fase I	26/03/2007	30/06/2007	354	Conselheiros Escolares de Natal/RN
				26/03/2007	15/07/2007		Técnicos de Secretarias de Educação
Total de capacitados em 2007			Fase I				
			TOTAL			354	
2008	Março	UNB	Fase I	03/03/2008	15/07/2008	1096	Técnicos de Secretarias de Educação
			Fase II	03/03/2008	15/07/2008	400	Técnicos de Secretarias de Educação
Total de capacitados em 2008			Fase I			1096	
			Fase II			400	
			TOTAL			1496	
2009	Setembro	UNB	Fase I	05/10/2009	12/02/2010	1451	Técnicos de Secretarias de Educação
			Fase I	05/10/2009	12/02/2010	161	Conselheiros Escolares de Santo André
			Fase II	05/10/2009	12/02/2010	177	Técnicos de Secretarias de Educação
	Novembro	UFSCar	Fase I	15/11/2009	08/04/2010	933	Técnicos de Secretarias de Educação
	Outubro	UFMS	Fase I	25/10/2009	25/02/2010	669	Técnicos de Secretarias de Educação
Total de capacitados em 2009			Fase I			3214	
			Fase II			177	
			TOTAL			3391	
2010	Março	UNB	Fase I	12/03/2010	18/07/2010	342	Técnicos
			Fase II	12/03/2010	18/07/2010	500	Técnicos
	Abril	UFSCar	Fase II	01/05/2010	20/09/2010	350	Técnicos
	Abril	UFC	Fase I	30/04/2010	09/08/2010	2234	
			Fase II	04/09/2010	17/01/2011	786	
	Agosto	UFRN	Fase I	02/08/2010	30/11/2010	466	
	Agosto	UFMS	Reoferta da Fase I	16/08/2010	31/01/2011	567	
Agosto	UFBA	Fase I	23/08/2010	31/12/2010	1185		
Total de capacitados em 2010			Fase I			4794	
			Fase II			1636	
			TOTAL			6430	
2011	Março	UFSCar	Fase I	11/03/2011	01/07/2011	1294	
			Fase II	-	-		
	Março	UFBA	Reoferta da Fase I	14/03/2011	31/05/2011		
	Março	UFC	Fase I	18/03/2011		1190	
	Março	UNB	Fase I	28/03/2011		1398	
Fase II			28/03/2011		55		
Total de capacitados em 2011			Fase I				
			Fase II				
			TOTAL				
TOTAL GERAL DE CAPACITADOS						11973	

Fonte: Portal MEC

Nos Encontros Nacionais promovidos pela SEB do MEC, dos quais participaram como convidados os técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais, tiveram programação¹¹ que constou de palestras e formação de grupos de trabalho distribuídos por regiões, que desenvolveram atividades e estudos sobre o sentido da atuação profissional e a organização do trabalho da Secretaria de Educação no processo de implantação e fortalecimento dos Conselhos Escolares. No Encontro de 2009, o resultado desta discussão foi levado à plenária, ao final do evento, por região, sob a forma de propostas. Esta dinâmica possibilitou uma visualização panorâmica nacional das iniciativas e compromissos assumidos pelos participantes.

Sendo assim, cada vez mais, torna-se necessário pesquisar a concretude das ações do Programa nas diversas instâncias envolvidas a fim de possibilitar uma análise mais aproximada dos efeitos, contribuições das ações, além da verificação das diferentes perspectivas em nível macro, meso e micro – MEC, Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e Escolas da rede, respectivamente.

As ações do PNFCE são voltadas para a formação dos Conselheiros, o fortalecimento dos Conselhos Escolares e também auxiliam as Secretarias de Educação na implantação dos Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino. Dessa forma, o programa traz à tona, por meio de sua publicação – os Cadernos – temáticas relevantes que oportunizam, não só a compreensão como também a discussão e construção do perfil delineado pelo conjunto legal que normatiza a organização do ensino brasileiro somada à agenda de ações do Ministério da Educação com vistas ao cumprimento do propósito de construção de uma nação democrática e a prática cidadã por meio da constituição dos Conselhos Escolares nas escolas públicas.

O capítulo 2, a seguir, resgata a compreensão clássica de democracia e avança aos dias atuais com ênfase no processo político brasileiro desde os anos 70 e acentua a análise nos períodos dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Faz também a aproximação da democracia com a gestão educacional e a gestão escolar, delineando o processo que gerou a atual agenda de programas e políticas da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, além de indicar os diversos sentidos dos Conselhos, de uma maneira geral, dos Conselhos Escolares e

¹¹Em 2009 obtive autorização e financiamento específico da Coordenação do PNFCE para participar do Encontro como pesquisadora. Tive total acesso às atividades desenvolvidas e pude constituir o grupo de estudos da região sudeste. A temática do estudo foi relativa ao Grupo Articulador; sua definição, o quê, o porquê e como fazê-lo.

sua importância para a promoção da participação da comunidade escolar e local na gestão da escola sob a ótica de análise das categorias transparência, participação e autonomia.

2 O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CENTRALIDADE DOS CONSELHOS ESCOLARES NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Governo do povo; soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder (FERREIRA, 2000, p. 208).

Hoje, pressupõe-se que a democracia assegure virtualmente a todo cidadão adulto o direito de voto. No entanto, há cerca de quatro gerações – por volta de 1918, mais ou menos ao final da Primeira Guerra Mundial –, em todas as democracias ou repúblicas independentes que até então existiam, uma boa metade de toda a população adulta sempre estivera excluída do pleno direito de cidadania: a metade das mulheres (DAHL, 2001, p. 13).

[...] o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos. Esta breve definição tem a vantagem de agregar democracia política e democracia social, liberdade e justiça. Em outros termos, reúne os pilares da "democracia dos antigos" e da "democracia dos modernos": a primeira, tão bem explicitada por Benjamin Constant (1819) e Hannah Arendt (1965), como a liberdade para a participação na vida pública, e a segunda, associada ao ideal republicano e aos valores do liberalismo e da cidadania contemporânea, quais sejam, as liberdades civis, a igualdade e a solidariedade, a alternância e a transparência no poder (nesse caso específico, contra os *arcana imperi* de que fala Bobbio), o respeito à diversidade e o valor da tolerância (BENEVIDES, 1995, p. 224).

As definições de democracia encontradas em dicionários, livros e artigos¹² estão presentes em nosso cotidiano, quer seja pela experiência acadêmica, quer seja por nossa experiência pessoal e identificação social humana através dos tempos. Em quaisquer condições de vida e existência vivenciamos, na humanidade, momentos nos quais a democracia se fez mais ou menos presente ou até mesmo inexistiu. O que compreendemos sobre o que é a democracia? Como distinguimos a democracia da não-democracia? Como perceber quando uma sociedade que afirma ser democrática poderá realmente sê-la de fato? É necessário refletir sobre a opção democrática que assumimos, sobre o papel do poder público na busca pelo que anuncia em sua política e a agenda para o cumprimento do seu programa de governo.

Todavia, pensar no exercício democrático na gestão da educação e das escolas é uma atitude que deve ser tomada por toda a sociedade, de maneira que vereadores, deputados e senadores tenham suas atuações pautadas nas reais expectativas dos municípios e estados que representam. A partir da prática e da construção do pensamento crítico como exercício democrático, poder-se-á colocar

¹² Exemplifico acima respectivamente nesta ordem as definições destas obras e autores.

em prática a compreensão do significado da opção pelo democrático para que, essencialmente, haja a construção de um governo democrático pelo povo.

A escola desempenha uma importante função social no que se refere à formação cidadã¹³ e, atrelada à ideia de participação comunitária na gestão da escola, os Conselhos Escolares têm sido objeto de políticas governamentais com a criação e inserção de políticas e programas¹⁴ como o PDDE – implementado em 1995 e em cuja efetivação, as escolas precisaram criar seus Conselhos Escolares com as seguintes atribuições: representar a comunidade escolar nas decisões sobre a utilização e também fiscalizar os gastos e a prestação de contas da verba recebida pela escola.

A Escola de Gestores faz parte das ações do Programa Dinheiro na Escola (PDE) e tem o objetivo de formar profissionais da educação básica da rede pública, em nível de especialização, capacitando-os para o exercício da gestão de forma conjunta com as políticas atuais que priorizam a qualidade social e a administração moderna de gerenciamento institucional dos setores públicos.

O Pró-Conselho visa auxiliar as Secretarias Municipais de Educação a criarem os Conselhos de Educação em seus municípios e, para isso, oferece por meio de curso à distância em parceria do MEC com Universidades Federais, formação aos conselheiros e técnicos da Secretarias Municipais de Educação para que possam atuar nas escolas da rede junto à legislação, relação pedagógica, financiamento, repasse e controle do uso das verbas da educação.

O PNFCE é uma parceria entre o Ministério da Educação e órgãos nacionais e internacionais (Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud) que oferece: formação à distância aos conselheiros e técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação que atuam na área de gestão escolar e estejam envolvidos com a criação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares; capacitação dos conselheiros com material produzido para esse fim pelo

¹³ Refiro-me à perspectiva freireana de educação cidadã que compreende a construção coletiva do projeto de educação, na escola ou fora dela, garantindo os direitos de aprender, de dialogar e de participar ativamente de modo a promover a construção de sujeitos cidadãos.

¹⁴ As informações foram obtidas no Portal MEC.

programa, além de promover o Encontro Nacional de Conselheiros Escolares, que vem ocorrendo anualmente em Brasília desde 2009 e que tem como objetivo a formação dos técnicos das secretarias estaduais e municipais e a troca de experiências de modo a assegurar a gestão democrática das escolas públicas.

Continuando, em relação aos conselhos escolares, eles tem a finalidade de propiciar a participação da comunidade escolar na gestão da escola e, para isso, vem sendo delimitado o seu funcionamento e suas linhas de ações como principais ferramentas de articulação da comunidade escolar e local na condução da obtenção de uma educação de qualidade. O processo democrático em nosso país ganhou força nos anos 70 e, a reflexão nesse sentido, ganhou tamanha proporção que repercutiu em nossa atual Constituição a base democrática como princípio condutivo das ações das políticas públicas e, nesse contexto, as políticas educacionais, particularmente a gestão democrática da educação.

Para possibilitar essa construção, este capítulo promove a reflexão sobre o princípio da democracia, a gestão democrática, a aproximação da democracia no ambiente escolar por meio da gestão, a construção da gestão democrática das escolas no Brasil e o papel dos Conselhos Escolares como espaço representativo da prática democrática nas unidades escolares.

2.1 A democracia

Ao refletir sobre a democracia, para alguns, pode vir à mente a clássica figura etnológica de um grego com suas vestes características, as túnicas, em uma praça pública, conduzindo um diálogo para a tomada de decisões. Ao estabelecer analogia com os dias atuais, é fato, que não poderíamos seguir esta ação. Então, como seria possível estabelecer esse mecanismo de participação hoje em dia?

É necessário refazer o percurso para compreender um pouco esse caminhar através dos séculos, na tentativa de construir uma análise que seja mais que apreciativa, mas uma possibilidade de intervenção nos dias atuais.

Para Bobbio (2008), a tradição é uma categoria que não pode ser desconsiderada por se tratar da acumulação da experiência em todas as épocas da existência humana como forma de garantir as práticas e o conhecimento acumulados e transmitidos a cada nova geração. O conceito de democracia está

vinculado à ideia do reconhecimento de que todos os cidadãos são pessoas de direito e que podem participar das decisões políticas de uma nação. As três tradições teóricas históricas em torno da democracia (BOBBIO, 2008) são: a clássica, a medieval e a moderna.

A primeira, conhecida como teoria aristotélica, considera a democracia como um governo do povo, ou seja, de todos os cidadãos. A prática democrática implica decisões em conjunto, com a participação de todos o que era possível nas cidades-estados¹⁵ da Grécia Antiga, devido aos aspectos geopolíticos, áreas menores e com menor contingente populacional que os dias atuais e, também, pela interdependência que havia entre as cidades por conta da autonomia exercida em cada uma delas.

Entretanto, Pinsky (2008) lembra que o filósofo Aristóteles já distinguia os cidadãos dos não-cidadãos. Estes últimos eram as mulheres, as crianças, os estrangeiros domiciliados, os escravos e os grupos de pessoas que habitavam as terras conquistadas os quais eram submetidos aos domínios das comunidades cidadãs.

Na era medieval, os romanos apoiavam a soberania popular, mas havia a presença contraditória de interesses entre o povo e o reino. Por isso, nem sempre se tornou perceptível se as decisões eram a vontade do príncipe ou a do povo.

Já na modernidade, a ideia de democracia ficou agregada à nova concepção de Estado, de modo que as decisões políticas passam a ser responsabilidade de representantes eleitos pelo povo. As duas formas de governo no Estado Moderno, monarquia e república, foram o palco que promoveu o desenvolvimento da teoria moderna em torno da democracia. Para Bobbio (2008), os ideais democráticos e republicanos se confundem porque combatem a autocracia do poder monárquico. A partir dessa compreensão, é possível caracterizar a problemática em torno da democracia e a necessidade de se referendar a tradição como elemento indispensável para essa análise.

Bobbio (2008, p. 320), referindo-se a Platão, que definiu a democracia como “governo do número, o governo de muitos e o governo da multidão”, distinguiu as formas de governos entre boas e más, com base na legalidade e ilegalidade, viu que

¹⁵Pinsky (2008) compreende a cidade-estado como “um território agrícola composto por uma ou mais planícies de variada extensão, ocupado e explorado por populações essencialmente camponesas, que assim permaneceram mesmo nos períodos de mais intensa urbanização no mundo antigo” onde cada membro da comunidade tinha acesso à terra e assim formavam associações para resolver seus problemas.

Platão considerava a democracia a “menos boa das formas e a menos má das formas más de governo”. Na sua compreensão, essa forma não trazia nem grandes benefícios nem grandes danos porque fracionava os poderes.

[...] Por isso, de todas as formas legais, é esta a mais infeliz, enquanto que entre todas as que são contra a lei é a melhor. Se todas forem desenfreadas, é na Democracia que há mais vantagens para viver; por outro lado, se todas forem organizadas, é nela que há menor vantagem para viver (PLATÃO apud BOBBIO, 2008, p. 320).

Percebe-se a exposição de uma contradição na própria democracia, nos períodos anteriores a Cristo, que é ainda atualíssima. Ao pressupor a participação dos cidadãos, vê-se que acaba por excluir boa parte da população, como já foi dito anteriormente, configurando o que Pinsky (2008) chama de “inimigos internos”, que nada mais é do que a existência de conflitos entre senhores e escravos, senhores e trabalhadores agrícolas e artesãos os quais, neste processo, não tinham o objetivo de ver seus contrários incluídos na dinâmica política da condução das comunidades:

O processo inclusivo de constituição das comunidades cidadãs forjou-se simultaneamente a um brutal processo de exclusão interna que se tornou cada vez mais agudo, na medida em que algumas dessas cidades cresceram em poder e complexidade social (PINSKY, 2008, p. 36).

Compreendo que nem sempre se percebem práticas democráticas nas organizações e ações dos regimes estabelecidos pelos países *ditos democráticos*, como é o caso do nosso país. Um bom exemplo dessa contradição está presente nos discursos políticos que assumem a opção por um país democrático, mas no cumprimento do dever de político eleito e no funcionamento dos setores governamentais, muitas vezes, vemos o enrijecimento de burocracias e desarticulação dos programas que se destinam ao encaminhamento de soluções para as reais necessidades da população em suas particularidades regionais.

Avançando ao século XIX, a discussão sobre a democracia fixou-se entre dois pólos, o liberalismo e o socialismo. Para Bobbio (2008), o início desse embate, na vertente liberal, deu-se a partir do discurso de Benjamin Constant, o qual considerou que, para os modernos, a primazia da liberdade individual (civil e política) seria a única capaz de promover a participação direta dos cidadãos na elaboração e formulação das leis, pelos políticos, que foram eleitos pelo povo. Já para os antigos,

não havia qualquer possibilidade de isso acontecer porque, a participação implicava a possibilidade direta de os cidadãos formularem as leis em suas assembleias.

Desse modo, no liberalismo, a ideia de liberdade individual é valorizada e incide na liberdade civil e política que, por sua vez, recai no direito e liberdade que o cidadão tem de votar e ser votado. Bobbio (2008), identificou que a democracia direta vinha se afirmando com a disseminação das obras dos autores liberais como o próprio Constant, John Stuart Mill e Tocqueville, que dentre outros promoviam

[...] a ideia de que a única forma de Democracia compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc., fosse a Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos (BOBBIO, 2008, p. 323-324).

Desta feita, a participação ficou atrelada ao direito individual que cada cidadão tem para exprimir suas idéias e suas opiniões. Poderá também associar-se a entidades com o objetivo de interferir na construção política (um bom exemplo é a filiação aos partidos políticos) e, o mais importante, é o direito de votar e de receber votos que elegerão o representante que conduzirá a nação.

Bobbio (2008) aponta ainda uma contradição existente entre a liberdade particular e a liberdade civil. Segundo ele, a liberdade civil é restrita ao “fazer ou não fazer” e a particular recebe atribuições de capacidade jurídica, como vimos anteriormente. Nesta máxima, o autor aponta que não há como a concepção liberal do Estado desconsiderar a existência da democracia sem reconhecer alguns direitos fundamentais de liberdade que se expressam sob a forma de participação. Ademais, por ser uma concepção liberal, prevalece a autonomia e a vontade individual minimizando a liberdade civil que é constituída pela garantia de bens fundamentais como o direito à vida, à paz, à propriedade, à segurança, à moradia, à saúde, à educação e, inclusive, aos direitos políticos, dentre outros.

Nesse estudo se considera a democracia como um conjunto de regras que orientam e organizam a forma de governo de uma nação. Soma-se ainda a percepção de que a democracia representativa é uma possibilidade de construir novos princípios que permitam superar as condições dos mecanismos de dominação existentes, seja nas relações econômicas ou políticas. Dessa maneira, a ampliação da democratização nas diversas instituições e órgãos contribuirá para o

desenvolvimento da participação e autonomia, permitindo uma prática política efetiva, de forma a legitimar esse processo no seio dos conflitos estruturais e circunstanciais da sociedade.

2.2 A gestão democrática

O termo gestão, de acordo com Ferreira (2006), tem a origem etimológica no latim e seu significado é “ação de administrar, de dirigir, gerência, gestão”, juridicamente significa a “administração em uma sociedade, na qual alguém desempenha a gerência por delegação dos outros sócios”. É um termo que nos remete a um movimento que traz em si mesmo algo que é construído e tem um eterno desenvolvimento.

A gestão democrática nas escolas públicas pode vir a possibilitar a articulação cidadã no sentido de promover ações compartilhadas e articuladas com as necessidades, as expectativas, o desejo de crescimento associado ao sonho de propiciar às gerações futuras um amanhã melhor, com a expectativa de não se cometer os mesmos erros. A construção de uma escola que promova a emancipação do indivíduo ao mesmo tempo em que este tome consciência de seu papel e funções sociais, é vital para a construção de uma consciência de cidadania e a busca dos direitos sociais que hoje é amplamente difundido pelos Direitos Humanos.

A luta pelos direitos sociais está longe de ser encerrada, mas mudou de direção. Até o fim dos “anos dourados”, os direitos sociais estavam consignados na legislação e sua observância estava a cargo do Estado, assim como a prestação de serviços que eles decorriam, como a assistência à saúde, à educação e à previdência social. Agora, é a própria sociedade civil que se torna a protagonista da solução dos problemas que os direitos sociais pretendiam prevenir (SINGER, 2008, p. 260).

Os direitos sociais, por hora garantidos pelo capitalismo, já não sustentam o próprio sistema e, conseqüentemente, propiciam a crise capitalista. A grande massa de trabalhadores hoje necessita e clama por mudanças que promovam, de fato, novas oportunidades sociais, especialmente no que diz respeito aos direitos básicos das condições de existência humana, garantidos na Declaração dos Direitos Humanos (1948), na Conferência de Viena (1993) e em nossa Constituição (1988).

A Gestão Democrática na Educação, tanto nos sistemas como nas unidades escolares é a chance de concretizar a transparência, a autonomia e a participação como peças fundamentais do trabalho coletivo, objetivando a construção de uma escola comprometida com a garantia da educação de qualidade para todos no que (CURY, 2005, p. 18), concebe como sendo, [...] *ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho, representatividade e competência.*

A transparência¹⁶ das ações públicas é o que permite a comunidade escolar distinguir as ações da gestão da escola acompanhando a deliberação da comunidade escolar e a concretização, não só das políticas e programas do governo, mas, principalmente, as necessidades da escola de forma a contribuir com a qualidade do ensino e a formação do cidadão.

Bordignon (2004) considera a autonomia como a essência da gestão democrática e, este espaço de autonomia vem sendo estruturado nos últimos anos sob respaldo legal da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁷, das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, que normatizam a gestão democrática nas escolas públicas.

(FERREIRA, 2000, p. 77) define autonomia como “a faculdade de se governar por si mesmo”. Este processo vem sendo realizado com a democratização da escola que inclui a ampliação do acesso à escola, a melhoria da qualidade das escolas, do ensino e do trabalho pedagógico e, também, no que diz respeito à gestão escolar a qual, hoje, tem a perspectiva de atuação conjunta do diretor e seus pares (professores, funcionários, comunidade escolar e local, alunos).

Lück (2006) aponta o processo de globalização como o responsável pela *mudança de paradigma* no que se refere ao gerenciamento das escolas, as quais, a partir da democratização do país, vêm emergindo como uma proposta mais ampla do entendimento dos problemas educacionais. A partir das novas articulações e da construção das ações estabelecidas, decorre uma mobilização em prol da busca da qualidade do ensino, das melhorias de condições da escola e do cumprimento de suas funções. A autora também se refere à gestão educacional dos sistemas de

¹⁶ O artigo 37 da atual Constituição Federal indica que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...”.

¹⁷ Art. 15 da Lei 9.394/96: Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

ensino como uma dimensão que atua na estruturação organizacional e na orientação educacional, com vistas à promoção de condições estruturais, funcionais, materiais e humanas para alcançar o desafio maior que é a aprendizagem pelos alunos. Ela afirma ainda que:

A gestão educacional constitui, portanto, uma área importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto, e se busca abranger, pela orientação com visão estratégica e ações interligadas, tal como em rede, pontos de atenção que, de fato, funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente, reforçando-se reciprocamente (LÜCK, 2006, p.28).

Sendo assim, a parceria entre o Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com os demais segmentos administrativos e, destes com as escolas, torna-se condição *sine qua non* para que se estabeleça todo esse movimento gestor de novas perspectivas de pensar e planejar a educação a partir de uma perspectiva que contemple a descentralização do ensino, a democratização da escola e a autonomia de sua gestão.

Fica evidente a importância da autonomia escolar e dos aspectos que associados a ela constituem a base para o alcance da qualidade do ensino e o combate a desigualdade social e construção do processo de melhoria da qualidade do ensino.

Em relação aos aspectos fundamentais na constituição do trabalho coletivo e na materialização da gestão democrática da educação, compreendo-os como um processo permanente de que origina a elaboração de ações, de tomada de decisões, de luta e, portanto, de participação.

Participar pressupõe a ideia de se tornar parte em alguma ação. A própria concepção de gestão, nos remete ao processo de mudança associada à cooperação entre as pessoas, tanto na discussão e análise, como na escolha e realização concreta das ações escolhidas em conjunto para alcançar os objetivos que também são frutos dessa articulação entre as pessoas.

Gohn (2007), em estudo realizado sobre os conselhos na sociedade brasileira, debruçou-se sobre a trajetória da participação sob os prismas conceituais, paradigmas, dimensões e campos de atuação numa perspectiva histórica para a compreensão das formas de participação institucionalizadas, nos dias atuais. Ao situar a “participação como uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político”, que está estreitamente ligada ao entendimento do processo de

democratização da sociedade brasileira no que diz respeito às lutas sociais por acesso aos direitos sociais e à cidadania, dependendo da época e da conjuntura histórica, pode ser associada a vários termos, como mostra o esquema a seguir:

Figura 17
Esquema: Participação



A mesma autora considera três níveis básicos para compor seu estudo sobre o sentido da participação. O conceitual, no qual a ambigüidade varia segundo o paradigma teórico que o fundamenta; o político, fornecido pelo nível político oriundo de processos de democratização e que

pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca de mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social (GOHN, 2007, p. 14).

E, finalmente, a prática social, que é desenvolvida sob a forma de ações concretas das lutas em movimentos e organizações para realizar seus intentos. Destarte, a participação, dentro de um mesmo contexto, pode ser aprendida ou, até mesmo, disseminada de formas distintas de acordo com o nível e a conjuntura social ou política, consoantes com os interesses do poder dominante.

Assim, compreendo que o discurso democrático pode implicar, conceitualmente falando, práticas dúbias ou contraditórias, discursos não muito claros, que acabam por fortalecer práticas mecanizadas de cumprimento e prestação de serviços, devido ao fato de as regras não serem constituídas na mesma instância a qual se dão as práticas além da equivocada utilização da participação como mediação de processos não somente gerados nas lutas e

movimentos sociais, mas também, tomá-la associada às intenções implícitas nas políticas governamentais direcionadas aos direitos do cidadão.

Souza (2001), afirma que a maioria das democracias mais recentes busca mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas. O aumento da participação da população nos processos de decisão das ações locais tem sido a tônica de várias experiências democráticas como o orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre. Aponta ainda que a literatura expõe três problemas da participação, em geral. O primeiro é relativo à sua implementação, pois mesmo quando os próprios governos executam as ações de participação, também têm o domínio dos mecanismos que a impedem. O segundo é a desigualdade que não desaparece com a participação e que pode criar obstáculos a alguns grupos sociais e, por último, a cooptação a qual, segundo a autora, mesmo nos espaços de participação genuinamente representativos, pode causar o desequilíbrio entre o governo e os participantes em relação ao controle da informação e dos recursos, fazendo assim com que a participação seja objeto de manipulação pelo poder público. Gohn (2007, p.17) também se refere à ‘participação de natureza cooptativa’ que ocorre em regimes democráticos como “a arena participativa são as políticas públicas, quando se estimula, de cima para baixo, a promoção de programas que visam apenas diluir os conflitos sociais.”

Dessa forma, é intrínseca à gestão, a organização das pessoas de maneira que não só motive, mas também promova seus movimentos no sentido prático da execução das ações, conjuntamente e em consonância com os objetivos comuns da comunidade escolar. Lück (2006, p.21-22), chama atenção para a necessidade de reciprocidade entre as pessoas que se mobilizam neste trabalho mútuo de construção compartilhada. Além disso, ela considera a vontade coletiva como “condição fundamental para que a educação se processe de forma efetiva no interior da escola, tendo em vista a complexidade e a importância de seus objetivos e processos”.

A gestão educacional pode ser um instrumento efetivo para atender ao processo de democratização escolar porque suas bases, sob processos administrativos com orientação mais dinâmica, formativa e contextualizada, têm comprometimento com a garantia de acesso e à qualidade do ensino. Portanto, é preciso ter consciência de que as ações causam efeitos e devem, pois, ser pensadas e planejadas com intuito de promover e oferecer uma boa escola ou

universidade (âmbito micro) e um bom trâmite nos sistemas de ensino, Secretarias Estaduais e Municipais (âmbito meso) e Ministério da Educação (âmbito macro), desvelando, assim, que a gestão participativa ganha força em decorrência da ampliação e institucionalização dos movimentos sociais.

Dourado (2007), compreende a gestão educacional com natureza, características e objetivos próprios, que não se limita a aplicação de técnicas, métodos e princípios administrativos, isto, segundo ele, por causa de sua especificidade e finalidades (instituição social demarcada pelos fins político-pedagógicos). Nessa perspectiva, o espaço escolar compreende a prática social não só constitutiva, mas também constituinte, ou seja, faz parte de um sistema e ao mesmo tempo o estabelece por meio das diferentes relações pessoais na escola, entre ela e a comunidade, da escola com os sistemas e órgãos públicos e com a sociedade em geral.

2.3 A democracia de fato e de direito no contexto da Gestão Escolar

Como um bom exemplo histórico, a democracia ateniense tem em seu surgimento a luta contra a tirania. O voto e os conselhos promoviam a articulação da participação do povo nas assembleias, mas ainda assim, excluía mulheres e escravos.

Ao longo da história da humanidade, os processos de transformação sociais, revelam uma luta das sociedades contra o poder político econômico concentrado em um grupo restrito e a consequente subserviência do restante da sociedade ao mesmo. Temos como marcos e referências históricas do sistema de poder político as mudanças ocorridas no século XIII, em que os comerciantes se fortaleceram introduzindo um novo modo de produção em alta escala o qual acarretou que os artesãos passassem a ser trabalhadores assalariados, começando assim a queda do feudalismo e o surgimento de uma nova ordem social (PAZZINATO, 2006, p. 12). As revoluções na Inglaterra e na França, nos séculos XVII e XVIII, tinham como base em seus ideais o liberalismo, ou seja, a liberdade política e econômica. Com isso, as massas aderiram aos movimentos, mas, nesse processo, a burguesia ficou no poder. Hora (2006), afirma que o liberalismo situava-se como “à esquerda” até a

Revolução Francesa, o que demonstra uma mudança de paradigma dos ideais de democracia cunhados no liberalismo. O direito e a igualdade baseados em um ideal democrático liberal geraram uma prática desigual ao promover o poder político-econômico nas mãos da burguesia e uma conseqüente contradição - o Estado não se tornou a representação democrática da sociedade, mas a de uma classe com interesses econômicos e políticos em seu próprio benefício.

Bobbio (1986), em sua obra intitulada “O futuro da democracia”, declara como premissa fundamental, a necessidade de identificar o estágio atual dos regimes democráticos de modo que, se a partir disso for possível “extrapolar” e tecer um prognóstico, então que se faça, mas não se tome a ideia de prever o futuro como uma preocupação primeira.

Na busca de uma definição, este autor compreende a democracia sempre em oposição às formas autocráticas de governo e é organizada por regras. Estas últimas estabelecem *o quem* e *o como* se tomam as decisões. São as normas que organizam a representação da vontade da sociedade (quem decide) e os mecanismos para concretizar essa vontade – os procedimentos (o como).

A ideia de que “todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros, com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente” (BOBBIO, 2009, p.3), permite a verificação de que é a decisão individual somada a outras e, não a decisão do grupo, que será aceita como coletiva. Dessa forma, toda e qualquer análise deve compreender os níveis micro, meso e macro para se aproximar o máximo possível, com veracidade, da realidade.

Neste sentido, a compreensão da representação e participação individual deve ser uma premissa:

Democracia é o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la – seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação dos poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do liberalismo, com as liberdades individuais e as liberdades públicas, que são o fundamento dos direitos civis elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade. (HORA, 2006, p. 72-73)

Para Hora (2006), esta é uma concepção cujo entendimento pode promover ações construtivas a partir da participação da sociedade. Essa compreensão permite intermediar a democracia, a escola e a gestão educacional e ir além, na questão da promoção da igualdade, mas com respeito às diferenças que é a máxima da promoção dos Direitos Humanos.

Qual é o papel da escola para o desenvolvimento da democracia? A concepção de democracia mínima, segundo Bobbio (1986), pressupõe a participação de elevado número de cidadãos no processo de tomada de decisões coletivas, além de regras que delineiam as organizações. Uma terceira condição é a de que as alternativas sejam reais para que tenhamos direito e opções à escolha, por meio dos “direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação” (BOBBIO, 1986, p. 3), dentre outras coisas.

Algumas ideias acerca da democracia veiculam no senso comum. São elas “governo do povo, pelo povo e para o povo” (Abraham Lincoln) e tantas outras que surgiram, mas não temos a identificação de suas fontes primárias, como “governo por unanimidade”, “governo pela maioria”, “governo com direitos iguais para todos”, “soberania do povo”. É o consenso social o responsável pela legitimação capaz, não só da manutenção do sistema, mas também, de realizar as lutas políticas. Nesse sentido, a escola é um espaço, uma instituição na qual as condições das relações e os condicionantes estruturais como organização, tende a “assegurar a criação e manutenção do suposto consenso social que legitima o sistema social de dominação sob o qual vivemos” (OLIVEIRA, 2009, p.28).

Não obstante, é possível pensarmos o espaço escolar como o local no qual sua estrutura favorece os mecanismos de controle e coerção, mas que também evoluiu, ao longo das últimas décadas, no sentido de implementar ações voltadas para democratização, criando condições para promover a participação dos diferentes sujeitos sociais, nos processos de construção e decisões da instituição. Essa evolução tem vários e diferentes condicionantes sociais que intervieram como, por exemplo, os movimentos sindicais, a organização da sociedade civil¹⁸ e sua participação, não só na luta armada, mas também no Movimento Democrático

¹⁸ Minha compreensão de sociedade civil perpassa pela “esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamando a responder; com o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político. (BOBBIO, 2008, p. 1210).

Brasileiro¹⁹ (MDB e que mais tarde viria a se tornar o PMDB) e, cuja principal luta era o combate ao autoritarismo imposto pelo Golpe Militar de 1964, a criação da Aliança Democrática (que reuniu o PMDB ao PDS, Partido Democrático Social) a qual, segundo Cunha (2009), tinha como objetivo “a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo”. Destaco, a seguir, alguns dentre os vários compromissos enunciados pelo autor:

Convocação de Assembléia Constituinte livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição; Restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário; Fortalecimento da federação e efetiva autonomia política e financeira dos estados e municípios; Reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão; Desconcentração do poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização; Educação Fundamental pra todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação de sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico, artístico e cultural (CUNHA, 2009, p. 25-26).

Em relação à Assembléia Nacional Constituinte, 1987-1988, Versiani (2010), destacou alguns valores associados ao esforço de reconstitucionalização da nação brasileira nos movimentos sociais aliados a uma forte necessidade de construção de uma nova cidadania no país, já que o militarismo repressor havia suspenso os direitos políticos e também limitado o exercício da cidadania.

A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 foram alteradas por leis extraordinárias, os Atos Institucionais, que foram um total de dezessete e que suspenderam várias garantias constitucionais dos cidadãos e centralizavam todo o poder nas mãos do Presidente da República. O Presidente Castelo Branco²⁰, por meio do Ato Institucional 4, em 6 de dezembro de 1966, transformou o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte para aprovar a nova Constituição de 1967 que tinha a finalidade de restringir a liberdade dos cidadãos, além de uma

¹⁹ Cunha (2009), indica três fatos importantes para a construção da democracia no Brasil. São eles: a eleição de Tancredo Neves (1985); a instalação da Assembléia Nacional Constituinte (1987) e as eleições presidenciais (1989). O autor compreende que o Golpe Militar de 1964 foi o desencadeador do processo de construção da democracia e que foi acelerado pela anistia aos presos políticos em 1979, reforçado pelas eleições para governadores pelo sufrágio universal em 1982, impedido pela morte do Presidente Civil Tancredo Neves, em 1985, e “vindo a sofrer um forte revés com o resultado do 2º turno das eleições presidenciais diretas de 1989”. Ainda, segundo o autor, foi a primeira vez no país em que houve união das forças democráticas e progressistas, apesar das fortes diferenças, com o intuito de conquistar o poder político.

²⁰ Castelo Branco governou de 15/4/64 a 15/3/67. Segundo Aquino (2007, p. 685), ele foi o responsável pela sedimentação do regime militar “pela sua institucionalização e pelo reforço dos aparelhos de repressão interna estruturados nos órgãos de segurança, com destaque para o SNI.” O autor enumera o que chamou de faxina em seus 1.065 dias de governo: “foram efetuados 3.747 atos punitivos, incluindo 116 cassações, 547 suspensões dos direitos políticos por 10 anos, 526 aposentadorias, 569 reformas militares, 1.574 demissões e 22 exonerações, entre outras punições.”

excessiva preocupação com a questão da segurança nacional²¹. A Emenda Constitucional de 1969 foi imposta pelo Ato Institucional 5 (AI 5) que institucionalizou e legalizou o regime militar na medida em que fortaleceu o Poder Executivo chegando até mesmo a fechar o Congresso por um ano o qual somente seria reaberto quando ele fosse consultado (AQUINO, 2007).

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito em meio a uma crise financeira e a inflação altíssima a qual, segundo Aquino (2007), teria passado dos 200% no ano anterior. O Colégio Eleitoral se reuniu em 15 de janeiro de 1985:

Maluf obteve 180 votos, ao passo que Tancredo recebeu 480 votos de um total de 686. Houve abstenções e nove ausências, na sua maioria deputados do PT, que decidiram não participar da votação. Era a volta do regime presidencialista nas mãos de um civil. Terminara a Longa Noite dos Generais, mas o entulho autoritário, representado por 42.887 atos legislativos permanecia (AQUINO, 2007, p. 789).

Porém, uma fatalidade impediu Tancredo Neves de tomar posse implicando que o seu Vice, José Sarney, assumisse seu lugar como Presidente da República. Tem-se início uma nova fase que, segundo Aquino (2007) foi chamada de Nova República.

Castro & Araújo (2001), afirmam que tudo indicava haver uma confiança recíproca entre o Presidente eleito e os militares e que isso foi revigorado por seu sucessor, José Sarney o qual, inclusive, chegou a ser legitimado no cargo pelos ministros militares os quais o defenderam por ocasião em que foi questionada a legitimidade de sua posse uma vez que o presidente eleito morreria sem ser empossado. Além disso, continuam os autores, sua popularidade cresceu com o Plano Cruzado que estabilizou a inflação galopante, mas tão logo a eficácia do plano foi abalada, um ano depois, os próprios militares se tornaram “os fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo”.

Retomando o foco da discussão em torno da Assembléia Nacional Constituinte, Aquino (2007), considerou o resultado das eleições visando ao provimento dos governos estaduais e das vagas para a Constituinte, confortável para o presidente Sarney, pois “percebeu-se claramente que houve um avanço dos setores conservadores”. O PMDB foi o grande vitorioso nesse pleito, chegando a

²¹ A título de esclarecimento, o capítulo relativo à educação consta do Título IV - Da Família, da Educação e da Cultura - artigos 167 ao 172. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737.htm> - Acesso em 07/6/2011

eleger governadores em 22 estados brasileiros. Isso promoveu uma maior autonomia para o presidente que garantia um maior peso político para definição deste novo processo de mudanças, naquele período.

Tanto Aquino (2007) como Castro & Araújo (2001), percebem a criação do Centrão (grupo que foi formado para sustentar os interesses mais conservadores na Constituinte) como o principal elemento que assegurou o mandato de Sarney, na medida em que garantiu os itens da agenda militar na Constituinte.

Aquino (2007), não considera a Constituição de 1988 de cunho progressista ou conservador. Segundo ele, houve um grande avanço “no sentido de defesa dos direitos individuais e coletivos” que podem ser verificados em diversos princípios fundamentais da Carta constitucional como, por exemplo, os artigos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O art. 5º indica uma série de garantias civis, dentre elas a igualdade jurídica entre o homem e a mulher, a liberdade de pensamento e de expressão, a de associação e também combate ao racismo, considerando-o um crime inafiançável²².

Agrego à percepção de Aquino, a importância de, pela primeira vez, ter uma Seção especificamente dedicada à Educação (a Seção I do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto) que consta dos Art. 205 ao 214.

O Art. 206 da Constituição trata dos princípios fundamentais que pautam o ensino no país:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

²² O Caput do Artigo: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: Grifo meu: O referido Artigo é composto por 76 Incisos

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII - garantia de padrão de qualidade.
 VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
 § Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Embora a Constituição tenha obtido grandes avanços em termos de garantias aos direitos fundamentais de sobrevivência e aos direitos sociais que no Art. 6 inclui “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”, Aquino (2007), percebeu alguns entraves que permitiram prevalecer “aos interesses das elites políticos-econômicas”:

“Cap. I – Art. 5º – A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação [da propriedade] por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
 Cap. IV – Art. 14 – O alistamento eleitoral e o voto são: obrigatórios para os maiores de dezoito anos; facultativos para: analfabetos; (...) são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos (...)
 Cap. V – Art. 142 – As Forças Armadas (...) são instituições nacionais permanentes e regulares (...) e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, Constituição Federal apud AQUINO, 2007, p. 812)”.

Após este percurso, não encontro palavras mais adequadas para expressar a complexidade que é tratar a questão da cidadania em nosso país:

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil, ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Um das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo” diz-se “a cidadania quer”. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2009, p. 7).

A Carta Magna, em seu prefácio, declara que o Brasil é um “Estado Democrático” e que lhe é reservado, dentre outras coisas, “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais”. Inicia os artigos estabelecendo os princípios

fundamentais, ou seja, declara a acepção sob as quais, não só os demais títulos do texto constitucional estarão alicerçados, mas também todas as demais leis que regulam a sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, por sua vez, também se pautou nos princípios fundamentais e, portanto, em consonância com a Constituição, estabelece, para todas as demais leis orgânicas em educação, a inspiração e a base ideológica que fundamentam e conduzem a estrutura e a organização do ensino em nosso país. Nos artigos 2 e 3 estabelece os Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
 Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

dos quais destaco *o preparo do educando para o exercício da cidadania e a gestão democrática do ensino público.*

Carvalho (2009) considera a redução do índice de analfabetismo e o aumento da escolarização da população, ambos relativos ao ensino fundamental, fatores importantes e decisivos para a cidadania. Em contrapartida, afirma que, embora seja um aspecto positivo, ainda é um processo lento e muito longínquo porque se refere a um aumento numérico o qual não reflete a veracidade acerca da repetência escolar que mantém o aluno na escola por vários anos. É certo que existem outros fatores os quais interferem na construção da cidadania como, por exemplo, a taxa de mortalidade, o piso salarial e as desigualdades sociais, dentre outros.

A gestão democrática da educação, diante deste e de outros problemas tão complexos, tem uma responsabilidade advinda dos propósitos legais e aportes teóricos que lhe instituem a incumbência de mobilizar suas ações em equipe. Mais que isso, suas ações devem ser estruturadas coletivamente em prol da

transformação da educação, das escolas e do ser humano. Há que se pensar que a escola sozinha não pode se responsabilizar por tamanha tarefa e que não cabe a ela corrigir os problemas sociais. Mas, poderá ela contribuir para tal encaminhamento? Será que ao realizar sua função essencial de educar, irá ou não contribuir para correção de uma parcela dos problemas?

No quadro a seguir, podemos verificar alguns vínculos estabelecidos nas diretrizes educacionais da Constituição Federal (art. 206) já vistos anteriormente, neste capítulo, na LDB (artigos 14 e 15²³), nas metas do Plano Nacional de Educação.

²³ Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Quadro 3

Metas de Gestão no Plano Nacional de Educação

Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste PNE.
Estimular a colaboração entre as redes e sistemas de ensino municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais consultivos, quando necessários.
Estimular a criação de Conselhos Municipais de Educação e apoiar tecnicamente os Municípios que optarem por constituir sistemas municipais de ensino.
Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.
Editar pelos sistemas de ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das instituições escolares.
Desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
Elaborar e executar planos estaduais e municipais de educação, em consonância com este PNE.
Organizar a educação básica no campo, de modo a preservar as escolas rurais no meio rural e imbuídas dos valores rurais.
Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.
Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e ampliar sua autonomia financeira, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica.
Informatizar, em três anos, com auxílio técnico e financeiro da União, as secretarias estaduais de educação, integrando-as em rede ao sistema nacional de estatísticas educacionais.
Informatizar progressivamente, em dez anos, com auxílio técnico e financeiro da União e dos Estados, todas as secretarias municipais de educação, atendendo, em cinco anos pelo menos, a metade dos Municípios com mais de 20.000 habitantes.
Estabelecer, em todos os Estados, com auxílio técnico e financeiro da União, programas de formação do pessoal técnico das secretarias, para suprir, em cinco anos, pelo menos, as necessidades dos setores de informação e estatísticas educacionais, planejamento e avaliação.
Promover medidas administrativas que assegurem a permanência dos técnicos formados e com bom desempenho nos quadros das secretarias.
Informatizar, gradualmente, com auxílio técnico e financeiro da União, a administração das escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as secretarias de educação, de tal forma que, em dez anos, todas as escolas estejam no sistema.
Estabelecer, em todos os Estados, com a colaboração dos Municípios e das universidades, programas diversificados de formação continuada e atualização visando a melhoria do desempenho no exercício da função ou cargo de diretores de escolas.
Assegurar que, em cinco anos, 50% dos diretores, pelo menos, possuam formação específica em nível superior e que, no final da década, todas as escolas contem com diretores adequadamente formados em nível superior, preferencialmente com cursos de especialização.
Ampliar a oferta de cursos de formação em administração escolar nas instituições públicas de nível superior, de forma a permitir o cumprimento da meta anterior.
Estabelecer políticas e critérios de alocação de recursos federais, estaduais e municipais, de forma a reduzir desigualdades regionais e desigualdades internas a cada sistema.
Consolidar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e o censo escolar.
Estabelecer, nos Estados, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do ensino fundamental e Médio.
Estabelecer, nos Municípios, em cinco anos, programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de educação infantil.
Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na Educação Básica numa Conferência Nacional de Educação, que envolva a comunidade educacional.
Instituir em todos os níveis, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social dos recursos destinados à Educação não incluídos no FUNDEF, qualquer que seja sua origem, nos moldes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.
Incluir, nos levantamentos estatísticos e no censo escolar informação acerca do gênero, em cada categoria de dados coletados.
Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes a financiamento e gestão.

Metas relativas à Gestão. Foram extraídas do PNE/2001-2010 no Portal MEC:

Uma análise mais aprofundada das metas, permite a identificação de um conjunto de categorias dentre as quais ressaltamos: a *autonomia* dos sistemas de ensino e da escola por meio da gestão pedagógica e administrativa; a *participação* das comunidades escolar e local e dos profissionais da educação nas atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico; a instituição de Conselhos para acompanhar a utilização dos recursos educacionais; a formação de técnicos das secretarias; a *formação* dos diretores (graduados) em nível de especialização.

Bordignon (2004), em uma reflexão acerca da gestão democrática da escola estabelecida como princípio constitucional, aponta a fragilidade da aliança da lei com a prática do cotidiano escolar e, segundo o autor, ainda é muito distante “da desejada união estável”. Já Dourado (2007) compreende que a lógica e a dinâmica política da educação brasileira, embora mantenham ações descentralizadas, têm suas articulações pensadas em nível federal, o que denota a centralidade do poder e a não-apropriação do Plano Nacional de Educação como o planejamento efetivo e o fundamento das ações implementadas. Certamente, carecemos de uma dinâmica diferente para o pensar e o agir, tanto para a concepção como para a implementação das políticas e programas em todas as instâncias e esferas da educação. Mudar é preciso. É preciso muito mais que coragem para construir a mudança, é preciso vontade para seguir em uma direção que não sabemos ainda para onde vai. É necessário ter sensibilidade para perceber a realidade e construir, em equipe, propostas adequadas às demandas educacional, econômica, de saúde e aos anseios de justiça social em nosso país.

O paradigma tradicional de exercício do poder, mantido intocado, oferece habitat pouco fértil para o vicejar do novo princípio da gestão democrática. A mudança da realidade, do curso da ação, requer mais que a simples afirmação de novos princípios: requer a mudança de paradigmas, a revolução das consciências (BORDIGNON, 2004, p. 291).

2.4 A prática da gestão democrática no Brasil : a construção de uma agenda para a gestão democrática nas escolas.

Desde o início deste novo milênio, a gestão democrática vem sendo cada vez mais uma exigência a ser efetivada em nossos sistemas públicos de ensino, em

particular, em decorrência das reformas ocorridas nos dois últimos governos em nosso país - o de Fernando Henrique Cardoso e o de Lula.

Ambos os governos tiveram seus mandatos estendidos por meio de reeleição, permanecendo assim por oito anos na condução do país - Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2002 e, Luiz Ignácio Lula da Silva (Lula), 2003-2010.

Para Cunha (2003) e Faleiros (2004), o sucesso do plano real impulsionou a eleição e a reeleição de FHC. O plano de metas de sua plataforma de governo, assumia a necessidade de promover as transformações tecnológicas em decorrência de o crescimento econômico exigir mão-de-obra cada vez mais eficiente e qualificada, coisa que não era possível com o caos que a educação enfrentava já naquela ocasião.

Com a percepção de que os maiores problemas educacionais do país eram a repetência e a má gestão dos recursos financeiros, o ministro empossado para o Ministério da Educação, o economista Paulo Renato Souza, priorizou os aspectos econômicos e a universalização do Ensino Fundamental, segundo Faleiros (2004) e Castro e Menezes (2003). Associado a esses aspectos, tanto o ensino fundamental como o superior foram alvos de maior investimento para a superação da desigualdade social e o avanço e o fortalecimento do setor tecnológico de modo que

Diante desse quadro, aponta-se para a necessidade de redefinição do projeto de desenvolvimento brasileiro, o qual deveria estar articulado à economia internacional globalizada. Também há a advertência de que do formato desse projeto iria depender a forma de inserção do Brasil nessa nova conjuntura, caracteristicamente competitiva em termos econômicos. Para que essa inserção do país se desse de forma autônoma, dois aspectos seriam relevantes: o fortalecimento do poder político decisório do país e o desenvolvimento científico-tecnológico no intuito de capacitar o país para a competição (CASTRO ; MENEZES, 2003, p. 20).

Alguns procedimentos e mecanismos para implantar a universalização do ensino foram definidos como a descentralização das ações que implicaram no compartilhamento responsável entre os entes federados²⁴, o que viabilizou a busca da autonomia para a definição da aplicação dos recursos (do próprio sistema e complementados pelos programas federais) em atividades consideradas essenciais, de acordo com as demandas institucionais.

²⁴ A LDB/96 estabelece os índices de aplicação financeira com base na arrecadação dos respectivos sistemas: Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de **dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **vinte e cinco por cento**, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Castro e Menezes (2003), compreendem o binômio *centralização/descentralização*, no governo FHC, como uma continuidade de uma discussão que já ocorria no início da década de 90, no governo anterior (Itamar Franco). A partir de 1995, se promoveu o desenvolvimento do processo de descentralização na gestão da política educacional brasileira o que, segundo eles, não extinguiu a centralização, mas reduziu-a.

(CASTRO ; MENEZES, 2003, p. 27) apontam que não há consenso de que ocorrera a efetivação dos processos de gestão segundo a concepção original da descentralização que se traduz na “primazia da autonomia e dos mecanismos de participação na formulação de políticas...”, caracterizando a gestão de FHC como um período de gestão de políticas mistas “de forma que ainda se manteve o processo de descentralização *tutelada*”.

A formulação das políticas, o planejamento, a coordenação e o financiamento dos programas, permanecem nas mãos do Ministério da Educação e isso acarreta a manutenção do modelo centralizador. Em contrapartida, a execução fica sob a responsabilidade do outro extremo do sistema - a unidade escolar -, que, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece a abertura dos canais de participação nas escolas, ou seja, na prática, a fonte de recursos é o Ministério e as Secretarias de Educação enquanto a gerência fica a cargo da comunidade escolar que, além de fiscalizar os gastos e a prestação de contas, ainda precisa atentar para o cumprimento das metas dos diversos programas vigentes.

No governo Lula, o Ministério da Educação teve três ministros nomeados; o senador Cristovam Buarque (2002), o advogado Tarso Genro (2004) e o economista Fernando Haddad (2005). Este último permanece até os dias atuais no governo Dilma Rousseff, mas declara sua intenção de deixar o Ministério por ocasião das eleições municipais, uma vez que tem a intenção de concorrer à prefeitura da capital paulista. Nesta gestão ele mantém a tendência anterior em relação à aplicação financeira.

O governo Lula foi severo em suas críticas em relação ao investimento em educação no governo FHC, a notícia a seguir mostra que ele gastou menos ainda e, portanto não superou as expectativas de sua campanha de governo.

GOVERNO LULA INVESTIU MENOS EM EDUCAÇÃO QUE SEU ANTECESSOR

Karina Yamamoto

Editora do UOL Educação em Belém (PA)

O primeiro mandato do governo Lula (PT), entre 2003 e 2007, gastou menos com educação que o último governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em seus dois governos, de 1995 e 2002.

A porcentagem dedicada à educação no quadro de despesas da União caiu de 2,88% em 2003 - no início do governo petista - para 2,67% em 2004 e em 2005 e para 2,44% em 2006, voltando em 2007 ao mesmo patamar que ocupava no início do governo com 2,87%. UOL Notícias em 28/01/2009 - 14h53

Embora a plataforma do governo Lula, em relação à educação, tenha se constituído, principalmente, de críticas voltadas ao financiamento da educação, os baixos índices de aplicação financeira do seu governo nos revelam a diminuição da referida aplicação neste setor, sem sequer superar os índices do governo FHC. Davies (2004, p. 246), ressalta que Lula não foi diferente dos anteriores mais próximos, tendo, igualmente, priorizado “a geração de superávit fiscal para pagar os juros da dívida externa e interna” o que atende aos interesses dos capitalistas internos e externos ao nosso país.

O programa do governo Lula, segundo Davies (2004), pretendia reexaminar os vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) que previa aplicação de 7% do PIB em educação o que era um valor modesto pois, desde 1997, já havia uma proposta estabelecida por trabalhadores da educação que participaram do II Congresso Nacional de Educação (CONED) e propuseram a aplicação de 10% do valor do PIB.

Eis que a problemática se repete em relação ao novo Plano Nacional de Educação, cujo projeto foi construído em mobilização nacional, por meio da Conferência Nacional de Educação (Conae) realizada em duas etapas: a primeira mobilizou os municípios nos estados e, a segunda, mobilizou os delegados estaduais e municipais em Brasília, em 2010.

Plano de Educação exige aplicação de 10% do PIB, diz especialista

Sexta-feira, 27 de Maio de 2011 às 08:18 / Por: Nathan Figueiredo



O professor da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino Pinto afirmou nesta quarta-feira que será necessária a aplicação de pelo menos 10,01% do PIB até 2020 para que o governo cumpra as metas previstas na proposta que cria o Plano Nacional de Educação (PNE – PL [8035/10](#)). Hoje, o governo gasta cerca de 5% do PIB no setor. A proposta, que está em tramitação na Câmara, prevê o investimento de 7% até 2020. Segundo o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), o governo tem arrecadação suficiente para garantir os 10%.

As declarações foram feitas durante audiência pública da comissão especial (foto) criada para analisar a proposta do governo. O projeto lista objetivos que tratam da ampliação do acesso à educação básica e ao ensino superior, da melhoria da qualidade do ensino, do aumento da remuneração dos professores, entre outros tópicos.

De acordo com a proposta, a maioria das metas deverá ser alcançada até 2020, mas algumas delas deverão ser atingidas em anos anteriores. Segundo José Marcelino, para o cumprimento desses objetivos, já em 2016 será necessário o investimento de 7,67% do PIB – mais que o previsto pelo governo para 2020.

No portal do MEC consta que o ministro Haddad entregou ao presidente Lula, em dezembro de 2010, o Plano Nacional de Educação com 20 metas prioritárias a serem alcançadas no decênio 2011-2020. Na proposta da Conae²⁵ há uma renovação semelhante ao PNE do decênio anterior, que previa 10% do PIB, no entanto, no referido projeto, consta da Meta 20: “Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país”²⁶. Isto ratifica o descompasso existente entre a concretização do Plano Nacional de Educação (PNE), em relação ao planejamento financeiro, que deve subsidiar as ações estabelecidas no plano. Ou seja, não haverá possibilidade de alcançar as metas se não houver suporte financeiro para executá-las. Nesse sentido, embora a presente análise se detenha a alguns aspectos do âmbito educacional, não consegui depreender a reversão anunciada por Lula em suas críticas ao governo FHC. Mesmo com a forte campanha em torno da transformação social, ao considerar a educação como “condição para a cidadania” e

²⁵No item C do Eixo V (Financiamento da Educação e Controle Social): “Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).”

²⁶Disponível no Portal MEC. Acesso em 16/06/2011.

também ao propor um novo patamar de solidariedade onde os entes federados passam a garantir a universalização da educação básica (Libâneo, 2007), o discurso ficou dissonante da prática.

O fato de o percentual de aplicação do PIB ter sido objeto de discussão, ao longo dos últimos anos, e a opção do governo em não caminhar nesta direção, denota o real compromisso, inclusive do novo governo de Dilma Rousseff (2011-2014) que manteve Haddad em seu quadro ministerial, com o equilíbrio da balança financeira e o mercado externo.

O atual projeto de lei do Plano Nacional de Educação²⁷ (Nº 8035/2010) foi apresentado à Câmara para aprovação em 20 de dezembro de 2010. Até o presente momento constam 20 requerimentos de representantes de várias capitais do país, como São Paulo, Fortaleza, Manaus, Pernambuco, Belém Maranhão e Rio de Janeiro e, também pelo integrante da Comissão Especial Temporária, que foi constituída na Câmara em 23/02/2011, o Deputado Duarte Nogueira, que propôs a discussão do projeto na casa em função da relevância do plano para a próxima década.

Todos os requerimentos se encontram disponíveis para consulta no portal da Câmara e, dentre eles, destaco a solicitação do Deputado Waldir Maranhão, por meio de requerimento 42/2011, que convida a Ministra do Planejamento, Sra. Miriam Belchior, a se pronunciar em relação ao investimento público em educação, mais especificamente em relação à meta 20 do Projeto de Lei 8035/2010.

Acessando o Portal MEC é possível verificar a atual agenda estabelecida pelo órgão com os Programas vigentes em todo o país, conforme mostra o quadro a seguir:

²⁷ Todas as informações foram coletadas no Portal da Câmara dos Deputados e estão disponíveis no site: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_requerimentos;jsessionid=CF270DDE91F7224ED05069B529F2F6BD.node2?idProposicao=490116> . Acesso em 19/06/2011.

Quadro 4
Programas implementados pelo MEC

Programa Mais Educação	Coleção explorando o Ensino
Caminhos do Direito de Aprender	Gestar II
Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário)	Ideb
Parlamento Juvenil do Mercosul	Olimpíadas de Língua Portuguesa
Ensino Fundamental de Nove Anos	Olimpíadas de Matemática
Ensino Médio Inovador	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Escolas de Fronteira	Prova Brasil
Escola de Gestores da Educação básica	Provinha Brasil
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	Prêmio Professores do Brasil
PDE-Escola	Prêmio Ciências
Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)	Feira Nacional de Ciências – Fenaceb
Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho)	Programa Currículo em Movimento
Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Guia de Tecnologias
Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido (Proforti)	TV Escola
Pesquisa: Educação Infantil no Brasil - Avaliação Qualitativa e Quantitativa	DVD Escola
Pró-Letramento	Banco Internacional de Objetos Educacionais
Rede Nacional de Formação Continuada de Professores	Portal do Professor
Proinfantil	ProInfo
Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)	ProInfo Integrado - E-ProInfo
Programa Nacional Biblioteca da Escola	Programa Saúde na Escola

Fonte: Portal MEC

Em relação à agenda do Ministério da Educação, é possível perceber nas atividades geridas pela Secretaria de Educação Básica, a organização de ações que abrangem a formação e a capacitação, não só dos professores, mas também dos gestores escolares, dos técnicos das Secretarias de Educação estaduais e municipais e dos conselheiros escolares e municipais, evidenciando também a inserção de programas que implementam avaliação da educação nacional em todos os níveis de ensino, além de articular a educação com outras políticas, como a de saúde e direitos humanos. Há, também, uma forte preocupação com a extensão do direito à educação aos brasileiros que ainda estão à margem deste processo.

Arretche (1999), em sua tese de doutorado, pesquisou os determinantes do processo de descentralização das políticas sociais em nosso país e diz que

A estrutura organizacional do Sistema de Proteção Social Brasileiro vem sendo profundamente redesenhada. À exceção da área de previdência, nas demais áreas da política social – educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular – estão sendo implantados programas de descentralização que vêm transferindo, paulatinamente, um conjunto significativo de atribuições de gestão para os níveis estadual e municipal de governo (ARRETCHÉ, 1999, p.111)

Sendo assim, as políticas públicas e a construção da agenda educacional fazem parte de um processo de descentralização maior que engloba, não só as políticas educacionais, mas também outras tantas políticas sociais como a saúde e a habitação o que, conseqüentemente, acarreta a descentralização do financiamento e dos recursos.

Diante da promoção da gestão democrática da educação, a atual agenda fortalece a ação em parceria dos estados e municípios com os Conselhos Estaduais e Municipais e unidades escolares e seus Conselhos Escolares, mas centraliza nas mãos do poder público a definição da aplicação financeira e das políticas públicas gerenciais da educação nacional. A escola desempenha o papel de por em prática as articulações previstas nos programas, cumprindo as metas, aplicando as verbas públicas e prestando contas de como o faz.

2.5 Os conselhos escolares e a gestão democrática das unidades de ensino

Portanto, não é por ter “vontade de fundar” um Conselho Escolar que uma pessoa está provida do direito de impor a alguém que crie e participe do mesmo. As raízes profundas de um Conselho Escolar germinam no interior das pessoas que têm

necessidade de melhorar a escola do seu filho, ou de educadores que acreditam nas pessoas que educam. (BRASIL, 2009, p.12).

Compreendendo que o Conselho Escolar, constituído por diversos segmentos da comunidade escolar, tem como principal função o papel de coordenar e acompanhar as discussões e estabelecer as prioridades e objetivos da escola, tanto nos aspectos administrativos como pedagógicos. Torna-se de fato a engrenagem que conduz o funcionamento da escola por meio de parcerias e trocas com a comunidade escolar e local, a ponto de ampliar discussões desta última no espaço escolar.

Perceber como são estruturados os Conselhos, quais são suas funções diante das diversas instâncias administrativas governamentais e das implicações de sua atuação nas decisões das políticas educacionais, além de refletir sobre quais são as possibilidades deste órgão como veículo de participação da comunidade na gestão da escola, é mais do que necessário para esta reflexão cujo objetivo precípuo é compreender o contexto no qual foi estabelecida a política de criação e implantação dos Conselhos Escolares no Município de Duque de Caxias.

Os Conselhos, em geral, são formados pela reunião de pessoas com a incumbência de ponderar e tomar decisões sobre a coisa pública. São órgãos com atribuições normativas, consultivas, deliberativas e fiscais.

Em uma visão panorâmica de nosso Sistema de Educação, percebe-se que os Conselhos o integram em várias instâncias. Temos o Conselho Nacional de Educação com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. Conquanto ele tenha sido criado por Decreto, em 1931, as suas atribuições e competências atuais foram salvaguardadas por Lei, em 1995. Este Conselho é composto pela Câmara de Educação Superior e a de Educação Básica. Outros exemplos de órgãos colegiados são os Conselhos Estaduais e Municipais, constituídos por Câmaras e comissões, que atuam no sentido de aplicação e cumprimento da legislação vigente.

No âmbito da escola, a criação de colegiados, tem se constituído, cada vez mais, em um instrumento de participação da comunidade. Os *Conselhos de Classe*, cujo objetivo, grosso modo, é o de verificar o rendimento e o de acompanhar a formação dos alunos, os *Conselhos de Controle Fiscal e Social*, com a função de acompanhar os gastos e a prestação de contas da verba pública destinada à manutenção e crescimento da escola.

Os Conselhos escolares são órgãos deliberativos compostos por representantes de todos os segmentos constitutivos da escola - professores, alunos, familiares, comunidade e demais profissionais da escola. Por isso, as decisões em conselho, pelo menos em tese, vão ao encontro da vontade de toda a comunidade escolar devendo, portanto, ser acatadas por todos. Além de ser um instrumento de gestão da escola, Antunes (2002) também considera o Conselho como um canal de participação em que a discussão em torno da organização da escola, da qualidade da educação, da função social da escola e de questões da comunidade local, deve ser objeto de avaliação constante de modo a permitir a construção da escola alicerçada nos interesses de sua comunidade.

Há ainda os Conselhos Tutelares que foram instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 31, com a função de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, segundo os ditames do referido Estatuto. São órgãos municipais, autônomos e subordinados ao ordenamento jurídico do país. Embora não possua o poder de julgar e de punir, esse órgão encaminha as infrações cometidas contra a criança ou o adolescente ao Ministério Público, fiscaliza, apura irregularidades e infrações nos espaços nos quais seja verificada esse tipo de ocorrência.

A rigor, todos esses Conselhos têm uma convergência final: garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, de todos os adolescentes, jovens e adultos em escolas de qualidade. E, sendo a educação escolar um serviço público e de finalidade universal, é no ensino público que a oferta de ensino deve ser cuidadosamente gerida a fim de que a igualdade perante a lei, a igualdade de condições e de oportunidades tenham vigência para todos, sem distinções. (CURY, 2006, p. 44-45)

A Gestão da Educação encontra, no cruzamento desses Conselhos, os mecanismos que asseguram a proteção do direito à educação e a busca da garantia do acesso e permanência na escola. Bordignon (2005) diz que, pela natureza dos conselhos, em sua constituição e funcionamento, eles proporcionam a mediação entre o governo e a sociedade.

Ao ser gerado dentro de estruturas governamentais, cada um desses conselhos se constitui em um órgão do poder público em que a representatividade da sociedade civil é garantida no processo de composição dos seus membros. Dessa feita, é visível a relação dialética e de interesses distintos que se instala nesse espaço. O poder público permitiu a articulação da sociedade civil

neste espaço exclusivo como o lugar para a defesa dos interesses coletivos e sociais, mas como é possível numa instância escolar visualizar as demais instâncias e esferas nas quais haveria a possibilidade de discussões coletivas? Bordignon (2005) nos auxilia a responder essa questão:

Para que os conselhos possam constituir-se segundo sua natureza essencial e, assim, cumprirem suas funções, dois outros fundamentos, indissociáveis entre si, precisam estar presentes: a autonomia e a participação. Mas, que para esses fundamentos sejam efetivos na implantação da gestão democrática da educação pública, para que possam desfazer o velho paradigma patrimonialista, precisam ser escoimados de velhas concepções, para situar a autonomia como espaço de poder dos cidadãos e a participação como fazer parte da ação desde a decisão.

A relação entre a Gestão Democrática e os Conselhos Escolares sintetiza as ações de democratização das políticas públicas em educação ao evocar a participação da comunidade como a principal articulação e permitir a construção compartilhada da administração do espaço escolar.

A importância desse órgão nas escolas hoje está vinculada aos propósitos declarados da prática da gestão democrática²⁸ de forma a aumentar a participação da comunidade na escola, promovendo a gestão compartilhada nas instâncias pedagógicas, financeiras e administrativas.

As redes de ensino que constituem os sistemas educacionais estabelecem seus respectivos regimentos, os quais definem os critérios para a composição, a criação e a implantação dos seus Conselhos de Escola. Já o funcionamento pode ser estruturado por um regimento ou estatuto da própria unidade escolar. A eleição dos Conselheiros é a maneira por meio da qual a comunidade escolhe seus representantes, que serão suas vozes nas Assembléias, na escola.

Embora os conselhos tenham as funções consultiva, deliberativa, normativa e fiscal, Antunes (2002) aponta as duas primeiras como as mais frequentes. A função consultiva, como o próprio nome diz, faculta ao Conselho sugerir soluções que poderão ou não ser acatadas. Já os de natureza deliberativa, têm condições de definir as ações que a escola deverá realizar para resolução de suas demandas.

A diferença entre uma e a outra é, basicamente, a seguinte: enquanto o

²⁸ OLIVEIRA (2004, p. 1135) aponta a luta em defesa da gestão democrática iniciada nos movimentos sociais e a exigência legal estabelecida na Constituição Federal de 1988, no art. 206, como responsáveis pela criação de instrumentos de participação na gestão das escolas. Além disso, refere-se ao dispositivo constitucional como “reflexo da organização e da luta desses movimentos em defesa da escola pública e democrática ao longo de muitos anos”. O que me parece propiciar uma lógica de raciocínio que, não só justifica, mas também ratifica a gestão democrática como anseio da sociedade civil, já que a proposta de uma nova constituição naquele período também foi fruto destes movimentos.

consultivo opina sobre os procedimentos e escolhas em relação à aplicação de verba, o deliberativo decide e determina onde e como aplicar tais verbas.

... discutir e arbitrar critérios e procedimentos de avaliação relativos ao processo educativo e à atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar tem mais peso do que somente discutir sobre essa questão. Quando se delibera quanto à organização e ao funcionamento geral da escola, a responsabilidade é maior do que quando se opina ou se presta assessoria à Direção da escola nesse sentido. Dependendo da natureza do Conselho de Escola, pode-se afirmar que a participação de alunos, pais, professores, funcionários e comunidade escolar como um todo será maior ou menor, mais efetiva ou mais formal (ANTUNES, 2002, p. 23).

É importante ressaltar a importância da comunicação constante que deve existir entre o Conselho e a comunidade escolar para que esta se sinta efetivamente representada no encaminhamento das decisões. Conquanto o processo de execução, não seja em geral realizado com a participação de todos, é na discussão coletiva que se obtém as condições mínimas para que as decisões sejam tomadas em conjunto. Ou seja, o mais importante é que haja a garantia da participação de todos na elaboração, acompanhamento e avaliação no desempenho do Projeto Político-Pedagógico da escola.

É necessário que tenhamos clareza de que democracia é algo que se aprende e, se aprende, principalmente, praticando-a, vivenciando-a. Não há projeto de escola que esteja dissociado de um projeto de sociedade. Se queremos uma sociedade democrática, justa igualitária, é necessário que, mais do que o discurso da democracia, sejamos capazes de vivenciar a democracia no maior número de espaços possível. E, enquanto educadoras(es), temos muito a contribuir no espaço escolar (ANTUNES, 2002, p. 35)

À luz da compreensão de Bobbio (2008) acerca da participação, considero o tomar parte no projeto de escola, na sua discussão e construção, como algo que precisamos aprender e incorporar à dinâmica institucional até que se torne tradição. A importância das assembleias dos Conselhos Escolares está em serem elas o espaço em que se pode promover, não só as condições estruturais para exercício democrático, mas sobretudo, o enfrentamento das diferenças individuais e a conquista da cidadania por toda a comunidade.

A escola pública (e, em alguma medida, até mesmo a particular) é uma daquelas instituições pertencentes ao Estado (sociedade política), mas que é atravessada pelos conflitos da sociedade civil. Ela reúne, em seu interior, as condições próprias de uma instituição que não deixa apreender com facilidade por uma lógica maniqueísta e reducionista do par dialético sociedade civil/Estado (MAGRONE, 1980, p. 367).

Nesse contexto, a gestão democrática da educação tem uma função dialética; ela tanto pode vir a promover a transformação, como a manutenção da escola vigente e, conseqüentemente do arcabouço ideológico que envolve o arquétipo político brasileiro. E é por ser um instrumento capaz de mediar tais processos, que o trabalho pedagógico viabiliza a construção consciente e participativa da autonomia da escola. É com a conquista da autonomia que poderá construir uma dinâmica interna na escola, na qual a participação seja o eixo condutor para que a educação seja constituída de forma a não ser estranha e distante das decisões do financiamento, do planejamento e da gestão nas diferentes esferas e sistemas de ensino.

O capítulo 3, a seguir, se constituiu sob essa perspectiva teórica e análise apresentada, estabelecendo a verificação, por meio da observação das atividades cotidianas que envolvem as escolas, mas especificamente, os Conselhos Escolares e suas articulações com a Secretaria Municipal de Duque de Caxias e a Coordenação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares na SEB/MEC, com o intuito de verificar como se estabeleceu a adesão pela SME ao referido Programa.

3 A PESQUISA

Para examinar as ações e as consequências da adesão da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias ao PNFCE e identificar o processo de formação dos Conselheiros Escolares, a pesquisa foi sistematizada de forma a envolver os três níveis de ação educacional - o Ministério da Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e duas Escolas da rede de ensino do referido município.

Este capítulo apresenta, inicialmente, a construção do percurso da pesquisa, as caracterizações do Município de Duque de Caxias, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, das Escolas selecionadas até chegar, finalmente, à caracterização dos conselhos escolares e de seus conselheiros a partir da observação e das entrevistas realizadas.

3.1 A abordagem

Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos (DUARTE, 2002, p. 140).

Desde a elaboração do projeto foi estabelecida, como metodologia, a realização de entrevistas semiestruturadas com os diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, com o representante pelo órgão responsável pela implantação e verificação do funcionamento dos Conselhos Escolares na Secretaria Municipal de Educação, NACE – Núcleo de Apoio aos Conselhos Escolares e, também, no Ministério da Educação, com uma pessoa da Secretaria de Educação Básica que é o órgão que coordena o PNFCE.

A partir do início do trabalho de campo e do acompanhamento das reuniões e das atividades dos Conselhos Escolares, surgiu a necessidade de uma maior aproximação dos Conselheiros como meio para que se pudesse ter acesso a mais informações, sem que a ação da pesquisa interferisse nas dinâmicas das reuniões do órgão. Sendo assim, a estratégia adotada foi lançar mão do grupo focal como

técnica de pesquisa que possibilita a obtenção das informações e dos conhecimentos necessários para consecução da pesquisa.

Inicialmente, foram escolhidas três escolas da rede de ensino. Entretanto, deflagrado o trabalho de campo, ficou patente que, para aprofundá-lo, a ponto de conhecer a dinâmica de funcionamento, a estrutura e os aspectos concernentes ao projeto pedagógico da escola, seria necessário limitar o campo de ação. Assim, o período de observação foi reduzido para seis meses, em duas escolas, concomitantemente.

A escolha das escolas, a partir dos contatos estabelecidos na região do estudo, foi pautada em dois critérios básicos. Um deles dizia respeito à localização geográfica da escola e, o outro, ao nível de ensino e atendimento à população escolar. Por isso, foi escolhida uma escola situada no 1º distrito, que atende cerca de um mil e seiscentos alunos e, a outra, no 3º distrito atendendo cerca de quatrocentos alunos.

As entrevistas semiestruturadas²⁹ foram realizadas a partir do contato com a Secretaria Municipal de Ensino de Duque de Caxias que, por meio de ofício interno, autorizou a entrada e a permanência nas escolas, para a observação das atividades e a realização das entrevistas. Esse mesmo ofício continha também um encaminhamento para a realização de estudos e pesquisas junto ao Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares.

Houve ainda uma entrevista com Coordenação do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, no MEC, em Brasília, realizada estrategicamente no último mês de pesquisa, a fim de que nela, tendo por alicerce as informações colhidas acerca da temática a partir da investigação que estava em curso, fossem erigidas questões de abrangência pontual e essenciais para reflexão, análise e abertura do campo de possibilidades sob o título de conclusão.

Na SME, além da entrevista, foi liberado o acesso aos documentos relativos à constituição do NACE, que é o órgão responsável pelos Conselhos Escolares na rede de ensino, ao Decreto que criou esses Conselhos, a duas versões de Estatutos que regulam seu funcionamento, à Cartilha do Conselho Escolar e, também, ao Regimento de funcionamento das escolas que integram a rede de ensino do Município de Duque de Caxias.

²⁹ O roteiro e as transcrições das entrevistas constam do Apêndice e Anexos da Dissertação, respectivamente.

A partir da escolha metodológica da pesquisa, foram delineados alguns aspectos com o objetivo de sistematizar o levantamento dos dados e a análise das informações deles decorrentes. Os quadros apresentados, a seguir contêm os aspectos que contribuíram para a organização metodológica da pesquisa visando à caracterização dos respectivos espaços, à identificação do funcionamento do PNFCE, da Secretaria Municipal de Ensino e das Escolas e seus Conselhos Escolares.

Quadro 5
Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Educação <i>Secretaria Municipal de Educação Duque de Caxias</i>
Caracterização do Município
A Secretaria de Educação
NACE – Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares
Programas desenvolvidos: MEC/SME

Quadro 6
Escolas

Escola do 1º Distrito e Escola Municipal Barro Branco ³⁰
Realidade local
Histórico Institucional
Infraestrutura física e acadêmica
Corpo docente
Projeto Político Pedagógico
Programas desenvolvidos na escola
O Conselho Escolar
Atividades promovidas pela Escola
Participação nas atividades da SME

³⁰O Conselho Escolar da Escola Municipal Barro Branco solicitou que fosse declarada na pesquisa sua identificação. Além disso, também ficou acordado, por ocasião da apresentação do projeto à comunidade escolar, que haverá o retorno deste trabalho de pesquisa. Já a escola do 1º Distrito, permitiu o registro fotográfico mas não autorizou a utilização do referido registro e identificação da unidade escolar.

Quadro 7
Ministério da Educação

Ministério da Educação – MEC Secretaria de Educação Básica
O Ministério da Educação
A Secretaria de Educação Básica
O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

3.2 Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias foi fundado em 1943. Anterior a este período, a “Estação Merity” era o 8º distrito do Município de Nova Iguaçu, desde 1931. A emancipação, que se deu como consequência de duro processo, somente foi alcançada em 1943. A Câmara Municipal foi instalada em 1947 quando houve o primeiro processo eleitoral. Nos anos 70, auge da ditadura militar, o município tornou-se área de segurança nacional devido a sua importância industrial não só para o Estado, mas também para o Governo Federal. Isso acarretou o controle político do município por meio da nomeação, para os cargos do poder público, feita diretamente pelo governo federal, à época nas mãos dos militares, o que perdurou até 1985. A partir daí, com a abertura política, o município recuperou seus direitos políticos, passando novamente a constituir o processo de eleição para os cargos públicos mais expressivos da esfera municipal³¹.

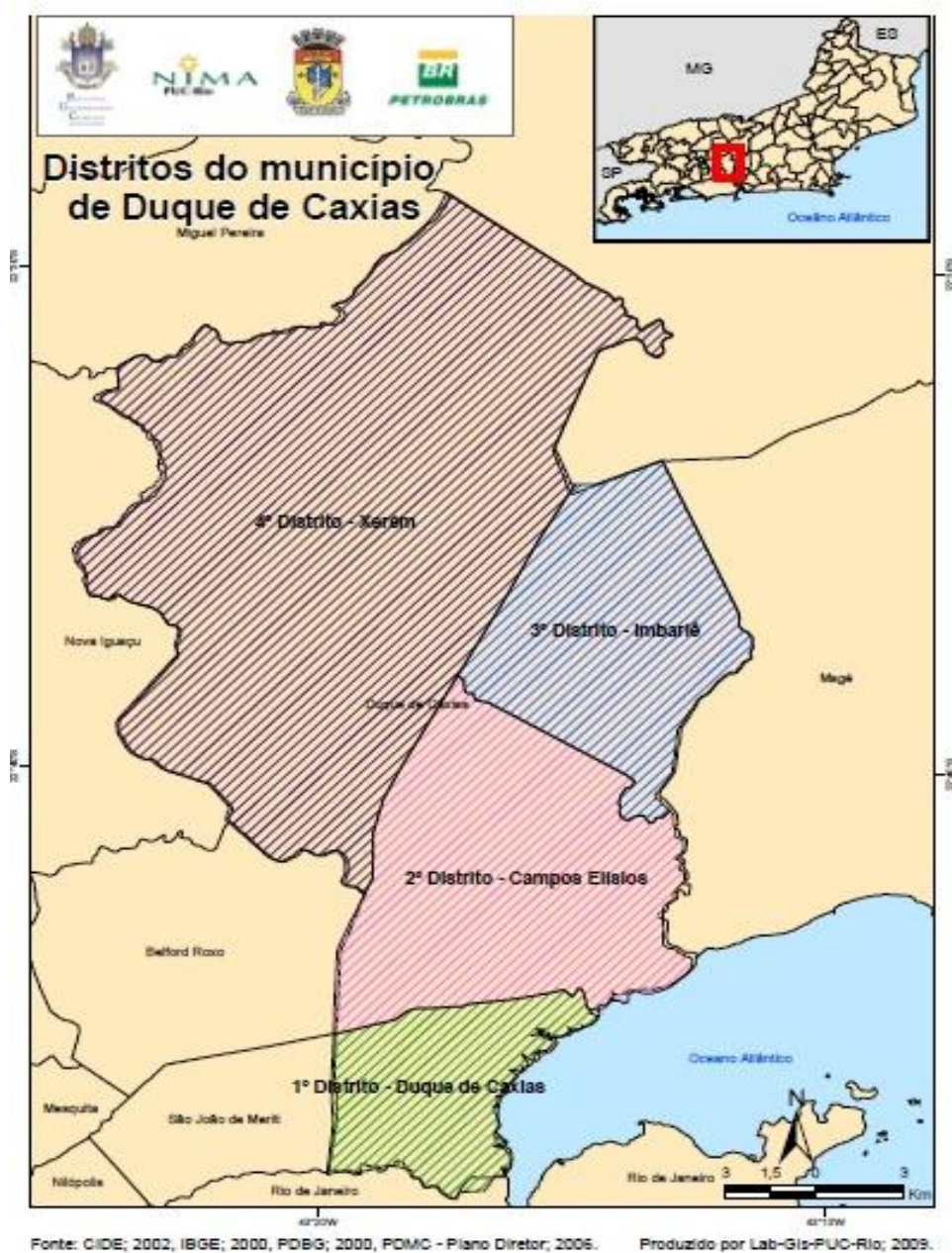
Duque de Caxias está localizada a cerca de 15 km do Centro do Rio de Janeiro, ocupando uma área territorial de 468,3 km², com um contingente populacional em torno de 864.392 habitantes. Suas principais atividades econômicas são desenvolvidas nas áreas da indústria e do comércio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, existem cerca de 809 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais nesse município. Concentra o 6º maior PIB (Produto Interno Bruto) no ranking nacional sendo que, em nosso Estado, é o 2º maior. Além disso, também é o 2º município do estado em arrecadação de ICMS.³²

³¹ Disponível em <http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca_caxias/historia>.

³² Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330170#topo>>.

É de extrema relevância o fato de, neste município, estar instalada e em funcionamento a REDUC – Refinaria Duque de Caxias -, localizada às margens da Rodovia Washington Luiz, no Bairro Campos Elíseos, ocupando uma área de 13 km². A refinaria foi inaugurada em 1961, tendo, portanto, meia década de existência. Nesse período foi notório seu crescimento, particularmente nos anos 80, com a diversificação de novos produtos e a inserção da produção do gás natural.

Figura: 18
Mapa do Município de Duque de Caxias



Fonte: CIDE; 2002, IBGE; 2000, PDBG; 2000, PDMC - Plano Diretor; 2006.

O município se divide em quatro distritos. O primeiro tem como sede o Centro de Duque de Caxias sendo constituído por 23 bairros; o segundo tem como sede o bairro Campos Elíseos, e abarca 21 bairros; o 3º, com sede no bairro Imbariê, possui 14 bairros e, o 4º distrito, com sede em Xerém, tem 16 bairros³³.

Figura 19: Fotografia
Prefeitura de Duque de Caxias



Fonte: Portal da Prefeitura de Duque de Caxias

A Prefeitura tem sua sede na Alameda Dona Esmeralda, 206 no Bairro Jardim Primavera, 1º distrito.

3.3 A Secretaria Municipal de Educação

Figura 20: Fotografia
Prefeitura de Duque de Caxias



Foto: Eustáquio Amazonas (julho de 2010)

Segundo as informações existentes em seu portal, compete a esta secretaria instituir e democratizar a oportunidade de acesso a uma educação pública municipal de qualidade tanto no ensino aplicado por seus profissionais como na infraestrutura em que ele é aplicado. Para isso, a secretaria administra o sistema municipal de ensino organizando, controlando e avaliando as ações no campo da educação, aperfeiçoando e qualificando continuamente seus profissionais. A secretaria também é responsável pela promoção da ética, da cultura popular, da formação de valores, da cidadania e da inclusão social através da educação.³⁴

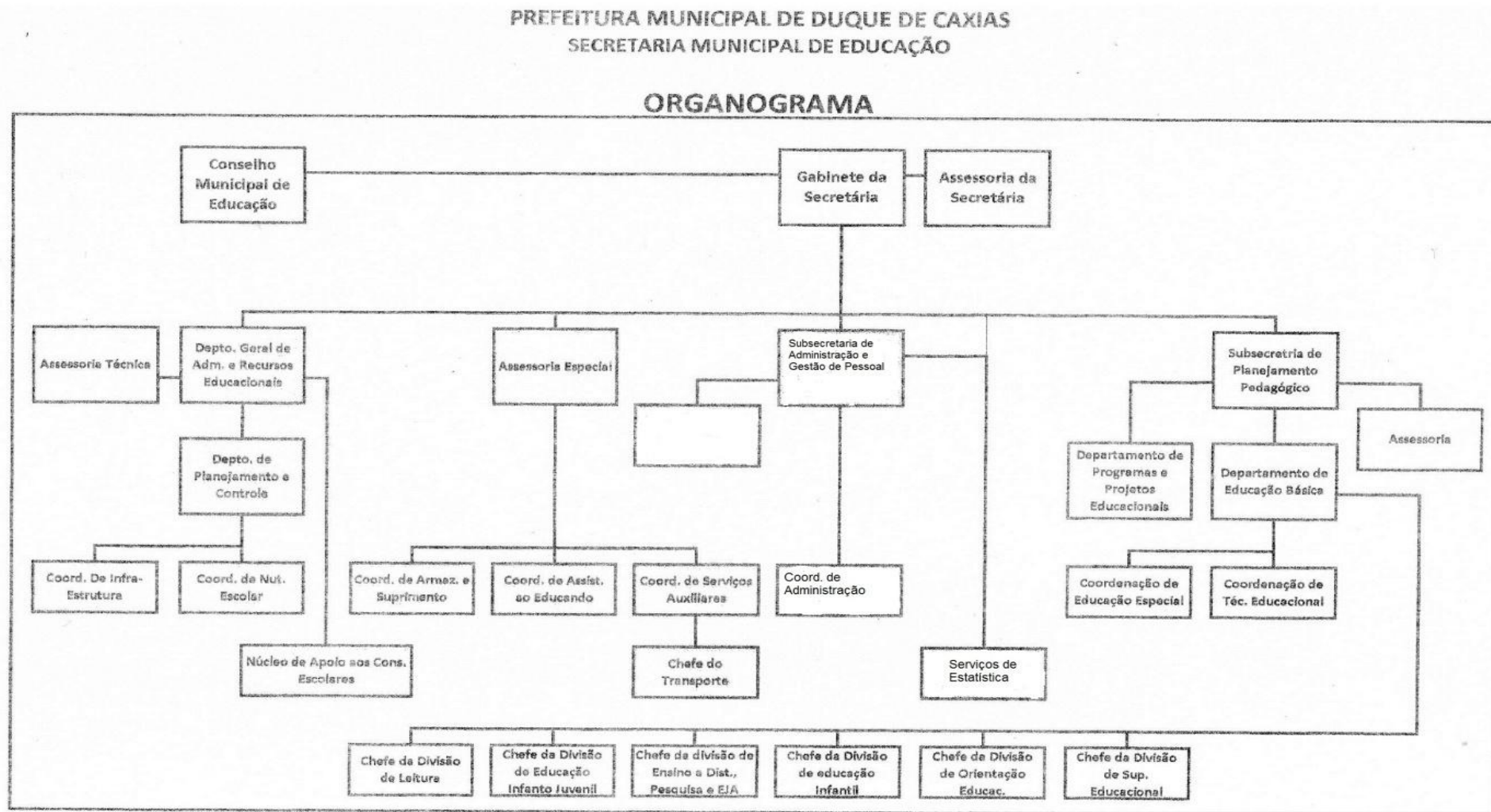
³³Fonte: Portal da Prefeitura de Duque de Caxias

³⁴A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias está situada à Rua Prefeito José Carlos Lacerda, s/nº, no Bairro 25 de Agosto; bairro do 1º distrito. Informações disponíveis em: <http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/orgaos_municipais/educacao>. Acesso em 10/08/10.

A Secretaria Municipal de Educação mantém um discurso no qual estabelece como missão a responsabilidade por democratizar o acesso ao ensino de qualidade e, como consequência, pelo bom desempenho dos profissionais que compõem o seu quadro, pautando suas ações em consonância com os aspectos legais de conjuntura constitucional brasileira e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394 (BRASIL, 1996). Assume também o protagonismo na formação de cidadãos e na promoção da cultura local como forma de reconhecimento e de valorização da pessoa, de acordo com exposto nas respectivas legislações.

O organograma da Secretaria compreende basicamente três níveis. O primeiro é constituído pelo gabinete da Secretária, sua Assessoria e o Conselho Municipal de Educação; o segundo, pelas Assessorias Técnica e Especial, pelas subsecretarias de Administração e Gestão de Pessoal e de Planejamento Pedagógico e pelo Departamento Geral de Administração e Recursos Educacionais ao qual o NACE é diretamente, vinculado juntamente com a Assessoria Técnica.

Figura 21 - Organograma: Secretaria Municipal de Educação



Luiza Chaves, reprodução eletrônica da Figura, Junho/2011

O Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares - NACE

O NACE é composto por onze funcionários, uma coordenadora e dez técnicos. É fundado com a compreensão que o Conselho Escolar é parte do processo coletivo, necessário para a implementação da gestão democrática nas unidades escolares por meio da participação das comunidades escolar e local na deliberação, tanto das questões político-pedagógicas como nas questões administrativas e financeiras da escola. Ele é responsável pela criação, organização e implantação de novos processos que dinamizam a participação coletiva nos processos decisórios no âmbito escolar. Suas ações sempre foram voltadas para auxiliar a estruturação, o funcionamento e o acompanhamento dos Conselhos Escolares na rede municipal de ensino.³⁵

Dentre as atribuições do NACE, merecem destaque algumas como orientar a criação e a fundação do órgão de gestão participativa em cada unidade escolar; providenciar o cadastramento dos Conselhos Escolares no CNPJ; orientar, coordenar e supervisionar os planos de aplicação dos Recursos e de verbas relativos ao PDDE, ao PDE Escola, ao Proinfo, à Escola Aberta, aos Conselhos Escolares, à Acessibilidade, ao Mais Educação e à Escola Ativa. Cabe a este núcleo também cadastrar e manter os arquivos das escolas em dia e à disposição do FNDE e do Ministério Público, além de subsecretariar o PNAE e o FUNDEB.

O quadro a seguir contém a relação de Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias em parceria com a SEB/MEC. Consta também um breve resumo com as especificidades de cada programa e o tipo de auxílio que é prestado por eles.

³⁵ As informações foram obtidas no regimento do órgão ao qual tive acesso em uma visita à SME.

Quadro 08
Programas desenvolvidos: MEC/SME

Programa	Ano		Tipo de Auxílio
PDDE	1995	Visa melhorar a infraestrutura física e pedagógica, o aumento do Ideb e o auxílio a autogestão da escola.	Recursos Financeiros Repasse de acordo com o nº de alunos do ano anterior
Fundeb	2007	Complementa a verba de manutenção dos alunos e a formação dos Profissionais do Magistério.	Recursos financeiros para toda a Educação Básica.
PDE Escola	2008	Com base no Ideb, objetiva aperfeiçoar a prática da gestão democrática e inclusiva nas escolas por meio de diagnóstico, síntese do diagnóstico e Plano de ação da escola. (O plano de ação deve ser elaborado em parceria com a comunidade escolar).	Apoio técnico e financeiro.
ProInfo Programa Nacional de Tecnologia Educacional	1997	Promove o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino – Ed. básica.	Fornece: computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.
Escola Aberta	2006	Abertura das escolas nos fins de semana. Oferece aos alunos e comunidade: oficinas nas áreas de esporte e lazer, educação, cultura e formação inicial para o trabalho,	Recursos financeiros repassados por meio do PDDE.
Conselhos Escolares	2004	Dentre vários objetivos, visa principalmente à participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.	Capacitação: Técnicos e Dirigentes de Secretarias de Educação e Conselheiros Escolares.
Acessibilidade Programa Escola Acessível	2007	Adequação do espaço físico das escolas atendendo à demanda dos portadores de necessidades especiais.	Recursos financeiros repassados por meio do PDDE.
Mais Educação	2008	Fomenta atividades para melhorar o ambiente escolar (acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer, cidadania e direitos humanos; alimentação e prevenção; saúde; cultura e artes) nas escolas com Ideb abaixo de 2,9.	Recursos financeiros para compra de materiais de consumo e apoio as atividades.
Escola Ativa	Não Disponível	Melhorar a qualidade do desempenho escolar e do atendimento à comunidade escolar e local.	Recursos Financeiros, formação continuada, fornecimento de materiais pedagógicos ³⁶ .

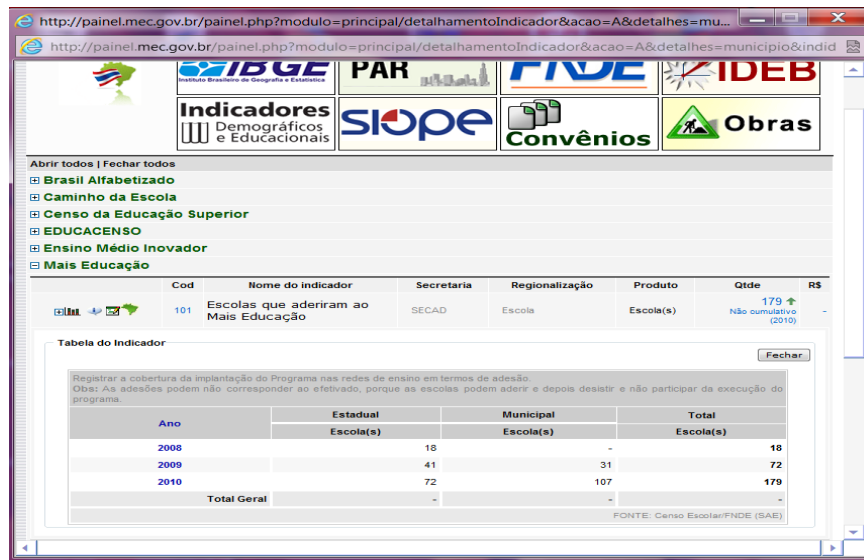
Fontes: Portal MEC (programas).

³⁶As unidades executoras das escolas recebem recursos para funcionar nos finais de semana, oferecendo atividades educativas e recreativas. O dinheiro destina-se à compra de material permanente, de material de consumo e às despesas com transporte e alimentação dos responsáveis pelas atividades. (Informações obtidas junto à coordenação do NACE)

No Portal MEC é possível acompanhar os indicadores das ações do Ministério em todo o país, sejam por Estados, Municípios, Regiões, Instituições, Programas ou Secretarias. Para ilustrar, esse acompanhamento é feito selecionando-se o Município e o Programa desejados, como mostra a imagem capturada abaixo:

Figura: 22

Indicadores do Programa Mais Educação – MEC

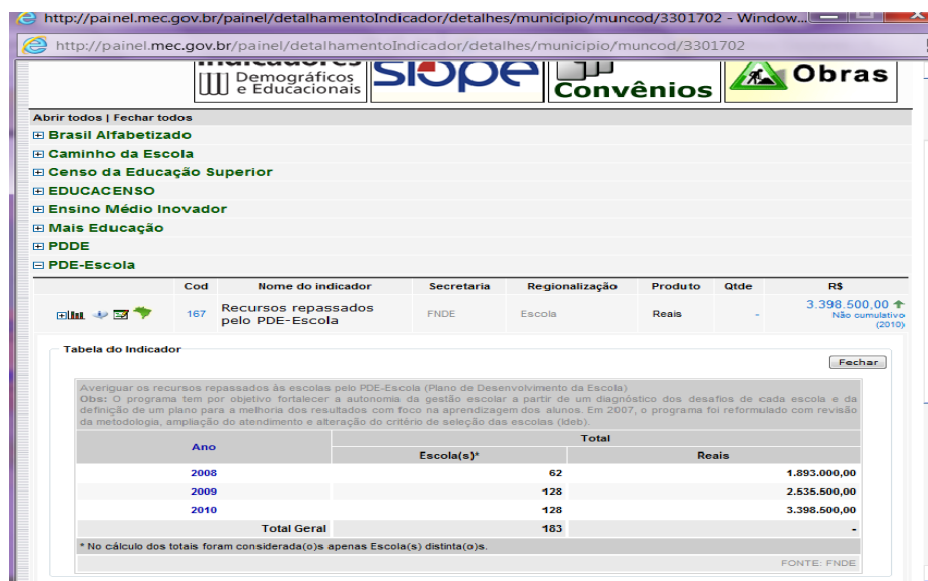


Fonte: Portal MEC

No caso do Programa Mais Educação, é possível verificar que houve a adesão de cento e sete escolas da rede municipal de ensino de Duque de Caxias.

Figura: 23

Recursos do PDE-Escola - MEC



Fonte: Portal MEC

Já em relação ao PDE Escola, um total de cento e oitenta e três escolas foi atendido nos últimos três anos, em todo o município, mas não há informações detalhadas sobre a dependência administrativa dessas escolas.

A partir das atribuições do NACE, depreende-se a responsabilidade precípua das funções de organização, planejamento e implementação das ações, políticas, coordenação e orientação das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em razão da aplicação de recursos provenientes dos Programas em execução nesta Secretaria, a partir da política do MEC.

Promover, orientar, coordenar, supervisionar, deferir, acompanhar, cadastrar, determinar e providenciar³⁷ são algumas das ações que denotam o caráter centralizador do órgão. A essência de suas ações está nos aspectos relativos à gestão financeira dos recursos diversos destinados às escolas da rede de ensino.

A partir da “participação dos processos decisórios e das ações coletivas integradoras da Equipe Diretiva da Unidade Escolar” (Item II das Atribuições do NACE)³⁸ percebe-se a necessidade de inserção deste órgão no interior da escola, não somente pela carga de orientações que são determinadas por ele, mas sobretudo, no momento em que a unidade escolar, supostamente, teria liberdade de, por meio da integração de sua comunidade, decidir as ações pertinentes à ela. O órgão também participa das reuniões e da estruturação das ações dos Conselhos Escolares, além de toda a carga de atribuições que lhe são inerentes no processo.

Além das responsabilidades citadas anteriormente, o Núcleo cumpre trâmites burocráticos e legais relativos às determinações estabelecidas pelos programas e políticas implementadas pelo Ministério da Educação para essa instância administrativa de ensino.

A rede de ensino é composta por cento e setenta e seis escolas (da creche ao ensino fundamental). Essas escolas tiveram seus Conselhos constituídos e registrados em cartório desde o Decreto nº 2.813 de 25/10/95³⁹ que instituiu a criação de Conselhos Escolares em todas as escolas mantidas pela prefeitura. A coordenação do NACE informou que, em 1996, foi aprovada a Resolução 01 de 1996, que aprovou as normas regimentais mínimas para a formação dos Conselhos Escolares. Também foram feitas regulamentações e alterações pela SME por meio

³⁷ Anexo A, Atribuições do NACE.

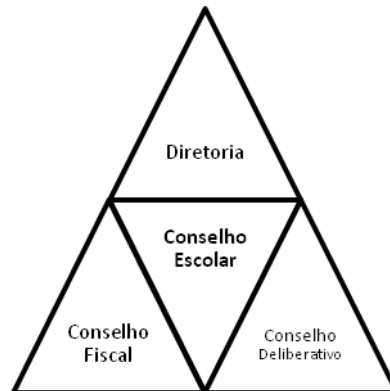
³⁸ O documento consta dos Anexos da dissertação; Anexo A.

³⁹ Anexo A, Atribuições do NACE

das Resoluções Nº 01/1996 de 05/02/1996, 02/1998 de 01/10/1998, nº 03/2006 de 10/04/2006.

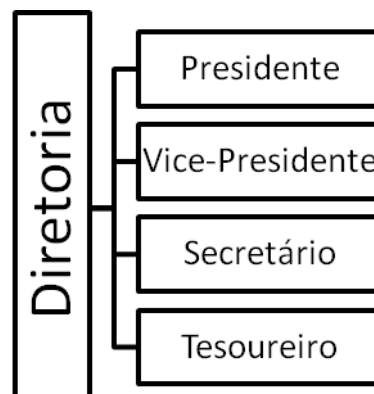
O esquema seguinte apresenta a estrutura do Conselho Escolar.

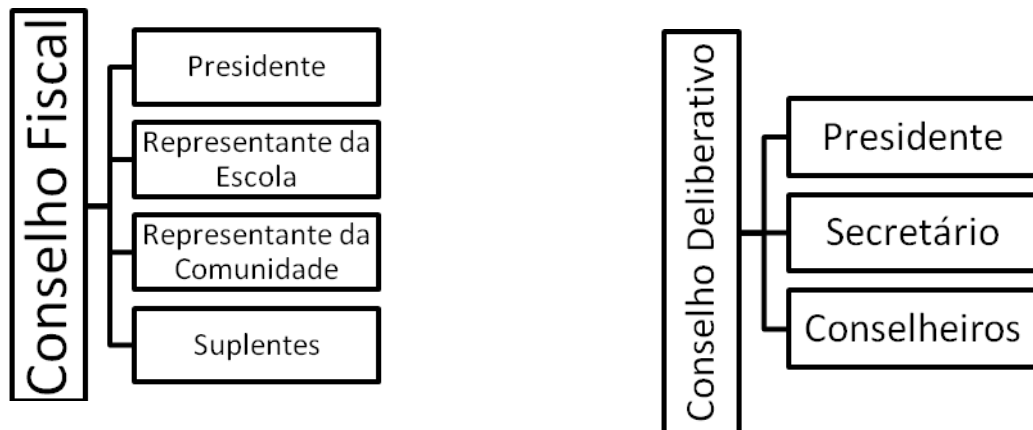
Figura 24 - Fluxograma Conselho Escolar



O esquema abaixo representa a composição dos segmentos do Conselho Escolar, segundo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Figura 25 - Fluxograma Segmentos do Conselho Escolar





O Conselho é composto por Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. No Estatuto do Conselho Escolar, em seu artigo 8, consta que “a Diretoria é o órgão executivo e coordenador do Conselho Escolar”.

A diretoria é por definição o órgão executivo cabendo-lhe, portanto, fazer a coordenação do Conselho Escolar. O Diretor da escola, por ser seu membro nato, ocupa o cargo de Presidente da diretoria do Conselho, em cuja composição encontram-se o Vice-Presidente, o Secretário e o Tesoureiro.

O Conselho Deliberativo é o órgão responsável pela elaboração, avaliação e aprovação da Programação Anual da escola, do Plano de Aplicação de Recursos e, conseqüentemente, compete-lhe a elaboração dos balancetes. Destarte, funciona como órgão corregedor, caso haja necessidade, mediante dúvidas e sindicâncias (art. 16, Estatuto dos Conselhos Escolares/SME). Em sua composição há um presidente, um secretário e os Conselheiros. Os artigos 16 ao 18 do Estatuto descrevem a forma de composição e competências dos cargos. O artigo 17, § 2º, indica que somente um membro do quadro docente poderá ocupar o cargo de Secretário.

O Conselho Fiscal é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do Conselho Escolar, com um presidente, um representante da Comunidade um representante da Escola e três membros suplentes. Cabe a esse Conselho o papel de fiscalizar e encaminhar as ações relativas às questões financeiras, à aplicação de recursos, à aprovação da programação anual e à solicitação de documentos de comprovação de gastos, sempre que se fizer necessário, além de apontar, nas Assembléias, as irregularidades identificadas e sugerir as medidas cabíveis e pertinentes nessas situações.

DIRETORIA

- Presidente: Diretor da Unidade Escolar (membro nato)
- Vice-Presidente: Membro de qualquer segmento
- Secretário: Membro de qualquer segmento
- Tesoureiro: Membro de qualquer segmento

CONSELHO FISCAL

- Presidente: Membro de qualquer segmento
- Representante da escola
- Representante da comunidade: Pais ou alunos

Suplentes

Quadro 9

Condição para a existência de suplentes nas escolas

Escolas com até 20 turmas e Creches	Não tem suplentes
Escolas com mais de 20 turmas e Creches	03 suplentes Podem ser de qualquer segmento

Fonte: Art. 20 do Estatuto do Conselho Escolar - SME

CONSELHO DELIBERATIVO

- Presidente: Membro de qualquer segmento
- Secretário: Professor ou Secretário da escola (eleito)
- Conselheiros: Ver quadro abaixo

CONSELHEIROS

Quadro 10

Composição do Conselho Escolar por quantidade de turmas nas escolas

Escolas com até 20 turmas e Creches	02 Conselheiros	01 (um) representante de pais ou responsáveis por alunos 01 (um) representante dos alunos
Escolas com mais de 20 turmas e Creches	09 Conselheiros	04 (quatro) membros eleitos representantes da escola 05 (cinco) membros eleitos representantes da comunidade

Fonte: Art. 17 § 3º do Estatuto do Conselho Escolar - SME

A SME indica a distribuição da composição dos Conselhos Escolares, de acordo com o Estatuto, com a seguinte representatividade:

Quadro 11

Conselheiros - percentual de representatividade por segmento

SEGMENTO	%	ATÉ 20 TURMAS	MAIS DE 20 TURMAS
Pais ou responsáveis por alunos	40	04	08
Alunos	10	01	02
Professores, Equipe Técnico-Administrativa, Resp. Sala de Leitura e demais Professores	30	03	06
Equipe Técnico-Pedagógica	10	01	02
Equipe de Apoio	10	01	02
Total	100	10	20

Fonte: Art. 7 § 4º do Estatuto do Conselho Escolar - SME

A forma de representação do Conselho Escolar, nas Unidades Escolares, prioriza a participação da comunidade local, seguida da representação dos profissionais da escola com maior grau de responsabilidade e desempenhos de suas funções acadêmicas. Já os alunos, as equipes técnico-pedagógica e de apoio, são os de menor percentual (10%) na representação participativa da formação dos Conselhos Escolares na rede de ensino municipal. Desta forma, 50% dos membros são de usuários (alunos – 10% e pais de alunos – 40%) e, os 50% restantes, são de servidores (professores – 30%, equipe técnico-pedagógica – 10% e demais profissionais – 10%). Nas escolas que atendem exclusivamente à Educação Infantil, a composição é: 50% - pais; 25% - profissionais da educação; 25% - equipe técnico-administrativo-pedagógica e um membro nato, o Diretor da Unidade Escolar.

Consta ainda, neste mesmo Estatuto, que os Conselhos deverão se reunir em assembléias ordinárias uma vez a cada bimestre o que, na prática, implica quatro reuniões anuais, podendo ainda ocorrer a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que necessário for, para a solução de assuntos urgentes.

3.4 As escolas

Realidade local

Jardim Barro Branco é um bairro que pertence ao 3º, dos quatro distritos do município de Duque de Caxias, Imbariê. Está localizado a cerca de 42 km do centro da cidade do Rio de Janeiro.

A Escola Municipal Barro Branco é uma escola de pequeno porte. As famílias são constituídas das formas mais variadas, sendo comum vivenciarem desemprego e subemprego frequentemente. Grande parte dessas famílias sobrevive com um salário mínimo, ou menos, e não possuem formação e/ou qualificação profissional, configurando um quadro que dificulta o acesso a melhores salários.

Nesse bairro, além da escola referida, há uma igreja católica e várias igrejas evangélicas que são as mais frequentadas e, também, onde a comunidade se organiza.

Segundo informações obtidas ao longo do período de observação⁴⁰, o bairro tem crescido e recebe novos moradores constantemente, o que ocasiona um crescimento desenfreado e desordenado, aumento da violência e a presença de traficantes de drogas.

A escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite). Em 2006 implantou o Ensino Regular Noturno Acelerado (ERNA) que atende, principalmente, aos pais dos alunos da escola. Desde que a escola, visando a conhecer a sua comunidade, realizou um levantamento para a construção do perfil populacional, houve maior procura por essa modalidade de ensino⁴¹.

À Coordenação Pedagógica da Escola chega, como principal queixa da comunidade, a falta de vagas na rede pública, já que a Barro Branco é uma escola de pequeno porte e, a outra escola pública mais próxima, situa-se a cerca de 3 km e destina-se a atender a demanda da região onde se localiza.

Segundo a Coordenadora Pedagógica, a comunidade mantém uma relação de respeito e de confiança na proposta educacional desenvolvida pela Barro Branco,

⁴⁰ Informações obtidas em conversa com Orientadora Pedagógica da Escola, que é uma de suas funcionárias mais antigas com, pelo menos, 20 anos de atividade profissional.

⁴¹ Informações obtidas em conversa com Orientadora Pedagógica da Escola, que é uma de suas funcionárias mais antigas com, pelo menos, 20 anos de atividade profissional.

e, de modo geral, acredita que a escolarização é o que pode propiciar a ascensão social de seus filhos.

A escola, por sua vez, desenvolve ações que visam à aproximação da comunidade a partir do seu envolvimento nas reuniões de pais, realizadas de forma menos protocolar e mais atrativa, em que são informadas todas as propostas e instiga-se a participação deles nas decisões a serem tomadas.

Já o bairro Parque Lafaiete, onde está localizada a outra escola pesquisada, fica no 1º distrito do Município – o centro do Município.

No Projeto Político Pedagógico dessa escola consta que, embora esteja situada no Centro de Duque de Caxias, o corpo discente é constituído por alunos residentes em várias regiões, inclusive de outros municípios como São João de Meriti e Belford Roxo. Consta também que há uma forte presença da desigualdade social já que os alunos e suas famílias moram em áreas de risco, favelas e em moradias que não oferecem conforto e segurança aos mesmos.

O documento também aponta vários problemas na localidade da escola como a baixa renda da maioria das famílias dos alunos, o desemprego, o abandono das crianças e jovens, que ficam sozinhas em suas casas, a precariedade do atendimento médico, o aumento da violência e da criminalidade na comunidade, com registros de vários roubos de carros de professores nos horários de entrada e saída da escola. Disso decorre uma forte preocupação com a segurança nos acessos à escola, com a proteção do patrimônio público por meio de grades para impedir que se chegue ao prédio e ao corredor das salas de aulas.

Na observação foi possível verificar que a escola possui um quadro de inspetores e de coordenação de turno com um grande número de atendimentos aos alunos por causa, principalmente, de agressões, atrasos e ausência dos responsáveis, mesmo quando convocados pela escola, por causa de uma variedade de motivos.

Histórico Institucional

Figura 26 – Fotografia da
Escola Municipal Barro Branco



Foto: Luiza Chaves (junho de 2010)

A Escola Municipal Barro Branco é resultado da luta da Associação de Moradores do bairro, Barro Branco, que tinha neste local uma escola particular que estava desativada. A Associação do bairro lutou para que a Prefeitura de Duque de Caxias encampasse essa escola particular à rede pública, o que ocorreu em 1987.

Um dado importante é que a comunidade escolar percebe a escola, nos dias atuais, como a única referência do Poder Público no bairro, já que neste não há hospital ou posto de saúde para o atendimento ao público.⁴²

A escola do 1º Distrito iniciou suas atividades em 1970, com doze turmas, alocadas em dois turnos. Antes do término daquele ano letivo, abriu o curso noturno com seis turmas e atendia cerca de setecentos alunos.

No ano seguinte, a escola dobrou o número de turmas, passando a atender a 1550 alunos. Em meados dos anos 70, a escola chegou a ter por volta de 2200 alunos.

Infraestrutura Física e Acadêmica

Segundo a Orientadora Pedagógica da escola Barro Branco, no primeiro concurso da rede municipal, a escola recebeu quatro professores. Em 1990, por conta de outro concurso público, chegou um grupo maior composto por oito professores o que inaugurou uma nova fase na trajetória da escola. Em 1991, chegaram mais 10 professores. Nessa época, por causa da reforma que durou mais de um ano, a escola não estava funcionando no bairro Barro Branco. A diretora, à

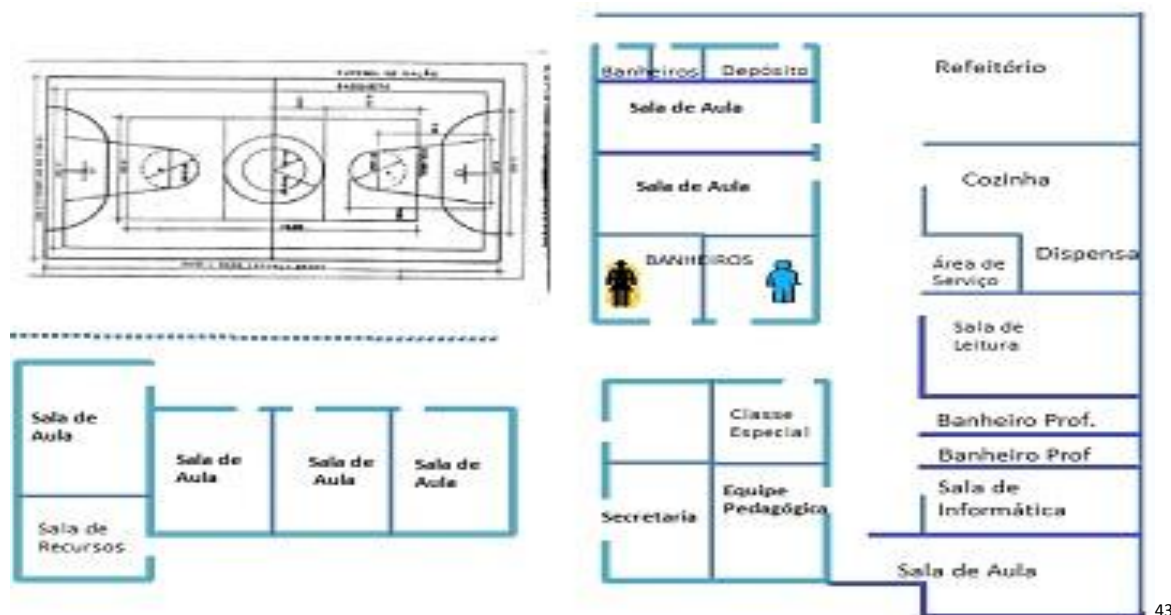
⁴² Informação obtida em vários momentos da observação na escola.

época, foi indicada pela SME e permaneceu no cargo por 10 anos. Esta diretora foi a única indicada pela SME uma vez que, as demais, foram escolhidas pela comunidade escolar, ao contrário do acontece nas escolas da rede, em que a indicação é feita por políticos.

A referida reforma foi resultado da luta da primeira direção que trabalhou efetivamente junto aos órgãos públicos e à comunidade. O poder público desapropriou dois terrenos ao lado da escola, construiu algumas salas e fez a reforma do prédio já existente, de modo que a escola foi ampliada. Atualmente, tem a estrutura física conforme mostra a planta a seguir.

Figura 27

Planta da Escola Municipal Barro Branco

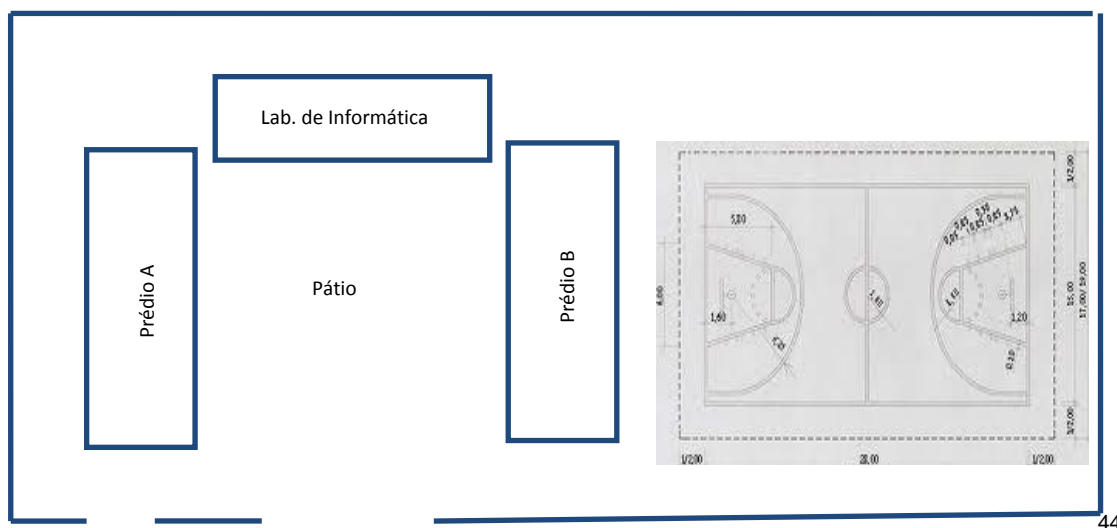


43

⁴³ Planta confeccionada pela Pesquisadora.

A escola do 1º Distrito ocupa um amplo espaço físico distribuído entre os prédios e as instalações, áreas livres e uma quadra desportiva.

Figura 28
Planta da Escola do 1º Distrito



Na planta baixa da Escola do 1º Distrito são mostrados os prédios (prédio A: salas de aulas, coordenação geral e pedagógica, secretaria, banheiros. Prédio B: salas de aulas, sala de Professores, sala de recursos/multimeios, Laboratório de Informática para alunos surdos, sala do Mais Escola, Laboratório de Ciências e Artes, Sala da Banda, Refeitório, dentre outras). Ao fundo vê-se um dos Laboratórios de Informática que é mantido pelo Oi Futura.

Em relação à construção pedagógica da Barro Branco, a Orientadora informou que esta se deu a partir da inserção da mesma no Projeto Repensando a Alfabetização (1991), cuja abordagem construtivista objetivava diminuir o índice de repetência e evasão escolar. Esse projeto visava à formação em serviço por meio do estabelecimento de parcerias com o CAP/UERJ, permitindo o intercâmbio dos profissionais das duas instituições (ora os profissionais da Barro Branco iam para o Colégio de Aplicação, ora os profissionais deste colégio visitavam a escola). Além disso, seus professores também buscaram apoio do Sindicato dos Professores e da SME de Caxias como forma de viabilizar a implementação do projeto. É fato para os

⁴⁴ Planta confeccionada pela Pesquisadora.

profissionais da Barro Branco que foi extremamente relevante a parceria com o CAP.

Em 1993, a reforma terminou e o prédio ficou liberado para o retorno dos alunos e da equipe. No entanto, nem todos os professores voltaram, preferindo permanecer na escola que serviu de sede para a Barro Branco, durante a reforma, devido a maior facilidade de acesso. Nesta ocasião, a SME enviou mais oito professores e um orientador.

A Orientadora informou ainda que, com a chegada desse grupo, rapidamente se formou uma equipe. Era um trabalho novo, uma proposta diferente e, por isso, todos se empenharam com o objetivo de estudar e fundamentar suas ações. A direção fomentava a busca de cursos, estudos, vídeos e incentivava que todos participassem e aprendessem juntos (direção, orientadores, dirigentes de turno e professores). Esses estudos eram voltados para o construtivismo porque a equipe se sentia insegura e sem muito embasamento para consolidar as práticas que “eram construtivistas”.

O TES – Troca de Experiências - foi criado para ser um espaço de estudos teóricos e de trocas de práticas pedagógicas. Seus encontros ocorriam quinzenalmente. Essa experiência foi a origem dos grupos de estudos que hoje fazem parte do calendário oficial da rede.

Os professores dessa escola, ao perceberem que o grupo de estudos era uma coisa para além da Barro Branco, constituindo-se em elemento fundamental para a categoria profissional, partiram para a luta visando a sua extensão para toda a rede municipal. Isso ocorreu, em grande parte, pois no grupo de professores da Barro Branco, havia profissionais engajados e também dirigentes sindicais o que, certamente, promoveu a instauração de um clima de participação e de luta da própria categoria nas promoções de encontros, de passeatas, de adesão efetiva às greves e na busca pelo crescimento e conquistas tanto profissionais quanto pedagógicas. Cabe ressaltar que a ação do Sindicato dos Professores foi fundamental porque incorporou como uma reivindicação classista a realização de tais encontros. Enfim, “Tudo o que se tem hoje é fruto de conquista, é resultado de luta.”⁴⁵

Àquela época, o funcionamento do TES era motivo de querela com a supervisão da Rede de Ensino na medida em que esta tentava interferir em seu

⁴⁵ Fala de Coordenadora Pedagógica da escola.

funcionamento, cobrando a apresentação de autorização para tal, emitida por órgão competente. A insistência do grupo de profissionais da escola em manter suas atividades era encarada como uma forma desrespeitosa o que não foi suficiente para impedir as reuniões de estudos.

Embora hoje a escola não tenha mais em seu quadro docente remanescentes do grupo original daquele período – 1993 -, mantém viva a sistemática de participação no desenvolvimento de suas atividades. Um bom exemplo é a forma como se procedeu às modificações do Projeto Político Pedagógico da Escola. Todos os principais atores escolares opinaram e puderam interferir nas “vírgulas e palavras”⁴⁶.

Atualmente, a escola tem sete professores novos o que implica um recomeço no sentido de coopta-los para encamparem a proposta diferenciada que se tem na Barro Branco. (É importante salientar que a escola recebe os profissionais pela SME por concurso, concurso de remoção⁴⁷ e, portanto, não se sabe que profissionais está recebendo).

A primeira diretora, como já foi dito, permaneceu no cargo por dez anos e foi indicada pela SME. A segunda ficou por seis anos e já foi indicada pela comunidade escolar. A partir desta gestão, o processo de escolha do diretor passou envolver a comunidade escolar o que vem se repetindo, desde então, a cada biênio.

Cumprir destacar que, conquanto a rede participe ativamente das políticas do MEC, não há eleição para os diretores em seu sistema, com exceção da Barro Branco que sempre apresentou à SME um nome resultante da escolha feita em um processo interno que abarca toda a comunidade escolar.

É fato que a eleição do diretor, pura e simplesmente, não garante a efetivação da participação. Outrossim, é inconteste que no espaço escolar a atuação do diretor, especialmente numa escola pública, conforme elenca Libâneo, implica:

1. Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola, bem como as atividades com os pais e a comunidade e com outras instâncias da sociedade civil.
2. Assegurar as condições e os meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização.

⁴⁶Fala de Coordenadora Pedagógica da escola.

⁴⁷Uma professora da rede informou que Concurso de Remoção é a oportunidade por meio da qual seus docentes têm de se candidatar às vagas nas unidades escolares de sua preferência. O critério é estabelecido pela SME considerando o tempo de serviço, a titulação do professor e o tempo de sua experiência anterior ao ingresso na rede de ensino.

3. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e a iniciativa do Conselho Escolar da escola mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo e cultural.
4. Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento, a avaliação e o controle de sua execução.
5. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o regimento escolar, assegurando o seu cumprimento.
6. Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidades de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas.
7. Conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar.
8. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.
9. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas, dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.
10. Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle de despesas da escola, em comum acordo com o Conselho da Escola, os pedagogos, os especialistas e os professores (LIBÂNEO, 2004, p. 218-219).

Uma análise sucinta destas atividades desvela que, para desempenhá-las, os diretores devem assumir novas posturas e desenvolver a compreensão, não só das mudanças que compõem conjunto legal, o qual orienta a organização da educação, mas, sobretudo, da maneira como se dá a condução das políticas públicas para a educação nacional. Isso se apresenta à medida que novas relações e responsabilidades, originadas na própria escola, emergem da participação, das escolhas que norteiam as decisões e das normas estabelecidas para a convivência na comunidade escolar e, desta com os sistemas de ensino.

Na Barro Branco, a análise documental e as observações possibilitaram identificar que sua direção exerce, de forma plena, as atribuições elencadas acima numa ação conjunta com a comunidade escolar, imbricados em um processo de construção e troca constantes, ainda que se perceba, em alguns momentos, certa reticência, por parte da comunidade local, de participar das decisões acerca do currículo, do processo pedagógico, da função fiscalizadora do uso dos recursos financeiros e na proposição de ações pedagógicas ou administrativas.

Em resposta a uma questão feita durante a entrevista, a diretora da escola, a respeito das ações e responsabilidades do Conselho Escolar, declarou que todo o processo de gerência da instituição passa por este conselho como forma de contemplar a participação efetiva da comunidade

De certa forma, todas as ações da escola, a gerência da escola, conquanto gerência não seja uma palavra muito boa, mas vamos dizer assim, a administração da escola é compartilhada com eles (a comunidade)⁴⁸.

Na Barro Branco, em 2003, foi criado o Ensino Noturno regular, o ERNA (Ensino Regular Noturno Acelerado) com uma estrutura que permitia aos alunos cumprirem duas séries em um único ano. A partir da ampliação da estrutura física e da criação do desse curso noturno, a escola aumentou o número de turmas fazendo com que, a partir daquele ano, ela passasse a ter o direito de incorporar ao seu quadro um vice-diretor.

Em 2006, em consonância com o processo que vige há algum tempo, unicamente com a mudança do período de gestão de dois para três anos, a comunidade escolar indicou um novo diretor o qual permanece no cargo até hoje, tendo passado por uma recondução, em 2008. Neste ano, a escola passará por novo processo de eleição para indicação do diretor para o triênio 2011, 2012 e 2013. A mudança do período de gestão do diretor foi para que não houvesse coincidência da eleição deste com o pleito municipal, em uma estratégia que visava a coibir a ação da política local e suas tentativas de intervir na indicação de diretor na escola.

O estudo, a formação continuada e o trabalho coletivo são os três pilares sobre os quais se assentam a proposta pedagógica da Barro Branco. Há, por isso, incentivo e auxílio para que seus professores possam participar de eventos como o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Grupo de Piaget de Estudos em Educação (GRUPESE), a fim de promover o crescimento da equipe e, conseqüentemente, da escola⁴⁹.

Segundo a direção da escola, a Barro Branco sempre é muito procurada por pesquisadores e tem funcionado como campo de desenvolvimento de diversas pesquisas na área educacional.

Por outro lado, a observação e a análise documental na escola do 1º Distrito, trazem outros elementos. O grupo que participa do Conselho Escolar desempenha funções concernentes exclusivamente ao cumprimento dos gastos financeiros e a realização da prestação de contas dos projetos e programas aos quais a rede incorpora e participa junto ao MEC. Nesta escola, os diretores são indicados pela SME. Particularmente, a atual diretora está no cargo há cerca de onze anos.

⁴⁸ Trecho da entrevista concedida pela diretora da Escola Barro Branco, em 15/07/2010.

⁴⁹ Informações obtidas no Projeto Político Pedagógico da Escola.

As tabelas a seguir apresentam a quantidade de alunos por turno em cada uma das escolas:

Distribuição dos alunos por turnos - EMBB

Barro Branco	Turno	Alunos	Quant. Turmas
Subtotal de alunos	manhã	166	7
Subtotal de alunos	tarde	761	7
Subtotal de alunos	noite	63	3
T O T A L		405	18

Fonte: Mapa Estatístico da Unidade Escolar

Tabela: 2

Distribuição dos alunos por turnos – Escola 1º Distrito

Escola do 1º Distrito	Turno	Alunos	Quantidade de Turmas
Subtotal de alunos	manhã	617	23
Subtotal de alunos	tarde	697	22
Subtotal de alunos	noite	361	11
T O T A L		1.626	56

Fonte: Mapa Estatístico da Unidade Escolar

A Barro Branco atende o 1º segmento do Ensino Fundamental e, a escola do 1º Distrito, atualmente, atende do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A formação do Conselho Escolar, em termos quantitativos, por razões não explicitadas, não segue o que determina a SME no que tange à distribuição percentual exposta anteriormente. Na escola do 1º Distrito, o conselho possui vinte e um membros, ao passo que, na Barro Branco, esse número é treze.⁵⁰

As reuniões do Conselho na escola do 1º Distrito são muito prejudicadas pela ausência frequente de seus membros, o que não ocorre na Barro Branco, onde, em algumas reuniões, além da participação conselheiros, ocorre a presença de pessoas da comunidade sem vínculo formal com aquele Conselho.

Corpo Docente

Com base no Mapa Estatístico das Escolas foi possível verificar a formação acadêmica dos Professores das Escolas pesquisadas:

⁵⁰A escola do 1º Distrito não contabiliza o Diretor que é membro nato. Já a Barro Branco, além do Diretor também agrega um representante local e mais um estudante.

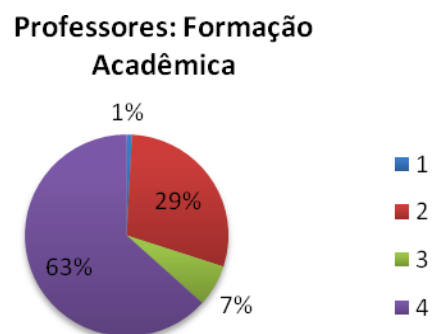
Escola do 1º Distrito

Quadro 12

Formação Acadêmica - Legenda

Legenda	Formação Acadêmica	Quantidade de Professores
1	Nível Médio	1
2	Graduação	35
3	Mestres	8
4	Pós-Graduação <i>lato-sensu</i>	76
TOTAL		120

Gráfico: 1



A escola do 1º Distrito tem 120 professores, dos quais apenas um tem uma formação menos ampla, restrita ao ensino médio; a maioria possui, no mínimo, formação em nível superior sendo que, dentre os graduados, cerca de 70% são pós-graduados (63% cursaram pós-graduação *lato-sensu* e 7% cursaram mestrado).

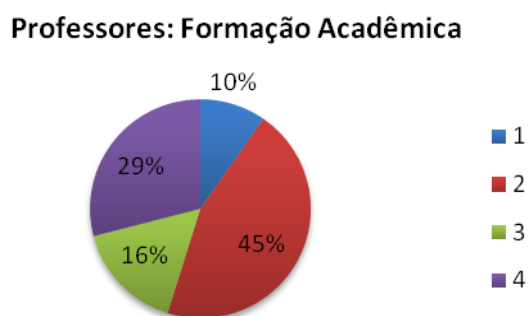
Escola Municipal Barro Branco

Quadro 13

Formação Acadêmica - Legenda

Legenda	Formação Acadêmica	Quantidade de Professores
1	Nível Médio	03
2	Graduação	14
3	Mestres	05
4	Pós-Graduação <i>lato-sensu</i>	09
TOTAL		31

Gráfico: 2



A Barro Branco tem trinta e um professores e, embora atenda ao 1º segmento do ensino fundamental, tem quase cerca de 90% do seu quadro constituído por docentes com formação no ensino superior e, destes, a metade cursou pós-graduação. Além disso, são professores sindicalizados e atentos às questões políticas que envolvem a educação e as demais questões sociais.

A direção da Barro Branco informou que a rede de ensino mantém um Plano de Carreira no qual, ao ingressar, o professor com formação em nível médio, é classificado como professor Nível 1, ao cursar a graduação, passa ser professor Nível 4, o que representa um acréscimo de 12% em seu salário. Pressupõe-se que essa condição, juntamente com a infraestrutura e o desenvolvimento de projetos, possa contribuir com a promoção da qualidade da produção pedagógica e, por conseguinte, melhorar os processos de ensino e de aprendizagem. Há outro incentivo, fomentado pela rede municipal, por meio do qual ocorre a liberação temporária para estudos em nível de mestrado e de doutorado.

Projeto Político Pedagógico

Em relação à participação do Conselho Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, na escola Barro Branco, desde 1994, houve uma mobilização para confeccionar o Plano Geral da Escola, feito em 1995, com vigência no biênio 96/97 e intitulado **“Metas e Prioridades da Ação Educativa”**. O processo de confecção contou com a participação da comunidade na Semana de Planejamento Curricular, com estimulação feita por meio de questões do tipo “que tipo de escola você deseja para seu filho?” ou “que tipo de cidadãos a escola deveria formar?”. Com isso, foi redigido um documento que reflete de forma explícita uma preocupação permanente com a concepção de cidadão, de mundo, de sociedade e qual o papel da escola neste contexto. Enfim, como revelam as informações contidas no atual Projeto Político Pedagógico dessa Escola, que tem uma seção específica contando a história de sua elaboração, esse tem sido o norte e o referencial teórico-prático em todas as reconstruções do projeto de escola ao longo de sua existência.

Em 1996, também na semana de Planejamento Curricular, pais e alunos juntamente com os integrantes do Conselho Escolar e dos profissionais da Escola, reavaliaram o projeto em curso e decidiram sobre o enfoque curricular mais adequado à proposta pedagógica da escola, além de normatizar as parcerias que poderiam existir entre esta e a comunidade. Em 2004 e em 2006, houve novas modificações.

Neste ano, a escola está envolvida novamente nesse processo de desenvolvimento e estruturação das inserções e alterações do projeto político pedagógico. A atual revisão tem uma sistemática diferente das anteriores em que

todos juntos discutiam e escreviam. Ela está sendo realizados a partir das discussões de seis grupos temáticos compostos por professores, orientadores, pais e funcionários⁵¹, assim distribuídos:

- Identificação/Histórico da Escola
Histórico da Construção do Projeto Político Pedagógico
(4 componentes)
- Análise da realidade sócio-político-econômica atual
(4 componentes)
- Análise da realidade local
(4 componentes)
- Opção Curricular
(5 componentes)
- Desenvolvimento do trabalho na sala de aula
(3 componentes)
- Concepção de avaliação
(6 componentes)

Já foram realizadas duas plenárias para apresentação dos resultados das discussões dos grupos as quais apontaram para a realização, no 2º semestre, de sistematização com vistas à conclusão dos trabalhos.

Na escola do 1º Distrito, durante a entrevista, foi mencionado que a construção do Projeto Pedagógico prevê a participação da comunidade, mas uma leitura mais detalhada do referido projeto, desvela a falta de ações que efetivem de fato uma atuação conjunta⁵².

Programas Desenvolvidos nas Escolas

Em relação aos Programas desenvolvidos nas escolas, resultantes da parceria da rede de ensino municipal com o MEC, a Barro Branco recebe verba do PDDE, desde 1998, mas não recebe do PDE Escola, porque a sua equipe pedagógica, juntamente com a comunidade escolar, optou pela não participação da escola na Prova Brasil. Em decorrência disso, a escola não atinge o percentual

⁵¹ A direção forneceu o projeto vigente para verificação dos grupos temáticos.

⁵² Informações obtidas a partir da análise do trecho do PPP da escola do 1º Distrito, liberado para a leitura. Nele há uma série alusões teóricas sobre relevância da participação da comunidade, mas as referências fruto das discussões se atém unicamente às observações de alguns professores.

mínimo do Ideb que implica o recebimento da verba do referido programa. Já a escola do 1º Distrito participa de ambos os Programas. Neste ano teve a finalização do PDE Escola e, por conta do seu desempenho no último exame tanto da Provinha Brasil como da Prova Brasil, atingiu a meta estabelecida pelo MEC/Inep.

Além do PDDE e PDE Escola, a escola do 1º Distrito participa do Mais Educação e do Proinfo. Este é um programa que fornece equipamentos para a instrumentalização do laboratório de informática da escola, além de suprir a demanda de máquinas e de equipamentos complementares. A escola também participa de um Programa da Oi Futuro com o mesmo propósito. Com isso, a escola tem dois laboratórios que amenizam suas demandas no atendimento dos alunos, mas ainda não de forma suficiente para dar conta de todo o corpo discente. Vale registrar que um dos laboratórios também acomoda os alunos da escola com deficiência auditiva. Para isso, a equipe pedagógica montou um esquema de rodízio para que todos os alunos, em algum momento da vida escolar, possam frequentar o laboratório de informática, que é gerenciado por duas professoras as quais se revezam na manutenção e desenvolvimento de projetos. Há também a expectativa, por parte dos pais, e isso foi dito em uma reunião do Conselho Escolar, de que a escola ofereça cursos de informática para eles⁵³.

O Conselho Escolar

O Conselho Escolar da escola do 1º Distrito tem, segundo a coordenação pedagógica revelou na entrevista, a seguinte composição: vinte membros eleitos (dez provenientes do quadro funcional da escola, oito pais de alunos e dois alunos) e a diretora.

A escola segue o Calendário organizado pelo NACE, o qual indica a realização de reuniões bimestrais dos Conselhos Escolares em toda a rede de ensino. Durante o período da pesquisa (de junho a dezembro de 2010), o Conselho Escolar dessa escola convocou duas reuniões. Na primeira, compareceram sete membros do Conselho: a Diretora, o Coordenador, três professores, uma mãe de aluno e uma aluna. Sobre a segunda, cuja data foi alterada sem que houvesse uma divulgação ampla, não foi possível obter informações.⁵⁴

⁵³ Fonte: Reunião do Conselho Escolar (11/06/2010) e conversa com a Professora responsável pelo Laboratório de Informática.

⁵⁴ Tentei obter acesso a ata da reunião mas não obtive sucesso.

O Conselho da Barro Branco tem treze componentes assim distribuídos duas professoras, dois funcionários da escola, dois alunos, um representante da comunidade, cinco pais de alunos e a diretora como membro nato. Foi possível observar seis reuniões do Conselho Escolar⁵⁵ no período destinado a esse procedimento da pesquisa.

Em relação à pauta das reuniões, na escola do 1º Distrito, é feita a partir de proposição da direção, em função dos programas dos quais a escola participa. Já, na Barro Branco, a pauta é composta por iniciativa da direção, mas com participação dos representantes da comunidade no Conselho Escolar que são estimulados a pensar nos assuntos que serão tratados nas reuniões.

Por ocasião da entrevista na SME, a coordenação do NACE informou que aleatoriamente visitavam algumas de suas escolas para verificar se as reuniões ocorriam segundo o calendário programado.

Atividades

Por meio da participação nas atividades desenvolvidas pelas escolas foi possível depreender que o envolvimento dos Conselheiros na idealização e concretização das mesmas foi bastante distinto. Enquanto na Barro Branco há discussão, votação e construção conjunta das atividades, na escola do 1º Distrito, os eventos ocorrem segundo a programação e delimitação da SME. Um exemplo concreto disso foi a forma como se deu preparação para a Festa do Folclore na Barro Branco e para a Festa da Família na escola do 1º Distrito.

Ambas envolvem a comunidade escolar, mas a diferença, desde o preparo até a execução, foi patente. Enquanto naquela, o Conselho Escolar e a comunidade participaram juntos da elaboração, planejamento e arrecadação da verba para sua realização, nesta a organização ficou exclusivamente a cargo da direção da escola, da SME e de alguns professores que trabalharam no dia do evento.

A Festa do Folclore objetiva angariar fundos para a realização da Festa das Crianças, na qual se repete o processo de parceria comunitária em seu planejamento e execução. Nas reuniões do Conselho Escolar, ficou evidente a

⁵⁵Na primeira reunião, ocorrida em 18 de junho de 2010, foi apresentado ao Conselho Escolar o projeto de pesquisa que integra este trabalho a fim de dar-lhe conhecimento e submetê-lo à apreciação dos conselheiros aos caberia autorizar ou não sua realização na escola. A decisão do Conselho pautou-se na verificação dos benefícios que a pesquisa auferiria, ou não, para a escola. A decisão pela autorização foi, então, concedida.

preocupação de oferecer às crianças, a oportunidade de diversão que muitas não têm ao longo do ano.

As entrevistas nas duas escolas pesquisadas revelaram ainda que os Conselhos Escolares de ambas participaram da construção do Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Na escola do 1º Distrito, não houve informações no que tange à forma como se deu o envolvimento da comunidade escolar e do Conselho Escolar nessa construção, conquanto sua direção tenha dito que participou dos Encontros e das Plenárias promovidos pela SME.

Na Barro Branco foi feita a sugestão de temas para a constituição dos “Eixos Temáticos” em discussão no PME. A partir de pequenos grupos que discutiram esses eixos e, em seguida, por meio de votação, foi composto um grupo com representantes de todos os segmentos da escola, que ficou responsável por levar para os Encontros promovidos pela SME, o consenso da escola em relação aos eixos propostos pela mesma.

O quadro a seguir apresenta os eixos temáticos e o levantamento da escolha da comunidade por votação de cada um deles.

Quadro 14
Plano Municipal de Educação: Eixos Temáticos

EIXOS TEMÁTICOS	Nº de Votos obtidos na comunidade escolar
Educação Especial	15
Educação Infantil	15
Gestão Democrática	13
Ensino Fundamental	10
Formação e valorização dos trabalhadores em Educação – Formação continuada em serviço	10
EJA	8
Estrutura, financiamento, funcionamento e controle social da educação	4
Orientação Educacional	2
Educação, Gênero e saúde	2
Alimentação Escolar	1
Alguns aspectos do espaço físico das escolas no Município de Duque de Caxias e o direito à educação	1
Quilombola/Africanidade/Etnia/Indígena	1

Assim, os Conselheiros Escolares da Barro Branco, não só participaram das discussões na escola como também dos encontros promovidos pela SME nos quais foram responsáveis pelas discussões em torno dos três eixos mais votados, como os de maior relevância para aquela comunidade – Educação Especial, Educação Infantil e Gestão Democrática.

Participação nas atividades da SME

Ambas as escolas participam das convocações da direção para as reuniões junto a SME. Porém, a Barro Branco somente compareceu àquelas para as quais conseguiu, *a priori*, informações sobre a pauta a fim de identificar a relevância, para a sua comunidade, dos assuntos a serem tratados. A escola do 1º Distrito, segundo sua direção revelou em entrevista, se faz presente em todas as reuniões e, além disso, integra um núcleo que agrega as trinta e uma escolas da rede, que funcionam como “modelo” para as demais e que, portanto participam de atividades de destaque desenvolvidas pela Secretaria de Ensino como, por exemplo, o “Família na Escola”, que consistiu em encontros realizados aos sábados, do 1º bimestre até a véspera da eleição, com programação que incluía shows musicais, palestras, lanches e oficinas para a comunidade.

Houve um Encontro de Pais e Responsáveis dos alunos dos Conselhos Escolares da Rede ⁵⁶, promovido pela SME, organizado em duas etapas: pela manhã com as escolas do 3º e 4º distritos e, à tarde com as escolas do 1º e 2º distritos.

⁵⁶ Ocorreu em 20/11/2010 em um CIEP.

Figura 29 - Fotografias

Encontro de pais e responsáveis dos alunos da rede municipal de ensino de Duque de Caxias



Fotos: Luiza Chaves (novembro de 2010)

Na exposição de atividades dos Conselhos Escolares, uma escola mostrou o antes e o depois da existência do Conselho, evidenciando a melhoria estrutural pela qual a escola passou.

Figura 30 - Fotografias

Cartaz de Escola participante do Encontro de pais e responsáveis da rede de ensino de Duque de Caxias



Fotos: Luiza Chaves (novembro de 2010)

A escola do 1º Distrito participou do Encontro, mas a Barro Branco não foi informada da atividade. A programação constou de show musical, fala da Secretária Municipal de Educação e de uma palestra que tratou da relação família-escola segundo três vieses: a presença dos pais na vida escolar da criança e do jovem, o

papel da família e da escola no processo educacional e a perspectiva de crescer e evoluir juntos, que abordou a necessidade de repensar a vida e iniciar um processo de mudança para alcançar os sonhos.

3.5 O Ministério da Educação

O Ministério da Educação é um órgão do Governo Federal e foi criado em 1930. A princípio era vinculado à saúde, mas na década de 50, com a criação do Ministério da Saúde, foi feita uma nova composição, desta vez com a pasta da Cultura, o que resultou no Ministério da Educação e Cultura.

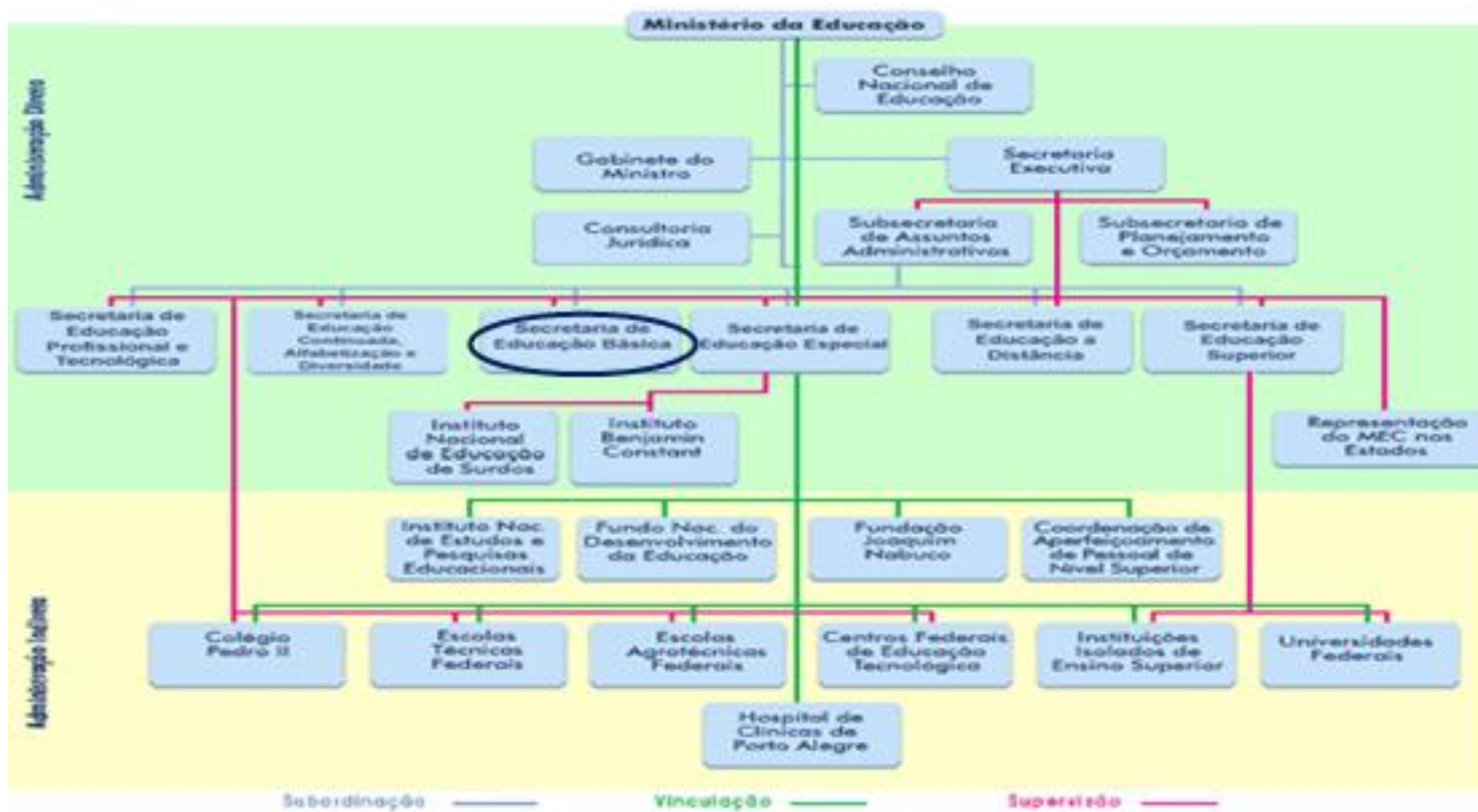
Em 1985, houve a separação por meio da criação do Ministério da Cultura e, em 1992, surgiu o Ministério da Educação e do Desporto. Somente em 1995 ele recebeu o nome de Ministério da Educação (Hadair ; Tanuri, 2004)⁵⁷. A partir de então, o MEC vem se estruturando e, em alguns setores, se reestruturando. Nos últimos anos, desde que Fernando Haddad assumiu este Ministério, vem sendo intensificada a visão sistêmica da educação em todo o país, o que na prática, presume “ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos”⁵⁸.

O organograma a seguir mostra a atual composição de gestão do MEC com a hierarquização das Secretarias e Subsecretarias que o compõem.

⁵⁷ Portal MEC. <[HTTP://portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 22/06/2011.

⁵⁸ Portal MEC. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em 22/06/2011.

Figura 31 - Organograma
Ministério da Educação



A SEB, assinalada no organograma, é responsável pela gestão nacional da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. A organização deste nível de ensino é norteadada pela LDB e pelo PNE, ambos referidos na Constituição Federal de 1988.

A Coordenação do PNFCE é de responsabilidade da SEB cuja equipe é constituída por oito técnicos⁵⁹. Este grupo acumula a coordenação do PNFCE e do Programa Nacional de Capacitação dos Conselhos Municipais de Educação – o Pró-Conselho.

O Coordenador do Programa informou, na entrevista, que além dos técnicos, há uma parceria com um grupo de professores que se responsabiliza não somente pela construção dos Cadernos, mas também pelos Cursos presenciais oferecidos pelas Universidades em vários estados.

3.6 O PNFCE e a Formação dos Conselheiros Escolares do Município de Duque de Caxias – Impressões a partir dos documentos e da fala

Dos Documentos

A coordenação do PNFCE não tem nenhum documento ou acordo que registre oficialmente a adesão dos municípios brasileiros ao Programa. Ao ser questionado sobre isso, o coordenador respondeu que isso ficava meio sem cabimento na medida em que há dispositivos legais que acabam instam essa adesão.

...A gente não tem uma adesão. A gente até, a princípio pensou nisso, numa adesão formal. [...] porque a gente entende que, baseado na Constituição Federal [...] a LDB, especificamente no artigo 14, quando fala da participação como um dos princípios da gestão democrática, a garantia da participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares, então a gente está entendendo que todos os municípios, para cumprirem esse preceito legal, tem que estar trabalhando nessa linha⁶⁰.

O discurso do coordenador corrobora o que há nos Cadernos produzidos pelo próprio programa em relação ao amparo e a consonância legal em torno da promoção da participação como a principal responsável pela articulação na escola, na busca pela autonomia institucional.

A Secretaria Municipal de Educação, por sua vez, criou os Conselhos Escolares em sua rede de ensino por meio do Decreto nº 2.813/95, por ocasião do

⁵⁹ Informações obtidas em visita ao MEC, à Coordenação do PNFCE, em dezembro de 2010.

⁶⁰ Trecho extraído da entrevista concedida pelo coordenado do PNFCE, em 07/12/2010.

início do PDDE. A coordenação do NACE informou que, num primeiro momento, não havia a exigência de formar os Conselhos Fiscal e Deliberativo, mas a responsabilidade de preparar o recebimento das verba, conforme é relatado a seguir:

... Em 2001, já veio a determinação que ia ter verba, tal tal, e que todos os Conselhos tinham que ter Conselho Fiscal. [...] De 2001 aqui, você vê que já teve que mudar, fazer uma alteração montando Diretoria, Conselho Fiscal com os representantes, as representações todas ...⁶¹

No Regimento Escolar, a SME estabelece as finalidades e as obrigações das escolas e dos profissionais de sua rede de ensino. No art. 65 do capítulo VI, que trata do Conselho Escolar, há uma referência quanto ao seu cunho “consultivo, deliberativo e fiscalizador”, juntamente com a finalidade de planejar, acompanhar, controlar e avaliar as ações educativas, pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas pela Unidade Escolar, de acordo com as Diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação. Além disso, institui a presidência do Conselho Escolar pelo Diretor da Unidade Escolar e determina que suas atribuições devam estar definidas no Estatuto do Conselho Escolar⁶².

O Estatuto do Conselho Escolar foi confeccionado pela SME e abrange toda a rede de ensino. São nove capítulos nos quais estão estabelecidos desde a denominação jurídica do Conselho, sua finalidade, objetivos, atribuições e organização, até sua composição, direitos e também a condução da eleição de seus membros. Também fixa o mandato de dois anos para os conselheiros, definindo ainda que o período para a nova eleição seja determinado segundo um calendário próprio, para as eleições gerais em toda a rede.

⁶¹ Trecho extraído da entrevista concedida em 27/07/2010, pela Coordenação do NACE.

⁶² A rede preparou o Estatuto dos Conselhos.

Figura: 32
Cartilha: Conselho Escolar

NACE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AOS CONSELHOS ESCOLARES	
Índice	
1 - Reflexão	02
2 - O que é o Conselho Escolar	03
2.1 - Implantação	03
2.2 - Finalidade	03
2.3 - Composição	03
2.4 - Compromissos Legais	05
3 - O papel do Conselho Escolar	05
3.1 - A questão da participação da comunidade	06
4 - Programa "Dinheiro Direto na Escola"	07
4.1 - O valor recebido por cada escola	08
5 - Utilização dos Recursos	08
5.1 - Plano de Ação	08
6 - Considerações Finais	10
7 - Dúvidas Frequentes	11
8 - Bibliografia	14

Captura da Imagem pela pesquisadora
Jun/2011

A SME confeccionou uma cartilha, cujo índice é reproduzido ao lado, na qual informa os itens que constam do Estatuto dos Conselhos Escolares relativos à sua composição. Além disso, chama a atenção para a importância do papel do Conselho Escolar e a participação da comunidade. Em relação a esta última, a cartilha esclarece que “Participar não é somente colaborar nos trabalhos da escola; é opinar, é dar sugestões, é decidir o que é melhor para a escola”. Os itens 4 e 5 são relativos as verbas e sua utilização. Tanto explica o mecanismo de redistribuição do dinheiro recebido nas escolas como a maneira de construir o planejamento dos gastos. Finaliza atentando para a necessidade de a comunidade eleger as prioridades para efetivar o gasto da verba:

A adoção desta prática propicia o exercício da cidadania, o controle social, a transparência, a racionalidade, a criatividade e o zelo com a qualidade dos bens adquiridos e dos serviços contratados e com os resultados do emprego dos recursos (DUQUE DE CAXIAS, Ca. 2010, p.10).

Dessa forma, não só a cartilha, como também o Regimento e o Estatuto dos Conselhos Escolares, apontam o Conselho Escolar como o lugar em que se constrói a escola de acordo com os interesses da comunidade e, além disso, como um espaço que precisa ser capaz de utilizar, sem desperdícios, as verbas recebidas, e discernir em relação às necessidades materiais e humanas e em relação aos aspectos materiais e pedagógicos da escola para que ela desenvolva bem a função de educar as crianças e jovens.

Embora o discurso da prática democrática e da participação seja comum aos documentos, a percepção da coordenadora do NACE, por ocasião da implantação dos Conselhos, foi a de que os conselhos são basicamente uma imposição por força

de lei. Decorre daí que, em relação à perspectiva de promover a participação, fica evidente o caráter exclusivamente Executor dos Conselhos Escolares.

A centralidade das ações, no entrelaçar dos programas, também constitui um elemento que denota a contradição das ações efetivas em relação aos princípios democráticos de participação e de autonomia, na medida em que suprime a liberdade de escolha na utilização da verba de maneira a atender demandas da escola diferentes da previsão dos programas. A coordenação do NACE compreende que, em razão da miríade de projetos, cada qual com um objetivo específico, não cabe às escolas fazerem coisas que não estejam explicitamente estabelecidas.

[...] tem várias opções, mas os programas são independentes e cada um tem o seu objetivo. Mas, eles não podem realmente fazer o que não está estabelecido pelo programa⁶³. (FERNANDES, 2010).

Portanto, conquanto os objetivos ideados pelo NACE sejam, em termos teóricos, consistentes e ambiciosos, na prática surgem pontos que mostram o quão complicada é a sua efetivação. Alguns desses pontos foram mencionados nas entrevistas realizadas com as diretoras das duas escolas.

No que tange à transparência e à fluidez das informações acerca do PNFCE nas escolas, ambas as direções desconheciam o Programa. Por exemplo, a diretora da Barro Branco afirma o seguinte: “Pode ser que quem estivesse na direção da escola nessa época, tenha até participado dessa formação. [...] até quando você mostrou os livrinhos, nós não tivemos acesso à eles [...]”⁶⁴. “Eu, particularmente, desconheço o programa⁶⁵”, frase proferida por um integrante da equipe de coordenação da outra escola.

Em relação à formação dos Conselheiros Escolares, a partir do PNFCE, também em ambas as instituições, ficou evidente, não somente o desconhecimento, mas estupefação ao ver o material disponibilizado e o reconhecimento da utilidade que ele teria como elemento de suporte e de orientação.

Com respeito ao recebimento de algum tipo de formação destinada aos Conselheiros Escolares, o que aparece é o exercício da prática do ensaio e erro, da aprendizagem desenvolvida a partir da experimentação. Em um trecho da entrevista há inclusive uma crítica à forma como se dá a nomeação dos diretores o que,

⁶³ Trecho da entrevista concedida pela coordenadora do NACE, em 27/07/2010.

⁶⁴ Trecho da entrevista concedida pela diretora da Escola Barro Branco, em 15/07/2010.

⁶⁵ Trecho da entrevista concedida pela diretora da escola do 1º Distrito com a participação de um integrante da equipe de coordenação, em 09/07/2010.

também contribui com a falta de compromisso no sentido de buscar as informações e disseminá-las para comunidade escolar⁶⁶.

Outro ponto delicado é referente às verbas recebidas dos Programas do MEC, algumas delas atreladas ao desempenho na Prova Brasil. A Escola Barro explica que sua não participação, se dá, dentre outros motivos pela injustiça inerente ao processo que avalia da mesma forma instituições plenamente providas de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura como, por exemplo, o Colégio Pedro II, e outras que lutam para conseguir oferecer, às vezes, do que o mínimo desejado.

Em suma, as direções das escolas trouxeram, com respeito à atuação dos seus Conselhos Escolares, praticamente, os mesmos elementos, porém sob abordagem e perspectivas distintas, em parte explicadas pela diferença de cada uma como, por exemplo, uma desenvolve todos os projetos capitaneados pela SME e pelo MEC, o que implica o trânsito de verbas, além de atender um público constituído por cerca de 1.600 alunos e estar localizada em uma área em que os indicadores de violência e financeiro são extremados. Isso faz com que, além de outros fatores, haja pouca disponibilidade para agir de forma reflexiva em detrimento das urgências colocadas pelo cotidiano escolar. A Barro Branco encontra-se em um estágio mais avançado na medida em que já tem incorporado a sua cultura a constituição do Conselho Escolar.

Na entrevista realizada no Ministério da Educação, com o Coordenador do PNFCE, dentre vários elementos, a distinção das ações do Programa e o seu foco de ação para atingir as metas estabelecidas foram “a elaboração de material didático, a formação presencial e a formação à distância; esses são os três grandes pilares do programa”⁶⁷. Ele também afirmou que o grande desafio do Programa é o de transformar o Conselho Escolar em mais do que um órgão executor, que também se aproprie de suas funções cooperativas em torno das ações administrativas e pedagógicas.

O Grupo Focal realizado na Escola Barro Branco⁶⁸ permitiu confirmar e até mesmo estabelecer os contornos acerca de outros elementos essenciais para

⁶⁶O Conselho Escolar da Barro Branco demonstrou tamanho interesse em torno da formação a partir dos Cadernos do PNFCE, que gerou a um grupo de estudos com os conselheiros em torno da temática do Caderno 5, que trata da questão do “Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor”.

⁶⁷Trecho da entrevista concedida pelo coordenador do PNFCE, em Brasília, no dia 07/12/2010.

⁶⁸A técnica foi aplicada segundo Não houve oportunidade de realizar na outra escola em função da reduzida quantidade de reuniões do Conselho Escolar.

entender, principalmente, os anseios e as expectativas daqueles conselheiros na construção de uma escola que vá ao encontro das demandas da comunidade.

Os Conselheiros foram instigados a falar de suas atribuições, cada qual relativo à sua função. Com certa dificuldade, conseguiram chegar ao consenso de quem é o tesoureiro, o secretário e assim por diante.

Também foram questionados em relação ao processo que os levou aos cargos específicos, como por exemplo, a constituição do Conselho Fiscal e Deliberativo, os cargos de tesoureiro e secretário. Houve unanimidade na afirmação de que foi por identificação com o cargo. A presidente do Conselho lembrou que houve um tempo em que os candidatos concorriam ao cargo e, se não se identificavam acabavam se buscando outro ou abandonando o Conselho.

Questionados também sobre as principais atribuições do Conselho Escolar, surgiu, com maior destaque, a necessidade de participação da comunidade em independente da definição dos papéis específicos que cada um teria no Conselho.

De maneira geral, os Conselheiros concordaram que a escola melhorou a partir da existência do Conselho.

Outro aspecto colocado foi o da legitimidade do Conselho Escolar. Hoje na escola não se decide nada sem a consulta àquele Conselho e, isto já faz parte da cultura da escola. A esse respeito, (PARO, 1999, p.210) afirma que a função educativa da escola, como a “*atualização histórico-cultural dos indivíduos*”, significa a percepção de que o homem é um ser histórico, “autocriador de sua humanidade em relação com a natureza e com os demais seres humanos”. Essa possibilidade acontece pela aceitação, por uma relação dialógica e pela apropriação, por toda a comunidade escolar, desse bem comum que é a educação comprometida com os valores do grupo.

3.7 Tensões e Perspectivas

As três instâncias de gestão da educação envolvidas nesta pesquisa, o Ministério da Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e duas Unidades Escolares, têm na administração pública a partir da gestão democrática da educação, uma premissa que inspira, sustenta e articula as políticas públicas vigentes no país.

O processo de democratização política que vivenciamos nos últimos anos, há pouco mais de três décadas, começa a apresentar sinais de que agora é preciso amadurecer, uma vez que as condições para o estabelecimento de instituições democráticas já foram criadas Dahl (2001).

É com a expectativa de contribuir para que as instituições (Escolas, Secretarias e Ministério da Educação) desenvolvam condições plausíveis para consolidar a vivência democrática, no entrelaçar das relações efetivas em seus espaços e entre si, que se encontram alguns aspectos mais latentes e que merecem atenção, ao mesmo tempo em que se apresentam algumas expectativas e possibilidades a partir da pesquisa.

Aguiar (2008) aponta vários aspectos relevantes e de caráter positivo em relação ao Programa Nacional de Formação dos Conselheiros Escolares. Dentre eles, merecem destaque

- ♦ A parceria entre o MEC e os entes federados para a concretização das ações do Programa;
- ♦ As ações, por sua vez, foram pautadas em resposta às expectativas oriundas de vários movimentos sociais e de educadores;
- ♦ A qualidade do material pedagógico cujos temas, não só fundamentam como também possibilitam a construção do conhecimento no processo de formação dos conselheiros escolares;
- ♦ A ação simultânea do Programa junto aos técnicos das Secretarias de Educação, aos gestores e conselheiros escolares como sinal da “importância das vivências coletivas, com intuito de viabilizar a reflexão a partir da prática diária nos espaços educativos.

Embora esta autora considere positiva a abertura que o MEC promove, ao ampliar o debate sobre a participação “dos segmentos escolares e da comunidade

nos processos decisórios da escola”, tendo causado uma discussão maior no âmbito das Secretarias de Educação, não se percebe, na prática, o envolvimento da SME de Duque de Caxias na formação dos conselheiros de sua rede de ensino e nem o efetivo estímulo a promoção da gestão democrática das unidades escolares por meio da eleição dos diretores em suas escolas.

Os conselhos escolares na rede de ensino do município de Duque de Caxias atendem as especificidades necessárias referentes às políticas públicas em educação vigentes e, sua efetividade nas escolas, atende as peculiaridade e exigências dos programas em relação ao repasse financeiro de verbas para as mesmas. Este fato foi identificado na entrevista na SME, junto ao NACE:

Embora, conforme afirma Aguiar (2008, p.141) sobre a contribuição do Programa com as diferentes esferas públicas de ensino na “compreensão de que o Conselho Escolar pode ser construído de forma coletiva, como um lugar de participação e decisão de caráter pedagógico e político”, e que esse espaço é o lugar para o debate/negociação das necessidades da escola, a pesquisa desvela a ausência de indicadores específicos do Programa, para averiguar as condições de participação, de fortalecimento, das parcerias existentes entre os entes federados, das práticas cotidianas nos Conselhos Escolares e da situação e da evolução da formação dos conselheiros de uma forma consoante com os objetivos expressos pelo próprio Programa⁶⁹.

Por ocasião da entrevista, ao ser questionada a respeito da existência do registro de quais eram as condições de formação dos Conselheiros Escolares do Município de Duque de Caxias e se foi realizado algum levantamento e registro prévios a esse respeito, a coordenação do Programa informou que isso se dava por meio de um *feeling*, ainda que reconhecesse a importância de fortalecimento do mecanismo de implantação desses conselhos.

A gente tinha um feelling nacional, na verdade. [...] a gente partiu do princípio que precisava fazer e, acho que ainda precisa, de um movimento mesmo para Implantação e Fortalecimento do Conselho Escolar⁷⁰.

⁶⁹ Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; Apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; Instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; Promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; Estimular a integração entre os conselhos escolares; Apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; Promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

⁷⁰ Trecho extraído da entrevista concedida pelo coordenador do PNEFC, em 07/12/2010.

De certo modo, em muitos aspectos, a criação de um banco de experiências possibilita a disseminação de informações que demonstram a crescente contribuição do Programa. Mas, assim como temos uma política nacional de avaliação que vem avançando nos últimos anos, também se faz necessária a obtenção de informações concretas que auxiliem no diagnóstico e na construção de indicadores que se aproximem com a precisão definida da repercussão e do alcance do mesmo, promovendo assim uma política nacional voltada para promoção da democratização efetiva das instituições em questão.

Em relação à formação dos técnicos das Secretarias de Educação, deve ser considerada a questão da rotatividade dos mesmos em relação ao exercício da função em decorrência das eleições municipais/estaduais. Quando um novo governo assume “a dança das cadeiras”⁷¹ é inevitável. Com vistas a minimizar os efeitos de tal prática, a formação permanente surge como uma maneira de preservar a manutenção do “investimento inicial” e a promoção da formação dos conselheiros de forma constante.

Já a formação dos conselheiros nas escolas do município de Duque de Caxias não se efetivou, embora, por imposição legal, cada uma tenha seus conselhos estruturados, os técnicos da SME ainda não se sensibilizaram com o processo de formação a partir do PNFCE.

Enfim, há que se rever todo o processo com a finalidade de levar a cabo as mudanças necessárias, especialmente no delineamento das ações de acompanhamento deste Programa.

⁷¹Cunha (1991) identifica esse processo de alternância na gestão pública de “*administração zig-zag*” que decorre de tentativas de causar impacto político (eleitorismo), do entusiasmo com propostas que prometem muito mas não são embasadas cientificamente (experimentalismo pedagógico) e também por uma atitude generosa de acabar de vez com os males da sociedade e da educação (voluntarismo ideológico).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o que realmente entendemos por democracia? O que distingue um governo democrático de um governo não-democrático? Se um país não-democrático faz a transição para a democracia, é transição para o quê? Com referência à consolidação da democracia, o que exatamente é consolidado? E o que significa falar de aprofundar a democracia num país democrático? Se um país já é uma democracia, como ele poderá se tornar *mais democrático*? E assim por diante... (DAHL, 2001, p. 12)

Buscamos entender e, em certa medida, contribuir com o processo já instalado em nossos sistemas de ensino, o qual envolve a participação da comunidade escolar, por meio dos Conselhos Escolares na gestão das escolas públicas. Partindo do exame do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e da formação dos Conselheiros Escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias, foi constatado que essa formação ainda não existe.

Embora tenha ocorrido a formação dos técnicos da Secretaria de Educação, no Programa, em função da alternância administrativa que caracteriza o serviço público, não há uniformidade na gestão do órgão, conseqüentemente, não há continuidade na condução das ações do NACE.

A adesão ao Programa ocorre de forma indireta sem que haja um compromisso assumido formalmente. Conquanto o Programa seja bem estruturado e tenha produzido um material pedagógico de excelente qualidade, com a distribuição sendo realizada em escala nacional, a oferta de cursos à distância e a realização de dois Encontros Nacionais, ainda não logrou êxito no município de Duque de Caxias, especialmente no que se refere ao desafio de promover a discussão central de formação e fortalecimento dos conselhos na escola.

Um aspecto observado, que dificulta muito a atuação do NACE, é o atrelamento aos trâmites burocráticos causado pelas necessidades operacionais de repasse de verbas dos diversos programas implementados pelo MEC, na educação básica. O referido núcleo expressou sua impossibilidade de ações voltadas para a formação em razão da necessidade de orientar, fiscalizar e prestar contas do repasse financeiro, deixando de realizar assim, quaisquer possibilidades de ações voltadas para a formação dos Conselheiros Escolares. Porém, a nosso ver, essa compreensão é meio desviada na medida em que, o motivo que se apresenta de forma explícita é a falta de vontade política, pois, como aponta Paro:

O maior dos problemas existentes é o fato de que o conselho de escola tem sido tomado, em geral como uma medida isolada, descolado de uma política mais ampla e séria de democratização da escola, evidenciando muito mais sua face burocrática do que sua inspiração democrática (PARO, 1999, p. 210)

No município de Duque de Caxias não há escola da rede de ensino que não tenha seu conselho constituído, porém, como a implantação dos mesmos foi consequência da necessidade surgida por ocasião do início dos programas federais na rede, eles são essencialmente Unidades Executoras.

A observação realizada nas escolas permitiu a verificação de duas realidades antagônicas em relação à atuação de cada um dos Conselhos pesquisados. Enquanto o órgão da escola localizada no 1º distrito cumpre a execução das atividades propostas nos programas e pela Secretaria de Educação, a outra, localizada no 3º distrito, tem no bojo de suas ações a proposta de construção de parceria e cooperação entre a direção e a comunidade escolar.

Creemos, portanto, serem necessárias prudência e humildade em relação à identificação das consequências da inserção do Programa na rede de ensino de Duque de Caxias, uma vez que, embora haja a presença do município nos encontros promovidos pelo PNFCE e também na formação dos técnicos da SME, não houve uma ação específica voltada para as escolas no sentido de mobilizar suas comunidades para a capacitação de seus conselheiros de uma forma integrada, não só à política de democratização da gestão escolar, mas principalmente à demanda necessária para que a escola seja de qualidade, a partir de medidas realmente comprometidas e das relações estabelecidas nas escolas. Paro (1999) afirma que um sistema:

[...] não pode resumir-se em apenas mais uma medida burocrática, e sim constituir-se num conjunto orgânico e coordenado de iniciativas que inovem desde as relações pedagógicas na sala de aula, passando pela atividade de planejamento e avaliação dos professores, em especial o conselho de escola, até chegar ao contato direto com os pais e mães, que precisa ser inteiramente redimensionado, a começar pelas reuniões de pais.

Motivada pelas indagações de DAHL, na citação em epígrafe que consideradas pertinentes até aqui, neste encerramento da pesquisa, está um questionamento acerca do quanto a escola quer ser autônoma, democrática e participativa. A escola precisa conhecer suas dificuldades. Os órgãos dos sistemas de ensino precisam também conhecer essas dificuldades. O debate e a pesquisa precisam estar presentes em variados momentos como meio para fornecer os

subsídios mínimos necessários para a construção do projeto de escola. Mas “que projeto de escola?”, perguntamos. De um projeto que corresponda à demanda que tenha sido fruto do debate, da pesquisa, além de constituir-se resultante desta prática nas escolas.

Para sintetizar esta finalização, podemos nos inspirar, em relação às possibilidades de organização não só do conselho escolar, mas também da escola pública, no relato de experiência da construção do Conselho Escolar na rede municipal de ensino de São Paulo, sob a perspectiva da participação cidadã. Nas palavras de Antunes (2002):

A democratização da gestão escolar não está dissociada da democratização das outras instâncias da estrutura administrativa da Secretaria da Educação. É preciso que esse movimento, que se inicia na base da escola, encontre respaldo nos outros níveis da administração, sendo toda ela organizada de maneira democrática, de forma a ter condições de incorporar as demandas vindas da unidade escolar.

Complementando a autora, percebemos também o quanto devemos nos mobilizar em uma transformação também no MEC, por meio de estudos e de pesquisas que o alimentem com informações, com participação e contribuições para as quais a gestão nacional não perca o vínculo com a finalidade comum das esferas públicas envolvidas na consecução de uma educação, que seja cidadã, de qualidade para todos, que promova a conscientização, que qualifique e que promova a superação.

REFERÊNCIA

- AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos conselhos escolares. **Revista Educação**, Curitiba, n. 31, p.129-144, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã, v.8).
- AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. A crise do modelo político da ditadura militar. In : _____. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.759-789.
- _____. Um novo alinhamento. In: _____. **Sociedade Brasileira**: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 791-821.
- ARAÚJO, José Carlos S. O Embate Marxiano com a construção dos sistemas Educacionais. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. São Paulo : Autores Associados, 2005. p. 39-68.
- ARRETCHE, Marta T.S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.40, p.111-141. Jun.1999.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista Eletrônica**, São Paulo. n.38, p. 223-237,1996. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htm>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BETINI, Geraldo Antonio. A construção do Projeto Político Pedagógico. **Revista Pedagógica**, UNIPINHAL, SP, v. 01. n. 03, p. 33-44. Jan./dez. 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 173p.
- _____. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217 p.
- _____. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora da UNB, 2008.
- _____. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BONAVIDES, Paulo. As bases da democracia participativa. In: Palestra proferida no encontro nacional da associação juizes para democracia, I. , 2005, Recife, PE. [**Trabalhos apresentados**]. Recife, PE, 2006. Disponível em: <http2006://www.achegas.net/numero/vinteeseite/p_bonavides_27.htm>. Acesso em: 05 jun. 2010.
- BORDIGNON, Genuíno. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, 2004. 59 p.
- _____. O princípio da gestão democrática na educação. **Gestão democrática da educação**: Programa Salto para o Futuro: TV Escola, Brasília, n.19, p.14-19, out. 2005.
- _____. Gestão democrática da escola cidadã. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004, p. 291-313.

BORJAS, Beatriz. **A gestão educativa a serviço da inovação**. São Paulo: Loyola, 2006. 86p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988 apud AQUINO, Rubim Santos Leão de et. al. A crise brasileira se aprofundou In : _____. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.p. 803-822 .

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: maio 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: mar. 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: 08 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aprova Brasil: o direito de aprender**. Boas práticas em escolas públicas avaliadas pelo Prova Brasil. Brasília, 2006. 105 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, 2004. Caderno 1. 56 p.

_____. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília, 2004. 68 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 2).

_____. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília, 2004. 64 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 3).

_____. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília, 2004. 64 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 4).

_____. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, 2004. 60 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 5).

_____. **Conselho escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Brasília , 2004. 79 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 6).

_____. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília, 2006. 92 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 7).

_____. **Conselho escolar e o respeito e a valorização dos trabalhadores em educação**. Brasília : MEC, SEB, 2006. 51 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 8).

_____. **Conselho escolar e a educação do campo**. Brasília, 2006. 91 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 9).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social**. Brasília, 2006. 55 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 10).

_____. **Conselho escolar e Direitos Humanos**. Brasília : MEC, SEB, 2008. 104 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 11).

_____. **Conselho escolar e a sua organização em fórum**. Brasília, 2009. 95 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 12).

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo : Ação Educativa, 2004. 59 p.

_____. **Indicadores da qualidade na educação**: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo : Ação Educativa, 2006. 20 p.

CAPELA, Márcia et al. **Planejamento e avaliação**: subsídios para a ação docente. Rio de Janeiro : Editora Senac Nacional, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 236 p.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Militares e política na nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 360 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MENEZES, Raul Miranda. Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 947, p. 19-28, 2003.

CASTRO, José André Alves. **Entrevista** concedida a Luiza Maria Martins Chaves. Duque de Caxias, 9 Jul. 2010. 2 arquivos eletrônicos (5:15 min. ; 10:46 min.)

COLOMBO, Sônia Simões et al. **Gestão educacional**: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 495p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 15-21.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão de sistemas. In : FERREIRA, Naura S. C. ; AGUIAR, MA.S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 295-316.

_____. **Gestão democrática da educação pública**. 2006. Disponível em: <www.tvebrasil.com.br/salto/>. Acesso em: Set. 2007.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília, DF: Universidade de Brasília. 2001. 230 p.

DAVIES, Nicholas. O governo lula e a educação: a deserção do estado continua? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 86, p. 245-252, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 maio 2011.

DIAS, José Augusto. Gestão da Escola. Sistema Escolar Brasileiro. In : **Estrutura e funcionamento da Educação Básica**. São Paulo: Thomson Learning, 2004. p.127-136.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n.100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300014>. Acesso em: 10 Set. 2009.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisas**. São Paulo, n. 115, p.139-154, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2011.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Secretaria Municipal de Educação. **Cartilha do Conselho Escolar**. Duque de Caxias, RJ, ca. 2010. 15p.

FÁVERO, Osmar. **Democracia e construção do público no pensamento educacional Brasileiro**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

FERNANDES, Dilma Paes. **Entrevista** concedida a Luiza Maria Martins Chaves. Duque de Caxias, 28 Jul 2010. 1 arquivo (1:42 min)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Democrática da educação: resignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura S. C.: AGUIAR, MA.S. (Org). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 295-316.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. 218 p.

FONSECA, Marília. O banco mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24 n 1, p. 37-69, Jan./Jun.1998.

FORTUNA, Maria Lúcia de Abrantes. Planejamento, gestão e avaliação na instituição escolar: para controlar ou para democratizar? In: LUCE, Maria Beatriz ; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.143-155.

FORTUNATI, José. O papel do diretor de escola. In: _____. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios**. Porto Alegre : Artmed, 2007.p. 51-70.

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de Intervenção na realidade. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.81-95, Jan./Jun. 2001. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>>. Acesso em: nov 2006.

GOMES, Maria Elair S. ; BARBOSA, Eduardo F. A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. **EDUCATIVA: Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais**, Minas Gerais, 1999. 7 p. Suplemento. Disponível em: <http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>. Acesso em:10 maio 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época, v. 84)

Haidar, Maria de Lourdes M. ; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil. In: MENESES, João Carvalho. **Estrutura e funcionamento da educação básica: Leituras**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 59-101.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática da educação**. São Paulo: Alínea, 2007. (Educação Em Debate).

_____. Democracia, educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea. **Eccos**. Revista Científica, v. 8, p. 65-87, 2006.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

YAMAMOTO, Karina. **Governo Lula investiu menos em educação que seu antecessor**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/01/28/ult105u7519.jhtm>>. Acesso em: 30 Mar. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Atividades de Direção e Coordenação. In: _____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. José Carlos Libâneo. 5. ed. Goiânia. Alternativa. 2004. p. 215-224.

LIBÂNEO, J. C. ; OLIVEIRA, J. F. ; OSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2007.

_____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia. Alternativa, 2004.

LUCE, Maria Beatriz ; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Org). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAGRONE, Eduardo. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos do Cedes**: Centro de Estudos Educação Sociedade. Campinas, S P, v.1. n.1, p. 353-372, 1980.

MARQUES, Rosa Maria ; MENDES, Áquilas. O gasto federal na educação. In: FALEIROS, Vicente de Paula et al. **A era FHC e o Governo Lula: transição?**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. 23 p. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/ec/jec9/pdf/A07%20-%20Marques,%20Rosa%20Maria%20y%20Mendes,%20%C1quilas.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

MORIN, Edgar. Os Princípios do conhecimento pertinente. In: _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 10. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF : UNESCO. 2005. p. 35-41.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2011.

OLIVEIRA, Inês B. et. al. **Democracia no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: DP&A; Brasília, DF: CNPq, 2009. 125 p.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. In: _____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2004. p. 9 – 14.

_____. O conselho de escola na democratização da gestão escolar. In: BICCUDO, Maria Aparecida ; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da (Orgs). **Formação do educador**: organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo. UNESP. 1999. v. 3, p. 209-218.

PAZZINATO, Alceu L. ; SENISE, Maria Helena V. **História moderna e contemporânea**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. 424 p.

PINSKY, Jaime. **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 591p.

PLATÃO. A República. São Paulo : Édipto, 2000 apud BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília,DF: Editora da UNBm, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, José Roberto. Entrevista concedida a Luiza Maria Martins Chaves. Brasília, DF 07 Dez 2010. 1 arquivo eletrônico (1:34:08 min).

ROMÃO. José E. ; GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da Escola in: _____. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo, Cortez : Instituto Paulo Freire. p. 33-41.

ROSAR Maria de Fátima. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campina, SP, v. 20, n. 69. p.165-176,1999.

SANTOS, T. F. A. Monteiro dos. As políticas de descentralização da gestão e autonomia financeira como estratégias para a redefinição do Estado Brasileiro. **Revista do Fórum Português da Administração Educacional**, Lisboa, v.1, p. 65-75. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes históricos do Plano Nacional. in:_____. **Da nova LDB ao Plano Nacional**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. p. 73-80.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime ; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 191-265

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 Jun. 2010.

VERSIANI, Maria Helena. Uma república constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n.60, p. 233-251, 2010.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista - Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias

Entrevistado: Profa. Coordenadora do NACE

1. Como a Secretaria ficou sabendo do PNFCE?
2. Quais foram os motivos que atraíram essa Secretaria a participar do PNFCE sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC?
3. Foi necessária alguma mudança estrutural para firmar a parceria com o MEC?
4. Quais as condições das escolas da rede, no que se refere à organização administrativa, antes da parceria com o MEC?
5. Quando foi firmada a participação no Programa?
6. Quais são os tramites desta Secretaria com o MEC, para a implantação dos conselhos nas escolas.
7. Quais as condições que caracterizaram o processo de implantação dos conselhos nas escolas da rede?
8. Quais os fatores facilitadores e dificultadores que ocorreram nesse processo de implantação dos conselhos?
9. Como a Secretaria se organizou para estabelecer o PNFCE nas escolas?
10. Quantas escolas compõem a rede?
11. Em quantas já foram implantados os conselhos?
12. Há algum acompanhamento por parte da secretaria a essas escolas que já constituíram os conselhos?
13. Se ainda houver escolas sem conselho, qual é a previsão para que isso ocorra?
14. Existe eleição para o cargo de Diretor das escolas
15. A rede, certamente, participou do processo de capacitação em Brasília junto ao MEC. Como a rede ofereceu a capacitação junto as suas escolas?
16. Como foi a participação da comunidade escolar no processo inicial de implantação dos conselhos?
17. Há um balanço atual em relação à participação nas escolas?
18. As escolas estabeleceram seus regimentos em relação à criação de seus conselhos?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista - Escolas da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias

Entrevistado: Direção

1. Como a escola obteve informações sobre o PNFCE do MEC?
2. Como aconteceu a adesão ao programa?
3. A comunidade escolar participou desse processo?
4. Quais foram as ações do MEC quando a escola aderiu ao Programa?
5. Quais foram as ações da Secretaria Municipal com relação à implementação do Programa?
6. Quais foram as principais mudanças ocorridas na escola desde a adesão ao PNFCE?
7. Quais são as ações do conselho escolar?
8. Como foram delimitadas?
9. Existe registro das reuniões do conselho?
10. Quais são as principais discussões que ocorrem nas reuniões do conselho?
11. Qual é a receptividade da comunidade às decisões tomadas pelo conselho?
12. Qual a sua percepção acerca da consonância das atividades do conselho da escola e as necessidades da comunidade local?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista – Ministério da Educação

Entrevistado: Coordenador do PNFCE

1. O Programa existe desde 2004 e, desde sua implantação, qual é o nº de escolas por região?
2. A rede municipal de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, participa do PNFCE desde o início do Programa. Quais eram as condições dessa rede ao ingressar no programa?
3. Quais foram as ações do Programa, no sentido de favorecer a implantação dos Conselhos nesta rede de ensino?
4. Quais são os instrumentos que o MEC utiliza para acompanhar e avaliar o processo de implantação dos conselhos nos municípios que participam do Programa?
5. Quais são as possibilidades de expansão do Programa, tanto na rede municipal como na estadual, no do Rio de Janeiro?

APÊNDICE D - Roteiro: grupo focal – Conselhos Escolares

Temáticas:

- Período em que foi criado o Conselho Escolar nesta escola.
- Motivos que levaram à criação do Conselho Escolar.
- Processo de escolha dos membros do Conselho.
- Quem participa do Conselho?
- O Conselho é registrado juridicamente?
- Os membros do Conselho participaram de algum curso de capacitação? Onde?
- Principais atribuições do Conselho.
- O Conselho convoca as assembléias-gerais? Com que periodicidade?
- Mudanças ocorridas na escola desde a implantação do Conselho Escolar.
- O projeto político pedagógico da escola. O envolvimento do Conselho Escolar em sua confecção.
- O Conselho se envolve em questões relativas aos estudantes? Quais?
- E questões financeiras? Quais são as suas responsabilidades?
- Quando há um problema, em relação às normas da escola ou sobre seu funcionamento, o Conselho se envolve? Como?
- As soluções definidas em Conselho, são acatadas pela direção das escolas?
- O Conselho fiscaliza as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras? Como?
- Existe algum intercâmbio com os demais Conselhos Escolares da Rede Escolar?

ANEXO A – Atribuições do NACE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
Núcleo de Apoio aos Conselhos Escolares

INTRODUÇÃO

O NACE desenvolve ações, objetivando a estruturação, fundação, funcionamento, acompanhamento, orientações e atendimento em geral aos Conselhos Escolares da rede municipal de ensino.

O Conselho Escolar é entendido como parte integrante do processo de gestão democrática, sendo desenvolvido de modo coletivo. É composto por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da unidade escolar.

Estamos a frente de um desafio que exige mudanças permanentes. Este é o compromisso que deve ser firmado por todos, principalmente por aqueles que acreditam, que somente numa comunidade motivada, bem informada e inserida no contexto escolar será possível viabilizar uma gestão democrática prosseguindo para atuação do coletivo na transformação social.

A gestão democrática implica na efetivação de novos processos de organização e, baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão.

Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

ATRIBUIÇÕES DO NACE

I - Promover a gestão participativa dos diferentes segmentos da comunidade no planejamento, acompanhamento e avaliação da proposta educacional da Unidade Escolar;

II - Participar dos processos decisórios e das ações coletivas e integradoras da Equipe Diretiva da Unidade Escolar (art 9º do Regimento Escolar);

III - Orientar, coordenar, supervisionar e deferir a elaboração dos Planos de Aplicação dos Recursos e a aplicação das verbas destinadas à

XIV - Providenciar a atualização dos compromissos fiscais pertinentes às Unidades Executoras (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF / Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ / Relação Anual de Informações Sociais - RAIS), além daqueles que venham a substituí-los ou a eles serem acrescentados;

XV - Cadastrar, elaborar e manter em arquivo os programas necessários à disposição do FNDE, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público;

XVI - Secretariar os presidentes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e providenciar as documentações solicitadas de competência da Secretaria Municipal de Educação;

XVII - Executar outras atribuições afins.

METAS PARA 2009

- Eleição geral e fundação dos Conselhos Escolares para o novo biênio;
- propor e coordenar a SEMANA DO CONSELHO ESCOLAR, a fim de promover o fortalecimento dos Conselhos Escolares nas UES;
- participar das reuniões bimestrais dos Conselhos Escolares em suas unidades;
- promover reuniões do NACE com os Conselhos Escolares a fim de ampliar e valorizar a participação dos membros eleitos;
- promover relações de cooperação e intercâmbio entre os Conselhos Escolares;

Unidade Escolar, pertinentes aos programas: PDDE, PDE Escola, ProInfo, Escola Aberta, Conselhos Escolares, Acessibilidade, Mais Educação e Escola Ativa;

IV - Participar das reuniões, decisões e ações dos Conselhos instituídos das Unidades Escolares, de acordo com a legislação;

V - Orientar os gestores quanto à organização das etapas necessárias à criação e fundação do órgão gestor participativo;

VI - Encaminhar os processos e expedientes referentes as orientações emitidas pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação / Conselho Deliberativo (FNDE) quanto a utilização dos recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), encaminhando através do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro com o saldo a ser reprogramado de cada unidade executora;

VII - Supervisionar, analisar e auditar o processo de utilização dos recursos e as prestações de contas das Unidades Escolares;

VIII - Manter em dia a escrituração dos encaminhamentos, relatórios, notificações, emitidos pelo órgão gestor do Ministério da Educação, assim como das Unidades Executoras;

IX - Encaminhar os documentos dos Conselhos Escolares (ata de posse e estatuto) para registro em cartório;

X - Providenciar o cadastramento dos Conselhos Escolares no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

XI - Acompanhar toda e qualquer alteração nos quadros dos Conselhos Escolares, atualizando as alterações junto à Receita Federal e bancos;

XII - Cadastrar e recadastrar os Conselhos Escolares (UEX - Unidade Executora) nos programas oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

XIII - Determinar a abertura, o encerramento, a reabertura e o desdobramento das contas, tendo em vista sua necessidade e a facilidade de análise e classificação;

- inserir as reuniões bimestrais dos Conselhos Escolares no Calendário Escolar oficial da SME;
- adaptar o Plano de Aplicação dos Recursos do PDDE aos moldes do Plano de Aplicação Financeira do PDE.
- valorizar os membros dos Conselhos Escolares, em especial os alunos e pais eleitos, através da participação dos mesmos em eventos e reuniões da unidade escolar, como também da Secretaria Municipal de Educação (inaugurações, palestras, encontros, seminários etc).
- ser multiplicador junto aos Conselhos Escolares do **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, oferecido pelo Ministério da Educação, que tem como principal objetivo desenvolver ações de fomento à implantação e ao fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas da educação básica.

ANEXO B – Resolução Nº 2813/95



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 GABINETE DO PREFEITO

D E C R E T O N.º 2.813 , DE 25 DE OUTUBRO DE 1995.

EMENTA: Cria Conselhos Escolares em todas as Unidades de Ensino mantidas pela Prefeitura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais e,

considerando as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação visando a estimular a participação da comunidade escolar na vida da Unidade Escolar, tendo como perspectiva a qualidade do processo educativo;

considerando a necessidade de contribuir para a integração da comunidade escolar através de um instrumento que viabilize a dinâmica da sua participação;

considerando, finalmente, a importância da criação nas Unidades Escolares de um fórum permanente de reflexões, de debates e de soluções sobre a prática da ação educativa em suas dimensões pedagógicas e administrativas,

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica criado, no âmbito de cada Unidade de Ensino mantida pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, um Conselho Escolar (C.E.), com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Art. 2.º - Fica delegada competência à Secretaria Municipal de Educação para estabelecer atos, operacionalizando os Conselhos Escolares ora criados.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 25 de outubro de 1995.

B.O. N.º 1266, de 30/10/95.

M. Rodrigues do Carmo
 DR. MOACYR RODRIGUES DO CARMO
 Prefeito Municipal

ANEXO C – Cartilha do Conselho Escolar - SME



<p>NACE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AOS CONSELHOS ESCOLARES</p>		CARTILHA DO CONSELHO ESCOLAR
<p>Índice</p>		
1 – Reflexão	02	
2 – O que é o Conselho Escolar	03	
2.1 – Implantação	03	
2.2 – Finalidade	03	
2.3 – Composição	03	
2.4 – Compromissos Legais	05	
3 – O papel do Conselho Escolar	05	
3.1 – A questão da participação da comunidade	06	
4 – Programa “Dinheiro Direto na Escola”	07	
4.1 – O valor recebido por cada escola	08	
5 – Utilização dos Recursos	08	
5.1 – Plano de Ação	08	
6 – Considerações Finais	10	
7 – Dúvidas Frequentes	11	
8 – Bibliografia	14	



REFLEXÃO

“É preciso não esquecer nunca o preceito básico de que somente numa sociedade verdadeiramente democrática será possível o florescimento de uma escola democrática e popular, que satisfaça a todas as legítimas aspirações do povo e de seus professores e educadores.”

Paschoal Leme

2 - O QUE É O CONSELHO ESCOLAR

2.1 – Implantação

Os Conselhos Escolares da rede de ensino de Duque de Caxias foram criados através do Decreto de nº 2.813 de 25/10/95 e regulamentado pela Resolução nº 01/1996 - SME, com alterações em sua organização (criação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal – Resolução nº 02/98 - SME).

2.2 – Finalidade

O Conselho Escolar é entendido como parte integrante do processo de gestão democrática, sendo desenvolvido de modo coletivo com caráter elaborativo, deliberativo, de acompanhamento e avaliação do planejamento e funcionamento das Unidades Escolares.

2.3 - Composição

De acordo com o Estatuto da rede municipal de ensino de Duque de Caxias, o Conselho Escolar, presidido pelo diretor da escola, terá um total de 10 (dez) ou de 20 componentes eleitos¹, fixados de acordo com o número de turmas de cada estabelecimento de ensino.

¹ Há casos na rede de ensino de Conselhos Escolares com número de componentes inferior a 10 membros eleitos. Estas escolas não possuem quantitativo de funcionários efetivos suficiente para compor o Conselho Escolar.



O mesmo Estatuto estabelece que os membros devem ser escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo obedecendo a seguinte distribuição²:

membro nato	
40% de pais ou responsáveis de alunos	50% de usuários
10% de alunos	
30% de professores regentes, equipe técnico administrativa, responsável pela sala de leitura e demais professores em exercício na U.E.	50% de servidores
10% da Equipe técnico pedagógica	
10% dos demais Profissionais da Educação	

É importante ressaltar que os representantes dos alunos terão sempre direito a voz e a voto, salvo nos assuntos que, por força legal, não se apresentarem no gozo da capacidade civil.

² As creches têm a composição de 50% de pais ou responsáveis de alunos, 25% de Profissionais da Educação e 25% da Equipe técnico-pedagógica e administrativa.

2.4 – Compromissos Legais

O Conselho Escolar sendo uma UEx. (Unidade Executora), é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Possui compromissos anuais³ como:

- a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ);
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

3 - O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar tem por finalidade estimular a participação da Comunidade Escolar⁴ na vida da escola; promovendo ações coletivas que visem a construção e o acompanhamento do Plano Geral, de acordo com as diretrizes fixadas pela S.M.E., avaliando seu desempenho e propondo alternativas e soluções aos problemas detectados nas reuniões ordinárias ou extraordinárias. Cabe aos membros do C.E., promover reuniões com os segmentos dos quais eles representam de acordo com um organograma previamente aprovado pelo próprio Conselho.

³ Lembramos que o não cumprimento dessas obrigações implica em responsabilidade da UEx.

⁴ Por comunidade escolar entende-se o agrupamento constituído, além de outros, por alunos e respectivos responsáveis, professores, diretores, servidores da escola, voluntários, etc., irmanados pelo propósito de construir e tornar a unidade de ensino uma organização que propicie ensino de qualidade aqueles que demandam seus serviços.



3.1 - A Questão da Participação da Comunidade

*"(...) é preciso estimular, de fato, o envolvimento e a participação democrática e efetiva da comunidade e dos pais nas diferentes instâncias do sistema educativo e, especialmente, criar mecanismos que forneçam o seu envolvimento no projeto educativo das escolas."*⁵

Não há como falar de Conselho Escolar sem atrelá-lo à questão da participação efetiva da comunidade na escola. Porém, para que ela se efetive é importante que estejamos convencidos da relevância e da necessidade dessa participação.

Participar não é somente colaborar nos trabalhos da escola; é opinar, é dar sugestões, é decidir o que é melhor para a escola. O Conselho Escolar é a via mais importante nesse processo. Como dito anteriormente, a finalidade do Conselho Escolar é de promover a participação da comunidade escolar no cotidiano da escola.

⁵ PCNs, 5ª a 8ª séries, Introdução, p.87.

4 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

O PDDE é um programa federal implantado, desde 1995, pelo Ministério da Educação (MEC) e executado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Sua concepção baseou-se no princípio da descentralização da execução dos recursos federais destinados à educação fundamental e no reforço ao exercício da cidadania, reconhecendo que "o cidadão será tanto mais cidadão quanto menos for espectador e maior for seu compromisso com o bem comum ou com o interesse público".

É direcionado às redes estaduais, distritais e municipais do ensino fundamental, bem como sem fins lucrativos, tendo como objetivo contribuir com a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica da escola, mediante a provisão direta de recursos financeiros, para assegurar as condições indispensáveis ao seu bom funcionamento, reforçando-lhe, inclusive, a participação social e a autogestão escolar e, por conseguinte, concorrer para a promoção da "escola ideal" que ofereça ensino fundamental de qualidade, com vistas à elevação da equidade de oferta de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania⁶.

⁶ PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, informativo nº 1/2003.

4.1 - O Valor Recebido por cada Escola

O valor devido por cada escola beneficiada é transferido, anualmente, em uma única parcela, de acordo com a tabela progressiva definida em ato normativo do Conselho Deliberativo do FNDE, em função do número de alunos matriculados na escola, conforme o censo escolar do ano anterior, observando-se, ainda, que o cálculo da parcela a ser transferida baseia-se, também, no princípio redistributivo dos recursos disponíveis, visando concorrer para a redução dos desníveis e desigualdades sócio-educacionais existentes entre as regiões brasileiras. Os recursos são transferidos nas categorias econômicas de custeio e de capital (para as escolas com matrícula acima de 99 alunos) e apenas na categoria de custeio (para as escolas com mais de 20 e menos de 100 alunos matriculados).

5 - UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 - Plano de Ação

A UEx. deverá reunir o Conselho Escolar com a finalidade de decidir sobre a utilização dos recursos. Uma vez definidas as prioridades deverá ser feita pesquisa de preços – pelo menos três propostas – com o objetivo de garantir para a escola bens e serviços de qualidade, pelo menor preço.

Lembramos que todo o procedimento acima deverá ser registrado em ata anexando as propostas de preço⁷. O dinheiro pode ser utilizado, respeitadas as categorias econômicas de custeio e de capital, nas seguintes finalidades: aquisição de material permanente, manutenção, adaptação, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, avaliação de aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais.

a) RECURSOS DE CUSTEIO

São aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e à contratação de serviços para a realização de atividades de manutenção, necessários ao regular funcionamento da escola.

Exemplos: aquisição de papel, cartolina, material de limpeza, giz, tinta de parede, fita de vídeo virgem, material para manutenção e reparo das instalações elétrica, hidráulica, sanitária (fios, tomadas, interruptores, canos, conexões, etc.

Contratação de serviços para realização de pintura do prédio, reparos das instalações elétrica, hidráulica, sanitária, reparo de equipamentos, etc., desde que não sejam contratados, para os fins aqui especificados, servidores das administrações públicas municipal, distrital ou federal.

⁷ Uma cópia desta documentação deverá ser encaminhada ao NACE.

b) RECURSOS DE CAPITAL

São aqueles destinados a cobrir despesas com aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial.

Exemplos: aquisição de bebedouro, fogão, armário, ventilador, equipamento de informática, retroprojeto, projetor de slide, geladeira, mimeógrafo, etc.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização dos recursos deve decorrer de decisões democráticas, oriundas de reuniões realizadas pela comunidade escolar para eleger as prioridades sobre o emprego do dinheiro. A adoção desta prática propicia o exercício da cidadania, o controle social, a transparência, a racionalidade, a criatividade e o zelo com a qualidade dos bens adquiridos e dos serviços contratados e com os resultados do emprego dos recursos.

O Conselho Escolar é o espaço de construção do projeto da escola, valorizando as experiências vividas, os interesses da comunidade escolar, num processo contínuo de prática e reflexão, superando suas falhas, aperfeiçoando aspectos positivos e elaborando novas propostas para os problemas que persistem.

7 - DÚVIDAS FREQUENTES**1) A escola tem que utilizar todo o recurso do exercício? E se não utilizar, tem que devolver o dinheiro?**

A escola pode utilizar todo o dinheiro no exercício em que foi creditado ou pode programar seu uso (no todo ou em parte) para o exercício seguinte, sem a preocupação de ter que devolvê-lo ao FNDE, desde que se mantenha ativa no ano seguinte.

Cabe ressaltar que o objetivo do repasse não é a acumulação financeira nas contas bancárias das UEx. e sim o seu emprego no atendimento das necessidades das escolas, fato motivador da criação e manutenção do PDDE. A reprogramação dos saldos deve respeitar a racionalidade do planejamento escolar ou ser resultante de eventualidades que impossibilite seu uso no exercício correspondente ao do repasse.

2) O que fazer com os saldos existentes em 31 de dezembro?

Os recursos transferidos pelo FNDE, à conta do PDDE, que não forem utilizados até 31 de dezembro – os saldos disponíveis – deverão ser reprogramados para o exercício seguinte, observada a categoria econômica dos recursos (custeio e capital).

3) Qual o prazo para as escolas que possuem UEx. encaminharem a prestação de contas à SME?

A escola que dispõe de UEx. terá que, no dia 31 de dezembro identificar saldo a ser reprogramado e as despesas que forem realizadas, objetivando o preenchimento dos Anexos III e IV. O processo de prestação de contas deverá ser encaminhado ao NACE/SME no prazo estipulado por este setor.

4) Se o dinheiro repassado do PDDE não for suficiente para adquirir determinado bem ou contratar certo serviço priorizado pela escola é possível a UEx. complementar o valor que falta com recursos próprios? Como proceder na emissão da nota fiscal e na elaboração da prestação de contas?

Sim. Quanto à nota fiscal e à prestação de contas a UEx. deve proceder da seguinte forma:

- na nota fiscal deverá constar o nome da Unidade Executora, o valor total do bem adquirido ou do serviço contratado, destacando o quanto foi pago com o recurso do PDDE;
- nos formulários de prestação de contas (Anexo III e IV) deverá(ão) ser lançado(s) apenas o(s) valor(es) pago(s) com recursos do PDDE.

5) Pode ser descontada a CPMF dos recursos do PDDE? E os demais tributos? E as tarifas bancárias?

Sim. A CPMF pode ser paga com os recursos do PDDE, assim como os demais tributos federais, estaduais e municipais, de conformidade com o que determina a legislação específica. Quanto às tarifas bancárias, faz parte do acordo firmado entre o FNDE e os bancos conveniados a oferta gratuita:

- dos serviços de manutenção da conta bancária do PDDE;
- de um talão de cheque por mês;
- de um extrato bancário por semana.

6) Podem ser movimentados na conta bancária da UEx. aberta pelo FNDE para receber o dinheiro do PDDE, outros recursos da escola?

Não. A conta bancária da UEx. aberta pelo FNDE é para movimentação exclusiva dos recursos do PDDE.

8 - BIBLIOGRAFIA

LDB (Lei de Diretrizes e Bases), 1996.
 PCNs, 5ª a 8ª séries, Introdução, p.87.
 PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, informativo nº 1/2003.

José Camilo Zito dos Santos Filho
 Prefeito

Roseli Duarte Torres

Roberta Barreto de Oliveira

Secretária Municipal de Educação

Isabel Cristina Pinto de Paula

Subsecretária Municipal de Educação

Antonio Carlos de Almeida

Antonio Carlos de Almeida

Diretor do Departamento de Planejamento e Controle

Roseli Duarte Torres

Diretora do Departamento Geral de Educação

Rachel Barreto de Oliveira

Coordenadora de Recursos Educacionais

Dilma Paes Fernandes

Elia Regina Lopes Pedroso

Chefe do Núcleo de Atendimento aos
 Conselhos Escolares

Implementação

Alvanete Lima Girardi

Dilma Paes Fernandes

Lolita Tolomei

Administrativo

Claudia Regina Pereira Lopes

Maria Augusta Esquerdo dos Santos

ANEXO D – Entrevista: Secretaria Municipal de Educação – Duque de Caxias**Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares (NACE)**

Secretaria Municipal de Educação

27/07/2010

Ao chegar à SME, aguardei a Profa. Dilma, Diretora do NACE. Quando ela chegou informou-me que não poderia atender-me mas havia uma professora que a substituiria a contento. O motivo foi uma chamada para uma reunião extraordinária em outro setor.

Entrevistadas: Profa. Lúcia
Bruna

Entrevistador:

Como a Secretaria ficou sabendo do PNFCE?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Na verdade, isso foi uma exigência do Governo Federal por conta dos recursos, conforme eu já havia falado pra você (em conversa informal enquanto aguardava o início da entrevista – grifo do **Entrevistador**). Isso está até na LDB, a formação dos Conselhos nos Municípios.

Assim que uma escola começa a receber recursos, torna uma necessidade, digamos assim, de uma organização e de uma fiscalização de como estes recursos estão sendo utilizados dentro da escola. Então, a princípio, esse foi o ponto inicial para a formação dos Conselhos Escolares.

Entrevistador:

Quais foram os motivos que atraíram essa Secretaria a participar do PNFCE?

Comentários do Entrevistador: Uma coisa é a exigência do Conselho e o Programa tem um outro sentido mas distinto. Então já existiam os Conselhos e depois a Secretaria fez a adesão ao Programa do MEC, não é? O que foi que motivou esse ingresso?

Entrevistado

Isso! Para entrar em acordo com a legislação maior, né!, do governo federal e estar caminhando junto.

Bruna: E os benefícios também, que iria trazer para os alunos do município.

Profa. Lúcia: Exatamente

Entrevistador:

Quais são esses benefícios?

Entrevistado

Bruna

Os benefícios são, no caso do MAIS EDUCAÇÃO, ele proporciona um horário maior nas escolas, entendeu? Então o que acontece? Para os alunos e para os pais é um

benefício porque a criança permanece por mais tempo na escola, tem alimentação, eles fazem vários tipos de, como se diz ... tem judô, atividades extracurriculares para manter a criança em horário integral, então é um benefício pra eles.

Entrevistador:

Este é um dos Programas?

Entrevistado

Bruna: É.

Profa. Lúcia: Nós temos o PDDE; o PDDE dá uma infraestrutura maior para a escola. Os recursos do PDDE, a escola pode estar utilizando pra várias ações para melhorar equipamentos na escola e para melhorar, de uma forma geral, a parte física da escola

Entrevistador:

Todas as escolas participam do PDDE?

Entrevistado

Profa. Lúcia

O PDDE funciona em todas as escolas. Os outros Programas é que são específicos para algumas escolas porque são de acordo com o Ideb (o índice de desenvolvimento da educação).

Tem o PDE, que agora nos estamos com 71 escolas; o PDE já é mais pedagógico. Então as ações são diretamente ligadas ao pedagógico. Aí já foge aquela parte de infraestrutura, de prédios; é mais utilizado para melhorar o ensino-aprendizagem, a formação de professores. Materiais pedagógicos que possam estar melhorando a condição de ensino, do aprendizado do aluno e as condições de trabalho do professor

Entrevistador:

Foi necessária alguma mudança na estrutura da Secretaria para fazer essa adesão ao Programa?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Mudança, mudança! Não!

Só foi formado o NACE, que é o núcleo de atendimento, para estar orientando, para estar ajudando na formação destes Conselhos nas Unidades Escolares.

Entrevistador:

E como é o trabalho da Secretaria junto ao MEC? Junto à Secretaria de Educação Básica, no MEC, em que a coordenação do Programa é com o Sr. José Júnior. Ainda é ele?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Eu não sei informar. O contato direto é com a Dilma. É ela que está na chefia do NACE. Ela é que faz a interlocução direta com Brasília, em relação aos Programas.

Entrevistador:

Então, eu volto depois para falar com ela.

Entrevistador:

Quais são os trâmites entre o NACE e a Secretaria? Vocês (Lúcia e Bruna) não tem contato mas conhecem os trâmites burocráticos que tem entre o MEC e o NACE, em função do Programa?

Entrevistado

Profa. Lúcia:

Eu não sei lhe informar, quem pode lhe informar melhor é a Dilma.

Bruna:

Muitos assuntos referentes à Brasília e ao Programa é tratado com a chefia, porque a informação só pode ser passada para a chefia, entendeu?

Entrevistador:

Mas nada burocrático vocês não tem?

Entrevistado

Bruna:

Não, porque nós aqui no setor, a nossa função aqui é a correção e a fiscalização das prestações de conta. Porque as escolas prestam contas ao nosso setor e nós corrigimos essas prestações de conta, fiscalizamos o que foi comprado, se foi correto o que foi comprado.

Na verba recebida tem um valor que é pra custeio e outro para capital. Capital são bens duráveis e custeio é uma parte que é para manutenção da escola.

Entrevistador:

E isso pode ser escolhido de acordo com a demanda da escola?

Isso! No caso, a nossa função, é verificar se está sendo usado corretamente e fazer essa correção.

Entrevistador:

Vocês fazem essa verificação pessoalmente? Vão às escolas?

Entrevistado

Bruna:

Pessoalmente. Escolhemos, selecionamos algumas escolas para estar fazendo essa fiscalização. Para verificar se os produtos comprados com o Programa estão com a identificação do Programa porque eles colocam: “esse computador foi adquirido com a verba do PDDE, isso é contado, isso entra no inventário do município, de cada escola. Nós fazemos esta fiscalização.

Profa. Lúcia

Não só a fiscalização. A gente além de estar verificando essas prestações de conta e fazendo as amostragens de visitas às escolas, a gente também dá orientações de como montar essa prestação de conta. Às vezes, quando muda um diretor ou outro, a gente está orientando como montar a organização dessa prestação, orientando de quais são os materiais que podem ser comprados com os recursos de capital, com recursos de custeio. Existe assim uma ... o próprio governo determina assim: o que pode ser comprado com o recurso de capital e o que pode ser comprado com recurso de custeio.

Entrevistador:

E essa orientação? Ela acaba sendo individual ou tem algum treinamento por equipes?

Entrevistado

Porfa. Lúcia

A gente faz de uma forma geral, nas reuniões de diretores, dá algumas orientações e atendimento particulares. De acordo com a necessidade de orientar e de o diretor ter alguma dúvida, de precisar de alguma orientação por parte do NACE, a gente faz a orientação.

Entrevistador:

Quais são as condições que caracterizam o processo de implantação dos Conselhos na Rede?

Vocês hoje tem todas as escolas com Conselhos, não é?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Na verdade, a condição é a escola estar sendo beneficiada por algum recurso. Essa é uma necessidade.

Entrevistador:

Quais os aspectos facilitadores e dificultadores que ocorreram no processo de implantação dos Conselhos Escolares?

Entrevistado

Profa Lúcia

Isso eu já não posso responder. A profa. Dilma está mas à par disso!

Entrevistador:

Como a Secretaria se organizou para estabelecer o PNFCE nas escolas?

Esses Cadernos, as escolas receberam?

Entrevistado

Receberam uma Cartilha com orientações, com dúvidas mais comuns. São orientações básicas, prontas e de acordo com o número de turmas. A cartilha fala da implantação, finalidades ... é ... o conselho escolar, ele tem que ser de forma paritária. O que é isso? 50%, comunidade, 50% governo. O governo é representado por quem? Professores, diretor, equipe técnico-pedagógico e comunidade, pais e alunos; 50% pais e alunos e 50%, governo

Entrevistador:

E qual é a quantidade de membros do Conselho?

Entrevistado

Isso é mais específico. Acima de 10 turmas, são 20%. Desculpa! Até 20 turmas, são ... me perdi.

São 10 membros , até 20 turmas e acima de 20 turmas, são 20 membros, o conselho. Sendo é dividido de acordo com o percentual de cada um. No caso, o responsável, são 40% com mais 10% de alunos, equivale os 50%. Professores e equipe técnico-pedagógica, sala de leitura, professor de sala de leitura e demais professores, 30%. A equipe-pedagógica são os Orientadores Educacionais e Pedagógicos – mais 10% e Equipe de Apoio – 10%; esses sendo de matrícula né.

Entrevistador:

Quantas escolas compõem a Rede?

Entrevistado

Prof. Lúcia

168 ...186

Entrevistador:

Em quantas já foram implantados os Conselhos?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Em todas as escolas, inclusive nas creches.

Entrevistador:

Como é realizado o acompanhamento, parte dessa Secretaria, à essas escolas?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Como eu já havia dito à você... a gente faz uma amostragem porque a gente não tem “pernas” para visitar todas as escolas mensalmente. A gente faz uma amostragem. Na medida do possível, a gente ta visitando essas escolas. Inclusive, a gente fez ... (eu joguei fora ontem)... um calendário, nós temos um ..., nós solicitamos as escolas que mandassem pra gente um Calendário Anual das Reuniões dos Conselhos; elas são bimestrais. Então, na medida do possível, no dia da reunião do conselho, a gente procura ir à escola. A gente não avisa pra escola.. “Oh amanhã a gente vai aí!”. Tem reunião do Conselho, a gente vai, a gente vai de surpresa porque é uma forma da gente estar acompanhando se estes Conselhos realmente estão se reunindo. Se eles estão discutindo o que é necessário para a escola, o que é melhor pra escola, o que é componente para o fortalecimento dessa unidade escolar

Entrevistador:

A pergunta nº 2 eu não vou fazer porque não mais escola sem Conselho na Rede. E se houvesse eu iria queria saber qual seria a ação da Secretaria em função de constituir isso.

Entrevistado

Profa. Lúcia

É.

Entrevistador:

Como se dá a participação da Secretaria no processo de capacitação sobre o Programa em Brasília, junto ao MEC? Eu acho que vai ficar por conta da Profa Dilma, não é?

Entrevistado

Profa. Lúcia

É.

Entrevistador:

Como a Rede oferece a capacitação junto às escolas?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Geralmente, como eu falei pra você, né! Geralmente nas reuniões com diretores ou em algumas reuniões que a gente convoca dos membros do Conselho, o Presidente mais um membro do Conselho, para estar articulando, para estar orientando sobre as ações que estão sendo desenvolvidas, para passar novas demandas que apareçam

Entrevistador:

Como foi a participação da comunidade escolar no processo inicial de implantação dos Conselhos?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Olha, a gente sente isso até hoje. É muito difícil chamar a comunidade pra dentro da escola; chamar os pais para estarem participando. Às vezes, se marca uma reunião do Conselho e aquele pai que é representante, às vezes, não está disponível. Essa é uma dificuldade, da comunidade está sendo representada dentro da escola mas é uma luta que está sendo travada e que a gente vai conseguir fazer com que toda essa comunidade esteja representada.

Entrevistador:

Vocês tem alguma iniciativa, a mais, para isso? Para tentar mobilizar a comunidade?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Bem, na verdade, acho que quem faz isso é o diretor da escola porque ele está ali no dia-a-dia, ele está na convivência com esses responsáveis, não é! Então aqueles responsáveis que são mais próximos e que estão sempre ali na escola, que vão sempre buscar o aluno ou que estão sempre assistindo às reuniões de pais e mestres. Então estes são mais sensibilizados, são mais cativados a estarem participando desses Conselhos.

Entrevistador:

A partir dessas reuniões, que vocês fazem, não periódica mas aleatoriamente, vocês percebem que hoje há um crescimento do envolvimento da comunidade ou não.

Entrevistado

Profa. Lúcia

Com certeza! Com certeza!

Entrevistador:

Há uma melhora lenta ou gradual?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Gradual. Bem progressiva mesmo.

Entrevistador:

Ainda não o que se queria, mas já se sente como um avanço?

Entrevistado

Profa. Lúcia

É.

Entrevistador:

Há um balanço atual, dessa participação nas escolas? Tem algum dado concreto, a partir de relatório?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Não. Em toda reunião de Conselho, a gente pede ao diretor que faça uma cópia e traga pra gente.

Entrevistador:

O registro da Ata?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Da Ata!

Toda reunião é registrada em ata. Tudo o que foi conversado, tudo o que foi decidido pelo Conselho, né! Em relação aos recursos, em relação à alguma necessidade que a escola venha apresentar ao que vai ser feito com aquele recurso. Se há uma necessidade quais são as necessidades é porque necessidades as escolas sempre têm, né! Então, a gente tem que determinar o que é prioritário, o que é melhor.

Isso tudo é registrado em ata e é enviado pra nós para que a gente possa estar acompanhando isso aí.

Entrevistador:

As escolas estabelecem seus regimentos em relação à criação do Conselho ou a Secretaria unificou uma orientação para que fosse distribuída em todas as escolas? Em termos de regimento. Como é que ela vai estabelecer que o Conselho seja criado. Há uma orientação da Secretária?

Entrevistado

Profa Lúcia

Foi feita uma Cartilha. Tem o Estatuto também. O Estatuto do Conselho e as orientações na Cartilha.

Entrevistador:

Isso a Secretaria preparou! Foi preparado somente pela Secretaria e passado ou houve participação também dos diretores das unidades escolares.

Entrevistado

Profa. Lúcia

Isso eu não posso te orientar. Se essa cartilha foi elaborada junto com as comunidades escolares, com os representantes, que são os diretores, ou se foi determinado pela Secretaria. Seria bom você ver isso com a Dilma também.

Entrevistador:

Se eu perder aqui, eu pego como orientação

Entrevistado

Aí como nós fizemos

Entrevistador:

Escola Aberta!

Entrevistado

Prof. Lúcia

Isso!

São três pessoas que ficaram responsáveis pelo PDE.

O PDE como é mais pedagógico, a gente tem que estar tendo aquela preocupação de tá verificando se o diretor, se o Conselho não determinou alguma ação que fugisse ao pedagógico. A gente tem uma preocupação um pouco maior. Aí ficou eu, Lúcia né, a Adriana e o José. Nós somos responsáveis pelos PDE's das Escolas

Entrevistador:

Depois, na análise, não sai o nome mas eu coloco só para me situar.

Entrevistado

Profa Lúcia

O Mais Escola, são três pessoas também; a Alciléa, a Tânia e a Beth.

O PDDE, é a Bruna. Quem mais Bruna?

Bruna:

Eu, Fabrício e Denise

Profa Lúcia

E Grazi está com?

Bruna: Escola Aberta

Profa. Lúcia

Escola Aberta!

Entrevistador:

Então é a Bruna, Fabrício e ...

Entrevistado

Profa. Lúcia

E Denise, que não está aqui hoje!

Entrevistador:

Qual é o nome dela?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Bruna

Entrevistador:

Então são três também?

Entrevistado

Profa. Lúcia

Isso! E o "Escola Aberta" está com a Grazi; Graziela.

Entrevistador:

Então vocês trabalham basicamente nesta questão de avaliar a prestação de contas das escolas, em relação a estes programas?

Entrevistado

Profa. Lúcia
Isso!

Entrevistador:

Vocês fazem esse vínculo e fazem a prestação de contas junto ao governo federal.

Entrevistado

Profa. Lúcia

Depois de corrigir cada prestação de contas, agente verifica o saldo que está nas contas; o que foi gasto e o que não foi utilizado. E o que foi utilizado e o que sobrou, né! É, e manda essa planilha para o governo federal. A gente faz um planilhão com todas as escolas, com cada recurso que foi utilizado, o que restou em conta corrente e manda de volta ao governo federal.

E essas prestações ficam, uma cópia conosco e uma cópia na escola, pra que quando, se houver uma fiscalização do governo federal, a direção da escola ta com aquele documento, que é um documento né, e com aquele documento pra ta apresentando a quem for de direito. E a mesma coisa aqui. Se chegar alguma fiscalização do governo federal, nós temos a prestação de conta pra mostrar, pra ta apresentando.

Nesse momento a Professora Dilma que estava em reunião, chegou e integrou-se à entrevista.

Tentei resgatar as questões não respondidas pela Profa Lúcia.

Entrevistador:

Eu vou me lembrando aqui ..

Primeiro, assim

Quando foi a junção do Programa, quando a secretaria aderiu ao Programa junto ao MEC, foi necessário fazer alguma mudança na secretaria para se ajustar à execução do programa?

Entrevistado

Profa. Dilma

Inicialmente, teve aquele discussão em cima do Plano Decenal de Educação.

Entrevistador:

Isso em que ano?

Entrevistado

Profa. Dilma

Em 90 e ... eu tava afastada do NACE, eu voltei aqui mas foi lá por 97, por aí.

Profa Lúcia

Foi na a partir da LDB de 96, após isso!

Profa. Dilma

Aí se formou comissões, né! Se formaram várias comissões. Com profissionais de escola né! Tinha representante de professores e ficou uma discussão assim: durante meses, tipo o PME, discute nas comunidades depois vieram as **ideias**. Já tinha saído o decreto. Primeiro saiu o decreto do prefeito, em cima da LDB.

Entrevistador:

Foi esse decreto, 2.800 e

Entrevistado

Profa. Dilma

É. Primeiro veio o decreto. E depois veio para a secretaria formalizar isso, em resolução, como o Conselho funcionaria?

Entrevistador:

Então já tem uma estrutura? O Conselho vai funcionar segundo uma estrutura já pré-determinada?

Entrevistado

Profa. Dilma

Não, não foi determinada.

Tinha que montar. Aí que teve que formar várias comissões, dentro da Secretaria de Educação, professores representantes de escola, né!

E aí foi uma discussão. Muitas discussões durante meses.

Eu até já estava aqui nesse período, por isso que essa história eu sei de cor.

Aí se discutiu, se discutiu. Tinha prazos né! A se cumprir. Então, as comunidades, as comunidades escolar mesmo, cada um fez as suas colocações e depois foi feita uma síntese, aí saiu a resolução em cima de toda essa discussão.

Entrevistador:

Eu tenho anotado aqui ... uma, duas, três resoluções.

Entrevistado

Profa. Dilma

Olha, só por essa data aqui. Então não foi em 98, olha!

Se a primeira, ó! Aqui saiu .. decreto, foi de 95 pra 96. Foi no mês 10. Ó, acabou, acabou, quando chegou esse decreto aqui já começaram as discussões, aí em cima das discussões que foi feita com a participação de toda a comunidade escolar.

Eu até me lembro, era Pilares, escola da Sara (Ah! Não fica me fotografando não porque eu tenho exclusividade com a Globo e eu não tenho dinheiro para pagar multa - risos), então tem várias escolas eu me lembro que tinha aqui representante a profa. Luciana, tinha um grupo bom!

Aí a resolução caiu com tudo o que se tinha discutido. Eu estou aqui há praticamente uma semana então estou ainda compreendendo os arquivos.

Entrevistador:

Eu liguei para o setor ..

Entrevistado

Profa. Dilma

Aqui tem o decreto, aqui ó!

Entrevistador:

Ah, se tivesse como eu iria lhe pedir uma cópia.

Entrevistado

Profa. Dilma

Não, esse não é o tal.

Em cima dessa discussão aqui, teve um prazo para as escolas, em cima do que estava determinado na resolução. Cada uma faz seu estatuto.

Aí foi mais um período de demora, para conseguir isso, o estatuto da escola.

Entrevistador:

Nesse período, esse Programa, de Brasília já

Entrevistado

Profa. Dilma

Não. Se você vê, o nosso primeiro estatuto nem existia, o conselho tal, deliberativo.

Entrevistador:

É esse Programa existe desde 2004 e eles devem ter feito a discussão anterior, não é?

Foi a partir da comunicação do primeiro caderno.

Entrevistado

Profa. Dilma

É.

Pega o nosso primeiro estatuto aqui! Pega, Bruninha, pra mim!

O estatuto de escola! É, de uma escola mais antiga. Pode ser do 1º distrito.

O nosso primeiro estatuto, se baseava simplesmente na parte de gestão, participação da família na escola, dos pais. Não tinha Conselho Fiscal, não tinha Conselho Deliberativo, não tinha Diretoria e Tesoureiro, nada! Era bem de gestão mesmo!

Aí depois que vem. Essa daqui é até uma história. Se você pegar aqui, aqui a gente tem a cópia.

Ó, esse Estatuto aqui, foi o 1º, deixa eu ver a data em que nós registramos. AH! achar a data aqui Maio de 97!

Então em 97 foi que saiu toda a documentação para tirar o CNPJ da Escola e fazer o Cadastro.

Você vê que não tinha, aqui nesse período não tinha recebimento de cota.

Em 2001, já veio a determinação que ia ter verba, tal tal, e que todos os Conselhos tinha que ter Conselho Fiscal

Bruna: Aqui tem uns estatutos mais antigos, tem uns aqui de 96

Profa. Dilma

É tem uns que fizeram primeiro, mas exatamente nesse período aqui, de 96 pra 97, que foi todo o movimento, que foi a partir da Resolução. Teve alguns que terminaram primeiro.

De 2001 aqui, você vê que já teve que mudar, fazer uma alteração montando Diretoria, Conselho Fiscal com os representantes, as representações todas que é o atual ali. Entendeu?

Então, foi assim: teve um momento, que foi em 96 e 97, entre 96 e 97 e a única preocupação era atender na parte de gestão democrática mesmo né!

Entrevistador:

Então, vocês tem, no total, quantos estatutos, mais ou menos? Uns três ou quatro, neste trajeto? Porque aqui tem dois, né. Tem o de noventa e ...

Entrevistado

Profa. Dilma

Não. Tem dois. Tem esses mais teve algumas alterações. Tivemos, acho que na realidade, três.

Entrevistador:

Três!

Entrevistado

Profa. Dilma

Exatamente.

Porque aí depois teve que fazer adaptações, de educação infantil.

Entrevistador:

Eu acho que o mais significativo é registro do 1º e ..

Entrevistado

Profa. Dilma

Que é o de 97, da gestão pedagógica

Entrevistador:

...e acho que eu poderia fazer a análise do 1º e do último, não é?

Entrevistado

Profa. Dilma

Como não tinha, naquele primeiro momento, que teria verba, a finalidade não era de dinheiro mesmo! Então não tinha Conselho Fiscal! .. Aquela parte toda de documento, aí teve que mudar e foi aqui nesse período, 2001, 2000 e alguma coisa, já teve que se preparar para receber as verbas.

Deixa eu ver mais o que eu estava procurando aqui ... aqui eu posso tirar as cópias, aqui ó. Aqui foi uma, em 2001, que altera .. não, isso aqui nada tem haver com Conselho.

FNDE.

Na verdade, os Conselhos não são uma conquista, são uma obrigação, uma determinação constitucional, porque já tem num artigo da Constituição e na LDB. Então foi determinado né porque senão não teria. Quer dizer, está caminhando ...

Entrevistador:

Então, tem uma perspectiva de promover a participação mas antes de tudo ele é uma unidade executora, não é? Porque é um exercício da verba pública e vem com um recorte, hoje, a partir disso, a participação dos pais e ... com um outro contorno, não é?

Entrevistado

Profa. Dilma

É! Unidade Executora.

A gente cobra isso demais, que os pais participem. A própria ... a própria resolução exige que se coloque, que se divulgue. A gente teve até uma vez, uma representante contratada pelo MEC. O MEC encomendou, quer dizer, a pessoa era da UNESCO. Acho que foi contatado para fazer a avaliação.

Então, ela não veio fazer avaliação de documento, de prestação de conta. Ela veio exatamente saber a participação das equipes, assim de pais. Então ela entrevistou

um pai. Ela entrevistou um pai de um Conselho e com muita calma. Umas duas horas ali conversando, para saber até que ponto ele sabia todas ações nas escolas. (acho que ela quis dizer todas ações na escola).

Entrevistador:

Foi uma escolha aleatória?

Entrevistado

Profa. Vilma

É. Já vêm tudo em resolução

Profa. Dilma

É. Teve uma escola que coincidentemente tava tendo uma reunião, então, escolheu. A maioria a gente ficou sabendo no dia anterior e pediu, porque tem que chegar lá e os pais não ficam na escola, que chamasse um pai do Conselho que ia ser **Entrevistado**. Mas ela conversou com um deles, depois com um professor e com o gestor. Foram três escolas. Nós começamos por volta de 9h e meia e acabamos quase 10 horas da noite. Sem nenhuma pressa. Ela conversou muito! Quer dizer, eles estão cobrando isso. Na própria prestação de contas tem que ter Ata da, de como vai ser, vão ser utilizados os recursos e tem que ter a assinatura do Conselho todo, a aprovação lá da aprovação das contas também, tem que ter o parecer fiscal e a aprovação do Conselho. Então, eles exigem essa participação. E tem que exigir mesmo, porque se não exigir não vai, né! Não vai dando esses passos

Entrevistador:

E cada escola tem uma especificidade, não é? Embora, assim, as verbas são muito ... assim ... cada programa delimita a utilização da verba.

E, às vezes, a escola tem uma necessidade, que talvez nesse entrelaçar de programas, nessa invasão de muitos programas, talvez nenhum deles contemple. Não sei se isso ocorre, né. E a partir dessa mobilização da escola, isso é possível, né! Ver enquanto há tempo, ó, a gente precisa desse detalhe aqui! Não daquele! Como é que a gente faz esse ajuste

Entrevistado

Isso é uma liberdade né, porque tem várias opções mas os programas são independentes e cada um tem o seu objetivo. Mas, eles não podem realmente fazer o que não está estabelecido pelo programa. Tem que estar ali, estabelecido!

Entrevistador:

E já ocorreu alguma colocação desse tipo, assim, da escola querer alguma coisa que nenhum desses programas oferecesse? Ou nunca chegou a

Entrevistado

Profa. Dilma

Não, porque o PDDE mesmo é assim, tem ...

Entrevistador:

Não é amarrado não!

Entrevistado

Profa. Dilma

Não é amarrado, não é um Programa específico. Então é um momento em que as escolas utilizam para ver as suas prioridades dentro do que se tem. Porque vem a verba de custeio e capital, então ... custeio é o consumo e capital é o material permanente, é o investimento.

Entrevistador:

Que eles podem escolher?

Entrevistado

Profa. Dilma

Eles podem escolher, lá! Decidir, o que é que é melhor!

Profa. Lúcia

Podem comprar uma televisão, um computador ..

Profa. Dilma

Aí eles escolhem lá ... um data show ... aí todo esse material é tombado para o patrimônio da escola. Vai pro livro tombo, o Conselho compra e repassa pra escola. Então entra no inventário da escola!

O Mais Educação já é específico, é esse horário integral, as atividades de letramento, matemática, atividades culturais, artísticas.

Entrevistador:

Essa é uma verba que eles recebem para a contratação de pessoal?

Entrevistado

Profa. Dilma

O material. O material. O material, desse Programa, tem que estar de acordo com o que está desenvolvendo. Se estiver desenvolvendo umas aulas de violão, então se justifica a compra de violão. Oficina de arte. Então que ta uma coisa ligada ao que está se acontecendo.

Entrevistador:

O montante da verba, a partir desses Programas, para cada escola, é determinado de acordo com o número de alunos da escola?

Entrevistado

Profa. Dilma

No último senso. Sempre em cima do último senso e as necessidades do Ideb também.

Entrevistador:

E aí tem uma tabela? Existe uma tabela por parte dos programas, que faz essa ...

Entrevistado

Profa Dilma

O PDE, é uma verba boa mas quem recebe?

É quem ta mal no Ideb.

Entrevistador:

Então, teóricamente, a escola não gostaria de ganhar o PDE?

Entrevistado

Profa Dilma

É! Eles ficam contentes de ganhar mas é um castigo.

Entrevistador:

É, porque ao mesmo tempo, o ideal seria não receber a verba! Porque o rendimento estaria bom.

Entrevistado

Profa Dilma

É! Não receber. Exatamente.

Então, são programas específicos. Tem o Escola Aberta que o final de semana.

Entrevistador:

Tem um percentual. Eu já vi que são 168 escolas. Todas elas recebem o PDE? Ou tem escolas que não recebem?

Entrevistado

Profa Dilma

Todas recebem o PDDE.

Profa Lúcia

E o PDE, são 71 escolas.

Entrevistador:

Então, 71 escolas estão meio mal das pernas em termos de rendimento. Não é isso?

Entrevistado

Profa Dilma

É, e o objetivo é melhorar!

Entrevistador:

Então o PDE ... o ideb está baixo e por isso elas fazem parte do PDE

Entrevistado

Profa Dilma

E aí todo o programa já tem toda a programação diferente. Tem que ter um comitê, aí você pode falar mais. Tem que ter um comitê estratégico da escola o PDE, além do conceito escolar pedagógico além do comitê estratégico ele é responsável por aquele programa pra organizar a utilização dos recursos aí ele tem também o diretor que é o presidente né? Tem o coordenador do comitê é geralmente quem vê as ações que são prioritárias o que é necessário mesmo sempre com a aprovação de todos né, só aí também tem representação é o gestor, a orientadora pedagógica, a orientadora educacional, né, entra o técnico pedagógico que faz e também aluno também são representados, não é um conselho escolar é parecido com um conselho, mas ele é só direcionado ao PDE.

Entrevistador:

São outras pessoas que são mobilizadas pra isso...

Entrevistado:

- Pode até acontecer...

Entrevistador:

Pode ter uma dobradinha, né?

Entrevistado:

- Pode, sempre tem porque o diretor tá sempre nos dois que ele é o gestor então ele tem que tá a par de todos os programas.

Entrevistador:

E normalmente as pessoas que se mobilizam no sentido de querer saber as coisas da escola já querem saber um pouco mais?

Entrevistado:

- E o orientador educacional geralmente que é o coordenador né, porque como ele é o orientador educacional ele é que ver a parte pedagógica então o PDE ele é pedagógico então geralmente o coordenador é o orientador pedagógico ele vai direto no sistema aí avalia o comitê tem o comitê daqui avalia a prova manda pro MEC pelo sistema lá avalia aí se não estiver de acordo devolve pra refazer o PDE ele tá assim houve é uma 1ª remessa de escolas que receberam a verba, aí, ano passado essas mesmas escolas receberam uma parcela complementar e aí são 34 tão encerrando agora elas tão prestando conta da última parcela do restante do que ficou pra elas uti... prá ser utilizado e mais é... no ano passado o dado foi um total de 105 mais desses 105 trinta e pouco 34 né não é conseguiu atingir ta encerrando.

Entrevistador:

Então esse número era inicialmente 105 caiu pra 71 é isso não é?

Entrevistado:

- Isso, agora são 71 elas estão recebendo agora tão recebendo agora não elas vão receber uma parcela complementar elas receberam uma parte no começo do ano né receberam uma parte é e agora vai ser enviado a 2ª, uma parcela complementar, ano passado foi feito o que a gente chama de plano de ação esse plano de ação são as ações que a escola gostaria de realizar pra melhorar o desempenho desses alunos como falei são ações só estritamente pedagógicas mesmo que compre uma televisão ou compre um computador compra um equipamento tecnológico, mas é sempre voltado pro pedagógico ah compra um ar condicionado pra que tem haver o ar condicionado com o pedagógico depende de onde ele vai ser utilizado se você tem uma sala de leitura que é quente então aquele ar condicionado ele vai ser utilizado na sala de leitura que vai te dar um bem estar pro aluno pra que ele tenha melhor rendimento no que ele está fazendo.

Entrevistado:

- Aí como eu falei foi feito um plano de ação né, as ações foram realizadas elas prestaram conta daquele valor e agora tão recebendo a parcela complementar prá receber essa parcela complementar eles vão ter que elaborar novas ações, mas essas ações que vão ser elaboradas são ações que tem haver com as primeiras ações que eles realizaram é como se fosse um reforço daquelas ações, por exemplo, se ela organizou a sala de leitura fez um acervo tudo com a primeira parcela que recebeu com os recursos anteriores, mas ela o comitê estratégico a equipe técnica da escola percebeu que há uma necessidade de dar um reforço naquele acervo pros alunos tarem lendo estarem estudando aí ela vai continuar essa ação comprando mais livros pra dar um reforço tá? Essa parcela complementar além

de complementar os recursos anteriores ela complementa também as ações anteriores, aí eles tão elaborando essas ações essas ações eles passam pra gente é tudo feito no sistema né o MEC dá as orientações eles cadastram essas ações no CIMEC né que é o sistema do MEC. É enviado pro comitê municipal que se encontra aqui no NACE, é eu Adriana e José como eu falei pra você e aí a gente vai avaliar, verificar se essas ações realmente são pertinentes... É pertinentemente pedagógica se são realmente pedagógicas se tá tudo de acordo se os valores que eles colocaram pra uma determinada ação se é suficiente se a gente percebe que aquilo que ele colocou não vai ser suficiente pra realizar aquela ação a gente dá uma orientação ao gestor né ao coordenador é ou se tá acima do a gente acha que tá acima do que a gente acha que é suficiente pra o gasto a gente também orienta a gente ate pede pra que eles façam uma pesquisa de preço antes de lançar aquele valor digamos que eles tenham que comprar 100 livros aí mais o livro um custa R\$32,50 outro custa... Então eles fazem uma média de quanto vai custar aquele livro dá o valor unitário pela média e dá o valor total aí se tiver tudo corretinho a gente envia pra Brasília pelo mesmo sistema se Brasília aprovar os recursos vão ser é depositados na conta da escola.

Entrevistador::

- Em algum momento vocês foram a Brasília no início do programa ou não sempre foi...

Entrevistado:

- Não, não sei se... de comitê, não, não eu não fui, mas teve pessoas que foram representando até no ano passado o comitê o pessoal que era do comitê que era uma comissão diferente teve gente que foi sim fazer assim, participar de capacitação.

Entrevistadora:

E até pra saber quer dizer quando começou esse funcionamento essa coisa toda né?

Entrevistado:

- E também em Brasília, e também teve uma comissão do MEC que capacitou durante... Fez várias capacitações, eles fazem aqui no município, no Rio, na Remédios que fica ali no centro do Rio teve toda essa formação dentro do município eles vieram até nós.

Entrevistador:

Tá.

Entrevistado:

Então são assim os programas são específicos desse momento da parcela, por exemplo, se a gente ficar sem ver algum, alguma coisa do tipo assim eles compraram material para as aulas de Geografia se lá o que foi aprovado o plano básico se não tiver Geografia como disciplina com problema com alto índice de reprovação se as mate... , se as disciplinas for assim Português ou Matemática eles vão reprová-lo ele tem que atender o que tá lá o que ta com problema se os alunos tão com problema com Matemática com reprovação Matemática com Português

então se em historia, geografia ta tudo bem eles não tem porque ta usando para assim beneficiar uma disciplina que não está com problema entendeu?

Entrevistador:

Entendi

Entrevistado:

- Eles têm isso no programa.

Entrevistador::

-Bom vamos voltar aqui pros conselhos.

Entrevistado:

- **Entrevistador::**

Conselhos

Entrevistador::

-Quais foram os fatores facilitadores e dificultadores que ocorreram no processo de implantação dos conselhos?Que que tornou difícil o que que facilitou?

Entrevistado:

-Demora mesmo nos debates né é de ouvir um, ouvir outro, outro e conseguir fechar porque qualquer processo democrático é um processo muito sofrido né?

Entrevistador:

É muito cansativo né?

Entrevistado:

-Só no PME aí quantas e quantas reuniões então e você com prazo a cumprir, desde agosto do ano passado a gente ta trabalhando, é demorável, mas a demora mesmo do debate.

Entrevistador::

-Do processo né?

Entrevistado:

-Processo.

Entrevistador::

Como é que foi o momento da adesão a esse programa elaborado pelo MEC de formação dos conselheiros municipais em que momento se deu e como foi essa adesão ao programa?

Entrevistado:

- Foi uma adesão necessária né? Foi exatamente em atendimento a constituição, a nova LDB, o momento... Eu participei muito desse momento, mas que teve decreto que criamos conselhos.

Entrevistador::

Então houve toda uma circunstancia que propiciou que assim né?

Entrevistado:

-Que tinha que ser feito

Entrevistador::

Vocês foram levados pelo próprio movimento né do...

Entrevistado:

-Que tinha que ser feito. Aí foi exatamente nesse momento que houve todas as discussões pra se instalar... pra se fundar cada conselho.

Entrevistador::

Quando houve esse, essa junção ao programa vocês tiveram alguma capacitação lá com o MEC a partir dos cadernos, por esses cadernos?

Entrevistador::

Aqueles cadernos do MEC!

Entrevistado:

É

Entrevistado:

Esses cadernos saíram bem depois né? Das fundações nossas, mas eles mandavam...

Entrevistador::

E houve algum...

Entrevistado:

-Eles fizeram dele a parte de capacitação dele, esses cadernos aqui.

Entrevistador::

Esse é o inicial né? Agora já tem 12 cadernos ...

Entrevistado:

Não mas antes desse aqui tinha umas apostilas...

Entrevistador::

Ah é?

Entrevistado:

Umas apostilas antigonas! Não deve ter aqui não. Teve várias reuniões eu participava da equipe assim de estar nas reuniões .

Entrevistador::

Então houve uma capacitação promovida por eles a partir dessa discussão dos textos né?

Entrevistado:

-Teve capacitação. Com certeza e no próprio município.

Teve a capacitação do Ministério de Educação com representantes do município e os representantes da secretaria de educação municipal com os gestores de escola, professores.

Entrevistador::

Tá.

Entrevistado:

-Todo esse movimento entendeu?

Entrevistador::

Como é que a rede oferece a capacitação as escolas pra é inicialmente pra formação e depois manutenção porque há um movimento de troca de diretores não é?

Entrevistado:

Não a gente sempre faz reuniões a cada plano faz reuniões passando as informações e discutindo a gente tá sempre fazendo reuniões todos os anos uma ou duas reuniões pra assim motivar a participação da comunidade a gente indo visitar as reuniões dos conselhos eles mandam o calendário que tem as reuniões ou os conselhos escolares na escola aí vai o representante da secretaria de educação, mas como visita sem interferir nas ações.

Como eu falei pra você a gente faz uma aleatória a gente não avisa que vai ali a gente pediu o calendário, que eles trouxessem o calendário anual pra pode a gente ta tendo noção de quando essas reuniões vão acontecer aí a gente pode ir ou não nessa reunião né eles sabem que a gente ta sabendo que naquele dia naquele horário está acontecendo aquela reunião então na medida do possível né? Como eu falei pra você é muito difícil da gente atender satisfatoriamente a todas as escolas visitar ir a todas as escolas.

Entrevistador::

Por que essa demanda é feita entre vocês, entre o NACE, não é?

Entrevistado:

-Isso é.

Entrevistado:

-Não mas antecipando essa visita agora no 2º semestre a gente deve ter a participação da coordenadoria pedagógica, é das equipes pedagógicas fazendo essas...

Entrevistador::

Quer dizer além do NACE ...

Entrevistado:

-Uma parceria com a Edu... até porque é necessário né mais pedagógico e você acaba virando mais assim um escritório de contabilidade, que é são uma média que a gente vai ter de processos mais de 400 prestações de contas ,quase 500 prestações de contas.

Entrevistador::

Na verdade vocês é que têm a responsabilidade de ser a grande unidade executora da rede, porque tudo passa por aqui, não é?

Entrevistado:

- É. Eu até falo assim: você tem que ter Matemática, contabilidade a gente acaba desempenhando esse papel de avaliar documentação. Todo o processo tem que ver cotação de preço, validade da nota, o quê que pode pessoa física pessoa jurídica

Entrevistador::

E fazer essa orientação pra diretor né porque muitas vezes o diretor é professor...

Entrevistado:

- Essa participação a gente faz

Entrevistador::

...né aí ele não sabe como vai compor uma planilha orçamentária né verificação de preço guardar as notas né que se não orientar nem isso fica, né?

Entrevistado:

-Eu tô com um rascunho aqui ainda do setor antigo, exatamente pras nossas reuniões pras essas prestações tá sem correção que vai digitando ó toda a orientação então como nós ficamos muito ocupados com esse processo de correção que é uma coisa muito delicada de muita seriedade o pedagógico vai se envolver nessas visitas pra incentivar a participação mesmo da comunidade na escola são modelos de atas de alteração, de eleição, de segmento aí é essa é a nossa representatividade pode levar...

Entrevistado:

-Eu passei prá ela.

Entrevistado:

-É

Entrevistado:

-Tirei copia por que eu tinha aqui no meu caderninho.

Entrevistado:

-Tirou? Ah você tem aí também, né?

Entrevistador::

Ah! Foi esse aqui né?

Entrevistado:

-Só que o meu tá reduzido

Entrevistado:

-Aí tem uns detalhes assim que a resolução exige que a gente acha até absurdo, mas se não for...

Entrevistador::

Ah!Legal isso aqui

Entrevistado:

- Ah!Esse daí é um negócio que eu comecei a fazer o texto eu tenho no meu computador não passou por nenhuma correção de Português eu vou batendo assim

depois que eu imprimir prá conferir se quiser pode levar, tem um historicozinho especial aqui sobre a LDB, ó.

Entrevistador::

É eu vou colocar aqui o seu nome todo

Entrevistado:

-Sou Dilma Paes Fernandes tava bem a caminho do Banco do Brasil tu vê? Aqui esse artigo aqui que você pessoa física em formação mesmo as escolas querem fazer formações, mas aqui veda qualquer servidor publico da ativa empregado de empresa publica só se tiver pouso aposentado aqui é um negocio é uma exigência então a gente tem que segurar pedindo pra fazer uma declaração aqui eu comecei a montar um modelo...

Entrevistador::

Então pra ele fazer esse tipo de prestação...

Entrevistado:

-Pra fazer prestação de serviço em formação tem ter anexar a lei exige que tenha mestrado ou doutorado, mestrado ou doutorado que não seja servidor publico da ativa. Eu acho que no entendimento de quem prepara a resolução é: da incompatibilidades de horário e que também ficar multi-institucional né?Por que o próprio MEC ia despachar esse monte de professores, mas não pode

Entrevistador::

Entendi porque pode funcionar também como aquela coisa assim que vai ser um favor né?Eu conheço um professor que tem aí você né?Tem essa questão também você não vai nem pelo profissional...

Entrevistado:

-Vai ter uma troca que nem advogado só pode advogar depois de aposentado aí as escolas...

Entrevistado:

- A Bruna foi pegar uma colherzinha lá na cozinha... (tosse)
Aí consegue assim uns palestrantes de 1ªlinha maravilhoso, que num tá dentro desse quadro aí reclama, mas a gente não pode mudar a gente tem que seguir o que ta escrito então tem um a gente tem que ler a resolução repassar aqui todo o período tem uma novidade.

...repassar que todo o período tem uma novidade.

Entrevistador::

Há uma coisa que ficou faltando também é assim quando foi feito essa elaboração das orientações pela secretaria municipal de educação houve a participação dos diretores né?

Entrevistado:

- Teve uma comissão, foi através de uma comissão desde o inicio teve sempre uma comissão assim participação faz a reunião pra todo um todo aí todo o grupo ali se

escolhe o próprio grupo de diretores escolhe os seus representantes ali pra participar da comissão.

Voz feminina:

- Licença. É, ô ,Dilma ta sem açúcar o seu café tá .

Entrevistado:

- Eu uso adoçante que eu to gorda, menina falar em gorda a menina que trabalhou aqui deve ter perdido uns 60 quilos Andréia, 60 no mínimo ela fez redução do estomago ela me cumprimentou eu não conheci, mas ta triste né? Todo o gordo é feliz gordo.

Pode botar a noção que saiu a 1ª resolução as escolas, eu acho que tiveram 60 dias pra junto com a comunidade montar o estatuto da escola. Passou o prazo e ninguém conseguia, pegava modelo do estado que o estado não era o nome, a denominação era associação né? Associação, já pegavam modelo e as escolas tiveram dificuldades de montar o estatuto. Aí se formou outra comissão porque em reunião os diretores pediram que a secretária ajudasse montar o estatuto, aí se montou uma comissão também só de diretores para estar fazendo o modelo básico em cima desse modelo as escolas fizeram a adequação e tiveram dificuldade mesmo de fazer, isso a gente viu na ata. A gente cobrava cadê o estatuto, cadê o estatuto ?...

Entrevistador::

Heim tem que tá firme que trabalha com a questão de prazo, tem que nascer, tem que fazer né?...

Entrevistado:

-Todos eles tem uma cara, por isso que a maioria tem a mesma cara vai diferenciar na questão da composição, as escolas que eram ate a 8ª série, 8ºano agora. Esse modelo aqui mudar pelo menos isso que agora não se fala mais serie

Entrevistador::

É até o 9ºano...

Entrevistado:

- Até o 9ºano, né? Aí como é antigo ta de 3ª a 8ª série a gente vai ter que... e aí ninguém conseguia fazer o estatuto aí a gente teve que montar o modelo e o que diferencia é exatamente a composição de educação infantil, as escolas que eram só até o 4º, 5º ano.

Entrevistador::

É, uma coisa que a Lúcia já me falou, é que sente que melhorou a questão da participação embora tenha a questão... vocês tem assim um balanço disso não em termos de participação não, só mesmo sente pelas reuniões?

Entrevistado:

- Não tem balanço, não. Esse ano é. É sente com certeza você vai nas escolas assim a maioria não vou dizer todas você sempre vê a presença de um pai lá participando, ajudando até em qualquer situação, independente de contas as mães mesmo ficam disponíveis para participar do conselho, prestar alguma ajuda. Você vê vários conselhos tem como tesoureiro participantes pais que pode ser de qualquer membro né? Tem pais que são e que está desempenhando a função no conselho de tesoureiro que assina o cheque com o diretor. E que quem assina o cheque é o

presidente do conselho, eu/ou o tesoureiro então a gente já tem várias escolas, eu acho muito legal, que outro tesoureiro pega cheque, é pai de aluno.

Entrevistador::

É, é bom que seja aí vai depender um pouquinho também da instrução, não é? Porque eu acho que é assim um cargo

Entrevistado:

-É, exige uma certa disponibilidade né?

Entrevistado:

-É, exige uma certa disponibilidade né? É, mas assim a gente atende...

Entrevistador::

Uma formação básica também, né?

Entrevistado:

-É lógico.

Entrevistador::

Em termos instrucionais né? Que pra participar fazer as contas avaliar direitinho né, enfim teria que ser já uma pessoa...

Entrevistado:

-Isso eles fazem nas reuniões todos os participantes pais e alunos ter conhecimento do estatuto, saber das suas responsabilidades. Pelo menos a gente espera que faça, a gente vai começar a cobrar isso efetivamente. Mas eles fazem sim. Alguns podem não fazer né? A gente não pode garantir 100%%.

Profa. Lúcia

-Mas a maioria...

Profa. Dilma

-Assim aquelas reuniões pra discutir o estatuto discutir as ações da escola, ouvir a opinião

Entrevistador::

Por mais que seja uma coisa mecânica né? Que tenha uma obrigatoriedade das reuniões né?

Entrevistado:

Profa. Dilma

-Mas se não obrigar também evidentemente, se não obrigar, se não tiver determinada. Antigamente no 1º você vai ver que as reuniões eram mensais aí foi pedido que era muito difícil você conseguir...

Entrevistador::

Mas você acredita que tenha escola que faça mensalmente embora...

Entrevistado:

Profa. Dilma

-Eu acho não, que não deixou de ser mensal atendendo pedido e já na alteração passou pra bimestral. Eles sentiram assim a dificuldade. Muitas escolas tem a dificuldade na adesão das famílias...

Entrevistador::

Mas se houver uma necessidade eles convocam uma reunião nas escolas independente do calendário não é?

Entrevistado:

Profa. Dilma

Convocam extraordinária não, tô falando as reuniões ordinárias com problema, sem problema pra resolver tem que acontecer, mas a extraordinária a qualquer momento que precisar eles podem convocar, uma reunião extraordinária. Hoje mesmo eu estava resolvendo um problema na rua fui convocada para uma reunião extraordinária aí a qualquer momento você vem correndo.

Entrevistador::

Quem é a Dilma? Tá aqui na Secretaria Municipal desde quando? Fazendo o que?

Entrevistado:

Profa. Dilma

-Sou uma mala... Eu sou funcionária da prefeitura desde 1971, aposentada numa matrícula, na 2ª eu tô na ativa desde 95, professora especialista e tô aí ó, tirei só, só me afastei uma vez de licença maternidade; uma filha; estou aí lutando no dia-a-dia

Entrevistador::

-Sempre na Secretaria ou já ficou em sala?

Entrevistado:

Profa. Dilma

Não eu tive um período grande em escola, Escola México, Círculo Operário do Estado né? Depois eu deixei o Estado e fiquei só na prefeitura eu não podia foi até o período que... Cruzado, de caça, a caça então... quem tinha três matrículas, quem tava... Foi caçada aí eu deixei o estado e tô na prefeitura esses anos todos. Então, tenho histórico, a maioria dos meus grandes amigos virou nome de escola. Rsrs.

Entrevistador::

Nossa!Rsrs.

Entrevistado:

- Mas é, eu pego assim fulana aquela aí que saudade de fulana muita gente virou nome de escola, eu não quero virar nome de escola

Entrevistador::

É mesmo, quem?

Entrevistado:

- Olga Teixeira, Pedi, Zila Alberto, Honório as pessoas que já... Que na verdade do meu período aqui todo mundo ta aposentado aposenta morre né?

Eustáquio:

- 40 anos de município?

Entrevistado:

- 40 anos desde 71, mas eu fiz uma segunda matrícula foi um concurso que eu fiz até de brincadeira eu fiz por fazer aí passei

Entrevistador::

Ah! Quero brincar assim... Obrigada.

Entrevistado:

-Em 94 não mais, ainda fiz um terceiro pro município consegui, mas não me deixaram assumir que eu já tinha duas rendas no município, o concurso as pessoas são aprovadas quando você não tá nem aí pro concurso você consegue tá tão calma ali fazer por fazer que você não tem aquela pressão que a maioria dos jovens as pessoas passam né?

Voz feminina:

-Por causa do mercado de trabalho...

Entrevistador::

Cobrança...

Entrevistado:

-De está entrando, que você precisa daquilo e que seu pai, que sua mãe vai cobrar que a família vai cobrar que você não conseguiu. E tá diferente você tá ali...

Entrevistador::

E eu acho que o amadurecimento também ajuda muito a resolver questões que talvez se você tivesse enfiada num livro né?

Entrevistado:

-Não conseguia na prática. Então eu aí .E no horário quando eu me aposentei no teu horário eu peguei quer dizer eu virei contadora matemática eu fui cuidar ...

Entrevistador:

Antes das suas férias aqui no NACE, há quanto tempo no total você está aqui?

Entrevistado:

- Aqui? Foi desde a formação dos conselhos eu não mudei de setor os setores que foram mudando de denominação eu só mudei de setor nesse período do ano passado.

Profa. Lúcia:

- É como se fosse assim um grupo se formou dentro de um setor...

Entrevistado:

-É exatamente. Eu nunca mudei, mudei só dessa vez.

Profa. Lúcia:

-Aí você saiu um ano e pouco né?

Entrevistado:

- Eu me devolvi, em abril do ano passado; eu me devolvi

Profa. Lúcia:

-Só tirou férias um pouquinho do NACE.

Entrevistado:

- Que foi bom você, você fica aqui você só vê conta agora. O que eu tô fazendo é exatamente...

Entrevistador::

Gostando ou não de Matemática você tem que...

Entrevistado:

- Conversando com as equipes pedagógicas pra abrir as porteiras/fronteiras assim pra ter um, pra cuidar da parte de gestão da participação porque nós não vamos dar conta de cuidar das prestações de conta de vários programas você vê são 168 escolas quatro programas: Escola Aberta, Mais Educação, PDE e PDDE então você fica envolvido com outra conta você não tem tempo de fazer uma visita nas escolas então a Miriam nossa sub-Secretária vai assumir essa parte de fazer essa gestão de acompanhamento de tá conversando mais com as escolas, não adianta assumir o que não pode né? Que a gente já sabe...

Entrevistador::

- É.

Entrevistado:

- É isso aí agora vocês podem ir pro..

ANEXO E - Entrevista: Escola Municipal Barro Branco

Diretora: Profa. Idiléa

15/07/2010

1ª questão

Entrevistador:

Como a escola obteve informações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC?

Entrevistado

Olha só! Eu na verdade, informação direta, formação e informação, nós não tivemos porque, estou falando nós que estamos na direção nesse momento. E quando assumimos a direção da escola, o Conselho Escolar já tinha um trabalho. Acredito que inicialmente, quando esse programa ou esse projeto; não sei se é programa ou projeto.

Entrevistador:

É um programa que começou por volta de 2004.

Entrevistado

Pode ser que quem estivesse na direção da escola nessa época, tenha até participado dessa formação. Eu não participei e nem minha vice-diretora, que é a Lilian, não participou. Nós não participamos. Inclusive, até quando você mostrou os livrinhos, nós não tivemos acesso à eles, mas eu não posso precisar se ex-diretora teve esse acesso. Talvez na época possa ter tido alguma formação pros diretores nessa época mas não tivemos.

Entrevistador:

Não tem registro disso, não é? Não tem nenhum material, nada arquivado?

Entrevistado

É, isso não tem. Eu não conheço.

Entrevistador:

Vocês já tem os cadernos

Entrevistado

Nós não temos os Cadernos. Teve uma vez que a Lilian disse que teria visto um dos livros, mas são 11, que você mostrou. Então, eu não tive acesso.

Entrevistador:

Então a segunda questão fica um pouco . Vou fazer a pergunta, para deixar registrado:**Como aconteceu à adesão ao programa?** E nesse caso, não deve ter sido feita porque não houve uma passagem dessa adesão. Uma vez que houvesse essa adesão, teria os Cadernos, algum documento, alguma coisa que formalizasse isto.

Entrevistado

É.

Entrevistador:

A terceira questão também vou fazer para deixar registrado: A comunidade escolar participou desse processo? Porque é uma proposta grande do Programa promovido pelo MEC, é de que as Escolas façam esse acesso, promovam esse acesso dos Cadernos aos membros do Conselho e a Comunidade Escolar, porque são temas importantes como Direitos Humanos, a questão da Participação, etc. Cada Caderno trás uma temática que seria trabalhada com o Conselho e a comunidade escolar então, não houve adesão, não houve participação da comunidade escolar. Inclusive tem o Sr. José que está aí esse tempo todo e, essa passagem ele faria.

Entrevistado

É não!

Tem aqui todo um trabalho e investimento da escola com a formação do Conselho Escolar. Que ainda não é a participação ideal, eu sei, mas que há uma participação efetiva no dia-a-dia a partir daquilo que a escola propõe. Nós não temos uma orientação assim ah! Nós vamos trabalhar esse tema no Conselho Escolar; são as demandas da escola na medida em que vão aparecendo, a gente vai convocando o Conselho e vai construindo com eles um caminho. Há uns três anos atrás, nós organizamos aqui um Fórum Infância e Sociedade onde a gente teve a participação efetiva da comunidade, do Conselho Escolar mas assim a partir da demanda da escola, daquilo que a gente considera importante. E aí então a gente vai traçando nosso caminho, não por meio de orientação. Eu fiquei bastante interessada de conhecer esses Cadernos, eu não consegui formalizar meu pedido ao MEC mas pretendo fazer, ainda que seja para ter algum tipo de crítica mas a gente precisa conhecer para criticar né.

Entrevistador:

É preciso colher dados para ver o que pode ser aproveitado porque você poderá ver que a linguagem (dos cadernos) é muito boa, tem umas temáticas interessantes.

Entrevistado

Eu acho que o que você já conheceu das pessoas que participam, é um grupo que a gente pode estar propondo, estar contando, são pessoas que tem interesse; se a gente chamar para um estudo eles respondem sabe.

Entrevistador:

É isso seria muito interessante de fazer sim!

Entrevistado

É por isso que eu quero que você apresente esse material que você tem.

Entrevistador:

Vamos continuar com as outras questões que englobam as ações do MEC e também da Secretaria em relação a implementação do Programa na Escola? A Secretaria se apresenta em Brasília, colocando a participação das Escolas, a fomentação dos Conselhos Escolares e uma luta que eu vi que ficou bastante

grande e evidente é para que os Conselhos não sejam só unidades executoras por conta das verbas que recebe do PDE e PDDE e outros mais Programas também. Há uma tendência muito forte, me parece que no início a implantação dos Conselhos aqui no Município de Caxias foi por conta de ser uma Unidade Executora, o que é uma coisa usual em outros Municípios também ocorreu por isso. Essa ideia da gestão democrática promover a participação e depois esse controle das verbas, da otimização, para onde vai, para o que que é, os Conselhos foram surgindo mais com essa ideia de participar da gestão administrativa da escola com relação a esses programas.

Entrevistado

Eu, para não cometer nenhum tipo de injustiça, não poderia dizer, a Secretaria não fez a passagem desse Programa. Eu desconheço. Agora eu não estava na direção mas eu estava na Rede e mesmo em outro espaço; eu trabalhava, na época, aqui como Orientadora e trabalhava também num CIEP e mesmo como Orientadora da Escola eu deveria conhecer e eu não tive contato.

Acho que a forma como a política implementada no Município de Caxias também é algo que dificulta esse tipo de discussão da gestão democrática porque você sabe como é que ocorre a colocação das direções da escola, porque é colocação mesmo! O município é loteado e cada área tem um vereador que indica a direção da escola. Isso não acontece aqui no Barro Branco porque nós sempre tivemos oposição a isso, então todas as diretoras sempre foram indicadas pelo grupo da escola; a primeira diretora da escola, que vai fazer 22 anos agora em agosto, foi indicada sim, pela Secretaria de Educação mas não foi por vereador. Alguém ou uma equipe lá da Secretaria indicou. Após, quando ela se aposentou, a segunda diretora, foi o grupo da escola que negociou com a Secretaria de Educação, não foi eleição mas foi indicação do grupo da escola e quando eu assumi a direção, a gente chamou de consulta a comunidade porque hoje, a gente não pode falar eleição; mas a gente fez todo o processo eleitoral. Entendeu? Os pais votaram, os alunos votaram, os professores votaram mas isso não é regra na rede municipal. Eu acho até um pouco contraditório o funcionamento dos Conselhos Escolares numa rede em que tem uma postura tão autoritária porque não pode discutir gestão democrática se a diretora tem que atender a determinação do vereador local porque junto com a indicação vem outras coisas, os outros acordos toda a política de favor que era muita série, não sei se ainda continua a questão das vagas nas escolas você tinha que receber o pedido dos vereadores; vagas em todos os sentidos, para funcionários, alunos. Por exemplo, aqui na escola, toda a organização da escola é decidida coletivamente, no próprio regimento da SME, você sabe o próprio professor da sala de leitura é indicado pela direção da escola, que o dirigente de turno é indicado pelo diretor da escola. Aqui a gente não trabalha assim. O professor da sala de leitura e o dirigente de turno assim como todas as demais funções da escola é uma discussão que a gente faz coletivamente, a partir do perfil da pessoa, do professor e essa pessoa tem aderência do grupo, entendeu, a gente faz uma avaliação semestral. Nesta sexta feira teremos, se você quiser participar não há problema.

Entrevistador:

Nesta eu ainda terei atividade na UERJ, mas participarei no próximo semestre.

Entrevistado

Porque é assim, a gente não deixa que os problemas se acumulem. É óbvio que aqui tem problemas como todos os espaços em que existe o ser humano, você sabe que tem conflito. A gente não tem consenso em tudo, a gente diverge em algumas coisas mas as nossas divergências são colocadas e disputadas no grupo. Então toda a decisão é tomada no momento da Assembléia, que são nessas avaliações, nessas reuniões administrativas, então a gente traz a decidir todas questões que o grupo tem. O que não está funcionando, o que está funcionando; de todos os setores da escola, desde a direção até o funcionamento da limpeza da escola e aí todo mundo avalia tudo. Os funcionários avaliam, os professores, a direção avalia, a gente convida o Conselho Escolar para participar da avaliação e aí, não é só dizer isso aqui está funcionando, isso aqui não está funcionando; é o que que nós, coletivamente, vamos propor para que isso funcione de maneira diferente.

Entrevistador:

Quer dizer, situa o problema e já se pensa numa provável solução?

Entrevistado

É, na proposta. Então, eu acredito nessa forma de trabalho, por isso estou aqui. Agora, essa não é uma realidade da rede municipal. Entendeu? Não é uma realidade.

Entrevistador:

Você acha que isso foi, de certa forma, construído pelo ambiente. Foi o ambiente que propiciou?

Entrevistado

Foi construído no grupo. Acho que a própria construção da escola. Como é que essa escola surgiu?

Foi uma luta. O surgimento dessa escola foi da luta da associação de moradores. Na época que era uma associação de moradores que funcionava, não é a realidade hoje. A gente não tem mais uma associação de moradores aqui, como no Brasil inteiro acho que já teve. Isso foi muito afetado. Mas na época, há 22 anos atrás, aqui tinha uma associação de moradores que participava, na organização que tinha peso e eles lutaram para aqui nesse bairro tivesse uma escola. Até por isso a escola tem o nome do bairro, Escola Municipal Barro Branco porque a associação de moradores que trouxe essa escola pra cá. Aqui era uma escola particular e que o município, a prefeitura comprou a partir da briga da associação de moradores. Então eu acho que já surge com uma história diferente.

Entrevistador:

Isso já deu um tom diferente!

Entrevistado

Já deu um tom diferente e assim, é óbvio que hoje se trabalha aqui mas isso não é fruto do trabalho de um sujeito, de um indivíduo mas é do grupo esteve e que está aqui ao longo desse tempo. Porque a gente tem gente que trabalha esse tempo todo na escola, que passa por essa construção. E outros que foram chegando no caminho e incorporando essa luta porque a Barro Branco não é uma escola muito querida, do ponto vista político, dessa política daqui! De Caxias. A gente não fica quieto diante das situações então, assim, é uma luta diária sabe. As coisas que a gente não concorda, a gente coloca, a gente estuda, a gente respalda a nossa

proposta, não é assim “eu não quero fazer isso”, igual criança que faz pirraça – “não quero!”.

Entrevistador:

Não é por recusa, não é porque vem da SME que não farão?

Entrevistado

É exatamente! Não é porque vem da Secretaria; não quero porque isso contraria esse, esse e esse princípio.

A gente tem sido respeitado até hoje. Ao longo desse tempo até hoje a gente tem sido respeitado porque eu também não sou ingênua. Nós fazemos parte de um Sistema e tem coisas que a gente não consegue fazer diferente. Aquilo que é possível, que não dá pra trabalhar nas brechas, a gente faz. Por exemplo, a mudança pra nota aqui na rede municipal, nós fomos contrários, não acreditamos nisso. Nós queríamos fazer A avaliação dos nossos alunos com relatório mas nós perdemos isso.

Perdemos porque isso teve ... a proposta veio da SME e de certa forma teve aderência das escolas de maneira geral. A gente não pode fazer relatório quando toda a rede faz nota, até porque o aluno daqui é transferido para outra escola e tem que ir com um tipo de avaliação que é a indicação da SME. Isso não dá! Agora quando dá!

Entrevistador:

Vocês pararam de fazer os relatórios ou vocês continuam fazendo o relatório e acabam fazendo a conversão em notas?

Entrevistado

Nós fazemos, por exemplo, no ciclo não! Aqui não é ciclo. Nas séries iniciais, no pré-escolar até o 3º ano de escolaridade ainda é relatório na rede toda e a gente faz relatório. Nas demais séries a gente trabalha com a nota mas a gente tem as nossas discussões eternas, nosso trabalho interno onde muitos alunos acabam tendo necessidade de relatório porque não dá pra traduzir aquele aluno numa nota, entendeu? O caso dos alunos inclusos, por exemplo. Não é possível quantificar, aliás acho que nenhum aluno mas, principalmente esse aluno. É muito complicado pra gente essa coisa da nota. Nós fomos contrários a essa coisa de terminar um ciclo de alfabetização; porque de certa forma terminou com essa coisa da nove anos mas isso também era um determinação federal que não dava pra gente trabalhar de maneira diferente.

Então essas coisas mais burocráticas assim que a gente precisa atender ao Sistema e que não dá pra fazer diferente, a gente acaba seguindo mas por exemplo, o Provinha Brasil a gente não participa embora a rede municipal toda participe.

Entrevistador:

Vocês nunca participaram?

Entrevistado

Não, nós nunca participamos.

Entrevistador:

Essa decisão foi uma decisão da escola juntamente com a comunidade?

Entrevistado

É nós fizemos inicialmente,....., a princípio foi o ANRESC (atual Provinha Brasil), foi uma avaliação que foi feita com toda a rede municipal, não só de Caxias e a gente colocou contrário, a gente fez um documento dizendo porque não. Porque não tem uma série de razões entre elas o desrespeito ao projeto político pedagógico da escola. Quem avalia o processo é o professor que está na sala de aula com o aluno, é ele que acompanha o trabalho do aluno. O outro motivo que nos moveu a nos manifestar contrariamente é de que é uma avaliação única, do Oiapoque ao Chuí. A gente não considera justo que um Colégio de Aplicação da UERJ seja avaliado com toda a estrutura que ele tem, da mesma forma de uma escola que funciona embaixo de uma lona; que a gente sabe que tem no Nordeste.... E aí depois as escolas são, é colocado aquele Ideb lá, sem considerar a questão da infra-estrutura da escola para funcionar assim. Por exemplo, o Colégio Pedro II, não precisa nem ir para o Colégio de Aplicação da UERJ, onde o aluno tem aulas de música, tem professor de literatura, tem artes, tem uma biblioteca, tem o professor na sala de aula acompanhando toda uma estrutura de escola e aí você vai lá pra uma escolinha que tem professor leigo, por exemplo. Não estou nem vendo a realidade daqui.

Entrevistador:

Embora eles apliquem um questionário para a direção, aluno e professor mas na hora que sai o resultado

Entrevistado

....o ranking não considera isso. Esse sistema de classificação, nós somos contrários. Isso não significa que a gente ache que os nossos alunos não precisam ser avaliados. A gente na acredita na importância da avaliação. Agora de uma avaliação processual, de uma avaliação que propõem intervenção pra dá conta do problema que o aluno está vivendo, nós organizamos esse ano. Uma avaliação mais formal, além da avaliação do professor da sala de aula, uma avaliação pra ver como está o desenvolvimento dos nossos alunos do 2º ano e do 5º ano e aí, assim, a gente faz a correção das provas e porque a gente faz provas, a gente faz teste, a gente faz trabalhos, a gente faz tudo isso, agora por que o aluno não está aprendendo? A gente senta junto com o professor e a gente constrói a possibilidade de intervenção pra isso, dentro daquilo que a gente pode, que é a realidade da nossa escola; nós não temos, por exemplo, uma biblioteca aqui. O Barro Branco é um bairro que o único órgão público é a escola. Não tem um posto de saúde aqui. É um distanciamento, é uma diferença muito grande pra que tenha essa avaliação unificada, então assim, toda vez que tem avaliação a gente discute com o grupo mais uma vez, a gente referenda nossa posição e a gente escreve um documento, a gente assina e encaminha. Se você procurar na página do MEC, você não vai achar o nome da nossa escola; nós não existimos pra eles em Duque de Caxias.

Entrevistador:

Quanto a questão da avaliação, você disse que acredita que ela seja de forma processual e vem aplicando os exames regulares internos na escola, provas, testes e trabalhos. Quando vocês discutem a questão da aprendizagem, vocês conseguiram, a partir dessa discussão montar algum projeto para a intervenção ou vocês fazem a intervenção direta sem ser sob a forma de projetos?

Entrevistado

Tem intervenção direta do professor da sala de aula, que a gente chama de PADA – Projeto de Acompanhamento dos Alunos com Dificuldade de Aprendizagem e isso acontece quando? Quando o aluno vai pra sala de informática porque a turma é dividida em dois ou três grupos, dependendo do quantitativo mas não é um programa quantitativo, as turmas são pequenas. A gente respeita o total de alunos, 20 alunos no pré e no 1º ano; era pra ser até o 3º mas esse ano ainda não deu pra gente fazer até o 3º porque eles já eram alunos da escola e a gente não poderia jogar fora não é? Então a turma que tem mais alunos aqui na escola, tem 32 alunos. Uma turma maior. É um quantitativo que a gente considera bom pro trabalho, os professores tem concordância com isso. É assim, quando um grupo vai para a sala de informática, se tem 20 alunos na sala – 10 vão para a sala de informática e 10 ficam na turma; desses 10 que ficam na turma (não há seleção dos alunos com dificuldades ou não, vai aluno com dificuldade para a sala de informática e fica aluno com dificuldade a sala de aula). Então esses alunos que tem dificuldades, o professor faz um trabalho de acompanhamento, de intervenção mais direta porque ele vai ficar com um número mais reduzido, então ele vai ter possibilidade de verificar mais o que está acontecendo com aquele aluno que não está aprendendo. Isso acontece em todas as turmas. Mas, além disso, aqui na escola a gente tem a sala de Solicitação de Aprendizagem, que é um projeto de Acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Porque apesar do PADA, ainda tem alunos que nas salas de aulas o professor não consegue dar conta.

Entrevistador:

O professor faz essa indicação para que o aluno participe da Sala?

Entrevistado

Faz sempre. Sempre nos Conselhos de Classe. Em cada turma o professor fala Fulano, Fulano e Cicrano eu não estou conseguindo dar conta. Então, qual é o papel da Sala de Solicitação de Aprendizagem? Ela não tem um papel de reforço mas um papel de investigação, são os professores que tem um grupo de alunos; elas atendem em grupo e que trabalha com o aluno ora no contra-turno e ora na própria sala de aula junto com o professor tentando descobrir e investigar quais as razões aquele aluno a ter determinadas dificuldades propondo outras formas para aprender e cumpre também, na sala de aula, um papel de pensar de alternativas junto com o professor porque nem sempre o problema é de aprendizagem, às vezes o problema é de “ensinagem”. Então, assim, de perceber isso; o professor não está conseguindo aquele determinado grupo, então ela senta junto com o professor para planejar.

Entrevistador:

E os professores que compõe essa Sala, são os professores que fazem dobra?

Entrevistado

São os professores mais experientes. São professores com matrícula e que são deslocados para o projeto. Nós temos uma professora por turno. Inicialmente só tinha uma. Esse projeto foi baseado num projeto do Laboratório de Aprendizagem de Porto Alegre, que na época um grupo de professores daqui foi à Porto Alegre para pesquisar como funcionava porque lá tem esse projeto. Então, baseado nesse projeto a gente construiu esse projeto aqui na escola e encaminhou para a Secretaria de Educação; o projeto foi aprovado e resiste até hoje.

Entrevistador:

Com essa aprovação, significa que vocês conseguem ter esse profissional para esses tempos, essa matrícula dedicada a esta Sala?

Entrevistado

É isso! Eles são professores, inclusive que ganham como professores-alfabetizadores (porque quem trabalha nas séries iniciais aqui em Caxias tem 20% do salário a mais no contracheque; esse professor da Sala de Solicitação tem essa garantia porque basicamente, as dificuldades nas séries iniciais vem em função da alfabetização.

Quando eu falo assim: “a gente consegue sobreviver com esse projeto até hoje”, não falo com nenhum orgulho porque a gente vai ficar muito feliz quando não precisar mais desse projeto, porque se tem esse projeto é porque a gente ainda não conseguiu dar conta dessas questões mas eu falo porque com essas mudanças de governo sempre tem essas coisas – “Corta todos os projetos”. Outras escolas tem projetos de reforço escolar e eles cortam alguns projetos; aqui eles nunca cortaram. Então, o orgulho é da resistência ou do respeito que a gente tem por parte da Secretaria de Educação com a seriedade do nosso trabalho. Entendeu?

Entrevistador:

Entendi.

Entrevistado

Agora não o orgulho do Projeto! Porque a gente sonha com o dia em que ele precise acabar. O que eu não sei quando, sabe? Porque a demanda é cada vez maior. Porque outros alunos vão entrando. Tem uma circularidade não é assim como o aluno que entra no 1º bimestre e fica até o final; à medida que aquele aluno vence as dificuldades ele sai e abre vaga para outro, entendeu?

Então assim, isso é bacana, a percepção de que alguns a gente consegue né! Tem funcionado de maneira positiva

Entrevistador:

E mesmo para a questão de quando ocorrem problemas de “ensinagem” você vê que também é visto de maneira promissora e satisfatória por parte dos docentes? Porque talvez seja algo complicado de lidar? Talvez o mais complicado seja esse lado relativo à questão de ensinagem, porque o aluno já está acostumado a receber, assim, a responsabilidade pelo fracasso; é muito mais fácil e a potência é maior porque vem da parte superior, do professor e do próprio do sistema; porque o sistema existe de uma forma mais estabelecida. E como é que fica essa questão?

Quando é problema de ensinagem você vê que há também uma evolução?

Entrevistado

Sim. Primeiro. Inicialmente quando o projeto surgiu, da Sala de Solicitação, não existia isso! Era só o aluno que ia para a sala de solicitação e o professora fazia o trabalho e não tinha essa entrada na sala de aula porque a demanda foi mostrando pra gente essa necessidade quando a gente começava a perceber quando o aluno ia para a Sala de Solicitação, que aquele aluno não tinha muita dificuldade para aprender; tinha alguma coisa errada nessa comunicação. A gente foi ver que o problema podia estar ali. Então, inicialmente, a gente teve que ter discussão com grupo sobre isso; muitas pessoas não aceitavam inicialmente porque é difícil entrar uma outra pessoa na sala da gente, seja ela quem for, para de certa forma estar

avaliando nosso trabalho. Mas a gente construiu, e aí o importante de construir coletivamente, com o grupo, um trabalho de parceria. Assim: primeiro, quem vai para a Sala de Solicitação precisa ser um professor que o grupo tenha confiança e que ele aceite partilhar também suas dificuldades. Então o que é que acontece? Hoje, o planejamento é feito junto. Quando o professor planeja sua aula, ele planeja junto com o professor da Sala de Solicitação de Aprendizagem, então acaba que a docência é dos dois. Entendeu?

Entrevistador:

Entendi!

Entrevistado

Então eu acho que é uma troca e que as dificuldades vão minimizando. Eu lembro agora, recentemente no Conselho, anteontem, uma professora falou o quanto uma professora da sala de solicitação tinha contribuído para que ela avançasse com o grupo dela. Porque acaba sendo um trabalho dividido, de partilha. Agora, não é essa maravilha assim do jeito que estou falando. Tem conflitos? Tem conflitos. E aí é o momento em que a equipe pedagógica tem que intervir. Porque junto com essa concepção coletiva de trabalho que a gente tem, existem as diferenças individuais. Existem aquelas pessoas que tem dificuldade com a crítica, não é? Nós somos humanos e aí a gente tenta harmonizar; não é harmonizar no sentido de acabar com o conflito, a gente senta junto com a professora da Sala de Solicitação e a Professora da turma para replanejar o trabalho. Nessa compreensão de que é de todo mundo; se tem um problema lá, o problema é de todo mundo; quem é da direção, quem é da orientação, com o professor, enfim.

Entrevistador:

Então não fica o peso direcionado para uma única pessoa?

Entrevistado

Não não fica! A gente senta junto e aí qualquer pessoa tem a liberdade de solicitar uma reunião a qualquer momento.

Entrevistador:

Então um problema na Sala de Solicitação é um problema de todos e um problema na sala de aula é de todo mundo! Isso ameniza qualquer embate, não é?

Entrevistado

É! Uma coisa que a gente sempre coloca em qualquer discussão é que a gente ganha dinheiro público para trabalhar. Então, independente das nossas relações pessoais, todo mundo aqui tem obrigação de cobrar do outro quando não estiver cumprindo o seu trabalho. Porque a gente está trabalhando, está ganhando dinheiro público pra trabalhar! Então a gente tem uma responsabilidade grande. Pode ser a pessoa mais próxima da gente em relação pessoal mas se a gente percebe que tem algum problema no trabalho, a gente vai chamar e vai conversar.

Entrevistador:

Isso é um valor que está sendo inverso em todos os outros setores, porque no público “pode tudo”, inclusive se entre no “público” para não ir para o trabalho.

Entrevistado

Aqui a gente tem discussões muito sérias sabe! É lógico, eu não vou te dizer que o paraíso é aqui. Não é! É óbvio que tem questões, que tem problemas, que tem conflitos mas eu acho que tem um grupo muito sério no trabalho também. Porque quem não é sério não consegue ficar. Entendeu? Muitas pessoas chegaram e saíram. Tem pessoas, amigas nossas próximas que falam assim: “gosto muito de você mas trabalhar na Barro Branco, jamais” porque trabalha muito. A gente tem que fazer essa diferença. A gente tem compromisso com as crianças; o nosso objetivo aqui, são as crianças. Então, a gente não organiza horário para favorecer professor, nem diretor e nem ninguém. O horário tem que ser o melhor horário para os alunos. Não é perda da humanidade mas é o reconhecimento de que eles nos pagam através de seus impostos para que a gente forneça esse tipo de trabalho. Eu acho que é uma alternativa bastante trabalhosa, bastante desgastante, tem dias que a gente sai daqui exaurido. Ontem, quando sai daqui, sabe você sair e eu estou falando eu mas poderia falar de qualquer outra pessoa que saiu junto; cansada muito cansada porque discutir cada ponto, às vezes, é um trabalho insano mas tem uma coisa muito bacana que é na hora de assumir tanto o ônus quanto o bônus disso é pra todo mundo. Quando a gente erra também a gente sabe que não está sozinho que tem um companheiro do lado que pode partilhar com a gente e que pode contribuir. Então isso nos dá ânimo pra continuar porque qualquer pessoa qualquer coisa aqui, da obra ao funcionamento da escola. Se você fizer a entrevista comigo ou qualquer outro professor você vai ter o mesmo tipo de resposta, porque todos conhecem tudo. Se surge um problema, por exemplo, com um responsável e aí vem aqui na equipe pedagógica, a gente tenta encaminhar, às vezes a gente consegue e tem problemas que a gente não consegue então a gente chama a equipe ampliada.

Quem compõe a equipe ampliada? São os dirigentes que são pessoas que estão todos os dias. Por exemplo o Orientador Educacional e a Pedagógico, a carga horária deles é de 16 horas então eles vem dois dias na semana aqui. É claro que tem gente que acaba vindo mais porque com essa loucura de trabalho muita gente aqui vem mais do que os dias que tem que vir, entendendo a necessidade, enfim... tanto professor como orientador. E aí são os dirigentes de turno que são pessoas que vem todos os dias; são os professores da sala de leitura que atendem alunos de todas as turmas, todos os professores da sala de informática, a direção e a equipe pedagógica. A gente amplia a possibilidade de resolução da questão com esse grupo. E quando esse grupo não dá conta de resolver, a gente leva pra reunião mais geral, com todo mundo.

Entrevistador:

Todos estão sempre informados?

Entrevistado

E isso, eu acho um aspecto positivo embora trabalhoso. Às vezes a gente brinca assim “Ah! Seria tão mais fácil a ditadura!” – “Eu quero isso aqui porque eu quero e pronto!”, não precisa justificar. Porque cada ponto tem de ser discutido.

Entrevistador:

Eu percebi isso logo na minha entrada, melhor dizendo, na minha permanência aqui na escola.

Entrevistado

É cada coisa aqui é discutida. A gente tenta conservar isso porque eu acho que é o diferencial da escola, porque eu já tenho 25 anos de trabalho e trabalhei em diversas escolas e é muito ruim uma pessoa chegar à escola e pergunta sobre determinado assunto e você fala assim “não, nunca soube disso”. Você trabalha ali na naquela escola.

Entrevistador:

Nesse caso, você não tem ideia não é? Porque só lhe cabe aquilo.

Entrevistado

É. Cada um faz sua parte e pronto.

Entrevistador:

É, com certeza é um diferencial sim.

Entrevistado

Uma coisa que procuramos sempre discutir aqui é a qualidade do nosso trabalho porque nós estamos muito tristes, por exemplo, quando a gente ouve falar assim: “Ah eu trouxe a criança pra cá porque eu não pude manter na escola particular”. A escola pública é uma escola de menos valor, ele só está aqui como consequência de impossibilidade dele, então a gente tenta construir com a comunidade uma relação onde eles tenham confiança no nosso trabalho e a gente procura dar o melhor que a gente tem, pro pai colocar o filho aqui por opção. Eu acho na grande maioria, hoje, a escola já tem um trabalho consolidado que exige briga pra entrar aqui. O sorteio da educação infantil é os pais sempre colocam, não é um auto-elogio não, acho que você vai entender é que tem pai que diz que “aqui parece uma escola particular” porque, e eu nem gosto dessa comparação porque eu sou a defensora da escola pública mas é no cuidado, no trato, a gente tem preocupação, a gente cuida.

Entrevistador:

O que não é uma coisa usual de ocorrer no espaço público.

Entrevistado

De ouvir. A gente tem a preocupação de manter a escola limpa. A gente fala para os pais, você pode ver, nós não temos pichação em sala alguma. As crianças aqui vivem num ambiente de muita privação mas ninguém joga papel no chão. A gente construiu junto com eles a importância da limpeza, de estar num espaço agradável. A gente sempre fala para eles que tenta construir junto com você uma escola boa e vocês tem que ajudar na construção dessa escola. Então não adianta a gente colocar cortininha nas salas, ter uma escola limpinha, uma sala limpinha e um banheiro limpinho e vocês colocarem papel no chão. Essa escola é nossa! É de vocês!

Eu acho aspectos muito positivos, é uma comunidade muito boa de se trabalhar. Nós não temos problemas de indisciplina. Temos alguns problemas igual ao de hoje, que a gente dá uma dura para não acostumar falar mentira. (a diretora referiu-se ao fato de ao chegar às 8 horas um pai que fora levar a filha à escola ter ido tirar satisfação diretamente com uma criança a qual sua filha acusara de ter batido nela por 3 vezes na rua. A condução da direção no momento do ato foi esclarecedora e também solicitou ao pai para que quando houvesse algum problema procurasse

alguém da escola porque essa atitude daria margem a mesma atitude por parte do pai da menina interpelada.) Principalmente porque podia colocar a gente em uma situação complicada; um homem vem chamar atenção de uma criança. É uma criança sob nossa responsabilidade, portanto, ele não podia ter entrado daquela forma. Mas assim, de maneira geral, são esses problemas que a gente tem. Quando a gente houve, todos os dias, o noticiário de jornal “Professor agredido”, “Aluno quebrando o braço do professor”, eu sei que também o público que a gente trabalha são os anos iniciais e isso, normalmente acontece mais quando a criança está na adolescência mas eu já trabalhei de séries iniciais que tem muitos problemas de agressividade na escola e a gente, graças à Deus não tem. Mas eu acho que é a maneira respeitosa que a gente também os trata. É como se a gente não desse espaço, agente não permite também um outro tipo de relação nem de nós para com eles, nem deles para nós. Eu acho muito boa a relação mas não sei se sou muito romântica.

Entrevistador:

Embora a escola não participe do Programa eu gostaria de saber Quais são as ações que são responsabilidade do Conselho Escolar da Barro Branco?

Entrevistado

De certa forma, todas as ações da escola. A gerência da escola, gerência não é uma palavra muito boa mas vamos dizer assim, a administração da escola é compartilhada com eles. Não tenho a ingenuidade de achar que ainda é da forma que a gente acredita que deva ser porque, apesar deles atenderem todas as nossas solicitações, estarem aqui na escola, participarem, de discutir qualquer projeto que a gente tenha qualquer seminário que a gente organize, qualquer Fórum que a gente participe. O Conselho Escolar está planejando junto mas eu acho que ainda falta muita proposição por parte do Conselho, no entendimento dessa administração. Porque é sempre assim, nós o convocamos para as atividades.

Entrevistador:

A inversão, seria uma coisa bacana. Surgir uma necessidade do próprio Conselho e ele apresentá-la.

Entrevistado

É, e ele convocar. É claro que tem exceções, o Sr. José, por exemplo, é uma pessoa bastante propositiva. Ele é uma pessoa propositiva, se ele vê qualquer movimento na escola que ele não saiba o que é, ele vem imediatamente pra perguntar o que está acontecendo. Isso acontece, eu acho, por diversos fatores. Primeiro a questão da necessidade do trabalho, que eles são pais mas eles precisam trabalhar então não estão na escola o tempo que nós estamos; todos os dias. Enfim eles não tem essa possibilidade de estarem todos os dias aqui na escola, portanto, perdem esse movimento e às vezes a falta de proposição seja até fruto disso? Entendeu! Talvez a gente ainda não tenha acertado no dia de Assembléia ou de reunião de Conselho que seja mais ideal pra esse tipo de ação. Até porque essa região aqui, é uma região em que basicamente as pessoas são evangélicas e o final de semana é dedicado à Igreja, mesmo os Católicos tem programação na Igreja final de semana e a gente a cada chamando mesmo durante a semana e na maioria das vezes, durante o dia. Isso pode ser uma questão pra pensar mas assim em outros momentos que a gente até sugeriu: “Vocês acham que a reunião é melhor à noite?”

Não acham! Por conta de quem? Da violência no bairro. Muita gente tem medo porque tem uma presença do tráfico de drogas e muito tiroteio. A gente funciona aqui até as 22 horas mas tem dias que nossa! É muito tiroteio. As pessoas ficam meio apreensivas assim

Entrevistador:

É muito próximo aqui da escola?

Entrevistado

É muito próximo daqui da escola!

Eu acho que pelo relato das pessoas mais antigas da escola, já houve momentos aqui de uma participação mais efetiva da comunidade na escola, de um número maior de pessoas. Hoje a questão do trabalho, a necessidade de sobrevivência porque tem pais que não vem porque é dia de faxina ou dia de fazer uma outra atividade da vida pessoal e aí deixa de vir, eles não liberam do trabalho para participarem como pais do Conselho Escolar, então tem que ser na negociação mesmo e essa questão da violência. Acho que são entraves que a vida hoje impõe para a efetivação dessa participação mas a gente tem procurado trabalhar no sentido de tornar mais dinâmico, porque ainda não é o que a gente queria, o que a gente acredita e acaba é que às vezes, a gente deixa furo nessa relação porque a demanda do trabalho na escola é tanta. Você vem faz uma coisa e outra, é reunião com o grupo, é reunião com o professor, aí você é convocado para a Secretaria de Educação, reunião de diretores, encontro de não sei o quê, fora todos os tantos 300 fóruns que a gente não participa porque são direcionados para a questão política. Lançamento da candidatura de não sei quem.

Entrevistador:

Também tem esse tipo de convite, o tempo inteiro?

Entrevistado

Tem. Nós nunca fomos. A não ser que a gente seja pego desavisado. Teve uma reunião que a Lilian foi que a gente não se toucou que era uma reunião mais voltada pra esse tipo de assunto. Então foi e aí não tinha jeito, tava lá né. Mas quando a gente sabe que é a inauguração no bairro tal, a gente já sabe que não é pra ir; é questão política. É o prefeito caminhando no bairro com todas as diretoras, com todo o grupo dele pra fazer campanha. Essa reunião que a Lilian foi era pra lançamento da candidatura da Andréia Zito, filha do Zito e eles faziam declarações de voto pro Serra, enfim... é horrível, é nojento.

Entrevistador:

E a chamada foi por outro viés?

Entrevistado

Convocaram: "Reunião de diretores na escola tal", no espaço tal.

Normalmente a gente pergunta, qual é pauta? Mas nessa vez eu não sei porque a gente não perguntou e se perguntou não informaram, porque às vezes também não informam. Mas a gente já descobriu o seguinte: quando a reunião é na Secretaria de Educação, a reunião é mais pedagógica do que administrativa.

Entrevistador:

“É mais pedagógica” fica implícito de que não é somente pedagógica? E mesmo sendo na Secretaria corre o risco de ter o viés político?

Entrevistado

Corre risco mas aí a gente não vai. Eles chamam atenção lá no geral porque não tem coragem de chamar pessoalmente mas hoje, por exemplo, está tendo lá no Raul Cortês (é um teatro localizado no centro de Caxias). Vai ser um lançamento de um complexo, não é um complexo, é a inauguração do complexo eu vejo até que uma coisa positiva para o morador de Duque de Caxias, é onde vai funcionar o Conselho Tutelar, a Ação Social, enfim, o problema é a utilização que fazem disso, porque isso não é inaugurado como se os moradores tivessem direito a isso mas isso foi doado gentilmente por um Prefeito bondoso, pai da população portanto ...

Entrevistador:

Justamente agora, num momento pré-eleitoral ...

Entrevistado

... É, e aí é muito difícil pra gente participar disso né!

Entrevistador: 53'30

Como é feita a composição desses representantes do Conselho Escolar?

Entrevistado

Eleição. A gente convoca uma reunião geral. Normalmente em dia de reunião de pais a gente aproveita e a gente consulta quem quer participar da eleição. Aí os pais que querem a gente coloca lá os retratos, lá na frente e faz a eleição. Não tem muita disputa, é bem verdade que são pessoas que tenham maior possibilidade de participação que se colocam. Mas grande parte dos pais dos nossos alunos não tem essa disponibilidade de tempo para a participação.

Entrevistador:

E são quantos membros?

Entrevistado

Acho que são 22, não sei precisar . Não só da comunidade, geral, representantes de pais, professores, os alunos.

Entrevistador:

Tem um nº determinado para constituição interna, os membros da escola e os da comunidade?

Entrevistado

Isso! Agora, eu tenho uma crítica que eu talvez eu não tenha uma leitura que embase essa minha crítica mas eu acho muito errado o Presidente do Conselho ser o Diretor da Escola.

Entrevistador:

É membro nato, não é?

Entrevistado

É. É membro nato. Por quê? Porque, por mais que a gente trabalhe, por mais diga o tempo inteiro que não existe hierarquia, mas é a diretora da escola que convoca para a reunião.

Entrevistador:

Você vê que isso soa como autoridade! Não tem como fugir disso. Porque você é a diretora da escola, é membro nato do Conselho. Você poderia estar no Conselho, a sua ideia é a de que você poderia participar do Conselho mas como um membro.

Entrevistado

É. Não tem. Como um membro não como presidente porque tem a imagem da autoridade, da diretora da escola. O que acontece com isso? A gente trabalha sempre com isso. Eu sinto um certo constrangimento, por exemplo, dos pais do Conselho Fiscal porque a gente fala pra eles: a gente está fazendo as compras com essa verba que chegou, vocês precisam saber se essas compras estão aqui mesmo, porque em que sociedade que a gente está? As pessoas precisam compreender que isso não há desrespeito nisso mas eles tem uma relação assim, se eu for pedir as notas e pedir pra fazer a conferência eu posso estar desrespeitando a diretora que eu indiquei, que eu confio, com exceção do Sr. José. Com Sr. José não isso não! Ele cobra e eu acho bom. Por isso que eu falo que ele nos ajuda muito porque ele faz questão de saber a função de cada um e pergunta das atribuições. “Vocês já foram lá ver, conferir”. Ele está correto porque isso é responsabilidade, da mesma forma, por exemplo, quando a gente recebe a merenda aqui na escola, ou uniforme, qualquer coisa chegue há um incomodo das pessoas que entregam porque a gente só assina depois que confere e as pessoas, funcionários que entregam ficam muito incomodados porque parece que a gente está desconfiando deles e, não é isso! A gente tem a responsabilidade com o dinheiro público. Não posso assinar que estou recebendo 100 uniformes e receber 40. É essa relação que a gente já tem construída aqui na escola, internamente com os funcionários, que eu queria que o Conselho tivesse mais autonomia pra isso. Há bem da verdade, muito sinceramente, ainda não. A gente precisa empurrar. As próprias prestações de contas de festas, por exemplo. Eles vem, eles trabalham, eles fazem bolo, vendem no dia da festa, participam.

Entrevistador:

Mas no momento da conferência geral, de arrebanhar o valor dos caixas, isso tudo.

Entrevistado

Não! Eles dizem, “a gente já sabe”. E eu digo, não é assim não, vocês tem que conferir. Eu não sei se é uma negligência muito grande porque a gente vê isso acontecer inclusive em outros grupos de pessoas mais esclarecidas; de professores e de pessoas que não se comprometem.

Entrevistador:

Eu entendi assim, até como um certo receio de ofender. Já vi isso acontecer também.

Entrevistado

É, para não ofender. Eu não sei, se não fosse o diretor, se não fosse uma função cargo nato, se fosse, por exemplo, um pai membro, presidente do Conselho.

Entrevistador:

Se fosse um membro desse grupo, pós-eleição inicial dos 21/22 membros. Bom, agora vamos eleger internamente quem será o presidente?

Entrevistado

Se as pessoas ficarem mais à vontade? Eu tenho dúvida, entendeu? Por isso, eu acho que isso é uma determinação e que na formação dos Conselhos Escolares deve ter sido discutido e deve ter uma razão que eu desconheço. Por isso é que eu falo que pode ser falta de leitura que eu não entenda. Mas eu estou falando do dia-a-dia, da prática aqui da escola, no cotidiano eu vejo isso como um problema para a transparência da gestão.

Entrevistador:

Foi bom você colocar isso. Dá um outro estudo! Você olhar a composição dos Conselhos desde, períodos remotos, desde os primeiros Conselhos e vir estudando como eles foram, que é a ideia agora desse agora, que é um Conselho menor, o Conselho da Escola vem atrelado a ideia de Conselhos que a gente tem ao longo dos anos de funcionamento; o Conselho de Educação e os outros Conselhos das outras áreas. Daí esse formato de ser deliberativo ele é um pouco consagrado, funciona dessa forma e você transformando para todas as áreas mas ele não combina muito com a questão, com a proposta de participação e de gestão democrática porque na verdade é uma imposição. Esse formato dele é uma imposição.

Entrevistado

Imagine um espaço, isso aqui tem, em que não exista muita honestidade na gestão? Eu acho que independente de ter honestidade ou não, tem que ter Conselho Fiscal. Eu acho que tem que ter porque eu sempre penso que isso aqui não é o quintal da nossa casa, que a gente sai fazendo o que dá na cabeça da gente.

Entrevistador:

Quem faz parte do Conselho Fiscal?

Entrevistado

São os pais. Eu acho que tem professor também. Deixa eu ver aqui porque eu não sei direito de memória. Vice-Presidente, aí pode ser um pai; no nosso caso é um pai. Pode ser um pai, pode ser um professor, pode ser alguém da equipe técnico-pedagógico mas no nosso caso é um pai é o Carlos que é o vice-presidente. Tem a Secretária, uma professora, a Carla. Tem a Tesoureira que é uma outra professora, a Dinalva; assina todos os cheques junto com a Direção da Escola. Eu lembro quando eu, antes de eu estar na direção que eles faziam, passavam as fichas a ficha do Diretor e do Tesoureiro pra ver se não tinha nenhuma questão no SPC, das coisas pra aceitar ou não. Eu acho que teve casos, algumas escolas, que tinham pais e professores também que não podiam compor. A Dinalva já é tesoureira antes de eu entrar na direção. Ela já era do outro Conselho Escolar e quando houve eleição ela foi indicada como uma pessoa pra continuar na tesouraria pela experiência. Aí tem, depois, O Conselho Fiscal, tem o presidente do Conselho Fiscal que é uma mãe de aluno, tem uma representante da escola que é a Dona Augusta que ela é, ela está readaptada agora mas a função dela é de inspetora de disciplina. Hoje ela está na Sala de Leitura pela dificuldade. Aí a representante da comunidade, a gente tem a Graça e depois tem o Conselho Deliberativo que é a Maria do Rosário

que também é mãe, tem a Mônica que é professora, tem a Alessandra que é mãe, tem o Alexandre que é funcionário, Belizário é aluno do noturno e é pai de aluno, Elaine que é mãe, tem Isabel que é mãe, Daniela é mãe, Anderson, é aluno, Jean é aluno também; que são o Conselho Deliberativo. Anderson e Jean são alunos, a Dona Elizete é funcionária, tem a Kátia da equipe pedagógica. Então aí a gente tem representantes de todos os segmentos. Essa é a composição. Acho que o total são 22.

Entrevistador:

Essa pergunta agora fica redundante

ANEXO F - Escola Municipal localizada no 1º Distrito de Duque de Caxias

ENTREVISTA: DIRETOR

09/07/2010

Entrevistador:

Hoje é dia 9 de Julho, são mais ou menos, 16 horas e vou conversar com a Profa Lídia e o Professor André a respeito da Formação dos Conselhos Escolares.

Entrevistador:

A escola obteve informações a respeito do PNFCE? Ele é promovido pelo MEC, em todo o Brasil e a SME de Caxias tem adesão a este Programa. A escola conhece o Programa?

Entrevistado:

Prof. André

Eu, particularmente, desconheço o programa.

Entrevistador:

Se vocês desconhecem a 2ª pergunta não será contemplada porque

Entrevistador:

A 3ª pergunta, Se a comunidade participou desse processo ...

Entrevistado:

Prof. André

Olha só, desse processo não porque não existia aqui mas a gente tem certeza de que a comunidade e o Conselho sempre participa ativamente o tempo todo.

Entrevistador:

Independente do Programa?

Entrevistado:

Prof. André

Isso! O tempo todo. O conselho que nós temos instituído hoje, foi sempre construído com a parcela da comunidade.

Entrevistador:

Desde quando vocês tem Conselho?

Entrevistado:

Prof. André

Desde os anos 90. Se não me falha ... desde 92. Em 92 foi feita a implantação do Conselho aqui.

Profa. Lídia

Mas foi, realmente, registrado em cartório, em 97

Prof. André

É, em 97, até então estava em processo ainda.

Entrevistador:

Eu tenho que modificar um pouco as questões porque não tem a adesão ao Programa.

Qual foi a atuação da SME de Caxias nesse momento de implantação do Conselho? Foi uma coisa que ocorreu na escola, por iniciativa da escola?

Houve um auxílio, uma implementação, uma solicitação da SME no sentido de se implantar Conselho na escola?

Entrevistado:

Profa. Lídia

Surgiu quando essas verbas, pelo menos aqui no Município, as escolas não recebiam o dinheiro. Aí quando veio o Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), houve a necessidade de se registrar esse conselho.

Entrevistador:

Então aí, houve o movimento da SME nesse sentido?

Entrevistado:

Prof. André

É. Ela orientou a gente na formação dos conselhos; deu todo o apoio sempre!

Entrevistador:

E vocês foram chamados a uma formação?

Entrevistado:

Prof. André

Não. Não houve uma formação direta. Com o processo, de 92 a 97, ele veio caminhando de forma experimental. Quando se chegou em 97, nós já tínhamos uma experiência acumulada. E essa experiência acumulada foi aproveitada. E também tem um detalhe, nós não só nos fixamos no acompanhamento da verba; também há ingerência nos assuntos da escola aqui. O Conselho aqui na nossa escola, ele não apenas fiscaliza a aplicação de verba, ele também é chamado a interferir e a discutir outros problemas que a escola precisa.

Entrevistador:

Questões pedagógicas, administrativas, de segurança? Seja ela qual for?

Entrevistado:

Prof. André

Questões pedagógicas sim!

Quando nós temos que tomar decisão e que essa decisão vai envolver a comunidade, eles são chamados a opinar também, voz e voto pelo todo.

Profa. Lídia

Na participação do Calendário Escolar, nas decisões agora a prefeitura está fazendo um Plano Municipal de Educação e nós envolvemos não só o pessoal do Conselho Escolar mas como também a comunidade

Entrevistador:

Quais foram as principais mudanças ocorridas na Escola, desde que vocês tiveram a formação do Conselho?

O que era a escola antes e o que acarretou essa vinda, essa formação do Conselho escolar?

Hesitação dos Entrevistados

Como, resumidamente, vocês sentem hoje a escola a partir da formação do Conselho Escolar?

Entrevistado:

Profa. Lídia

É porque a gente agora não caminha sozinho. Nós não caminhamos mais sózinhos. Agora as decisões é tudo que a gente faz é sempre em nome do Conselho. Sempre a gente chega pro Conselho, leva o problema e eles ajudam a gente a resolver. Então **as decisões não estão mais concentradas na direção da escola.**

Prof. André

A diferença é a de que **a gente pode perceber a democratização do processo aqui dentro.** Até então, o processo vinha estipulado, a escola pensava, a escola decidia e a escola executava. Hoje, escola e comunidade pensam, analisam, decidem e caminham juntos. Então, há, quando se fala numa educação, numa gestão democrática então a gente percebe que, a partir desse Conselho a gente consegue.

Entrevistador:

Apesar de seu um caminho, visivelmente mais lento porque tem todo um movimento de ida e vinda, da consulta – do surgimento do problema até a solução, é um processo melhor para a escola?

Entrevistado:

Prof. André

É porque nos dá a tranquilidade porque sabemos que não estamos sós e que isso foi uma decisão que foi tirada pelo grupo. E já que o grupo tomou a decisão, vai arcar também com as consequências e com uma reavaliação do processo e, se tiver que retomar de outro caminho, a gente está junto de novo.

Entrevistador:

Quais são as ações do conselho escolar?

Entrevistado:

Prof. André

- Olha praticamente, o conselho escolar só não entra em sala pra dar aula no mais tudo que se decide aqui dentro tá desde a compra de um material, a execução da verba, do calendário escolar, da questão dizendo se a gente vai fazer uma reposição de aula no final de semana o conselho está sempre junto ele apóia o tempo todo qualquer tipo de situação que a gente tenha que envolver e tomar qualquer situação em relação à comunidade escolar o conselho ele participa junto então ele praticamente só não entra pra dar aula na sala de aula no mais ele atenta bem, é sugere algumas dinâmicas que possam ser utilizadas e os pais através do que ouve dos filhos eles municiam a gente dizendo olha meu filho chegou em casa falando dessa forma meu filho naquele dia, naquela aula ele se sentiu dessa forma então a gente tem que discutir com o professor e promover algumas mudanças até em questões de comunicação em sala de aula e também posturas.

Entrevistador:

- Qual é a composição dos representantes do conselho escolar?

Entrevistado:

Prof. André

É nós somos 21 componentes sendo que 20 eleitos e 1 que é a diretora que é o membro nato desses 20, 10 fazem parte do grupo de professores, funcionários, e a parte pedagógica 8 pais e 2 alunos, então 8 representantes de Pais e responsáveis, 2 alunos desde a 3ª série (antiga 3ª série ou 4º ano) até o 9º ano hoje e o restante os outros 10 são da parte da própria escola mesmo.

Entrevistador:

Isso é de acordo com o quantitativo de cada escola.

Entrevistado:

É.

Entrevistador:

E como vocês conseguiram agregar essas pessoas assim mobilizar pra que elas... como elas chegaram até querer compor, compor o quadro?

Entrevistado:

Prof. André

Isso. Esse no primeiro momento é sempre aquela questão de você é, todas as pessoas que são convidadas a participar sempre colocam a situação do eu não tempo eu não posso tá então foi um processo de muita paciência muita calma um convencimento e hoje a gente tem né um grupo daqui o processo é todo por eleição segmento de pais, forma de candidato nós chegamos a ter aqui onde eram 3 chapas concorrendo hoje nós somos uma chapa só chapa de aluno nós tivemos na última eleição 12 chapas concorrendo entendeu? Professor teve duas, uma entendeu a última eleição agora pra professores foi por aclamação que não tivemos um quantitativo que formasse duas chapas entendeu, mas o trabalho foi bem trabalhado no convencimento nas reuniões nas reuniões de pais pra entrega de boletim ou pra qualquer assunto e a gente sempre pede a presença dos conselheiros pai fala pra pai e nós tivemos aqui uma questão de 2 ou 3 anos atrás 2 pais que durante as reuniões eles se pronunciavam bem eles tinham é no caso o Seu Carlos né e a Cida que eles falam bastante bem e outras pessoas acabaram se encantando e a gente tem aí o problema todo é conseguir reunir esse conselho nos horários porque afazeres de um de outro complica.

Entrevistador:

Quais são as principais discussões que ocorrem nas reuniões do conselho?

Entrevistado:

Prof. André

É a gente discute né a parte pedagógica os assuntos referentes às questões que eles trazem como tem aluno no conselho eles trazem pra gente os problemas de sala de aula eles se ouvem tá? Nós discutimos as partes disciplinares também da escola a questão do andamento do calendário e também o acompanhamento de modificações que envolvam a verba a ser aplicada onde a gente vai discutindo de

maneira geral e tem também aquela parte dos assuntos diversos que cada um coloca aquilo que é discutido no momento tá?

Entrevistador:

Tem as coisas de uma pauta né?

Entrevistado:

Prof. André

Isso há uma pauta fixa, porém existe um espaço para novos assuntos a gente não só discute o interior da escola como o entorno dela também as questões que estão aqui a nossa volta e que nos preocupam como, por exemplo, o atendimento do ônibus ao nosso aluno o atendimento daqui a questão da rua a sinalização a iluminação no final da tarde isso tudo é discutido e saem do conselho sugestões de encaminhamento de ofícios as autoridades pra que elas promovam as modificações entendeu, recentemente a gente teve inclusive que aplicar a pintura das faixas aqui na rua a troca dos sinais aqui foi tudo uma questão que surgiu aqui no próprio conselho...

Entrevistador:

E aí vocês se dirigiram às autoridades?

Entrevistado:

Prof. André

Pedimos as autoridades isso, isso e com a presença dos próprios pais inclusive tem um pai no conselho que ele é pai de uma aluna surda né e ele se dispôs a ir junto fomos lá ao secretário “conversando” e naquela semana a única coisa que não saiu “foi” as placas que eles prometeram, eles prometeram colocar placas aqui é fazer indicativo de surdos, isso não foi colocado.

Entrevistado:

Profa. Lídia

Nós tivemos uma surda que foi atropelada e esse pai que socorreu a menina então ele mesmo se mobilizou aí ate pra agilizar essa questão da sinalização.

Entrevistado:

Prof. André

O rapaz da moto buzinou bem só que ela por ser surda ela não ouviu aquilo aí levou a pancada então ele socorreu e a partir daí foi e até hoje nós temos aí, ou seja, daquele incidente pra cá não tive, mas nenhum outro entendeu.

Entrevistador:

Qual é a receptividade da comunidade assim em torno das decisões que são tomadas pelo conselho uma vez que o conselho toma as decisões e vocês efetivam como é que a comunidade vê isso?

Entrevistado:

Prof. André

Olha só é, acata não tivemos assim nenhum tipo de é reclamação em relação a isso daí ate porque se ele quiser colocar alguma coisa é explicado o porquê o motivo e tudo e tudo que é decidido é para o interesse do próprio grupo e eles vêm nas

ações que são realizadas que o resultado que se espera acaba acontecendo então é uma confiança grande em relação a isso daí.

Entrevistador:

Qual é a sua percepção acerca da consonância das atividades do conselho da escola e as necessidades da comunidade local?

Entrevistado:

Prof. André

Olha a gente tenta chegar o mais próximo possível do que se deseja, mas dependemos de outras situações que já são as outras autoridades em volta aqui que poderiam se envolver mais entendeu? Mas de uma certa forma pelo que a gente se propõe pelo que a gente tem eu acredito que o resultado nosso e se for consultar aí a comunidade ele é um resultado bem favorável pra gente.

Entrevistador:

O que que você chama de autoridades locais?

Entrevistado:

Prof. André

É porque a gente defende um exemplo no caso dos ônibus que não param pros alunos é preciso que a secretaria de transportes reveja isso daí, afinal, na questão, por exemplo, da. vamos ver outro exemplo aqui a sinalização aqui atrás aqui tem uma curva, por exemplo, ta então a questão da sinalização devia ser melhor e outras situações...

Entrevistador:

Questão de segurança...

(Entrevistado:- Segurança também)

Entrevistador:

Policiamento...

Entrevistado:

Prof. André

Isso, a gente taí com um problema sério de alunos que chegam atrasados e que ficam pelas ruas existem denúncias de eles estão lá frente em tal lugar ta ou numa praça de um “sabão” aqui longe e a gente sabe que existem poucos carros da ronda, da guarda que poderiam municiar isso tudo a própria PM que podia fazer algumas inserções no caminho também quase não aparece então essas autoridades se estivessem mais presentes tá você vê a gente, por exemplo, tem necessidade aqui de trazer palestras vindas do próprio conselho tutelar que eles não se apresentam, tá eles ficam lá se a gente não... não se apresentam ,não se oferecem pra ajudar os problemas surgem mas a gente sabe se eles estivessem aqui antevendo se fosse um processo de prevenção eu acho que a gente diminuiria, então quando a gente fala de autoridade é disso são aquelas pessoas que estão fora que poderiam também ajudar que não se apresentam como tal e a gente é obrigado a procurar e resolver essas situações .

Entrevistador:

Como é que foi desenvolvido o projeto político e pedagógico da escola?

Entrevistado:

Profa. Lídia

Ah! É junto né? Junto com a equipe, junto com a comunidade escolar e a gente tem “caminhando” e temos tentado adequar até os nossos projetos ao nosso projeto político-pedagógico.

Entrevistado:

Prof. André

Nós fizemos, hã...

Entrevistador:

Vocês sempre tiveram um projeto político-pedagógico?

Entrevistado:

Profa. Lídia

Temos...

Entrevistado:

Prof. André

- Temos isso, isso...

Entrevistado:

Profa. Lídia

- Todos os anos a gente só faz...

Entrevistado:

Prof. André: ...uma réplica...

Entrevistado:

Profa. Lídia: ... A parte de, a gente só inclui né os projetos que a cada ano a gente desenvolve.

Entrevistado:

Prof. André

Nós fizemos uma leitura do que já tinha por aí a partir dessa leitura nós vimos à necessidade foi feito um levantamento, a equipe foi juntando o levantamento que escola a gente queria que escola nós tínhamos e fomos adequando dentro do que hoje o projeto a gente copia, então nós fomos juntando das cópias aquilo que melhor se adequava a realidade da instituição, e aquela escola que aquele grupo idealizou então todo ano a gente agora vê faz uma releitura tá dentro do projeto apenas as ações pedagógicas que vão se inserir ali é que a gente vai modificando ano a ano já na avalia aquela que foi boa repete aquela que não foi a gente acrescenta e vai tá sempre acrescentando agora ele foi construído assim olhando o que se tinha o que se queria o que se pensava em termos de projeto político foi quando surgiu como uma obrigatoriedade isso pegou muita gente de surpresa a gente também então a gente foi construindo ,sabemos que outras instituições contrataram empresas pra fazer, mas aqui não aqui o processo se deu a partir daqui mesmo e foi construído junto então hoje o que a gente faz é uma leitura do que tem e acrescenta ali.

Entrevistador:

Há alguma participação do conselho em algum momento dessa reeleitura?

Entrevistado:

Prof. André

Sim, sim o conselho sugere por que dentro do projeto também há a participação do conselho então a gente tá sempre aí fazendo a revitalização do projeto que ele não se acaba nunca ele é dinâmico ele vai acompanhando o movimento do mundo que nos cerca então a cada ano ele se reúne a gentes está também e às vezes, pra você ter um determinado projeto dentro desse projeto político você depende também de alocar verbas de fazer situações entendeu e aí o conselho também é chamado

ANEXO G – Entrevista: Coordenação do PNFCE/MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

7/12/2010

Entrevistador

Prof. José, em que ano foi implementado o Programa?

Entrevistado

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares, foi criado por portaria Ministerial no ano de 2004.

Entrevistador

No ano em que saíram as publicações?

Entrevistado

Isso! Foi em setembro de 2004; foi publicada a portaria. Nesse ano de 2004, a gente já trabalhou elaboração do material didático.

Entrevistador

Então foi um caminho conjunto?

Entrevistado

Foi. A gente teve, na verdade, durante todo o ano de 2004 uma equipe, a equipe de elaboradores que são doutores de universidades, várias e várias reuniões para elaborar esse material conjuntamente. Esse era um grande desafio.

Elaborar um material com uma linguagem simples mas com profundidade também e que o material fosse harmônico entre si. Que ele na verdade fosse costurado. Se você ler, você vê que tem um fio condutor que perpassa todo o material. Nesse ano de 2004 a gente trabalhou o que a gente chama de primeiro do kit 1 a 5; apesar de ser composto de 7 cadernos porque tem um 1º Caderno que resgata essa história de Conselhos e que foi elaborado pelo professor Genuíno e que a gente chama de Caderno “Zero”. Ele não tem número e depois tem o Caderno 1, 2, 3, 4 e 5. O 1 que trata um pouco do Conselho em si e esse conceito em torno do Projeto Político Pedagógico, a questão da aprendizagem e assim vai. E, quando a gente terminou a elaboração desse material, o MEC também estava fazendo em parceria com a “Ação Educativa”, um material que a gente achou muito interessante que é o “Indicadores da Qualidade na Educação” – o INDQE (????) Então, a gente considerou bastante apropriado que o Conselho tivesse acesso a esse material do INDQE também. Então ele compôs o kit e a gente chama de kit de 1 a 5 apesar de ele ter 7 Cadernos.

Entrevistador

Há quanto tempo o Sr. é Coordenador do Programa? Desde o início?

Entrevistado

Eu tenho o privilégio de

Entrevistador

De ter participado da gestação?

Exatamente! Da gestação. E, eu estar aqui até hoje e tomara que eu fique bastante porque é uma coisa que eu gosto muito. É um programa que me dá muito trabalho mas muito prazer também.

Entrevistador

A sua experiência sempre foi voltada para essa área mais técnica ou o Senhor também tem experiência de sala de aula?

Entrevistado

Eu na verdade tenho 25 anos no Ministério da Educação. O MEC foi meu primeiro emprego e eu estou aqui há 25 anos e especificamente no Programa desde 2004. Desde 2004 mas não em setembro em que houve a Portaria né. Foi anterior a isso. Foi no final de 2003 a gente começou a estruturar exatamente.

Entrevistador

No decorrer desse período, quais foram as principais ações do Programa para atingir os objetivos que constitui a existência dele?

Entrevistado

A elaboração de material didático, a formação presencial e a formação à distância; esses são os 3 grandes pilares do programa.

A elaboração de material didático, eu diria o seguinte: ao começar a nos reunir para pensarmos então o programa, identificamos que não havia um material específico para isso ou também a necessidade de ter algum material já, para o programa, que apoiasse isso. Exatamente como eu falei, com uma linguagem simples mas profunda.

Então a gente partiu para a elaboração desses primeiros Cadernos que seriam temas a serem discutidos no âmbito do Conselho Escolar. A gente tem um grande desafio porque temos mais de 196 mil escolas e então a gente tem um público bem grande. Se a gente considerar que cada Conselho Escolar tem no mínimo um representante de pai, de aluno, de professor, de funcionário, de diretor como membro nato e até a comunidade local podendo participar, então a gente teria, isso no mínimo, então a gente tem como público alvo mais de um milhão de conselheiros. Então, a estratégia do programa foi trabalhar a formação de formadores, ou seja, trabalhar com os técnicos da Secretaria de Educação, tanto estadual como municipais, para que eles fossem multiplicadores nos seus respectivos sistemas de ensino porque a gente não daria conta de atender a todos os Conselheiros Escolares do país.

Bem, então para isso foi elaborado esse material didático, só que a perspectiva da elaboração do material didático é que ele se servisse tanto para o técnico quanto para o conselheiro. Tanto é que a gente fez no 1º ano, de 2004, quando no final de 2004 foi elaborado o 1º kit, a gente distribuiu para mais de 45 mil escolas. Foi um corte com escolas com mais de 250 alunos. Foi um corte que a gente fez quando a gente conseguiria um número menor de escolas por conta de custo mesmo, da despesa pra atingir um número maior de alunos. Então fizemos esse corte, mas a gente já fez republicação desse material também. Bem, então estou na linha do material didático. No ano de 2006 a gente percebeu a necessidade da criação de novos temas para suscitar também esse debate, essa discussão no âmbito do conselho escolar.

Eu queria destacar que no 1º bloco de Cadernos, a gente não trata de financiamento e foi proposital isso, por quê?

Porque a gente tinha o grande desafio de desvincular, entre aspas, “o Conselho Escolar” da “Unidade Executora” porque a gente tem uma

Entrevistador

Acho que ainda é o grande desafio!

Entrevistado

Com certeza! Porque a gente tem um excelente programa que o Programa Dinheiro Direto na Escola que passa ser execução, que para a escola receber esse recurso diretamente lá, ela precisa ter uma conta bancária e para ter uma conta bancária precisava ter o CNPJ mas o CNPJ tem registro em Cartório e, registro em cartório tem que ser uma entidade jurídica de direito privado, não é! Então esse programa é sensacional, a gente concorda e acha que ele trouxe grandes ganhos para a educação mas só que o Conselho Escolar, as atribuições dele vão além dessa questão financeira. Então nesse 1º bloco de Cadernos a gente não quis tratar nada de financiamento justamente para garantir “esse outro olhar”.

Já em 2006, quando a gente elabora os outros Cadernos, tratando da questão do financiamento, tentando abordar de uma forma mais ampla a questão do financiamento, por quê? Porque a gente acha fundamental que o conselho escolar esteja atento a essas questões financeiras mas também às questões administrativas e pedagógicas, ou seja, à vida da escola.

Então no ano de 2006 elaboramos esses 5 outros Cadernos que também foram distribuídos para escolas; aí como escolas com mais de 200 alunos, se eu não me engano, ou seja, ampliamos o número, foram 60 mil escolas que a gente distribuiu esse material.

Com o material pronto, no caso em 2004 com o primeiro kit de 1 a 5 e, distribuído o material, então chega a hora de botar o bloco na rua e aí a gente vai partir para o outro grande pilar do programa que é a formação presencial. Como falei, por ter um público gigantesco, então a estratégia do programa foi a formação de formadores.

O programa começou a realizar encontros estaduais nos quais eram convidados técnicos de todas as secretarias municipais, ou seja, a gente ia para um determinado estado e convidaria técnicos das secretarias municipais, da secretaria estadual e das regionais da secretaria estadual para participarem durante 3 dias de encontros presenciais em seu Estado. Nós íamos lá.

Entrevistador

Em 2004?

Entrevistado

É, isso!

A equipe do programa ia até determinado Estado; a gente teve no Rio de Janeiro também.

Entrevistador

É eu fiquei tentando ver o registro; acho que foi em 2006, não é?

Entrevistado

É acho que foi em 2006.

Entrevistador

E agora você teve um outro, não é isso?

Entrevistado

Isso! Só que em 2010 foi um encontro, já o Fórum da Baixada. Isso é uma coisa muito interessante e que a gente pode tratar depois.

Então, esse encontro presencial de formação, ele é realizado em 3 dias e ele tem, mais ou menos, a seguinte metodologia: Num 1º dia em que a gente chama de “aproximação ao tema”, que seriam palestras com debate sobre as temáticas tratadas no caderno; então seria essa aproximação ao tema. No 2º dia a gente teria oficinas que aí já dividiria o pessoal em grupos menores, em salas de oficina que é o que a gente chama de aprofundamento do tema e mais para o 3º momento, porque isso não é dividido certinho por dia. Num 3º momento a gente teria a questão de elaboração de propostas, que é o que a gente chama. Bom, agora tudo bem. Vou voltar e o que é que vou fazer? Afinal nós trabalhamos com técnicos.

Durante essa caminhada a gente teve algumas demandas de realização de encontros para Conselheiros Escolares mesmo diretamente e Fortaleza foi o município que nos seduziu e...

Entrevistador

Ah! A Cefisa não é?

Entrevistado

É, exato, a Cefisa, inclusive hoje, faz arte da nossa equipe. Na época não fazia. A história da Cefisa é uma história que a gente pode falar à parte; ela era conselheira e foi fazer relato de experiência num dos nossos encontros estaduais e depois se envolveu de tal forma que hoje coordena todo processo lá na secretaria municipal de educação e esse processo.

Mas, a gente foi realizar um encontro no Ceará, Estado do Ceará; realizamos lá um encontro com os municípios, então a Secretaria Estadual e depois Fortaleza especificamente, nos convidou para fazer um Encontro diretamente com os Conselheiros. A gente falou que a proposta do programa não era diretamente com os conselheiros por conta de atingir isso tudo mas eles realizaram um encontro, o 1º Encontro lá com 900 conselheiros escolares. Então foi um encontro realizado num espaço que se chama Coliseu e era aquele mundo de gente, então é impossível do programa não se sensibilizar em relação a isso. Foi um encontro espetacular! Fortaleza hoje, certamente, é referência nacional em termos de Conselhos Escolar. Até porque, a Secretária de Educação de Fortaleza trata o Conselho Escolar como uma prioridade da gestão dela.

Então realizamos esse e depois realizamos até outros. Esse ano. A gente teve, de 2010, a gente teve um encontro em Fortaleza com 1 mil e oitocentos conselheiros escolares; eles conseguem mexer essa cidade mesmo! A participação da prefeita, e de todo mundo. A Secretária de Educação passou dois dias conosco durante todo o tempo.

Sim, então esses são os encontros presenciais e a gente rodou o país – a gente não conseguiu fazer todos os Estados, porque o programa, nesses encontros presenciais, demanda muito tempo, a equipe do programa no Ministério é reduzida e agente faz parceria com as pessoas das universidades.

No 1º ano, os elaboradores dos Cadernos é que faziam, é que participavam desses encontros presenciais. Isso deu um gás grande para o Programa né! E

depois, aos poucos, por problema de agenda e as outras ocupações, a gente foi substituindo esse pessoal. Mas a gente também tem um Programa no Ministério, o Programa de Ações Articuladas – o PAR – e, a gente vem atendendo a demanda dos Municípios, principalmente com foco nesse plano de ações articuladas.

Então, já houve caso da gente retornar a um Estado mais de uma vez, no caso, duas vezes e, alguns Estados que a gente não conseguiu realizar nenhum encontro. Até porque isso é uma marca desde o início do Programa. Todos esses encontros são realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Educação com a UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais de Educação né, ou seja, sempre em parceria com os Estados e Municípios. A gente parte do princípio que é necessário isso para a coisa caminhar bem, né!

Bom, então fechamos aí a questão do Encontro Presencial. Com relação ao 3º pilar que é a Formação à Distância, nesse país continental a gente não tem como fugir dessa estratégia. Com todos os problemas e todas soluções que ela tem, trás também a gente começou a trabalhar com a Educação à Distância.

No primeiro momento, nós contratamos a Universidade de Brasília que elaborou um curso em cima do material dos 5 Cadernos, na verdade, o curso, ele tem até duas fases; eu digo que são dois cursos. Um curso fase um, um curso fase dois, porque a única porque você pode fazer um e não fazer o outro. O que a gente pede é que para fazer a fase 2 você tenha feito a fase 1, só isso. Mas você não precisa obrigatoriamente fazer a outra fase.

Em 2005, a gente começou essa oferta com a Universidade de Brasília e é uma oferta nacional. Então é um curso totalmente via internet, sem encontro presencial porque uma oferta nacional, não tem como viabilizar isso.

Em 2008, a gente então expande e contacta outras universidades e resolve expandir a oferta do Curso à Distância. É contactando outras universidades. O quê nos trouxe grandes vantagens porque oxigenou todo esse processo, possibilitou alguns encontros presenciais, uma vez que algumas universidades, né, do Estado, para realizar encontro presencial lá no Estado, para tentar viabilizar isso. Isso foi um grande ganho e trouxe também os problemas de você ter uma estrutura que estava localizada em um só Estado, só no DF e agora se tem isso espalhado pelo país inteiro, então o acompanhamento e a avaliação isso tudo se torna maior também. Mas esse seria o 3º grande pilar do Programa, ou seja, temos a elaboração de material didático, a formação presencial e a formação à distância.

Entrevistador

O Senhor acredita que essa formação à distância vem atingindo os objetivos? Ela vem crescendo? Como é a frequência dessa busca pelos técnicos e conselheiros?

Entrevistado

A formação à distância pra formação à distância a gente utilizou o mesmo público alvo. A gente, na verdade, já fizemos dois projetos pilotos de oferta do curso à distância para Conselheiros Escolar diretamente. Porém, o resultado disso é que para a gente fazer uma oferta de curso à distância para Conselheiro Escolar, a gente tem que efetivamente garantir vários encontros presenciais. Então, eu diria talvez, um curso semipresencial né, mais do que talvez um curso à distância; quando a gente está tratando de técnico de Secretaria, a gente é, eu vou dizer, o curso se enquadra nos mesmos patamares de um curso à distância qualquer ou seja, tem todos aqueles problemas, tem problemas de evasão também. Mas também tem

trabalhos espetaculares, a UnB tem inserido uma atividade no curso dela que é a elaboração de um projeto de trabalho durante o curso e a gente tem retorno de vários projetos desses sendo implementados na prática, né Então tem assim: retorno muito positivo né, mas tem também essa questão de evasão, da matrícula, que eu costumo dizer aqui assim – tem sempre 100% de certeza que 100% dos cursistas quando se matriculam querem fazer mas quando eles se deparam com o WWW, aí já muda um pouco de figura né. Então a gente ainda tem que vencer essa barreira. Acho que somos todos imigrantes digitais e a gente vai estar passando por uma mudança de paradigma, eu acho isso ... que a gente tem que encarar assim meio que natural né, essa questão.

Entrevistador

Eu, aqui nos dados (levantados por mim), tenho que a Secretaria de Educação Básica, implementa não só o PNFCE como também o Programa Nacional de Capacitação dos Conselhos Municipais de Educação; o Pró-Conselho.

Entrevistado

Certo!

Entrevistador

A minha pergunta é se existe alguma parceria entre as respectivas coordenações para efetivar as ações voltadas para os municípios e suas redes de ensino?

Entrevistado

Eu diria hoje que a maior parceria é o coordenador que é o mesmo.

Risos....

Entrevistador

Ah! Esse dado eu não tinha!!!

Risos

Entrevistador

Você faz então a Coordenação dos dois programas?

Entrevistado

Isso! É ... tem dois anos, eu acho um ano e meio que eu faço a coordenação dos dois programas; o que não é fácil. Essa coordenação era feita sempre em parceria, sempre esses dois programas foram tocados dentro da mesma coordenação. Eles foram criados praticamente juntos e sempre conversaram bastante mas eram dois coordenadores diferentes e que trazia mais vantagens eu acho. Até porque na verdade, os programas, quando se fala de um Programa Nacional precisa de fôlego né.

Entrevistador

Huhum.

Entrevistado

Mas a gente vem aos troncos e barrancos tocando os dois.

Entrevistador

Dando sequência né ...

Entrevistado

O bom é que a gente estreita cada vez mais essa questão. Porque eu vejo um Conselho Municipal como um órgão que deve dar respaldo a questão do Conselho Escolar né!

O Conselho Escolar, tem que sentir, na minha opinião, no Conselho Municipal de Educação, um grande parceiro. Até porque a gente, às vezes, recebe até reclamações aqui que o Conselho Escolar, tentando é ... contestar alguma ação da Secretaria de Educação, tentando implementar alguma coisa que a Secretaria não está apoiando, e aí ele reclamar isso; a própria Secretaria né, fica então eu vejo o Conselho Municipal de Educação como o grande órgão mediador dessa história e acho que com um diferencial do que a gente partir para um Ministério Público né! ... essas outras questões. Acho que o Conselho Municipal pode promover o diálogo entre Secretaria e Conselho Escolar.

Entrevistador

Da mesma forma que o Conselho Escolar faz isso na escola (né); ele faz isso numa instância superior, o que é muito importante!

Entrevistado

Exatamente!

Entrevistador

Porque se você se volta para a democratização e participação somente na escola, como você vai fazer o segmento superior, não é?

Entrevistado

Perfeito! Perfeito!

Entrevistador

Senão você fica sempre com a visão hierarquizada, não adianta esse movimento nas escolas se não houver também na Secretaria.

Entrevistado

Exato. E eu acho que um alimenta o outro né. Eu acho que o Conselho Escolar fortalecido vai gerar conseqüentemente um Conselho Municipal fortalecido e acredito muito que os dois fortalecidos apóiem né, a Secretaria, o trabalho da Secretaria. Eu vejo que a Secretaria de Educação, assim como o diretor de escola é quando tem Conselho Escolar atuante, né, ... respeitado e efetivamente participante né, sem dúvida tem um retorno muito melhor, a gente tem vários depoimentos de diretores é ... eu costumo dizer que dois tipos de diretores: aquele que não entendeu bem a história e acho que tem um processo todo cultural de apropriação da escola mesmo NE, de ter, da gente ter medo de dar bom dia, né? Risos....

Então, toda essa questão e a gente tem medo de dar bandeira, então tem toda essa questão e a gente tem que romper isso, é um processo cultural. E tem aquele outro diretor que não; ele já entendeu a história que, ao invés de ele estar atrás da mesa tomando todas as decisões sozinho, ele pode compartilhar isso e aí compartilhar ônus e bônus nisso. A gente tem relatos fantásticos assim teve um encontro aqui em Brasília que a gente trouxe representantes de todos os segmentos do Conselho de Base e do Conselho Escolar e aí o relato do aluno que era

conselheiro escolar, eu achei muito interessante porque ele disse que na época que chegou o recurso da escola, o diretor trocou de carro e aí foi o diretor não pode trocar de carro na época que chega recurso na escola porque ele ... aí complica não!

E aí, começaram as piadinhas e ele, como participante efetivo do conselho saiu em defesa do diretor e aí falou: “com que dinheiro o professor comprou o carro eu não sei mas o dinheiro do colégio eu sei exatamente como foi gasto. Foi com isso, foi com aquilo, foi com não sei o quê. Ele providenciou uma ... uma planilha, colocou no mural da escola pra que ficasse claro que todo o recurso o professor “eu to lá pra fiscalizar, para olhar, não vou deixar o professor comprar carro com o dinheiro da escola, não é!”.

Entrevistador

Essa questão do recurso, lá na Barro Branco, nesse grupo de estudos que nós tivemos, eu toquei no assunto porque você vê que tem um pouco de reticência em tocar nessa questão financeira. Não gostam muito de fazer a averiguação porque acham que isso é assim, levantar suspeita da idoneidade das pessoas que fazem o controle, né!

Entrevistado

Certo!

Entrevistador

E aí eu dei um exemplo muito “bobo” para eles, que adoraram mas não sei se isso vai fazer alguma modificação. Eu contei uma história de que fui fazer um pagamento da minha casa e meu marido preencheu um cheque e colocou todas as contas ali, fez a conta e eu fui ao banco, fiquei 1 hora e meia na fila, quando eu cheguei ao caixa o cheque estava errado. Por que? Eu não conferi as contas.

Entrevistado

É isso mesmo!

Entrevistador

Então isso soou assim muito próximo para eles. Não sei se isso vai fazer

Entrevistado

Porque o erro acontece e é natural.

Entrevistador

Eu quis mostrar a eles, que não é desconfiar, é conferir, a gente erra, errar é humano; pra passar esse outro sentido!

Entrevistado

Exato.

Entrevistador

Para eles ficarem bem à vontade com essa questão da conferência, porque isso é uma coisa que a direção sente que eles estão um pouquinho

Entrevistado

Exato. E eu acho assim, de fundamental importância a inclusão do Conselho exatamente no planejamento disso, né. Porque muitas vezes a escola também, a direção também reclama que principalmente quando a escola tem conselho escolar e unidade executora, não é ... então reclama, ah! o Conselho Escolar não fiscaliza, não vê mas na verdade, se a pessoa não participar lá do 1º momento, da definição dos gastos né!

Eu digo que quando uma escola tem ...

Entrevistador

Escolha, não é? Quais são as prioridades? Quais são as suas escolhas? Essa verba lá é para isso ...

Entrevistado

Isso!

Lá em Duque de Caxias, o Conselho Escolar também é Unidade Executora?

Entrevistador

É também Unidade Executora.

Entrevistado

É porque nessa caminhada pelo país também, a gente, felizmente ou infelizmente, não sei, a gente não consegue definir um padrão assim – é bom que o Conselho Escolar seja a Unidade Executora ou é ruim? Nem é bom que tenha os dois – Por quê? Porque a gente tem os dois casos com grande sucesso.

A história de Fortaleza, por exemplo, e onde o Conselho Escolar é a Unidade Executora e aí eu digo – o melhor do mundo porque, na verdade, se ele é um órgão só ele vai estar pensando a educação da escola como um todo e vai estar direcionando todo aquele recurso que vem para cumprir esse projeto de educação, né! – o grande problema, nesse caso, é quando o Conselho Escolar deixa de ser um Conselho Escolar para a ver a escola como um todo e passa a simplesmente a cuidar da questão financeira né. Eu digo que aquele Conselho que fica o ano inteiro fazendo lá as continhas, nove fora, zero no final, bateu! tudo certinho, faz prestação de conta, apresenta tudo aprovado 100% e se você pergunta, “o aluno aprendeu?”

...

Entrevistador

Os Conselhos de lá (Caxias) me dão a impressão de que nasceram para suprir essa necessidade financeira também, de verbas né!

Entrevistado

Sei.

.... mas eu também creio que há a participação efetiva dessa definição.

Entrevistado

E aí também tem escolas que tem o Conselho Escolar e a Unidade Executora e que funcionam super bem, que até membro de um participa do outro e define o plano de aplicação e, essa Unidade Executora fica mais para cumprir mesmo aquele levantamento de preço, comprar as coisas e também tem o pior dos mundos que é quando o Conselho Escolar procura fazer um projeto de educação por aqui e o Conselho está lá só pra comprar televisão, televisão, televisão né. Não é o melhor dos mundos ?

Então, não, como digo, felizmente ou infelizmente nesse país plural e gigantesco e continental, a gente não tem a conclusão que a gente chegou-se é que a gente não tem um padrão; não há um padrão que seja bom. Cada Município vai ter que definir realmente essa maneira.

Entrevistador

Essa construção!

Entrevistado

Exato!

Entrevistador

O Senhor poderia evidenciar algumas ações realizadas por essa Coordenação, ou em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais lá no Rio de Janeiro, no sentido de promover a formação e a capacitação dos conselheiros escolares ou os técnicos? Porque minha pesquisa ocorre no Município de Duque de Caxias mas eu não posso desvincular da realidade do Estado, como a política normalmente, talvez o contato seja 1º Secretaria Estadual e o Município de Caxias está vinculado também à Secretaria de Estado.

Entrevistado

Na verdade, a gente tem tentado chegar junto né, a gente tem que encarar a Secretaria Municipal com autonomia de um ente federado e a gente tenta chegar, via UNDIME, que é essa união de todos. Então o Secretário Estadual e UNDIME juntas né.

É, agora assim eu digo que o Programa tem 3 grandes pilares né, mas então, em 2009 agente fez uma ação dentro do Programa que foi um marco, um diferencial e que aí o Rio de Janeiro teve um papel também diferenciado nessa história. É, a gente, desde o início do Programa, a gente vinha, a gente realiza encontros estaduais mas a gente vinha pensando na possibilidade de realização de um encontro nacional, né. Mas ficava pra gente difícil definir critérios, afinal 556 Municípios e não tem como fazer um encontro com 5.564 representantes, não é?

É bom. Com o advento do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) né, não o PDE Escola. É, o Ministério começou a trabalhar com um o que ele chama de GT das grandes cidades, que é um Grupo de Trabalho com os Municípios com mais de mil habitantes. E com isso, você faz um corte e esses municípios com mais de 100 mil habitantes somados à Secretarias Estaduais de Educação, a gente teria mais de 60% da matrícula do país. Então isso me chama muito a atenção, foi muito bom e caiu como uma luva, eu falei agora é o que precisávamos, não é? Então, está estabelecido o critério e aí no ano de 2009 a gente conseguiu realizar então o 1º Encontro Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar e a expectativa, a proposta era trazer técnicos das Secretarias Estaduais de Educação; trouxemos 2 técnicos da SEE e um técnico de cada Secretaria Municipal de Educação dos Municípios com mais de 100 mil habitantes. O que deu, aproximadamente, 200 pessoas.

Esse encontro foi um marco no Programa, na história do Programa. Com certeza! Foi aqui em Brasília em 2009.

Entrevistador

Eu estive no Encontro.

Entrevistado

Ah é, exato! E, foi um diferencial ao final do Encontro, a gente saiu com o grupo demandando que a gente é precisaria de conversar, de se encontrar também não é? É, de trocar informações e aí a gente criou a toque de caixa um Yahoo grupo pra gente ficar trocando emails né, aquela questão ... é e saíram várias propostas interessantes.

No durante o ano de 2009 até 2010, a gente conseguiu criar na plataforma “MUDO” uma comunidade virtual NE. Do que a gente tem chamado de Grupo Articulador de Fortalecimento do Conselho Escolar – GAFCE – né, então todas essas pessoas que participam do Encontro Nacional, elas estão nesse Grupo Articulador e fazem parte dessa comunidade virtual.

No 2º Encontro Nacional, que foi aqui em Brasília em junho desse ano, a gente então lançou essa comunidade virtual, cadastrou todos os participantes nessa comunidade e aí na plataforma MUDO a gente conseguiu criar fóruns, a gente conseguiu criar enquetes, então a forma de se comunicar melhorou muito, além daqueles milhões de propagandas lá do Yahoo grupo, aqui não tem. Então, a gente conseguiu é ... é, ta trocando informações de forma mas com maior qualidade e uma grande proposta que se trabalhou no 2º encontro é que esses grupos é, também se fortalecessem dentro dos Estados; dos Municípios daqueles Estados também se fortalecessem. Porque a gente sabe que ou todo mundo assume essa história ou o Ministério da Educação tem varinha de condão que vai conseguir resolver isso tudo né!

Entrevistador: É.

Entrevistado

E aí o Rio de Janeiro se destaca quando, é retorna do 2º Encontro Nacional agora em 2010 e começa a marcar reuniões periódicas com os Municípios que participaram né, criando então o GAFCE/RJ, o GAFCE do Rio de Janeiro – O Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Rio de Janeiro.

Esses encontros, a princípio, aconteceram no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro mesmo mas os último agora já foi em Teresópolis, quer dizer, o grupo já se reuniam numa cidade outra, já estão trazendo outros municípios para participar, quer dizer, envolvendo e agora no mês de novembro culmina na realização do 1º Fórum de Conselhos Escolares da Baixada Fluminense, que foi uma ... um movimento ímpar na minha opinião, é que quando você vê é a ação romper as fronteiras dos municípios porque foi um encontro realizado em parceria assim: Nova Iguaçu sediou o Encontro, ele conseguiu o local mas assim, a faixa quem pagou foi Queimados, a pasta do Encontro quem doou foi nãois ei quem é ... Soropédica não é:

Entrevistador:

Seropédica.

Entrevistado:

Seropédica, acho que foi o certificado. Eu fiquei abismado de ver aquilo. Aquilo foi espetacular. É tudo que se quer.

Entrevistador:

Não teve participação do Município de Caxias, houve? Eu não vi movimentação; eu freqüento o Município e....

Entrevistado

Tava na programação. Eu não sei te dizer porque essa coisa da frequência ficou toda por eles, a gente teve a participação dessa vez, na verdade assim:

Foi um encontro de um dia então eu tive o privilégio de ir pra lá, fazer uma fala, foi espetacular e lá a gente tinha técnicos dos municípios e também conselheiros. Então chegava um município com uma Van, com 2 técnicos e 10 conselheiros. Então a gente tinha teve exposição, teve o município de Itaguaí que está fazendo um trabalho espetacular.

Entrevistador

É na época que eu vim, ano passado, o Senhor já tinha dito que Itaguaí

Entrevistado

Espetacular! Eles hoje colocaram, inclusive o Conselho Escolar pra.... pra participar da definição do cardápio da merenda. Ganharam prêmio nacional agora. Um negócio bem interessante, eles estão ...

Então assim, o Rio de Janeiro eu acho que o grande diferencial do Rio hoje, no âmbito do Programa, eu diria, é a instalação desse, do GAFCE RJ, esse Grupo Articulador que realmente ta conseguindo promover formação continuada e troca de experiências, que a gente acha muito importante! Porque tem municípios que já conseguiram avançar, já conseguiram soluções para problemas que outros estão né, batalhando por isso, a questão da legislação que é uma coisa muito importante, essa troca, e aí um município próximo ele ajuda, contribui muito mais do que uma análise aqui atrás da mesa do Ministério, não é? Então eu destacaria no Rio de Janeiro essa participação.

Entrevistador

Acho que essa pergunta aqui o Senhor já acabou falando né, a quantidade de municípios brasileiros que já fizeram a adesão ao Programa?

Entrevistado

Isso! A gente não tem uma adesão. A gente até, a princípio pensou nisso. Numa adesão formal! Naquele termo de cooperação de não sei o quê. Normalmente quando a gente vai fazer encontro presencial, quando a gente vai fazer curso à distância, quando o técnico vai participar, a gente pede um termo de compromisso mas é assim, não tem um instrumento para dizer assim: o município aderiu ao Programa, porque a gente entende que baseado na Constituição Federal que traz a nossa constituição cidadã e, como traz princípios da gestão democrática é ... O Plano Nacional de Educação quando tem como objetivos e metas implantar Conselhos Escolares nos estabelecimentos de educação infantil, no fundamental e médio, inclusive dando prazo e tudo e finalizando com a LDB especificamente no artigo 14 quando fala da participação como um dos princípios da gestão democrática, a garantia da participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares, então a gente está entendendo que todos os municípios, para cumprirem esse preceito legal, tem que estar trabalhando nessa linha né! Então, a gente, partindo desse princípio é ... todos os municípios aderiram por lei o Programa né! A gente tem trabalhado no sentido de atendê-los. Agora assim, a demanda é gigantesca. A gente, muitas das vezes, não consegue também atender todos, principalmente quando são encontros pontuais em um Município pra atender Conselheiro nem sempre a gente consegue, mas a gente está sempre envolvendo

esses técnicos né, tentando fortalecer e tentando capacitá-los, seja em encontros presenciais ou curso à distância pra que eles sejam realmente multiplicadores nos sistemas de ensino.

Entrevistador

Já foi realizado, assim especificamente, algum curso de formação para o Município de Duque de Caxias, lá na Secretaria Municipal?

Entrevistado

Duque de Caxias foi convidada para participar desse Encontro Estadual de 2006 é ... pela Universidade de Brasília também, técnicos foram convidados, eu não sei lhe dizer agora se realizaram o curso.

Entrevistador

Eles vieram?

Entrevistado

É, pro ... curso à distância não é e, na .. na, esse encontro do Fórum da Baixada também tava previsto lá na programação. Normalmente a gente mantém sim, quando a gente vai pra parte para atende um Estado, seria uma unidade que a gente trataria, a gente dificilmente tem o foco em um município.

Agora hum, me fez lembrar um outro resultado desse Encontro Nacional é que foi muito interessante é, e que também é um diferencial no Programa, foi a realização do 1º Encontro Interestadual do Conselho Escolar que é também algo que a gente havia pensado mas que a criação do Grupo Articulador Nacional é que oportunizou a realização disso que, o que que foi; o Município de Juazeiro que fica na Bahia, no interior da Bahia que é vizinho de Petrolina, dividido por uma ponte, uma coisa muito interessante porque é uma ponte muito pequena mas que dividem 2 Estados. Então os Municípios estão entrelaçados em termos de comércio, saúde, tudo, de vida não é, uma cidade, eu diria até que é uma cidade só, porém com Estados diferentes porque se atravessa a ponte ta fazendo interurbano, seu celular muda é uma confusão ... risos me diga assim, eles tem assim mas é ... teórica né porque na prática eles vivem cruzando aquilo o dia inteiro, aquela aquela ponte. E aí a gente conseguiu então, como a gente tem um membro do grupo em juazeiro, tem outro membro do grupo em Petrolina que são muito próximas as cidades, a gente conseguiu realizar esse 1º Encontro que foi no interior, não foi na capital e ele pegou municípios da Bahia próximos à Juazeiro, Municípios de Pernambuco próximos à Petrolina e a gente pegou o Sul do Piauí aqui e os municípios próximos. Então a gente fez um interestadual esmo com os 3 Estados e no interior, o que foi um diferencial pra gente do Programa, apesar de os Municípios do interior virem para a capital trabalhar mas eles, o Programa mesmo ainda não tinha feito exatamente, que foi muito rica, foi ... foi muito interessante e um grande diferencial e a realização desse encontro está muito vinculada a questão do Grupo Articulador ta apoiando isso, aliás é um diferencial que a gente sente no caminhar do Programa também. Os primeiros Encontros, obviamente, o Ministério tinha um peso maior é praticamente preparando e realizando o Encontro por inteiro e simplesmente os Municípios e o Estado eram convidados a participarem né! A partir de sempre assim, a gente sempre estabeleceu as parcerias mas o Ministério estaria sempre financiando essa logística né, e a partir já do 2º ano, a gente tem uma participação muito efetiva dos Municípios e das Secretarias Estaduais na realização e implementação desses Encontros. O que eu acho de grande valor no sentido da gente estar rompendo um pouco essas fronteiras.

Entrevistador

Em termos de financiamento, é claro que para nascer o Programa, às vezes precisa de uma implementação maior, financeira não é? Eu sei que, muitas vezes, tem uma diminuição desse fluxo financeiro porque é diferente a manutenção do que a implantação não é?

Entrevistado

Exato.

Entrevistador

Mas como você verifica assim essa manutenção do curso em termos de financiamento, um vez que ele foi implementado?

Entrevistado

Isso! Como você mesma disse, no começo a gente tinha um volume de recursos maior para os Encontros presenciais e é pro ... pro, na verdade, pra educação, pra formação à distância até um pouco menor e que, apesar de serem muitas vagas mas a gente estava centrado, centralizado somente em uma única universidade. Agora com a expansão para outras universidades, a gente tem uma certa ampliação dos recursos pra Educação à distância né e com o aumento dessas parcerias, que eu acho bastante salutar na realização dos encontros presenciais a gente tem uma certa redução com esse custo na formação presencial não é.

Entrevistador

É, vocês tem algum registro, enquanto coordenação, de quais eram as condições de formação dos Conselheiros Escolares lá em Duque de Caxias? Vocês tiveram algum contato maior assim, que soubesse de alguma prévia? A partir do primeiro contato vocês tiveram algum feeling do que existia em Caxias ou não?

Entrevistado

A gente tinha um feeling nacional, na verdade. É, a gente tinha é que o Conselho Escolar no lançamento do Programa, estava muito voltado para a questão da Unidade Executora mesmo, né! E os que existiam estavam muito voltado para essa questão da Unidade Executora. Então, a gente partiu do princípio que precisava de fazer e, acho que ainda precisa né, de um movimento mesmo pra Implantação e Fortalecimento do Conselho Escolar. Esse foi o grande mote do Programa e é o que continua até hoje. A gente vem trabalhando ... Como a gente trabalha com técnico da Secretaria, a gente diz que é um tiro certo porque se ele tem implantado, tem que fortalecer e sempre né e, se ele nem tem implantado aí pior ainda porque a gente tem que implantar até por questões legais. Então a gente tá assim é é.., talvez até por uma equipe reduzida, não tem levantado essa questão pontual em cada município, não, a gente tem trabalhado nessa linha de atendimento à demanda. É uma demanda que tem vindo pelo PAR e que tem sinalizado isso pra gente, acho que o PAR tem sido o grande sinalizador pra gente, dessa demanda. Inclusive, a primeira versão que sai do PAR que não tinha uma clareza que o atendimento seria pra técnicos de Secretaria né: E aí as pessoas colocaram, informaram a demanda como Conselheiros Escolares, a gente teve mais de 1 milhão mesmo de pessoas, de demanda para atender né. Risos ...

Entrevistador

Qual é a composição de vocês aqui (no MEC)? Quantas pessoas compõem esse núcleo de gerenciamento do Programa?

Entrevistado:

A coordenação do Programa é, como hoje ela está estruturada tocando os dois Programas, tanto o Conselho Escolar com o Conselho Municipal, eu diria que somos, 2, 4, 6, 7 pessoas, 8 pessoas pra tocar os dois Programas. É pouco com certeza, muito pouco! É agora a gente tem grandes parceiros nas universidades. Por exemplo, os professores que participam dessas formações presenciais conosco são de universidades e aí há toda essa troca e esse envolvimento também.

Entrevistador

E vocês mantêm ainda o convívio com os professores que participaram da composição e construção dos Cadernos?

Entrevistado

Sim. Sim.

Entrevistador

Eu vi pela programação do 2º Encontro e no 1º Encontro eu vi a presença deles; o Luiz Fernando Dourado, o Bordignon ...

Entrevistado

É exatamente.

Na verdade, são pessoas sensacionais. A gente teve mesmo alguns problemas naturais. Por exemplo, saúde, aí outros com problemas de agenda também, cargos que tomam tempo. Mas são pessoas que acho que estão sempre é ... “contaminadas” pelo Conselho Escolar.

Entrevistador:

É. Nesse Encontro lá Montevideo eu tive a oportunidade de encontrar com a Professora Aída. Ela estava na apresentação do GT. Acho que Aída Monteiro e me parece que ela fez aí, alguma coisa antes do surgimento dos Cadernos. Ele teve alguma coisa porque ela faz o vínculo com os Direitos Humanos.

Entrevistado

A Aída que construiu o Caderno 11 não é?

Entrevistador

Isso! (Ela estava também como eu apresentando trabalho)

Entrevistador

Esse Caderno tem um diferencial. É foi muito engraçado, porque na elaboração de material didático, assim a gente teve esses dois grandes blocos né; de 1 a cinco e de 6 a 10 e aí depois o Caderno 11, por exemplo, foi elaborado por uma demanda da Secretaria Especial de Direitos Humanos da ...do Ministério.

Entrevistador

É eu vi que foi uma parceria

Entrevistado

Exato. Em função da capilaridade do Conselho Escolar e da importância de tratar esse tema na escola aí a gente efetivou mesmo e a Professora Aída foi eu falo assim porque, na verdade, ele foi redigido lá em Pernambuco, então a gente teve

pouco contato mas teve e ela coordenou isso né. Então a elaboração do Caderno 11 se deu com essa parceria que achei muito interessante. Depois disso, a gente tem o Caderno 12 também que ele ainda nem foi impresso.

Entrevistador

Mas ainda não foi impresso? E já estava desde o ano passado.

Entrevistado

É, porque na verdade, no ano passado, ele assim, parece que por problemas burocráticos, não sei o quê ... acabou não saindo. Ele ia ser impresso e aí depois a gente achou que era melhor reimprimir o bloco todo e aí nessa mudança houve problemas burocráticos e ficou sem tempo. A gente está com uma perspectiva de que ele ainda possa ser impresso para o começo do ano agora. Na verdade assim, fechando ... parar para fechar um programa agora. Se a gente conseguir, então ele sai impresso no começo do ano que vem e pra gente vai ser muito interessante.

E aí a gente tem, nessa perspectiva, a previsão de estar construindo um Caderno que é um grande desejo nosso também que é o sobre o Banco de Experiências de Conselho Escolar. É que a gente nem tratou mas que é uma coisa importante no Programa também. Foi um grande ganho. Esse Banco surge exatamente dessa angústia de que a gente tinha em ver tanta coisa boa pipocando nesse país inteiro e essa coisa ficar restrita as pessoas que estavam participando de um encontro presencial, não é.

Entrevistador

E na sequência, é importante não é, porque se o 12 (o caderno) vai tratar da questão dos Fóruns não é? Depois vem a questão da experiência e isso tem muita oportunidade de trabalho.

Entrevistado

Exatamente, o 12 a gente como muito foco a questão de Fortaleza, com esses Fóruns. Porque Fortaleza construiu um trabalho diferenciado e esse Fórum de Fortaleza surge, não da Secretaria de Educação mas surge do chão da escola. Que é a história da Cefisa que eu falei que era Conselheira Escolar e que foi fazer um relato nesse Encontro e que a gente teve a oportunidade de ter um encontro Internacional aqui em Brasília, sobre gestão e aí pra trazer ... quem é que a gente vai trazer? Nós vamos trazer o pessoa que fez os relatos nos Encontros. Aí Cefisa veio pra cá. Daí já começa surgir coisas interessantes porque o Encontro Nacional, né, fica mais evidente a necessidade porque a gente tinha visto os relatos de todo mundo nos Estados mas eles nunca tinham se encontrado. E se encontraram aqui nesse Encontro Nacional, somente os que fizeram relato. É muito engraçado porque a gente passava o dia inteiro nesse Encontro Internacional e, depois, acabava o Internacional a gente ia pra uma sala e varava a noite. Risos Ninguém ... a primeira reunião que eu propus da gente se encontrar pra discutir, eu falei, "Meu Deus, o pessoal vai me enforçar" porque a gente já tinha esgotado e ... "que nada!", "que nada!" Varamos a noite e, assim, foi muito interessante e a gente negociou e acabou que cada um apresentou o seu relato que apresentou lá no Estado pros demais Estados; que ninguém conhecia né! E aí foi muito interessante. E aí, nessa reunião teve a apresentação dessa proposta da criação de um fórum de Conselhos Escolares, representados por pelo Sr Valério, pai de aluno lá do Rio Grande do Norte. E aí a Cefisa encampou essa ideia e achou fenomenal e começou lá na

escola a envolver outras escolas e achou o jornal dela e foi crescendo e foi conduzida de tal forma, que acho que esse diferencial é importante né, quando a sensibilidade da gestão da Secretaria é .. aconteceu de tal forma que o fórum ganha corpo e a Secretaria convida o fórum para compor a sua estrutura mas sem transformá-lo num órgão vinculado pra efeito de supervisão ou de controle. Muito ao contrário, ela traz o fórum pra poder conseguir recursos pra que o fórum realize seus encontros, é é é ... acompanhar e gerir; achei um estratégia muito interessante porque a, daí a Secretaria é, tem como por exemplo hoje lá, tem sei lá, 3 calendários pra discutir qual vai ser o calendário do ano letivo. Passa pro fórum e o fórum é o órgão responsável por mobilizar todos os Conselhos e aí os Conselhos então diz a ele – Não! O calendário é esse! Ou é aquele! – essas coisas que tem que ...

Entrevistador

Isso é muito importante, porque tem o compromisso pra dar conta das escolhas.

Entrevistado

Exatamente!

Entrevistador

.... Isso aí foi nossa escolha, agora nós vamos vencer as dificuldades!

Entrevistado

.... Exatamente! Exato! E aí eles dividiram né, a cidade é dividida em região Mais e o fórum tem representantes regionais.

Entrevistador

Está bem articulado mesmo, não é?

Entrevistado

Muito bom. Espetacular!

Eu vejo assim: o pessoal de lá, que realmente encampou é os pais foram fortalecidos demais, a gente assim ... falando sério, tem uma rede de pais que funciona muito bem também. É, e uma postura da Secretaria, sabe que dá, total apoio é ... que num curso de formação desse, como a gente fez lá, passa dois dias participando, proferindo palestra mas sentado lá, sabendo o que ta acontecendo, abrindo o microfone.

Entrevistador

Não é só ir lá abrir e sair, não é?

Entrevistado

É exato. A gente tem o caso do Elvis, que é um Conselheiro Escolar, aluno de 12 anos, lá de uma escola que eu achei espetacular, então ele foi eleito aí eleito, ele foi no turno em que ele estudava agradecer nas salas, no turno da tarde e no turno da noite ele foi à escola agradecer e perguntar quais eram os problemas da escola e aí o turno da noite reclamou que não estava com lanche por conta de falta de merendeira, não sei o quê. E ele não teve dúvida, se ta com problema a gente vai falar com quem? Com a Secretária de Educação, lógico! Risos E o Elvis foi lá como representante do Conselho Escolar, bateu na porta da Secretária, que atendeu de pronto, né, relatar o problema e a questão foi solucionada.

Então eu acho que quando a gestão. Assim como a gestão da escola né, que eu nem costume diferenciar, porque pra mim o diretor da escola não pode ser contra o Conselho Escolar porque ele está dentro do Conselho então não dá pra ser contra ele mesmo, né. Mas assim como a gestão, com essa relação diretor e Conselho, isso a gente pode dizer assim, é .. respeitosa e efetiva e verdadeira, né. Não é aquela história do pai também que disse que entrava na reunião do Conselho Escolar e a hora que ele passava na porta ele já se sentia interpretado porque ele disse que todo mundo olhava pra ele e esperava ele balançar a cabeça que sim né, porque se falasse não, pra quê que você ta aqui? Então, se efetivamente garante esse espaço de discussão, de gestão de conflito mesmo, porque é assim né.

Entrevistador

Porque não há perfeição! Há uma busca de solução das coisas...

Entrevistado

E possivelmente, foi uma coisa muito interessante, que se 10 pessoas pensam exatamente iguais, 9 são dispensáveis. A gente precisa de pessoas que pensam diferente. E aí é gestão de conflitos. Mas as conseqüências são muito boas né?

Entrevistador

É.

Bom eu acho que a próxima pergunta não vai ter assim, muito encaminhamento porque se não há essa particularização, eu gostaria de saber quais foram as principais mudanças percebidas a partir da adesão do Município de Duque de Caxias, a partir do Programa.

Entrevistado

Pois é, isso é muito interessante porque você traz essa, essa questão pra dentro do Programa também, não é? Eu acho que o problema é que o país é grande, 5.564 municípios né, e aí e, não sei se a gente talvez pudesse acompanhar a evolução dentro dos municípios desse jeito dentro das grandes cidades não é. Talvez fosse importante fazer alguma coisa ...

Entrevistador

Um instrumento que captasse algumas informações?

Entrevistado

.... nesse sentido. O que a gente vai fazer agora, e pra gente vai ser um, um referencial, é que no âmbito de ações articuladas, é, a gente vai ter um levantamento que cada município vai informar se possui Conselho Escolar, se há lei que cria, se há legislação que cria esse Conselho e em havendo ele vai, inclusive, anexar essa legislação ao sistema. Então a gente ta

Entrevistador

Eu já vi alguma coisa no site. Eu dei uma olhadinha, eu acho que há alguns.....

Entrevistado

.... é a gente tem assim, no site, outra coisa interessante, a gente abriu um portal pra discussões. No site a gente levanta espontaneamente pessoas que nos enviam legislação, a gente ...

Entrevistador

Cartilhas.

Entrevistado

Cartilhas! A gente disponibiliza pra todo mundo. E o objetivo disso foi, as pessoas nos ligam às vezes nos pedindo um modelo. Um modelo de legislação. E a gente tem uma experiência no Ministério que, por mais que o Ministério faça dez laudas dizendo que aquilo é simplesmente um modelo, um ... que é importante que o município analise, veja sua realidade e não sei o que lá, a gente ainda tem caso em que se coloca o modelo em cima e se encaminha pra pra ... então pra evitar isso a gente adotou essa estratégia e tem tido resultados interessantes. A gente coloca a legislação do Município, é aquela que ta lá! Então a nossa proposta é olha a do fulano, a do beltrano, a do cicrano e construa a sua. Porque não tem como a gente pensar numa forma única nesse país e até se for, tá errado. Se a mesma escola do Oiapoque for igualzinha a do Chuí, pode considerar que ta tem alguma coisa errada porque são realidades absolutamente distintas, a gente teve a oportunidade de andar um pouquinho por esse país e assistir a coisas lindas e horríveis é e realidades de escola que o professor acorda de manhã, pega a rabeta porque pra gente é tudo barco mas pro pessoal do Amazonas não é bem assim. Barco pra eles é a coisa mais genérica do mundo porque eles tem cada barco, cada tipo de embarcação que é totalmente diferenciado. Então é uma canoa que o cara tem uma espécie de um cabo de vassoura com um motor lá na ponta. Totalmente separado, então ele entra dentro na canoa e enfia um negócio água e báaaaaa né? Então, ele sai da casa dele pega um aluno, pega outro aluno, pega outro aluno, pega outro aluno, chega lá escola né, é .. dá aula, deixa o aluno, deixa outro aluno, deixa outro aluno, deixa outro aluno, é uma coisa que é muito complicada de conceber. Tem as escolas quilombolas também, tem escolas que o rio secou não dá pra funcionar né, tem município ... agente tá com um curso à distância e tem município que funciona por geração de energia assim, termoelétricas, que funciona com óleo diesel. Só que o rio Amazonas baixou tanto esse ano que a embarcação não consegue chegar com o óleo diesel lá. Então tem município que está há 15 dias sem energia elétrica porque não conseguem acessar e ... é ... realidades muito diferentes mesmo. Essa questão de graaandes escolas e de pequenas escolas né, escolas maiores que municípios né. Então eu acho que a participação da comunidade escolar e da comunidade local na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola é quem vai garantir o melhor caminho pra gente conseguir a qualidade socialmente referenciada da educação. Não tem outra saída.

Entrevistador

É não tem outra saída não! Eu também acredito nisso.

Entrevistado

Até porque, eu costumo brincar com a teoria do jiló, né risos ...

Entrevistador

O que é isso?

Entrevistado

Eu costumo brincar pra ficar acessível ao pessoal. Não adianta a gente ter uma escola de qualidade que não seja a nossa, não é?

Eu vi uma foto que me chamou muito a atenção. Uma foto de uma escola rural lá – literalmente plantada no meio do nada – e aí eu vejo assim: prédio escolar, ao redor da escola tudiiinho capinado, limpo, tudo, chão batido e um sol de 500° graus batendo em cima daquela escola. Quando eu olhei pra aquela foto eu visualizei somente uma coisa, a transposição de um modelo urbano pra uma questão rural. Lá eles não precisam daquele pátio daquela forma, eles precisam é das árvores que estavam lá pra proteger aquela escola do sol. Então eu poderia dizer, ali não tem um pé de sombra, por assim dizer, eles não tem nem como sair daquele pseudopátio. Era muito melhor se a escola tivesse plantada mesmo no meio de uma porção de árvores, o que traria muito mais conforto e seria muito mais adequado àquela realidade.

Então essa questão da qualidade, a gente tem que relativizar mesmo né, eu costumo brincar dizendo que se fizerem um almoço repleto de jiló pra mim vai ser uma maravilha mas pra um pessoal ... E aí eu falo: tenho certeza que pra muitos não!

Então o trabalho, a missão, a grande missão do Conselho Escolar é justamente essa: é garantir que o almoço não seja só de jiló mas também que não falte o jiló! Bom, e aí a gente vai ter a qualidade que boa pra todo mundo.

Entrevistador

Ficou a história.

Entrevistado

É. Risos.

Entrevistador

Ficou a história, vai ser contada e recontada, pode deixar.

Entrevistado/ Entrevistador

Risos.

Entrevistador

Bom. Vocês tem algum instrumento de monitoramento e avaliação, uma vez que vocês definiram os objetivos, vocês tiveram essa preocupação ou ainda, neste momento, ainda não foi construído esse instrumento de avaliação?

Entrevistado

A gente tem feito sim. A cada encontro presencial, a gente tem instrumento de avaliação desse encontro com algumas questões que a gente também tira da ... por exemplo, sugestão de novas publicações né, mas a gente não tem um acompanhamento assim, eram tantos, agora são tantos, até porque é difícil agente garantir que antes tinham 10 Conselhos, agora tem 50. Mas que Conselhos são esses? O que a gente vem, a política que a gente vem adotando é no sentido de cada vez mais qualificar e como a gente não pode jogar o Conselheiro mas a qualificar esse técnico da Secretaria pra que ele seja um grande mobilizador da cidade da própria Secretaria com relação à Implantação e o Fortalecimento do Conselho Escolar. Então a nossa preocupação é muito mais voltada pra isso. E aí no sentido de ampliar, então por exemplo, Duque de Caxias fez uma, participou de uma formação esse ano. Se ele solicitar o ano que vem e a gente tiver vaga, com certeza a gente vai fazer e, vai fazer até porque a gente tem a noção da alta

rotatividade, a gente tem a noção também que nem sempre a pessoa que volta realiza o que a gente pretendia. A gente tem usado algumas estratégias, no sentido de tentar valorizar essa pessoa também. Incluí-la no grupo articulador, encaminhar correspondência oficial ao Secretário de Educação dizendo que Fulano de Tal participou e que agora é responsável por pra tentar gerar esse comprometimento.

Entrevistador

Lá na Secretaria de Duque de Caxias o que o NACE me passou, esse núcleo de acompanhamento, é que eles têm muita demanda em decorrência do movimento financeiro e que eles não têm pessoa pra atingir essas metas de formação e de mobilização. Eles não conseguem fazer isso.

Entrevistado

Eu fico com muita é a Secretaria de Fortaleza, é uma Secretaria muito grande. Eu cito o exemplo porque a Cefisa está lá dentro e traz muita informação pra gente. É uma Secretaria muito grande. Eu lembro que a Secretaria relatou que eles fazem trezentas mil refeições/dia. Imagina quantas panelas tem naquele negócio! E aí eles criaram uma espécie de Departamento pra auxiliar os Conselheiros Escolares em relação a essa questão financeira, prestação de contas, essa história toda.

Eu imagino quão difícil deve ser essa responsabilidade, de gerenciar esse ...

Entrevistador

Eles fazem o repasse, a organização, eles fazem a formação, às vezes dos Diretores da Escola, pra poder fazer a prestação de contas. Então eles tem essa preocupação, principalmente voltada pro financeiro.

Entrevistado

Exato. O próprio NACE?

Entrevistador

O próprio NACE.

Entrevistado

Pois é. Isso, a gente, tá dizendo que o NACE é mais Unidade Executora do que Conselho Escolar. A gente precisa de transformar o NACE num Conselho Escolar também.

Entrevistador

É.

Entrevistado

Mas eu entendo essa preocupação, porque na verdade, é o que traz efeito mais imediato em termos de cobrança é ... controladoria é ... TCU.

Entrevistador

É, se não fizer a prestação de contas, vai deixar de receber a verba.

Entrevistador

É, entendo, agora é importante que a gente tente se organizar de forma que garanta esses dois lados porque senão a gente acaba construindo e reforçando Unidades Executoras e não Conselho Escolar.

Talvez se a gente tivesse, não sei qual a possibilidade mas se a gente pudesse garantir na equipe alguém ou ...

Entrevistador

Uma única pessoa, a princípio?

Entrevistado

Exclusivamente pra sair dessa questão do financeiro.

Eu sei que tem algumas Secretarias que tem realizado grandes projetos que tem sido bastante interessantes de parcerias com Universidades e aí pega, por exemplo, estagiário de contabilidade, pra auxiliar essa questão da prestação de contas.

Entrevistador

Com isso libera um técnico, não é?

Entrevistado

Exatamente! Por quê? Porque a gente precisa de ter técnicos pensando nessa formação continuada dos Conselhos. Os Conselheiros lá tem mandato de quantos anos? Você sabe?

Entrevistador

Não, não sei.

(Relembrando os dados colhidos, creio que

Entrevistado

Em média os Conselheiros tem o mandato de dois anos por mais dois. Que, em tese, eu acho muito interessante mas como a gente tem um problema muito grande de qualificação desse pessoal e o número é gigantesco não é, astronômico, então eu fico pensando meu Deus quando a pessoa ta realmente pronta ta na hora dela sair né! Tem Conselheiro Escolar que faz a diferença na escola né e que a diretora fica desesperada porque meu Deus, o filho dele ta saindo daqui e o que que eu vou fazer?

Entrevistador

Na escola maior eu não consegui ter essa percepção mas na Barro Branco, eles permanecem. O exemplo do Sr. José, ele permanece na escola. Esse ano tem mais duas mães que os filhos estão saindo e elas vão tentar permanecer no Conselho se houver ...

Entrevistado

A gente tem que estabelecer estratégias para manter esse pessoal porque veja bem, a gente tem no Conselho, a gente tem a gente pode ter né o representante de uma comunidade local. É importante colocar isso também porque a legislação varia né ...

Entrevistador

É. Lá no Município, nessa escola eles tem 10 ou 12 pessoas. O município fez a legislação. A Escola maior tem em sua composição 20 Conselheiros porque é uma

escola grande mas a Barro Branco já é uma Escola menor, se não me engano são 12 pessoas na composição – 10 ou 12 pessoas.

Entrevistado

E aí a gente tem que lembrar sempre que a gente tá, é o ideal seria que a gente, bom, sempre no Conselho Escolar, temos que trabalhar na linha da Democracia Participativa, né? Mas a gente ainda trabalha na Democracia Representativa. Não dá pra ficar juntando a escola todo o dia, toda a hora pra tomar essas decisões né? Mas a gente tem que lembrar que no Conselho Escolar a gente tem representantes de .. né! Então se eu tenho um representante da comunidade é importante que, mesmo que somente o Seu (**Entrevistador:** Seu José) ... José participe como membro do Conselho Escolar mas ele pode ter os outros tantos colaboradores aqui porque ele é o representante deles né .. assim como a gente tem 1 ou 2 professores que são membros do Conselho mas que representam todos os professores né. Então a gente pode tentar utilizar essa estratégia para manter próximo à Escola essas pessoas que contribuem e têm um diferencial ...

Entrevistador

No trabalho que fiz com eles, o grupo focal, foi interessante a fala de mãe de aluno que era assim, no sentido de que acham que precisam melhorar a comunicação da escola porque afinal de contas a reunião do Conselho Escolar ela é aberta, ela é pra todos e ela, do jeito dela, ela passou isso. Não foi com essas palavras mas ela disse que os pais precisam também

Entrevistado

Essa sabedoria é maravilhosa.

Entrevistador

É. É muito bom. Eu fiquei impressionada da consciência dela e, ela é uma das pessoas que vai participar, mesmo que ela não consiga, por conta da composição, deve ter aí um número de representantes da comunidade mas ela disse que não abre mão de estar nas reuniões mesmo que ela não faça parte da composição. Fazer um aporte ao livro Aceita um Conselho – tem um momento igual a este.

Entrevistador

Exato. E ela tem todo o direito de participar. Uma coisa que a gente tem falado muito é o seguinte: construção de pauta de reunião; construção coletiva da pauta. Eu sempre bato nessa questão. Por quê? Porque senão o Conselho Escolar acaba virando um guetozinho com as pessoas que se reúnem, o que vamos discutir aqui? E discute por discutir e toma as atitudes e deixa de garantir a participação de todo mundo. Porque é isso que se quer não?

Então eu costumo até dizer que tem um exemplo pra gente que foi espetacular porque quando se garante uma construção coletiva dessa pauta, você garante que a pessoa que representa a eles, já trabalhe com seus representados porque afinal ele vai pra lá não para dar a opinião dele mas a do grupo né! Então você tem que garantir essa construção. E aí eu tenho um exemplo que pra mim foi sensacional que é assim: alta tecnologia, tudo ligado em rede, tudo não sei o quê e não é nada disso na verdade. A escola é utilizou o que considerou altíssima, criou um mural na escola – o mural do Conselho Escolar. E aí ela vai lá num determinado dia, vê se os Conselheiros de lá estão aberta as inscrições da pauta do Conselho Escolar adiantar. Outro mundo! A escola pode ir lá e afixar todas as sugestões que quiser. Alguém também fica responsável para em alguns dias recolher aquelas sugestões,

juntar o que der pra juntar e verificar se aquilo tudo comporta em uma reunião do Conselho, faz a pauta definitiva e devolve lá no mural de alta tecnologia, então reunião do Conselho Escolar. Reunião do Conselho Escolar dia tal. Por quê? Porque aí as pessoas se sentem envolvidas nesse processo, aí elas podem colocar temas para serem debatidos. Porque, às vezes, liga aqui pra gente, pai. Ah! Porque não sei o quê ... Ah! Porque o Conselho né também tem que estar atento pra isso. A gente que é do Conselho Escolar precisa de divulgar isso, porque 'pai até então está acostumado a receber bilhetinho em casa reclamando do filho. Do dia pra noite ele não vai entender que ele pode participar da escola, um pai que mal podia dar bom dia pra o diretor né (interrupção por motivo de manutenção da sala)... e aí o pai que estava acostumado somente a receber bilhetinho pra ir lá e até dá bom dia pro diretor, ele não vai ter **ideia** de que hoje pode participar da discussão total da vida da escola. Então a gente tem que romper com essa história né?

Entrevistador

E há muita reticência ainda nas questões pedagógicas, né? Eu vejo ainda muito na questão financeira, nas decisões, né, quando é pra decidir há um pouquinho e a pedagógica fica muito afastada. Eu vejo assim, que pela falta de conhecimento e de formação escolar, há um afastamento natural das questões pedagógicas.

Entrevistado

Mas eu encaro isso, exatamente, de uma forma bem natural. Eu costumo dizer também e, até falei lá na Baixada, o seguinte: que se nos convidássemos agora pra ir dar opinião sobre a plataforma de petróleo que vai escavar o pré-sal não sei o quê da rá rá ... não tenho dúvida nenhuma que qualquer um de nós aqui poderíamos contribuir sim, desde que eles chegassem lá e eles não ficassem conversando sobre “engenhares”, eu coloco assim. Se a gente tivesse acesso à linguagem pra que a gente pudesse saber o que é que está acontecendo, a gente poderia ter uma visão e poderia dar uma contribuição, que muitas vezes eles não conseguiriam ver por ta, como diz o Caetano “eu to cego de tanto vê-la”, por estar tão envolvido naquele processo não conseguiria observar isso. Então eu costumo dizer o seguinte: se a escola preparar um espaço, não é delegar (vou delegar agora pro pai fazer um projeto), não é assim, é construir junto, e se a escola abrir um espaço pra participação de todos sem usar tanto o pedagoges né mas construir mesmo um espaço que possa todo mundo dar sua opinião, eu não tenho dúvida que vão haver contribuições fantásticas. Agora, se você convidar o pai para ir discutir intimamente questões pedagógicas, teóricas, a gente não vai conseguir grandes coisas né. Então eu acho que é tudo uma questão da linguagem, da comunicação e de ser de verdade, eu acho que isso é fundamental. Porque as pessoas têm que perceber que é de verdade também. Porque se eu vou numa reunião, dou minha opinião mas nunca sou respeitado ... você pode falar, nossa você fala e eu decido ... ah! Não dá!

Entrevistador

As pessoas não acreditam!

Se não se acredita no que fala e se não acredita realmente, se essa escola não está voltada realmente para a comunidade eu acho que o funcionamento ...

Entrevistado

O quê a escola faz é somente pra comprar carteira, pintar

Entrevistador

Compor a lista né, de assinatura, muitas vezes

Entrevistado

Ou então só na hora que tem que pintar a escola “Ô pai vamos pintar a escola!”, mas na hora que tem que participar de um projeto até de leitura, a gente recebeu no banco de experiências, a gente recebeu um relato que eu achei espetacular que é assim: O Conselho da escola lendo o Projeto Político Pedagógico, já é um fato inédito (risos), o projeto não tava engavetado, já é o máximo isso aí né. Lendo o projeto pedagógico, viu que tinha escrito lá que precisavam estimular a leitura no professor, ao professor. Também já achei um diferencial porque é sempre no aluno, aluno. Foi professor, porque se esse profissional é um leitor, ele vai estimular isso no aluno. E aí o Conselho ficou pensando como fazer isso. E aí juntos, e aí não só professor mas todo pai, todo mundo, resolveram adotar o seguinte projeto lá. Eles estabeleceram um prazo e solicitaram aos professores que fossem à biblioteca então e escolhessem uma obra qualquer, já acho isso um diferencial, você vê, você escolhe, não é “nós temos três aqui e você escolhe”, não! Escolhe uma obra qualquer e num determinado dia, lá, os professores iam apresentar à sua maneira (eu achei isso e colocaria em letras garrafais assim, porque “apresentar à sua maneira” faz uma diferença enorme né? Então ainda mais como é professor, imagino que deve ter tido teatro, cartaz, poesia, não sei o quê ..

Entrevistador

Não unificou um procedimento.

Entrevistado

Não é?

Entrevistador

Liberou a criatividade.

Entrevistado

Exato!

Porque o professor se envolve, porque a **ideia** era, o objetivo era que lê-se e então à sua maneira compartilhasse a obra, a leitura da obra com os demais. Diz que o projeto foi um sucesso e nesses encontros fazem um lanchinho, fizeram, acho que três vezes por ano esses encontros. No terceiro encontro já tinha aluno batendo na porta porque queria participar, servidor querendo participar e esse projeto foi envolvendo a escola inteira, né! Porque uma coisa é que foi construído com todo mundo e de verdade né ... isso é muito é ler Dom Casmurro e faz uma resenha e apresentar uma lauda pra os pais nos encontros. Não é?

Entrevistador

Não fale, eu sofri com “O Tronco do Ipê”. Eu não esqueço O Tronco do Ipê!
Risos (comum)

Entrevistador

Finalizando.

Quais são as possibilidades de expansão do Programa a partir de toda essa experiência que vocês têm aí, ao longo dos anos e, eu coloquei especificamente pro Município em questão é o objeto da minha pesquisa mas penso que também é

importante ter uma perspectiva maior né, até porque para não ficar com o foco muito direcionado sem ter a visão do geral?

Entrevistado

Certo. É, gente ta assim, com a expectativa ... expectativa não, a gente tem tido um retorno muito interessante com o Grupo Articulador, né?

É, até porque a gente consegue senti uma troca, intercâmbio e começam a realizar ações, que a gente incentivou e que vem acontecendo mesmo, por exemplo, tanto de Nova Iguaçu e de Itaboraí fazer palestra e a gente não vai poder ta atendendo a todo mundo a toda hora. Então, romper um pouco, entre aspas “não é romper”, mas até aquela velha máxima que “santo de casa não faz milagre” mas o do vizinho talvez a gente possa trocar e os dois fizerem milagres nos dois municípios. É então, a gente aposta que o fortalecimento desse grupo nacional e, conseqüentemente, os grupos estaduais, é um caminho que a gente pretende percorrer.

Falando em possibilidades, a gente pretende também, aprofundar essa relação formação presencial com formação à distância, isso é um grande desafio nosso, porque são tempos diferentes, os dois são espetaculares né, porque a formação presencial você tem o olho no olho que nada substitui isso, é aquele envolvimento, a motivação que tem gente sair de lá, eu brinco que vai sair tonta porque você vai ta em casa agora falando risos é um negócio de louco assim.

Entrevistador

Acabou a coisa do chefe da casa.

Entrevistado

Agora vamos ter que fazer plenária todos os dias pra decidir até café da manhã. (risos)

Aí, por outro lado, é normalmente um momento curto. Três dias no máximo, ninguém consegue ficar muito tempo nisso.

É, por outro lado, o curso à distância, ele tem um tempo maior, por isso, você pode aprofundar a leitura né, de cada temática mas, fazer à distância esse brilho no olhar, é um grande desafio!

Então assim, linkar esses dois, essas duas coisas é pra gente algo desafiador que a gente pretende estudar possibilidades disso acontecer né?

Como eu falei o fortalecimento dos , dos grupos né, dos grupos articuladores nos Estados e conseqüentemente esse grupo nacional também é um grande desafio.

É, acho que o banco de experiências é ... , nesse ano especificamente, é uma proposta assim, se der tudo certo ...

Entrevistador

Abriu uma nova possibilidade de ... uma coisa não prevista, que vem surgindo e que está sendo um ganho, não é?

Entrevistado

Isso! É, e naturalmente, a gente assim, quando a gente tem um retorno, a gente tem uma ação mais forte. O quê que eu quero dizer com isso? É, o banco de experiência é absolutamente doação. Você vai lá, conta o seu relato de experiência e você não tem retorno nenhum disso. Não tem como ser diferente, é uma contribuição que você dá pro país e pro mundo, sei lá!

A gente recebeu solicitação da Biblioteca de Washington pra esse material, então esse trabalho já está no mundo já! É, então assim, a publicação de algumas experiências desse banco de experiências, eu acho que vai ser algo que vai trazer uma, uma, vai oxigena um pouco ele né. Um novo, é, é, um novo motivo pra ta apresentando isso. E aí eu acho que a gente vai poder pensar coisas bem interessantes dele. A gente deu uma reformulada, como diz os meninos. Demos um tapa no visual dele que foi espetacular. Porque antes era um texto corrido. O relatório era uma coisa que não tinha parágrafo, que não tinha nada. É, agora, a gente conseguiu, pode colocar parágrafo, pode colocar sublinhado, pode colocar, pintar, negrito, tudo e, além de tudo, mais recentemente, na verdade era pra ter sido implementado ontem, ainda não foi, a gente ta até em contato pra saber como é que foi, é anexar fotos. A gente vai poder anexar duas fotos a cada uma dessas experiências. Eu acho que também isso vai contribuir pra gente ta fortalecendo essa instituição do banco.

É ... eu sei que tem alguma coisa importante que eu to esquecendo. Ah sim! A atualização dos Cadernos. Esse é um desafio também que me deixa no fio da navalha assim, porque a avaliação do conteúdo, a avaliação desse material é 100% boa! Uma ou outra crítica mas, todo mundo, é unânime, até pessoas que foram muito contra a elaboração desse material, no começo, bem no início mesmo quando se pensava fazer isso. Porque achavam que deveria ser cartilhas, pequenas cartilhas, aqueles desenhinhos e não um Caderno mais profundo. Até essas pessoas eu já vi falas de elogio ao material. Mas tem alguns pontos, é que precisam ser atualizados, eu diria assim, não é, que é a inserção do Ideb que ainda não tinha, essa questão de avaliação, outros pontos que a gente mesmo, no caminhar, amadureceu e acha que precisa de ta mais é... precisa de alterar alguma coisinha.

Entrevistador

Você acha que ainda cresce em numeração, esses Cadernos? Você acha que eles ainda têm uma continuidade?

Entrevistado

Pra mim, é assim, na minha visão os dez Cadernos, os dez primeiros Cadernos, mais os cinco, eu diria, primeiros Cadernos são o grande referencial do programa. Os dez, eu acho que complementam e daqui pra frente, eu vejo como temas interessantes pra serem tratados no âmbito do Conselho. Quer dizer, a gente poderia falar, um grande ... Meio Ambiente mas no sentido mais micro ao universo. Então seria um tema muito bom de ver Conselho Escolar discutindo isso dentro da escola. Então tem um leque variado mas eu acho assim, os cinco primeiros são os grandes ...do programa.

Entrevistador

São os Carro-chefes ?

Entrevistador

Isso. Agora eu acho que seria importante pro Programa sim, de vez em quando, tá soltando um Caderno novo que realimenta.

A gente tem um problema, talvez um problemão, eu diria um problema bom não é, porque quando você não tem demanda que o problema é ruim né! Mas o problema que a gente tem é que a cada vez que a gente lança um Caderno e manda um

Caderno, chove de demanda aqui. “Eu recebi o 12 mas eu quero do 1 ao 11 porque eu não tenho!” Por mais que eu queira ...

Entrevistador

Você tem que reimprimir do 1 ao 11?

Entrevistado

Exato. Só que isso ta sendo assim, um buraco negro! Por quê? Porque a gente imprime, a gente não consegue nem imprimir um por escola. Esse Caderno 11, como foi uma parceria, a gente imprimiu 120 mil Cadernos. Eu tenho, esses aqui! Não tenho mais mesmo, acabou!

Entrevistador

No Rio, não conheciam. Quando eu fiz a disciplina (Direitos Humanos e Educação na PUC/RJ), a profa. Vera Candau não conhecia o Caderno só assim em mãos não; sabia da existência mas ...

Entrevistado

Então. Aí assim, a gente tem esses Cadernos disponíveis para baixar na internet, pra consultar, pra baixar, pra tudo, mas a gente sabe que não é a mesma coisa. Só que a gente também tem a exata noção de que a gente nunca ... você pode imprimir 100, 200, 300, quatrocentos, então a gente também deu uma baixada de bola né porque senão o gasto. Apesar de que quando se produz em escala fica barato mas nunca vai acabar!

E aí a gente tem lutado muito assim, é um por escola. Por quê? Porque são 12 Cadernos e dá pra dividir entre os Conselhos né. Uma estratégia bem interessante que Vila Velha tem usado é assim: ela divide os Cadernos entre os Conselhos e cada um fica responsável por apresentar em determinada data ou dupla aquele Cadernos pra os demais Conselheiros. Eles participaram de uma formação. A gente teve oportunidade de ir lá também e dessa formação saiu isso assim. Lembrei de uma coisa que acho que é fundamental e que a gente pretende trabalhar muito é ... nesse ano também, fomentando nos técnicos né! É a questão da formação continuada. A gente precisa de garantir alguns pontos durante o ano pra que o Conselho se encontre. Eu tenho até trabalho muito com o pessoal quando a gente vai elaborar o calendário né, letivo, a gente já ter, já pensar em momentos em que principalmente o professor e o diretor vão tá um pouco mais livres pra gente já agendar a formação naqueles momentos. Eu dizia assim é a regional de Secretaria é que tem até falado muito isso, marca uma formação mas o professor que é Conselheiro Escolar, para ele participar da formação, ele abandona 40 alunos e a gente ta falando em qualidade da educação e vira uma contradição a história né?

Então eu pensei assim naqueles momentos de Semana Pedagógica ou Feira de Ciências e já ter em mente que o professor, se eu tenho uma feira de ciências em setembro e eu to aqui em janeiro e eu sei que lá em setembro vai ter uma feira de ciências, eu vou deixar aquele professor que é Conselheiro Escolar mais liberado daquela feira porque eu sei que ele também vai ter nesse momento, vai ta participando de uma formação do Conselho né!

Então ta planejando esses pontos, porque eu acho que é uma responsabilidade muito grande, é uma mudança de cultura né, é um espaço que a gente tem que é especial. A gente, literalmente, teve uma, não sei nem se cabe dizer aí mas

Entrevistador

Então, prof. Júnior, eu posso lhe chamar de Júnior?

Entrevistado

Pode. (risos)

Entrevistador

Eu quero lhe agradecer a oportunidade de antes também, de eu ter participado do Encontro em 2009 né, de fazer esse acompanhamento e de contar com vocês também pra o andamento da pesquisa, essa entrevista agora.

Entrevistado

Certo

Entrevistador

E outras coisas que podem vir para o futuro. Eu espero ...

Entrevistado

Com certeza, com certeza! É uma satisfação também. É bom saber que a Universidade ta envolvida nesse processo, aliás, eu acho que a gente teve um ganho muito grande nessa última gestão de governo e, eu não to aqui defendendo o governo, eu sou funcionário, como eu te falei, há 25 anos aqui no Ministério mas, vejo a participação efetiva da universidade nesse processo e é muito bom e trabalhos realizados com o tema, com a temática do Conselho Escolar, acho que são fundamentais e vão sempre engrandecer e espero ter retorno também , não é?

Entrevistador

Eu posso pedir uma foto pra registrar aqui o meu, a construção do meu portfólio?

Entrevistador

Pode!

ANEXO H – Grupo Focal – Conselho Escolar/EMBB

Escola Municipal Barro Branco

Bom em primeiro lugar quero agradecer a vocês por ter permitido a minha presença na escola né e a contribuição que vocês tem feito, ao longo das reuniões, permitindo também estar nas reuniões e me envolver na dinâmica da escola isso tá sendo assim bastante importante prá mim.

A primeira questão é quando foi fundado o conselho escolar aqui da Barro Branco? ...É pode ser pela lembrança, pelo que vocês sabem de conversa ou tem uma noção, não precisa ser coisa exata não.

Vai lá seu Zé. É só lembrar da ...tem que falar numero ,não ,tem que falar meu numero 10 a gente tem que lembrar de que gestão,a partir de que gestão começou a funcionar o conselho escolar nessa dinâmica ,a partir de que gestão com a Vera ,com a Rosana?Com a Rosana... 2003... Rosana saiu daqui em 2003 ,em 1998,isso seu Zé e a Rosana ficou quanto tempo foram 10 anos entre o caixa d'água e aqui isso mesmo seu Zé foi 1998.eu tiro não tem problema não eu tiro .foi em 1998,são doze anos ,só tem conselho escolar né ,é,12 se é 98 é isso mesmo ...depois a gente vai ver se a gente tá aprovado ... Porque nove anos eu fiquei como vice, nove anos o senhor ficou como vice?Como vice, seis anos com a Rosana, com dois com a Mira e três agora como representante e conselho de pais que eu passei prá aquela menina e ela não aceitou, aí passou prá ela ali ó.

Tá então olha só a segunda questão é: Como é que foi distribuída as funções né?Como é que foi organizada as funções de cada um é... vocês tem pessoas que são responsáveis pela fiscalização financeira ou administrativa como é que vocês organizaram a distribuição do conselho ?

Eu sei que eu sou a vice da Rosana...

Numero cinco...

Numero cinco... é a numero 4 é fiscal .

É o fiscal da. acho que é tesouraria né.

E quem é a pessoa?

Eu. (risos)

A Leila. A 4.

Agora o restante eu não sei, só isso mesmo...

Quem é a fiscal... fiscal do...fiscal de...presidente fiscal de contas ...

A Ediléia.

Não, não é a Ediléia não?

Não a Ediléia é a presidente.

A Presidente né...

xxx(03'21)

Eu sou a suplente. Agora...eu esqueci o nome dela gente ,ela dava aula ,eu não vejo ela dando mais aula .Ela dava aula naquela primeira sala ali .

Dinalva era Dinalva.

Tesoureira, setor administrativo, não era?Era ela. Agora eu não sei se...

Eu não sou a tesoureira, eu sou a numero 10 pra falar (risos), numero 10 a Ednalva continua tesoureira só que a Ednalva tá fazendo dobra, agora, então as reuniões tem acontecido às vezes pela... na parte da tarde fica difícil a participação que ela tá em outra escola mas ela continua até o final dessa gestão provavelmente pode ser

Ednalva também entrou no concurso de remoção, provavelmente ela vai tá saindo da escola .Provavelmente você ,você disse que você é suplente ,você assume o lugar dela e vai ter que ver outra pessoa,correto?

Numero sete, mas ela saindo o xxx(04'24) tá saindo, ela pode continuar no conselho?

xxx(04'27)

O seu Zé estar né se ela quiser pode né seu Zé?

Pode. Se ela quiser,representar a comunidade .

Comunidade.

Ah!Entendi.

Igual eu refazendo, representando a comunidade que não quiseram deixar sair (risos)

É modesto, esse seu Zé, mas é verdade também...

Tá?Se né, achar que ela pode ficar representando a comunidade ela continua no conselho...

Tem gente querendo fugir...

Quando vocês é entram no conselho como é que é escolhido assim que é que vai para o que, é definido num consenso ou um sorteio? Uma vez que foi formado o conselho escolar aí cada um vai ver que atribuição que vai ter né ah eu vou fiscalizar a verba, o presidente deu uma sugestão, aí você...

Cada um...

Escolheram conforme mais se identificaram assim claro...

Porque na minha época era votado

Quem assumia era votado?

Formava o painel pra votar, aí se a pessoa aceitasse entraria no painel pra votar.

Aí já pensou né alguém que não gosta de fazer conta aí cai pro conselho fiscal...

Seu Zé o senhor tá falando de eleição pra ser representante do conselho né isso, que é por eleição né isso?

Não...

Pra ser o cargo?

É. Porque aí o vice e a presidente apresentava a pessoa e fazia a eleição...

Pro cargo?

Por cargo. Aí sim por exemplo ela é a vice ,ela e a XXXXX faziam a eleição se a pessoa aceitasse caía no cargo se não aceitasse aí era votado...

Por indicação...

É.

Ah...

Vocês tiveram alguma dificuldade pra desempenhar as funções que vocês desempenham no conselho?

Não xxx (06'42)

Numero cinco né, vocês que vão falar...

Sou eu não tenho muita coisa pra falar porque eu entrei agora...

Numero seis.

É numero seis.

É vocês tiveram algum curso de capacitação alguma vez oferecido pela rede municipal ou pelo MEC?

Não, não.

Prá o conselho. Nenhum fórum, nenhuma participação ?

Não. Unanimidade então.

Não, só eu que fui registrado no fórum do xxx(07'21).

Ah, na composição né, na composição do conselho, lá no cartório.

Como vice. Lá no cartório.

Tá.

Porque como vice tinha que ser registrado constando que nada tava devendo à justiça.

Tá, então agora eu gostaria que vocês me dissessem quais são as principais atribuições desse conselho aqui na escola?

Numero 7. Quando a gente se reúne né ,que decisões é isso que a gente toma?O Que vocês fazem?Quais são as principais atribuições?De tudo aí todo mundo pode contribuir com um pouquinho.

São as tarefas do conselho né isso? ...

Numero oito, deliberativa é uma das funções. Você delibera várias decisões.

E a sua atribuição é?

A minha secretária.

Ah, numero sete,eu sou professora né eu participo,faço parte do conselho e assim a gente tem muitas demandas e às vezes a gente precisa mesmo da presença desses pais no conselho pra gente tá tentando decidir né tendo, a participação da comunidade, por exemplo, o que que a gente vai fazer em relação à verba que a gente recebe no final do ano né, a festa que a gente realiza todo ano ,hoje mesmo nesta reunião que a gente tá fazendo ,trazendo os informes sobre a questão da matrícula né, a matrícula que vai acontecer agora na semana inicial de dezembro, eu acho que essa participação é importante porque eles não dá pra gente decidir tudo sozinho acho que ter eles aqui é ter essa voz, uma voz da comunidade nessas decisões que já que a gente tem dentro o principio da escola essa ação democrática.

Mais alguém aqui?

Numero 10, eu sou representante no conselho da equipe pedagógica né, nos segmentos da escola.

Eu não sei se essa impressão é do coletivo, mas pelo menos eu acho que é a minha impressão em relação ao conselho. Eu não consigo definir com muita clareza o que cada um faz assim exatamente tirando a numero xxx(09'31) porque fica mais visível, porque eu acredito como conselho, as reuniões do conselho são encaminhadas ,eu vejo assim aonde precisa assim lembra de um detalhe,lembra de uma data eu acho que é assim,o conselho é deliberativo ,é propositivo também né,nesse sentido,porque às vezes a gente não pensa determinadas ,a gente quando eu digo assim quem tá mais dentro da escola ,traz as questões mais eu ainda acredito ainda,eu acho que é uma coisa que o conselho tem que avançar apesar de eu achar que ele é participativo ,ele é atuante,ele tem que ser mais propositivo porque eu penso,eu tenho a impressão maior que assim quem tá administrando a escola ,né,o conjunto que administra a escola ,traz as propostas e vocês acrescentam ,refutam ou concordam ,apóiam eu penso que o movimento devia ser quase proporcional vocês também é tinham que trazer propostas também pra serem votadas,acho que isso aparece pouco ,acho que vocês assim são bem,acho que vocês são muito generosos com o grupo que,eu penso isso,acho que isso é pra gente avançar ,igual a gente tava falando antes da participação da questão da comunidade,vocês não tem que consentir só e às vezes vocês discordam também,vocês colocam não é só né, "vaquinha de presépio"mas na verdade também vocês pro...trazerem propostas também pra serem votadas,discutidas aqui .

Mais alguém quer falar?Não?Bom o conselho tem normas de funcionamento né, já pude perceber. Todos conhecem as normas de funcionamento do conselho?

Calma aí.

Numero dois, uma parte.

É.

Mais alguém?

Eu não entendi a pergunta, queria entender...

Existem normas de funcionamento de conselho né, que tem estabelecidas assembleias gerais aí tem a convocação...

O regimento...

É a necessidade de ter tudo registrado em ata.

Numero sete, eu sou professora assim, mas eu acho que tem a gente assim tá avisando aos pais sobre os encontros, a gente tira no final da reunião, o próximo encontro que ele é mensal.

Todos tem já essa rotina...

A gente procura sempre, sempre a escola procura tá avisando com dois dias de antecedência no mínimo né, no máximo, no mínimo né?É. (risos)

Eu fiquei em dúvida,da reunião aí a gente tem,tem essa organização da ata no final os pais assinam a gente tem a leitura da ata eles assinam.

Como isso sempre foi feito vai estabelecendo...

Acho que essa rotina...

É numero oito na verdade acho que é o que a Marta disse sim, as coisas acontecem mais mesmo porque já existe essa rotina mesmo de ação agora conhecimento do regimento do conselho escolar eu pelo menos não tenho tá que é o documento que rege como é que tem que ser...

Que é o estabelecido pela Secretaria.

Isso é esse conhecimento eu não tenho, mas por desinteresse meu mesmo que eu não pedi pra ver porque se um dia eu pedisse com certeza...

Entendeu?Como houve, por exemplo, a necessidade da gente fazer a consulta do... a respeito do conselho escolar, o regimento quando a gente foi pesquisar uma questão que surgiu na eleição é as turmas que votam a partir de qual série e tal aí alguém levantou uma questão assim, mas o pré-escolar vota no conselho escolar e como é que o conselho escolar acha que o pré-escolar não tem autonomia pra votar na direção essa foi uma questão que alguém trouxe e aí a gente foi pesquisar no conselho, o pré-escolar na verdade não vota no conselho então foi uma questão que no momento ali ficou todo mundo em dúvida porque, por uma questão minha, porque a questão foi colocada pra mim eu não tinha esse conhecimento eu fui consultar especificamente por causa dessa questão...

Tem participação de alunos né...

Tem.

E isso tá delimitado, não?A partir da idade, aqui, a partir de que idade os alunos podem participar...

Eu acho de quarto, os quartos, a partir dos quartos anos foi uma questão que eu vi por acaso...

Então em média o que 10,11 anos?

9,10 anos por aí.

É por aí. É por que a idade fica meio complicado por causa xxx(14'14)

Na verdade o que tá no regimento é a partir dos quartos anos.

Tá.

Mas geralmente, numero 10, são os alunos do 5ºano que participam, mas é a partir do quarto ano.

Numero sete,a gente chegou,acho que foi uma falha nossa, nós esquecemos de avisar os alunos do quinto ano...

É verdade...

O Isaac e a Milena e eu acho que eles estão aí, eles poderiam tá participando hoje. Tá então podemos finalizar essa questão? Passar logo prá outra prá acabar que vocês tão cozinhando aqui né?(risos)

Aqui tá quente né?

É.

Quê que vocês perceberam de mudanças na escola a partir do funcionamento desses encontros do conselho escolar?Quais foram as contribuições né, que esse, que essas reuniões fizeram, esses encontros e essas decisões que vocês têm tomado ao longo dos últimos anos?Bem rápido né pode ser cada um dá um exemplo.

Quando tava no meu xxx(15'17) que eu tava pra eu poder sair no ultimo ano como pai é eu passei pra Leda e a Leda rejeitou e passou pra você, como vice, daí não quiseram deixar sair fiquei como representante da comunidade.

E qual foi a melhoria que o senhor sentiu pra escola o quê que melhorou na escola a partir desse conselho escolar?

Tudo.

Tudo melhorou?

Tudo.

Então hoje a gente tem...

Porque isso aqui tava caindo aos pedaços.

Então melhorou estrutura física...

Melhorou.

Relacionamento das pessoas.

Melhorou.

Melhorou.

Mais alguém?

Numero 10, é eu me sinto muito confiante pra fazer as coisas uma vez que ela tenha sido decidida pelo conselho escolar, acho que assim não só na dinâmica dentro da escola, mas saber que alguns pais vão ajudar no encaminhamento, tão pensando junto, eu acho que isso dá mais confiança, dá mais segurança pra gente né, porque assim uma coisa é você decidir sozinho e outra coisa é você decidir sabendo que vai ter alguém... mesmo que a gente erre né não tô dizendo que a gente acerta sempre não a gente erra também mas se a gente errar saber que vão ter pessoas junto se a gente acertar a gente pode comemorar junto cada vitória ou cada erro,a gente vai é saber que tem alguém do lado eu acho que alguém,alguens no plural né que a gente não tá sozinho .

Numero sete, assim eu vim de uma escola que o conselho escolar existia, mas não atuava na escola, assim não tinha a presença da comunidade e quando eu vim pra cá eu senti um pouco de estranheza, mas o que eu acho bacana hoje é tá ouvindo em alguns encontros nossos internos mesmo não a gente tem que tá consultando o conselho a gente tem que lembrar de falar com o conselho escolar eu acho que é isso é saber da importância deles né que a gente não pode caminhar sozinho e que tem que ter essa legitimidade como a Kátia falou deles também acho que isso é bacana.

Mais alguém?Esse cantinho aqui é silencioso. (risos)

É. Quais foram as melhorias que vocês perceberam na escola gente com essa participação de vocês né ,vocês tão ajudando a construir a escola ,né,o quê que vocês acham assim que mudou?

xxx(17'57)

Ah, eu sou até suspeita em falar alguma coisa, numero cinco, que eu gosto tanto da escola. (risos)

É assim quando eu estudava não tinha negocio de conselho escolar era mãe e pai representante, minha mãe sempre foi representante na escola então e. não tem jeito, então eu adorei por que assim meus filhos estudaram lá em baixo em duas escolas e nunca a gente pôde chegar na diretoria como a gente pode chegar aqui então eu me amarro às vezes eu quero ir embora mas eu fico aqui na escola não tem jeito eu gosto sim é muito bom.

Tá bom mais alguém?

Tá número seis, eu tava até comentando com ela tá sendo difícil pra mim ficar aqui no colégio sentada ali né, falei até que ia tirar meu filho né, tirar ele esse ano, mas eu gosto... gostei de tudo que eu tô vendo aqui ,eu fico ali o dia todo sentada né ,na parte da tarde e pra mim tá sendo difícil eu não sei se eu vou deixar ele ou se eu vou tirar só isso.

Então pensa direitinho. (risos)

É vou pensar...

Porque é muito longe.

É muito longe.

Pra mim tá sendo difícil.

Mais alguém?Não?Então vamos passar pra próxima.

Como é que o conselho escolar participou da construção político-pedagógico da escola?

Isso aí eu não sei responder...

Numero 10, eu lembro assim, do início do projeto, né, assim,algumas vezes a gente chamou ,acho que ano passado pra semana de planejamento, acho que veio a Elaine né, que a gente tava discutindo reescritura do projeto político pedagógico, eu não tô aqui na escola desde o começo, mas eu lembro que, eu lembro, me contaram né, que no início, os pa... a comunidade participou sim, que tipo de, fizeram algumas atividades, que tipo de sociedade quer formar, que tipo de cidadão quer formar então assim nessa parte da filosofia foi construído com grupos da comunidade que a participação era que eu tenho notícias era um pouco maior, mais só dessa parte que eu tenho informação.

É quais são assim, vocês se envolvem em questões relativas aos estudantes?O conselho toma alguma posição?Discute?Tem alguma decisão?

Só isso sobre a festa que a gente xxx(20'37) da escola, na festa do dia das crianças, nós ajudamos também xxx(20'43) se eles precisam de alguma coisa, de alguma ajuda a gente tá ajudando.

E nesse caso então se houver alguma necessidade vocês se sentem à vontade pra interferir não é isso?Caso haja uma ocorrência, uma decisão mais, que seja relativa às turmas, vocês...

xxx(21'02)

Tá. Nunca houve necessidade de alguma intervenção,do conselho na questão dos estudantes .

Como é que o conselho estabelece a relação é, como é que ele estabelece uma relação com os professores há um,uma preocupação com as atividades

desenvolvidas em sala de aula, o conselho tem essa preocupação ou é mais mesmo pela administração e pelas questões financeiras da escola?

Por mim é mais pela administração interna do colégio.

Também?

Eu tenho uma dúvida, numero sete, quando, por exemplo, a gente convoca os pais pra virem às reuniões falar de, por exemplo, da campanha pra festa ou então pra eleição de diretor isso é, faz parte...

...já aí é... questões pedagógicas de sala de aula ou avaliação o conselho se envolve, saber se o conselho se envolve além da parte administrativa.

Acho que não, eu achei que era...

Cibelis 10, eu queria falar do numero nove, numero nove tá escrevendo uma porção de coisas aqui e me cutucando eu fui bater nela, ela tá com dor de ouvido, mas assim ela tá lembrando que aconteceram alguns encontros que a escola já participou de um projeto da xxx(22'36) ainda tenho que ler sem óculos, participou de algum, de um projeto da xxx(22'40) sobre currículo, formação de professores e aconteceram um ou dois encontros Elaine? com o professor João Batista? , Um encontro só.

Um encontro com ele

Foi no dia 20, dia 25 de agosto do ano passado.

Bem tá melhor do que eu.

Então é esse.

De manhã, é, 8 horas

Ah, era até um feriado. Mas a gente decidiu ,que a gente tinha que pagar o dia de greve.

Reposição de greve.

É uma reposição de greve que a gente ia fazer esse encontro...

Teve uma conversa sobre a comunidade não foi? Sobre os desejos da comunidade, eu não lembrava.

(Conversa indefinida ao fundo)

Olha só tá tudo anotado aqui, eu anoto tudo.

Eu acho que isso que é legal.

Bom, gente quando há algum problema assim com normas da escola, normas de funcionamento, por exemplo, se houvesse necessidade de uma alteração de uniforme não sei acho que não é possível porque a escola isso é determinado pela rede né. Mais se vocês tivessem que ter uma preocupação é decidir alguma coisa, o conselho participaria disso? Tudo o que for normatizado e precisasse mudar ou então algum questionamento da rede, por exemplo, se a rede é disser que os alunos não podem entrar sem o tênis que é ofertado pela rede né vocês se reuniriam pra é pensar nisso? Vai seguir a determinação ou vamos né estabelecer alguma outra coisa pra escola? Isso seria discutido pelo conselho? É só um exemplo, não é o que vai acontecer ou que aconteceu (risos)

Se fosse convocar sim o conselho tinha que participar.

Mas vocês acham assim que as mães também não ficariam preocupadas né em casa? Isso teria uma iniciativa de vocês enquanto membros do conselho pra assim não olha gente precisamos reunir o conselho olha isso aqui não é possível. Vocês acham que teriam essa iniciativa?

Com certeza.

Teriam?

Com certeza.

Teriam

Então é vocês tem hoje um mecanismo pra articular a fala de vocês e defender os interesses de vocês enquanto pais não é isso?

Ah, então isso é importante heim que passa aqui lembre disso sempre não é?
É tá acabando gente. Tudo o que é resolvido em conselho é acatado pela escola?

Sim. Numero 8 .

Ai gente.

Com certeza.

Essa eu nem esperei ninguém mais antigo não.

Não.

Ai da gente.

Ah acho que é um pouco, numero sete, daquilo que eu falei anteriormente que eu acho assim essa preocupação que a gente tem de tá trazendo as questões pro conselho que a gente sabe da seriedade do compromisso, sabe são pais que nos ajudam eu acho que isso é importante tá na voz e vez né eu acho que essa é a essência do... a importância mesmo do conselho.

Mais alguém quer falar?Não?Tá acabando. Só mais duas ou três tá que uma aqui eu já tô com ela na cabeça engatada .

Existe algum intercâmbio com os outros conselhos das escolas da rede?Alguma vez vocês tiveram algum encontro com outro grupo que...

Não.

Não?

Nunca tivemos.

Nunca houve?

Não.

É eu já perguntei né?Vocês nunca tiveram formação né oferecida pela rede?Eu apresentei...

A não ser que nós tivemos, eu tive com a Rosana lá no... na Vila São Luiz lá no xxx(26'13) .Não é?

Não.

Fazendo até xxx(26'21), aquele negócio é...

Ah, origami.

Isso. De papel,xxx(26'25) de papel ,é eu sei que lá nós tivemos um encontro de um modo geral ,tanto a rede escolar estava nesse xxx(26'37)

Tá.

Isso tem um tempo né seu Zé?

Tem. Isso foi no tempo da Rosana .

É verdade.

Tem mais de cinco anos né?

Sim, tem mais.

Sete...

xxx(26'49)

(conversa confusa)

E o objetivo desse encontro era específico pra conselho escolar? Alguma coisa de formação de conselho?

Era o encontro da rede municipal todinha .

Todos os conselhos escolares?

Pode abrir, pode abrir...

É olha só gente falta só duaszinhas pequenas. No dia 20 do mês passado é teve o encontro dos conselhos da rede.Vocês participaram desse encontro lá na...foram? Nem souberam?

Eu com certeza não soube de nada.

Porque foi assim, eu tive até no horário da tarde foi num CIEP colado ali ao shopping a referência que eu tive eu cheguei lá na orelhada (risos) e eu fiquei sabendo na véspera aí pela manhã foram às escolas do 1º, 2º e 3º distrito e à tarde são seis né? São cinco?

Quatro.

São quatro.

Então foi 1º e 2º de manhã e 3º e 4º à tarde e a chamada do encontro...

Foi por via ofício?

Não eu recebi um telefonema da Secretaria.

Da Secretaria Municipal?

É.

O CIEP é municipalizado?

Não ele não é usaram o espaço.

E o encontro foi... quer dizer quando eu cheguei no encontro não sabia muito bem o quê que era ,quando eu cheguei no encontro ,o encontro era ,tinha lá o subtítulo é “Encontro dos Conselhos,dos Conselheiros Escolares da Rede Municipal de Caxias” e deixa eu só...

É eu gostaria de saber de vocês, se vocês ,enquanto grupo,gostariam e acham importante fazer um curso de formação pra melhorar as atividades do conselho?Se vocês têm interesse nisso que temas gostariam de desenvolver a partir dessa necessidade de estudo, né, porque vocês participam né, tão construindo todo um caminho e eu gostaria de saber se vocês acham assim que gostariam de estudar alguma temática como democracia, participação, é... como a gente pensou em desenvolver, fizemos um encontro, né, é sobre eleição de diretores. Tem a temática da Educação ,Conselhos Escolares e Direitos Humanos ,né,aqueles cadernos do programa ele tem 11 temas distintos mas poderiam até ser outros ,eu gostaria de saber de vocês ,se vocês tem interesse em ter essa capacitação exclusiva pro conselho escolar ,seria uma coisa à parte não que envolvesse toda a escola mas todos os membros do conselho .

Eu não sei se eu vou continuar porque pela andada da carruagem, acho que não vai dar, não sei vou ver.

Mais o senhor acha importante que houvesse...

É importante...

...esse curso de formação?

...quem for ficar no conselho, é importante.

Você não falou, eu respondi (risos)

Ai, Jesus...

Ué a gente assim tinha que se capacitar mais porque, porque é o conselho é eu represento o quê, os pais então eu teria o que conversar com os pais sobre o que se passa aqui, levar pros pais o que se passa aqui e ter a opinião deles e falar dele... como é que eu posso representar eles sem falar deles ?Então é trazer tipo eles aqui pra dentro sem tá todo mundo aqui, entendeu?Então seria bom o curso fosse capacitar assim nessa parte que eu me interessei.

Pra ter mais segurança...

É pra “mim” ter mais segurança pra eu falar...

...pra expressar a ideia do quê que é o conselho escolar não é isso?

Porque eles perguntam, eu vejo muitos pais perguntando apesar de eu, já falei pra ela, já falei pra outra lá que eu não participo muito porque, porque às vezes é de manhã e eu dependo de alguém ficar com as minhas filhas pra “mim” poder “vim”, mas eu me interesso em ficar porque, porque eles querem saber o que tá se passando aqui dentro teve reunião?Teve? O quê que foi falado lá eles querem o quê que foi falado e apesar de eu não anotar igual ela anota sempre eu ainda consigo falar pra elas, eu ainda consigo falar o quê que foi se passado aqui, entendeu?Então eu acho legal se tiver um curso...

Se tiver um curso vocês participariam?

Participaria.

Tá bom é isso aí.

Participaria também.

Numero quatro, também tem interesse.

E tema gente?Participaria também?

Participaria.

E temas. Que temas vocês acham que poderia ser desenvolvido aí nesses ...

Seria legal também, pedagógico mesmo todo da escola em si. O que a gente podia aprender mais sobre a escola .

Sobre o funcionamento da escola?

Não só sobre o funcionamento da escola, até mesmo sobre as professoras, as coisas... acho que tudo sobre a escola mesmo. Seria legal.Porque assim a gente participa ,a gente ajuda elas mas se a gente tivesse uma formação melhorzinha com certeza a gente poderia estar ajudando mais ainda .

O que faz em casa seria mais... né?

Isso.

Seria mais bem aproveitado.

É seria mais bem aproveitado e até mesmo pra ajudar elas mesmo às vezes.

A número 7, eu acho que a gente tem a ação só que eu acho que falta essa informação, esse conhecimento acho que isso não só pros pais, mas pra gente que é professor que também faz parte do conselho eu acho que muita coisa a gente ainda não sabe responder sobre o conselho acho que ter essa parte mais teórica né eu acho que é importante tanto pra eles quanto pra eles também.

Número 1, bom eu tô tentando pensar aqui em vários temas, vários importantes mais tem uma coisa não tem nenhum especifico pra xxx(04'05) a participação da comunidade na vida escolar, dos filhos e da escola de um modo geral.

Certamente.

Esse é o maior tema assim que pra mim é o que mais necessita.

Mas eu acho que a gente fazendo um esforço, tendo essa capacitação a gente mesmo conseguiria trazer o pessoal pra dentro, entendeu?Porque a gente chegar perto deles... Ah,vamos lá e não sei o quê é legal ,ele ainda não leva muita fé não no que a gente xxx(04'31)

(risos)

Mas é sério o pessoal é todo desconfiado.

Então essa ideia do começo do ano pode ser uma, não é,tá anotado aí né?

(vozes indefinidas ao fundo)

Então a gente falando ai que legal lá fora...

Risos.

Número 9,acho que seria interessante sim porque igual as meninas falaram um monte de pais lá fora às vezes não tem coragem de chegar na secretaria ,reclamar de alguma coisa aí chega pra gente e fala antes eu tava participando mais né mas a

minha mãe tá doente então agora eu tenho maior trabalho mais sempre quando eu posso eu tô vindo ,mas alguém que chega sempre pra mim ou me liga ,ah,pra mim não dá pra falar,fala com outra pessoa ,chega pra uma das meninas pra Graça ,pra Carmem ,pra Alessandra,chega pras meninas e fala então essa situação aí do cursinho seria interessante sim embora eu não sei se ano que vem eu vou continuar né?Que meu filho esse ano passa em nome de Cristo, risos,eu acho que mais se as meninas quiserem que eu continue o caderninho .risos.

Isso aí é importante ...

Sem problema nenhum ...

Eu continuo participando do conselho,freqüentando o curso .

Número 10,eu queria endossar a proposta da Carmem em relação ao tema e eu acho que uma configuração do curso que acho que garantiria ou poderia garantir a ampliação dessa concepção de participação seria ampliar o número ,fazer assim reuniões do conselho,reuniões de formação do conselho,ampliada ,é assim um número ampliado de pais ,eu não sei,além das pessoas do conselho ,não destituindo ,não desmerecendo a função de cada um ,mais assim, mais dois pais de cada turma além dos conselheiros ,eu acho que assim se a gente tem oportunidade de pensar um curso de formação ,pensando assim não só mais também que é uma coisa que a gente vem perseguindo há muito tempo ,ampliar essa participação ,participação menos,é mais clara,mais atuante ,mais efetiva ,obrigada,eu acho que na verdade a gente tinha que aumentar o quantitativo ,porque assim a gente sabe que a dinâmica tanto nossa como de vocês é muito assim traz o filho ,participa de uma reunião, às vezes pode ou não tá encontrando com as pessoas ,às vezes mais não ligam ,eu acho que a dimensão de participação elas se ampliam quando você consegue trazer o maior número de pessoas eu acho que aí é chamar pra esse curso ,eu acho que é bacana quem já tem essa experiência no conselho ...

Até pra rever conceitos de participação ...

Exatamente ,participação é muito mais do que estar presente aqui .

Exato.

Exato.

Pra gente pensar estratégia juntos,o acompanhamento da vida escolar do aluno ,eu acho que é assim fazer estudo de casa ,já tô até pensando outro ...risos, fazer um estudo de casa assim é porque que os pais não vêm nas reuniões? A maioria não vem ,nas reuniões de responsáveis?O quê que é pode ser que tenha alguma coisa errada no encaminhamento que a gente faz pras reuniões ,falta de união .

E isso vai te dar conceito pro conselho ser inviável né,fazer uma pequena enquete ,colher os dados ...

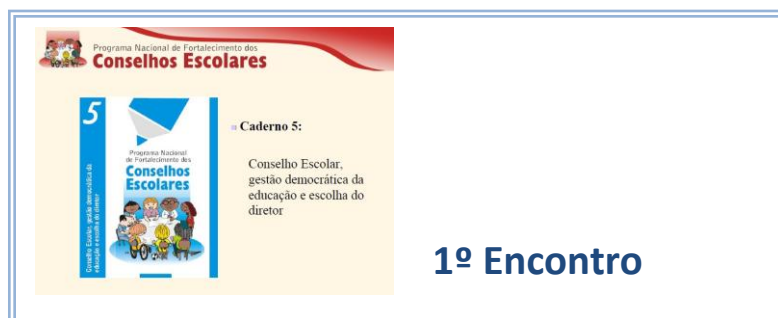
Ver,consultar assim e a partir desse material poder pensar até quais seriam as discussões a serem feitas é no curso .

Então acho que é assim ,esse movimento de consulta à comunidade a gente poderia contar com a participação do conselho mas depois da implementação do curso eu acho que deveria ter um número maior de participantes eu não sei, acho que é mais ou menos isso .

Certo mais alguém quer falar alguma coisa?Não?Então nós finalizamos tá ?Tá aqui no sacrifício, eu sei que tá calor, um muito obrigada ,mais uma vez eu tenho muito a agradecer a vocês ,pela boa vontade e pela participação tá muito obrigada.

ANEXO I - Planejamento: Grupo de Estudos/EMBB

Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor *Caderno 5 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares* **Setembro/Octubro/Novembro 2010**



Data	Tema	Duração
29/09/2010	Gestão Democrática: e a participação cidadã na escola	1h 30min
Duração	Atividade	
5 min	Apresentação	
10 min	Vídeo	Participação
10 min		Troca de observações
30 min	Exposição Oral Dinâmica	O papel do Conselho Escolar
20 min	Exposição Oral Dinâmica	O papel da Escola
15min	Plenária	Conclusões das atividades Avaliação do Encontro